

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil



EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

EXEMPLAR ÚNICO

**MESA
Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente

Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário

Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário

Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário

Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1ª – Emília Fernandes – PTB – RS

2ª – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3ª – Joel de Hollanda – PFL – PE

4ª – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

Corregedor

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL

Líder

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PMDB

Líder

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB

Líder

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Osmar Dias

Jefferson Peres

José Ignácio Ferreira

Coutinho Jorge

**LIDERANÇA DO
BLOCO DE OPOSIÇÃO**

Líder

José Eduardo Dutra

Vice-Líderes

Sebastião Rocha

Antônio Carlos Valadares

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB

Líder

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB

Líder

Valmir Campelo

Vice-Líder

Regina Assumpção

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES
Diretor da Secretaria Especial
de Editoração e Publicações

JÚLIO WERNER PEDROSA
Diretor da Subsecretaria Industrial

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA
Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
Presidência do Senado Federal
(Art. 48, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 27ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 26 DE MARÇO DE 1997

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Aviso de Ministro de Estado

Nº 65/97, de 20 do corrente, do Ministro de Estado de Minas e Energia, solicitando a prorrogação do prazo por mais 30 dias para o atendimento ao Requerimento nº 89, de 1997, de informações, do Senador Ernandes Amorim. 06619

1.2.2 – Ofício do Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados

Nº 45/97, de 25 do corrente, comunicando que aquela Casa determinou o arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei do Senado nº 139, de 1993 (nº 4.614/94, naquela Casa), de autoria do Senador Hydeknel Freitas, que considera crime o porte de arma de fogo nas condições que especifica e dá outras providências. 06619

1.2.3 – Ofícios

Nºs 207 e 208/97, de 26 do corrente, da Liderança do Bloco (PMDB/PSD/PSL) na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1.550-37 e 1.537-36, de 1997, respectivamente. 06619

Nºs 243, 249 e 250/97, de 26 do corrente, da Liderança do Bloco (PMDB/PSD/PSL) na Câmara dos Deputados, de substituição de membros nas Comissões Mistas destinadas a apreciar as Medidas Provisórias nºs 1.550-37, 1.535-3 e 1.556-8, de 1997, respectivamente. 06619

1.2.4 – Comunicações da Presidência

Reconstituição, nos termos do art. 267 regimental, do processado do Projeto de Resolução nº 28, de 1996, que altera o Regimento Interno, acrescentando parágrafo único ao art. 78, 06620

Adoção, pelo Senhor Presidente da República, da Medida Provisória nº 1.549-28, em 14 de março de 1997, publicada no dia 17, e republicada no dia 19 do mesmo mês e ano, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Designação da Comissão Mista e estabelecimento de calendário para sua tramitação. 06620

1.2.5 – Discursos do Expediente

SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA – Considerações sobre as desigualdades regionais no Brasil. 06621

SENADOR JOSÉ EDUARDO DUFRÁ – Comentários à matéria intitulada "Governo quer mudar as regras para quebra do sigilo bancário", publicada no **Jornal do Brasil**, do último dia 24. Desrespeito do Poder Executivo pelos parlamentares da Oposição, plagiando seus projetos. 06623

SENADORA JÚNIA MARISE – Preocupação de S.Ex.^a com a política econômica do País, face a falta de dados estatísticos oficiais sobre o sucateamento do setor produtivo nacional. Levantamentos estatísticos, divulgados pelos jornais de Minas Gerais sobre o desemprego naquele Estado. 06624

SENADOR EDUARDO SUPLEY – Restrições impostas pelo governo aos produtos importados, que no entender de S.Ex.^a são insuficientes para reverter o atual quadro de déficit na balança comercial. 06626

SENADOR ADEMIR ANDRADE – Denunciando acordo fechado entre um representante da Companhia Vale do Rio Doce, o Governador do Estado do Pará, Sr. Almir Gabriel, o Prefeito e o Presidente da Câmara Municipal de Curionópolis, visando a saída dos garimpeiros remanescentes de Serra Pelada. Procedimentos do Governo Fernando Henrique Cardoso para a privatização da Companhia Vale do Rio Doce. Importância econômico-social de Serra Pelada. Lamentando a oposição de parlamentares que acumulam aposentadorias à fixação de teto salarial para o serviço público. 06627

SENADORA MARINA SILVA – Defendendo o devido suporte governamental aos cientistas brasileiros. Satisfação de S.Ex.^a com os resultados obtidos nas pesquisas do Centro de Tecnologia Alternativa e Produção de Borracha Natural, do Laboratório de Tecnologia Química da Universidade de Brasília, atestados em visita, a convite do professor Floriano Pastore Júnior. Sugestão ao Presidente do Conselho Nacional de Seringueiros, Sr. Atanagildo Gatão, ao representante da Secretaria da Amazônia Legal e a técnicos do Ibama para a elaboração de um documento conjunto com a Universidade de Brasília, a ser apresentado ao Presidente da República como subsí-

dio ao seu compromisso de apoio e financiamento dos custos ambientais da Amazônia..... 06632

SENADOR HUMBERTO LUCENA – Situação dos servidores públicos, sem reajuste salarial há dois anos. Apoio à fixação de teto para os salários do funcionalismo público. 06633

SENADOR JOSÉ FOGAÇA – Reforma previdenciária, em tramitação no Senado, e reforma administrativa, em fase de votação na Câmara dos Deputados. Distorções na remuneração do funcionalismo ativo e inativo..... 06635

SENADORA MARINA SILVA – Inoportunidade da exoneração do Sr. Raimundo de Araújo Lima, Superintendente do INCRA no Estado do Acre, que vinha desenvolvendo um bom trabalho contra fraudes..... 06637

1.2.6 – Designação da Ordem do dia da próxima sessão deliberativa ordinária.

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSO PRONUNCIADO EM SESSÃO ANTERIOR

Do Senhor Humberto Lucena, proferido na sessão de 25-3-97 (republicação)..... 06652

3 – ATA DE COMISSÃO

11ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 1.101, de 1996, destinada a apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de Títulos Públicos, Estaduais e Municipais, nos exercícios de 1995 e 1996, realizada em 11 de março de 1997. (republicação)..... 06654

4 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 666 a 699, de 1997. 06748

5 – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

Edital de convocação da 35ª Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 3 de abril do corrente ano..... 06765

6 – MESA DIRETORA

7 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

8 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

9 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

10 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

11 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

12 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 27ª Sessão Não Deliberativa, em 26 de março de 1997

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

*Presidência da Sra.: Júnia Marise, dos Srs. Eduardo Suplicy e
José Fogaça e da Sra. Marina Silva*

(Inicia-se a sessão às 14h30min)

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lúcio Alcântara, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte.

EXPEDIENTE

AVISO

DE MINISTRO DE ESTADO

Nº 65/97, de 20 do corrente mês, do Ministro de Estado de Minas e Energia, solicitando a prorrogação do prazo por mais 30 dias para o atendimento ao Requerimento nº 89, de 1997, de informações, do Senador Ernandes Amorim.

A solicitação do Ministro foi encaminhada ao requerente.

OFÍCIO

DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Nº 45/97, de 25 do corrente, comunicando que aquela Casa determinou o arquivamento, em virtude de prejudicialidade, do Projeto de Lei do Senado nº 139, de 1993 (nº 4.614/94, naquela Casa), de autoria do Senador Hydekel Freitas, que considera crime o porte de arma de fogo nas condições que especifica e dá outras providências.

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – O Expediente lido vai à publicação.

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – Sobre a mesa, ofícios que serão lidos pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lúcio Alcântara.

São lidos os seguintes

OF/GAB/Nº207

Brasília, 26 de março de 1997.

Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado Pinheiro Landim, na qualidade de Titu-

lar, e dos Deputados José Priante e De Velasco, na qualidade de Suplente, para integrarem a Comissão destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória 1.550-37, de 13 de março de 1997, em minha substituição, e dos Deputados José Luiz Clerot e Confúcio Moura, respectivamente.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Geddel Vieira Lima** – Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL.

OF/GAB/Nº208

Brasília, 26 de março de 1997.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação dos Deputados Edinho Bez e Pedro Irujo, para integrarem, na qualidade de Titular, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.537-36, de 13 de março de 1997, e, na qualidade de Suplente, os Deputados Pedro Novais e Sílvio Pessoa, em minha substituição e dos Deputados Eliseu Padilha, José Luiz Clerot e Confúcio Moura, respectivamente.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Geddel Vieira Lima** – Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL

OF/GAB/I/Nº 243

Brasília, 21 de março de 1997.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação do Deputado José Luiz Clerot para integrar, na qualidade de **Titular**, a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.550-37, de 13 de março de 1997, em substituição ao Deputado Eliseu Padilha.

Por oportuno, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL.

OF/GAB/I/Nº 249

Brasília, 26 de março de 1997.

Senhor Presidente,
Comunico a Vossa Excelência a indicação dos Deputados Gonzaga Mota e Dejandir Dalpasquale,

para integrarem, na qualidade de **Titular**, a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.530-37, e, na qualidade de suplente, os Deputados Djalma de Almeida César e Barbosa Neto, em minha substituição, e dos Deputados Eliseu Padilha, José Luiz Clerot e Confúcio Moura, respectivamente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL.

OF/GAB/I/Nº 250

Brasília, 26 de março de 1997.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência a indicação dos Deputados **Edinho Bez** e **Gonzaga Mota**, para integrarem, na qualidade de **Titular**, a Comissão Mista destinada a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.556-8, de 14 de março de 1997, e na qualidade de **Suplente**, os Deputados **Ricardo Rique** e **Paulo Ritzel**, em minha substituição e dos Deputados Eliseu Padilha, José Luiz Clerot e Confúcio Moura, respectivamente.

Na oportunidade renovo a Vossa Excelência protestos de consideração e apreço. – Deputado **Geddel Vieira Lima**, Líder do Bloco PMDB/PSD/PSL.

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – Os ofícios lidos vão à publicação e serão feitas as substituições solicitadas.

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – A Presidência comunica ao Plenário que determinou à Secretaria-Geral da Mesa que procedesse à reconstituição do processado do Projeto de Resolução nº 28, de 1996, nos termos do art. 267 do Regimento Interno.

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – O Senhor Presidente da República enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória nº 1.549-28, adotada em 14 de março de 1997, publicada no dia 17 e republicada no dia 19 do mesmo mês e ano, que "dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências".

De acordo com as indicações das lideranças, e nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 2º da Resolução nº 1/89-CN, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria:

SENADORES

Titulares

José Bianco
Waldeck Ornelas

Suplentes

PFL

Francelino Pereira
Joel de Hollanda

PMDB

Jáder Barbalho
Nabor Júnior Gerson Camata
2.Carlos Bezerra

PSDB

Artur da Távola Teotonio Vilela Filho
Bloco Oposição (PT/PDT/PSB/PPS)

José Eduardo Dutra Sebastião Rocha

PTB

Valmir Campelo Emilia Fernandes

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

PFL

Mendonça Filho Maurício Najar
Vilmar Rocha Alexandre Ceranto

Bloco (PMDB/PSD/PSL)

Gonzaga Mota Ivandro Cunha Lima
Genésio Bernardino Pedro Yves

PSDB

Roberto Santos Franco Montoro

Bloco (PT/PDT/PC do B)

José Machado Neiva Moreira

PMN

Bosco França

De acordo com a Resolução nº 1, de 1989-CN, fica estabelecido o seguinte calendário para a tramitação da matéria:

Dia 26-3-97 – designação da Comissão Mista

Dia 31-3-97 – instalação da Comissão Mista

Até 24-3-97 – prazo para recebimento de emendas e para a Comissão Mista emitir o parecer sobre a admissibilidade

Até 2-4-97 – prazo final da Comissão Mista

Até 17-4-97 – prazo no Congresso Nacional

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – Passa-se à lista de oradores inscritos.

Concedo a palavra à nobre Senadora Benedita da Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Casildo Maldaner. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Guilherme Palmeira. (Pausa.)

Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, repetidas vezes vim à tribuna para tratar de um tema que merece a consideração e a reflexão de todos os que se interessam pelo desenvolvimento do Brasil, qual seja as desigualdades regionais.

Venho mais uma vez levantar minha voz para, desta tribuna, pedir que esse tema penetre nos corações e mentes de todos os brasileiros, principalmente daqueles a quem compete formular, implementar e direcionar ações e programas que tornem menores as diferenças entre as regiões deste País-Continente.

Este é um assunto que deve colocar o Brasil em estado de alerta permanente, pois se afeta a mim como representante que sou de um Estado da parte pobre da Nação, afeta igualmente a todos os brasileiros, na medida em que "desigualdades muito grandes corroem a integridade nacional", como bem expressou a pesquisadora do Ipea, Lena Lavinas.

O tema, Sr. Presidente, não é novo. E também não é exclusivo do Brasil. Se volto a ele com insistência, é porque me preocupo com as consequências da brutal desigualdade regional que entrava, sem perdão, o nosso desenvolvimento harmônico e constitui obstáculo sério para a própria unidade nacional.

Recentemente, reportei-me desta tribuna a matéria publicada pelo jornal **Gazeta Mercantil**, de 7 de janeiro de 1997, que divulgava dados econômicos e sociais de um estudo da Confederação Nacional da Indústria – CNI – sobre as cinco regiões brasileiras. Lembro-me de ter mencionado o fato de o Sudeste ter sido a única região, no período de 1985 a 1995, a evidenciar crescimento do Produto Interno Bruto – PIB. Todas as demais regiões assistiram a um decréscimo da sua economia.

Não foi diferente o resultado de outra pesquisa importante, o relatório anual do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, cujos dados também suscitaram um pronunciamento que fiz no plenário desta Casa, em meados do ano de

1996. Essa pesquisa, de abrangência nacional, buscou definir o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, para descrever a situação de bem-estar social da população brasileira como um todo e dos Estados em particular. Pois bem: coube ao Nordeste a pior marca no que se refere à porcentagem da população situada abaixo da linha de pobreza: praticamente metade da população nordestina encontra-se em situação de pobreza, não dispondo de renda suficiente para adquirir os mais elementares bens necessários à vida cotidiana.

Em entrevistas à **Veja**, a pesquisadora Lena Lavinas afirma estar o Brasil "atravessando uma fase em que as desigualdades sociais estão recrudescendo". Segundo ela, "depois de quase quatro décadas em que a distância entre os Estados ricos e os Estados periféricos vinha encolhendo ainda que lentamente".

É preocupante observar que os anos 90 nos trazem a tendência de aumento das desigualdades entre os Estados brasileiros, principalmente no contexto atual, em que se verificam as coincidências de um movimento de abertura da economia do Brasil, maior retração do Estado na área dos investimentos públicos, maior recuo na regulação da economia, uma forte reestruturação do setor produtivo e o aumento da concorrência entre Estados e regiões para angariar investimentos privados.

A tendência de desigualdade entre os Estados, no tocante à renda **per capita**, está evidenciada num trabalho da professora Lena Lavinas, Diretora de Pesquisa do IPEA, em colaboração com outros pesquisadores, intitulado "Desigualdades Regionais e a Retomada do Crescimento num Quadro de Integração Econômica". O que observou a pesquisa quanto à evolução dos PIBs estaduais, numa década marcada pela instabilidade econômica e pelo crescimento nacional praticamente nulo? Observou que, a partir de 1990, notadamente a partir de 1992, ampliaram-se, tendencialmente, os desequilíbrios regionais. Chegamos a 1994 com um norma desequilíbrio de renda **per capita**. Brasília detém o maior PIB **per capita**, num valor cinco vezes maior que aquele registrado para os cinco Estados mais pobres da Federação, a saber: Tocantins, Maranhão, Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte.

Numa outra análise, tomando as informações disponíveis sobre os PIBs nominais estaduais, o estudo revelou, para uma década de crescimento praticamente nulo, em que o PIB nacional cresceu apenas 17%, um aumento da concentração de renda regional, mas sempre nas mãos dos mesmos Estados

mais ricos. Vejamos os dados: em 1985, os sete Estados brasileiros mais ricos, a saber: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Bahia e Santa Catarina, detinham dois terços da riqueza produzida no País; em 1994, o percentual subiu para 77,3%.

Ao lado dos grandes diferenciais de renda interestaduais, permanecem indicadores não menos importantes, como os que dizem respeito à educação, por exemplo. A mesma pesquisa acima referida aponta o grau de escolaridade médio da população com mais de 15 anos de idade no patamar de 5,4 anos de estudo. Ou seja, essa população, que deveria ter tido oito anos de escolaridade, fica limitada a pouco mais que um curso primário completo, o que é insuficiente para enfrentar mudanças tecnológicas estruturais no mercado de trabalho.

Com relação às taxas de analfabetismo, diz a pesquisa, "as melhoras alcançadas estão longe de anunciar sua breve erradicação". O quadro revelado nos Estados menos desenvolvidos é grave, Sr^a Presidente. "No Nordeste, persiste um percentual elevado de pessoas que não sabem ler nem escrever. No entanto, os maiores diferenciais na proporção de analfabetos se encontram-se entre as áreas urbanas e rurais. Sobre esse aspecto, a pesquisa avança uma explicação, que reproduzo:

"A ausência de uma espacialização das políticas sociais, que contemple prioritariamente as regiões mais desfavorecidas do ponto de vista dos indicadores sociais, e o avanço do processo de descentralização fiscal, consubstanciado pela Constituição de 1988, delegando a estados e municípios novas competências na formulação, execução e acompanhamento das políticas sociais antes nas mãos do governo federal explicam em parte a lentidão com que se reduzem os diferenciais espaciais de bem-estar inter-regionalmente."

Destaco mais um parágrafo do estudo referido e reproduzindo-o aqui, como mais um dado para o qual temos de olhar, ao refletirmos sobre os impactos da descentralização no quadro de nossas desigualdades regionais.

"O gasto social **per capita** para funções como saúde e saneamento, educação e cultura, habitação e urbanismo aumenta mais rapidamente nos estados mais ricos do que nos Estados mais pobres da Federação, embora esses tenham sido muito mais aqui-

nhoados do que aqueles com o aumento das transferências correntes propiciado pela Constituição. O problema não se resume unicamente no volume de recursos, mas compreende também a sua alocação. O que se observa é que mesmo quando se obtém a ampliação da capacidade de autofinanciamento de Estados e Municípios com base na elevação de sua arrecadação própria e, paralelamente, aumentam-se as transferências da União para outros níveis de governo, redistribuindo assim meios e, portanto, novas condições para enfrentar desafios no plano local, nem por isso está assegurada a descentralização. Embora a autonomia de Estados e Municípios para orçar, gerir, gastar e acompanhar despesas seja preceito constitucional no Brasil, poucos parecem de fato preparados para enfrentar esse problema".

Muito mais poderia eu dizer, Sr. Presidente, sobre a questão das desigualdades regionais em nosso País, assunto que está no núcleo das minhas preocupações constantes. Mas vou-me aproximando do final deste pronunciamento, que, com certeza, não será o último que farei sobre tal matéria.

É preciso dizer, ainda, que não é apenas o Brasil que enfrenta o problema dos desequilíbrios internos. Nem são apenas os países subdesenvolvidos que têm de enfrentá-lo. Muitos países desenvolvidos, por exemplo, como a Itália, principalmente aqueles que dispõem de grande extensão territorial, sofrem com as desiguais de condições de seu território, em que regiões mais prósperas se contrapõem a outras marcadas pela pobreza e pela carência de tudo.

Nós, no Brasil, já nos acostumamos a dividir nosso território por um eixo horizontal, distinguindo a "parte de baixo", rica e desenvolvida, da "parte de cima", pobre e subdesenvolvida. É a geopolítica do homem a se sobrepor à geografia da natureza! Essa situação não pode continuar.

Temos de arregimentar nossas forças, todas, se necessário for, para reverter essa injusta desigualdade. Devemos buscar um novo ciclo de desenvolvimento econômico que dê chance ao Norte e ao Nordeste de se integrarem ao cenário de globalização regional e mundial, que parece irreversível. O Brasil deve estabelecer compromissos fortes com a equalização de políticas em âmbito interno, sob pena de, se não o fizer, colocar em risco a própria Unidade Nacional.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – Prosseguindo a lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra por cessão da nobre Senadora Júnia Marise.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (Bloco-SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Srs. Senadores, volta e meia, vemos manifestações por parte do Governo, do Presidente da República, de Ministros, enfim, de setores do primeiro escalão dizendo que a Oposição não tem propostas, que a Oposição só pensa em criticar, não pensa em formular alternativas, não pensa em formular contribuições para melhorar o Brasil. E é até possível se dizer isto a partir da prática que o Governo vem fazendo de assumir propostas feitas pela Oposição, sem dar o necessário crédito a essas propostas.

Recentemente, se não me engano, o Deputado Cunha Bueno estava acusando o Ministro Antônio Kandir de plágio, por ter se apropriado de um Projeto do Deputado que estava em tramitação na Câmara e apresentado já agora sob a chancela do Governo. Eu vi uma matéria no **Jornal do Brasil**, de segunda-feira, que me surpreendeu. O título da matéria é:

"Governo quer mudar as regras para quebra do sigilo bancário".

Diz a matéria:

"O governo quer aproveitar que as atenções do Congresso Nacional estão voltadas para a CPI dos Precatórios e para o processo administrativo de sonegação de impostos contra o ex-presidente Fernando Collor de Melo para ampliar o regulamento da quebra do sigilo bancário e, com isso, evitar o uso de contas correntes para a lavagem de dinheiro. Através de projeto de lei, o governo vai propor que a Receita Federal passe a ter acesso aos dados bancários dos correntistas para melhor combater a sonegação fiscal. A idéia é obrigar os bancos públicos e privados a informar ao Banco Central e à Receita Federal toda a movimentação bancária acima de determinado valor – ainda a ser definido – ou movimentações frequentes de grandes valores."

Mais adiante, diz o texto:

"Na próxima quinta-feira, dia 27, o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, realiza a última rodada de discussões internas para elaboração do projeto de lei, a

ser encaminhado ao Congresso Nacional até o fim de abril. Pelo projeto, os bancos são obrigados a informar ao Banco Central, e este à Receita Federal, toda a movimentação bancária de contas correntes acima de determinado valor. De posse das informações, a Receita Federal abre um processo de fiscalização para acompanhar as transações bancárias do correntista."

Continua a matéria, inclusive afirmando que "esse processo de informações bancárias já vem sendo utilizado nos Estados Unidos e em outros países há alguns anos."

O primeiro projeto por mim apresentado nesta Casa, no dia 16 de fevereiro de 1995, diz, em seu art. 1º:

"As instituições financeiras, as sociedades corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários, as sociedades de investimentos e arrendamento mercantil, as bolsas de valores, de mercadorias, de futuros, e instituições assemelhadas e seus associados fornecerão, mensalmente, à Secretaria da Receita Federal, informações relativas a operações financeiras superiores a 20.000 UFIRs, efetuadas no período pelos usuários dos respectivos serviços."

Ou seja, o projeto é exatamente igual a esse que o Governo agora diz que vai apresentar.

Quero informar a esta Casa que tive uma audiência com o Dr. Everardo Maciel no dia 24 de outubro de 1995. O meu projeto já havia sido aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos desta Casa; entreguei uma cópia do mesmo ao Dr. Everardo Maciel, para ouvir a sua opinião e solicitar o apoio da Receita Federal à tramitação, com a necessária brevidade, deste projeto no Senado da República.

No dia 24 de outubro de 1995, o Dr. Everardo Maciel disse, textualmente, que concordava com o projeto, entendendo que esse era o caminho que o Brasil deveria trilhar, tendo registrado – como também eu o fizera na justificativa do meu projeto – que já existe esse tipo de dispositivo nos Estados Unidos. Inclusive, o meu projeto era mais **light** do que o determinado pela legislação desse país, porque estabelecia um limite de 20.000 UFIRs, o que, à época, significava algo em torno de R\$13 mil – hoje, um pouco mais de R\$14 mil –, quando nos Estados Unidos esse limite é de US\$10 mil. Se considerarmos a renda **per capita** dos brasileiros em comparação com a dos Estados Unidos, veremos que nesse país

esse dispositivo é ainda muito mais rigoroso do que o projeto que estávamos apresentando.

O Dr. Everardo Maciel disse que concordava com o projeto e que iria analisá-lo de forma detalhada; inclusive, prometeu enviar-me sugestões no sentido de aperfeiçoá-lo quando o projeto viesse ao Plenário. Passou-se um ano e meio e não houve nenhuma manifestação por parte do Secretário da Receita Federal.

Agora, vemos que o Governo pensa em apresentar um projeto exatamente igual àquele que já havíamos apresentado. Se o Governo realmente tivesse interesse em aprovar um projeto semelhante, o mais lógico seria aproveitar esse projeto que já se encontra aqui, tendo sido aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos. Depois, houve um requerimento para que fosse submetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania; posteriormente, foi apensado a um outro projeto de natureza semelhante, do Senador Lúcio Alcântara, voltou para a Comissão de Assuntos Econômicos e já está, há alguns meses, para ser relatado pelo Senador Sérgio Machado, Líder do PSDB nesta Casa, Partido do Presidente da República.

Ou seja, talvez estejamos vendo, mais uma vez, o Executivo reforçando a sua opinião de que o Congresso não faz nada, não legisla, não produz; e, junto a isso, as afirmações de que a Oposição não propõe, de que os partidos de esquerda não têm proposta. É muito mais cômodo para eles apropriarem-se de projetos da Oposição como se fossem idéias originais do Governo Federal, para reforçar esse discurso de que apenas o Governo se preocupa em aperfeiçoar a legislação, de que apenas o Governo está preocupado com lavagem de dinheiro, com a sonegação fiscal, com os laranjas, com a despesa das contas fantasmas.

Na justificativa do meu projeto eu registrava, inclusive, que o mesmo havia sido, originariamente, apresentado na Câmara dos Deputados pelo então Deputado José Dirceu, atual Presidente Nacional do Partido dos Trabalhadores. Terminada a legislatura passada e não estando mais o Deputado José Dirceu no exercício do seu mandato, o projeto foi arquivado na Câmara dos Deputados. Em função disso, aqui rerepresentei-o, com algumas modificações, inclusive tendo feito referência, na justificativa, à existência desse projeto anterior, do Deputado José Dirceu.

Agora, o Secretário da Receita Federal irá apresentar o projeto, e é bom que o faça. Porém, o mais lógico seria – até em respeito a esta Casa, aos

parlamentares, a um parlamentar de Oposição que apresentou um projeto com o qual o Dr. Everardo Maciel concorda -, inclusive, por uma questão de tempo, que houvesse um apoio por parte das Lideranças do Governo e do próprio Dr. Everardo Maciel a esse projeto que está pronto para ser votado por esta Casa.

Não tenho a mínima dúvida de que, até sob aquela lógica de que o que vem da Oposição não merece ser aprovado, parlamentares da base governista pudessem votar contra o meu projeto – mas depois votariam à favor do projeto do Governo, que é exatamente igual.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, são esses aspectos que demonstram o pouco respeito que o Executivo tem pelo Legislativo e, particularmente, por parlamentares da Oposição.

Espero, independentemente da discussão sobre paternidade do projeto, que o Governo o envie e que o mesmo venha a ter a tramitação rápida que merece. De qualquer forma, essa é uma questão importante na luta que vem sendo desenvolvida neste País, desde a CPI do Collor, passando pela CPI do Orçamento e, agora, nesta CPI dos Precatórios, contra a lavagem de dinheiro, a sonegação fiscal, a continuada existência de laranjas e contas fantasmas.

Desejo apenas registrar que, por mais que o Governo diga que o projeto é dele, o projeto não é dele, porque houve pessoas que pensaram nisso antes do Executivo.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. José Eduardo Dutra, a Sra. Júnia Marise, 2^a Vice Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra à nobre Senadora Júnia Marise, que dispõe de 20 minutos.

A SRA JÚNIA MARISE (Bloco/PDT-MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, apesar das manifestações de ufanismo por parte do Governo com relação à política econômica deste País, em que as vozes representativas do Governo têm sempre expressado, até com uma certa empolgação, a queda da inflação no Brasil, o aumento da produção e a estabilidade econômica atingida, certamente, esses mesmos porta-vozes do Governo, e até o Presidente da República, não têm as informações estatísticas que demonstram, claramente, que apesar da estabilidade econômica, apesar da queda da infla-

ção, temos, hoje, um país que convive com o sucateamento do setor produtivo nacional. Uma verdadeira quebradeira tomou conta das empresas nacionais, e os resultados de todas essas mazelas estão atingindo especialmente a vida dos trabalhadores.

Quero trazer, para conhecimento da Casa e das autoridades governamentais, o levantamento e as estatísticas que foram divulgadas nesta semana pelos principais jornais do meu Estado, Minas Gerais.

Só na região metropolitana de Belo Horizonte, o desemprego já atinge 197 mil pessoas, uma estatística alarmante, que demonstra o grau de crescimento da taxa de desemprego. E qual a consequência do desemprego? É a marginalidade, que muitas vezes resulta na delinquência. Estamos vendo esse processo se agravar a cada dia, causando, sem dúvida alguma, o aumento da violência no nosso País.

Mas o mais grave é exatamente o resultado desse processo, porque o trabalhador, pai de família, desempregado, sem salário, sem condições de comprar o alimento para sustentar a sua família, está hoje desesperado, perambulando pelas ruas. Muitos estão buscando a economia informal, os biscates, virando camelôs, procurando a sua sobrevivência a qualquer preço, exatamente para não cair no desespero da marginalidade e da delinquência. Esses dados mostram que trabalhadores na faixa etária de quarenta anos são os mais atingidos.

Essa pesquisa não foi feita ou apresentada aleatoriamente, mas divulgada pela Fundação João Pinheiro, órgão do Governo do Estado que está sempre monitorando os diversos setores da sociedade, nas áreas de emprego, custo de vida e nas demais áreas que atingem a nossa sociedade.

Esses dados mostram, ainda, que a taxa de desemprego na grande BH subiu para 11,8%, depois de ter ficado em 10,7%, em dezembro. Com isso, a população desempregada passou a ser de 197 mil pessoas: dezessete mil pessoas perderam o emprego só no mês de janeiro deste ano. Na Capital, o índice de desemprego subiu de 9,7% em dezembro, para 11% em janeiro. Entre as faixas etárias, a mais prejudicada foi a de 40 anos.

O nível de ocupação na indústria caiu 5,1%, com perda de treze mil vagas; na construção civil, foram criados apenas mil postos de trabalho. O destaque ficou por conta do comércio, com a criação de dez mil postos.

O segmento de serviços foi o mais afetado com a alta da taxa de desemprego em janeiro.

O jornal **O Estado de Minas**, com os dados divulgados pela Fundação João Pinheiro, revela que essa taxa de desemprego pode resultar no ajuste dos estoques e diminuição do quadro de pessoal das empresas, principalmente a partir das festas de Natal, no final do ano.

Estamos constatando, mais uma vez, que essa realidade está atingindo toda a sociedade. Os dados demonstram que temos, hoje, dez milhões de trabalhadores na economia informal do nosso País. Isso ocorre em todos os Estados, principalmente em São Paulo e Minas Gerais. A situação tende a se agravar a cada dia, exatamente porque as empresas, sem condições de continuarem sobrevivendo em razão das altas taxas de juros, estão preferindo fechar suas portas, muitas vezes buscando a concordata e a falência.

Por isso, voltamos a alertar o Governo, principalmente a área econômica e o Ministério do Trabalho. Certamente, esses dados estão na mesa no Ministro Paulo Paiva. E, mais uma vez, ficam as perguntas que sempre fazemos neste plenário: quais as providências? O que pretende fazer o Governo para reduzir o desemprego em nosso País? Atacar de frente o problema da fome, da miséria e da pobreza, com a implantação de programas que possam reduzi-los?

Nesses últimos dias, como aqui bem retratou o Senador José Eduardo Dutra, o Presidente da República tem posado de crítico da Oposição, pois esta tem colocado, freqüentemente, o dedo na ferida. Será que apenas nós, da Oposição, temos o compromisso de defender os interesses do nosso povo, de olhar por aqueles que estão hoje desempregados e por milhares e milhares de famílias brasileiras que estão vivendo na mais absoluta miséria?

A Oposição tem tido a preocupação permanente, quotidiana, de defender esse segmento da nossa sociedade, mas por que não o Governo, principalmente o Governo, que foi eleito pelo povo pregando mudanças, pregando a melhoria na área da saúde, pregando a melhoria na área da educação, prometendo programas de construção de casa própria e o aumento do emprego no nosso País. Não estamos vendo nada disso! Na verdade, constatamos, mais uma vez, que essas palavras e essas promessas continuam sendo reiteradas, mas ficam apenas nas palavras. Não estamos vendo nem constatando nenhum programa, nenhum projeto governamental que possa olhar pelas 35 milhões de crianças que estão nas ruas do nosso País inteiramente abandonadas, expostas à marginalidade e à delinquência; não es-

tamos vendo nenhum programa de aumento de emprego. Ao contrário. As estatísticas mostram o aumento do desemprego no País. Também não estamos vendo nenhuma atitude prática desse Governo para combater o analfabetismo. O Ministério da Educação reconhece que temos hoje dez milhões de crianças fora da escola. Essas crianças poderão, num futuro muito próximo, somar-se ao contingente de adultos analfabetos do nosso País – número que alcança trinta milhões.

É triste vermos essas críticas mais uma vez se perderem. Elas se perdem, porque vão de encontro a propostas vazias, perdem-se porque essas propostas não têm a confiança e a credibilidade do povo.

Não basta apenas, Sr. Presidente, Srs. Senadores, a estabilidade econômica e a queda da inflação. Aliás, isso é algo que todos desejamos e queremos; queremos que a estabilidade continue no nosso País, a fim de não retomarmos àquela cultura inflacionária do passado com uma inflação acima de 70%. Mas, além disso, queremos que esse Governo, que tantas promessas fez na sua campanha e no seu programa, possa, ainda neste período, resolver problemas cruciais que atormentam o nosso povo, para que possamos promover uma melhor distribuição da renda nacional.

Quantas coisas temos visto? Quantas situações críticas estamos assistindo por todo o País? São as situações provocadas pelas chuvas; são as situações provocadas pelo desespero. Mas são, acima de tudo, as situações que demonstram a fragilidade de um Governo que não atentou ainda para esse grave problema social do nosso País. Por isso, mais uma vez faço um apelo ao Governo Federal, demonstrando que, só na região metropolitana de Belo Horizonte, o desemprego já alcança praticamente 200 mil trabalhadores que perderam os seus empregos e que certamente estão em situação difícil para a sobrevivência de sua família. Que esse Governo medite e reflita a respeito dessa situação, para que o País possa retomar o seu desenvolvimento econômico e social, baseado, acima de tudo, na cidadania do nosso povo, para que ele possa, sim, participar do nosso desenvolvimento com o seu emprego, com um salário digno e em condições de dar sobrevivência à sua família. Só assim teremos a distribuição da renda nacional e o equilíbrio social que todos desejamos para o nosso País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O Sr. Eduardo Suplicy deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Júnia Marise, 2ª Vice-Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – Voltando à lista de oradores inscritos, concedo a palavra à Senadora Benedita da Silva. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (PT-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o Governo anunciou ontem restrições ao financiamento de importações nas operações de prazo inferior a um ano, excluindo as importações de petróleo e as de menor valor. Trata-se de medidas que procuram fazer face a um problema que já vinha se manifestando de forma clara há muito tempo: o estímulo indevido às importações decorrentes das maiores facilidades de obtenção de crédito em moeda estrangeira, vinculado à importação.

A expansão exagerada das importações e o crescimento preocupante do déficit comercial devem ser explicados não só pela valorização cambial e pela abertura da economia, mas também pela maior atratividade, em termos de custo e prazo, dos financiamentos à importação. Com as altas taxas de juros e os prazos mais apertados nas operações denominadas em moeda nacional, os agentes econômicos estavam sendo estimulados a importar, no caso de muitos produtos, mesmo que as condições de preço e qualidade do produtor nacional fossem competitivas.

As medidas de ontem revelam um reconhecimento, por parte do Governo, da importância crescente do desequilíbrio comercial e do balanço de pagamentos em conta corrente. Embora alguns diretores do Banco Central continuem tentando negar a relevância do problema, recorrendo às vezes a argumentos destituídos de fundamentação técnica, o Governo demonstra por esses atos que não está indiferente aos riscos na área externa. Nem poderia estar. Os dados recentes mostram um agravamento substancial da posição externa do País.

Essas medidas não são, entretanto, suficientes para tranquilizar-nos quanto à evolução das contas externas brasileiras. Ontem mesmo, o Banco Central dos Estados Unidos resolveu, pela primeira vez desde o início de 1995, aumentar a taxa de juros de curto prazo nesse país. Ninguém pode desconhecer o que isso representa para o Brasil, país que apóia a sua estratégia macroeconômica, de modo exagerado, na disponibilidade de capitais externos. Se o aumento decidido ontem for seguido de novos aumen-

tos ao longo dos próximos meses, a situação brasileira pode se complicar substancialmente. Aumentará a despesa com os juros da dívida externa e haverá maior dificuldade de atrair os capitais externos requeridos para financiar os desequilíbrios do balanço de pagamentos em conta corrente.

Mesmo que não aconteça uma contração abrupta da oferta de capitais externos para o Brasil, uma tendência de aumento nos juros dos Estados Unidos, combinada com juros baixos no Japão, na Alemanha e em outros centros financeiros internacionais, poderá levar a uma continuação da tendência recente de valorização do dólar nos mercados internacionais de câmbio. Como o real está ancorado no dólar, isso levaria a um indesejado agravamento da valorização do Real em relação ao iene, ao marco alemão e às moedas européias e asiáticas vinculadas a essas moedas, aprofundando uma tendência que já vem sendo observada nos últimos meses.

Essas tendências internacionais contribuem para reduzir ainda mais a competitividade internacional do Brasil. A já excessiva apreciação do real em relação ao dólar está sendo agravada por uma apreciação do real em relação a outras moedas muito relevantes para o comércio exterior brasileiro. Mais uma razão para redobrar esforços no sentido de promover as exportações e evitar uma expansão exagerada das importações.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Júnia Marise) – Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (Bloco\PSB-PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, volto a um tema já bastante discutido nesta Casa. Normalmente há repercussão quando fazemos denúncias extremamente graves sobre o que acontece em nosso País.

O discurso que fiz aqui na semana passada, exatamente na quinta-feira, sobre as barbaridades que estavam sendo cometidas contra os garimpeiros de Serra Pelada pela Companhia Vale do Rio Doce e pelo Governo do Estado do Pará, fez com que algumas das medidas que deveriam ser tomadas contra os garimpeiros fossem modificadas e o Governo decidiu religar a energia em Serra Pelada e chamou algumas lideranças para discutir a questão.

Em Belém, reuniram-se o Governador do Estado do Pará, Almir Gabriel, o representante da Companhia Vale do Rio Doce, David de Araújo Leal, o Sr. Osmar Ribeiro da Silva, Prefeito de Curionópolis, e o Presidente da Câmara Municipal de Curionópolis. É impressionante que esses senhores – e o Prefeito de Curionópolis foi eleito por nós, com a nossa ajuda, com o nosso apoio, com o apoio dos garimpeiros de Serra Pelada – tenham se reunido em Belém e chegado a um acordo com a Companhia Vale do Rio Doce, que envolve essencialmente a vida dos garimpeiros de Serra Pelada, sem que os tenha consultado. Ninguém foi ouvido, nenhum garimpeiro foi escutado e decidiram algumas coisas que são verdadeiros absurdos.

O documento que fecha a proposta – gostaria que fosse inserido nos Anais do Senado – diz o seguinte:

"Considerando a premissa de que a CVRD não despenderá recursos para o desmonte dos chamados "barracos novos" – são as casas que foram construídas de dois anos para cá;

"Considerando que a CVRD subentende a retirada destes como condição para a retomada das negociações" – e retomada das negociações significa indenizar o restante dos garimpeiros das suas casas para que eles, definitivamente, saiam de Serra Pelada;

"Considerando a proposta do prefeito e dos vereadores de Curionópolis de que as ações de desativação dos "barracos novos" e a indenização e desativação dos barracos velhos podem acontecer de forma paralela, nos termos a seguir apresentados, propõe:

1) Criar uma comissão com representantes da Prefeitura Municipal de Curionópolis, do Poder Legislativo do Estado do Pará, das igrejas, dos garimpeiros, do Executivo Estadual e da CVRD;

A comissão terá como objetivos:

1) Acompanhar os estudos referentes ao cadastro original feito pela CVRD com o objetivo de avaliá-lo, compará-lo com a relação dos já indenizados e definir os verdadeiros clientes da indenização;

2) Definir os critérios para a avaliação das benfeitorias;

3) Criar mecanismos, com a CVRD, para garantir a lisura do processo de indenização;

4) Apresentar o planejamento da operação de deslocamento dos garimpeiros de Serra Pelada para as cidades de Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Parauapebas e também para a Ferrovia" – e, colocados nas ferrovias, só Deus sabe aonde irão parar esses garimpeiros.

"5) Sugerir procedimentos que garantam a fiscalização do processo migratório que vem ocorrendo em Serra Pelada;"

E olhem o absurdo da proposta:

"6) Criar instrumentos que impeçam outras construções, com o objetivo específico de receberem privilégios".

Ora, quem vai determinar se outra construção tem ou não o objetivo específico de receber privilégios?

Serra Pelada é um distrito legalmente constituído; a Cooperativa dos Garimpeiros tem poderes absolutos para dar a quem quiser qualquer terreno para que nele possa construir. Como é que essas pessoas podem agora se arvorar no direito de decidir sobre o destino daquela gente?

E eles estabelecem um prazo de 90 dias para o encerramento da desmobilização dos garimpeiros de Serra Pelada.

É impressionante a capacidade dessa empresa de comprar pessoas! É impressionante a capacidade dessa empresa de, buscando o seu objetivo, atender ao interesse do Presidente da República de privatizá-la a qualquer custo, fazer o que ele está fazendo! E como ela não pode reunir-se com os garimpeiros, reúne-se com lideranças políticas, corrompendo-as, convencendo-as e submetendo-as às suas determinações e desejos.

Lamento profundamente que o Prefeito de Curionópolis esteja a participar desse acordo e a concordar com ele. Os garimpeiros de Serra Pelada não foram ouvidos, nem cheirados, nem escutados. Como se decide sobre o destino dos outros sem lhes dar oportunidade de dizer o que pensam e o que querem fazer de suas próprias vidas? É um verdadeiro absurdo o que estamos a assistir!

Eles não querem sair de lá. E é evidente que esse acordo, feito pelo Governador do Estado, que deve estar contrariado com as denúncias que fiz contra ele neste Senado da República, agora tenta, atendendo aos interesses da Vale do Rio Doce, dar alguma solução para o problema. Eles não vão encontrar solução, porque na hora em que chegarem com essas propostas às bases, lá em Serra Pelada, vão encontrar resistência.

Entendo ser um verdadeiro crime o que o Governo Almir Gabriel e o Governo Fernando Henrique Cardoso estão fazendo com essa gente. Serra Pelada deveria ser tombada como patrimônio histórico da Na-

ção brasileira. Serra Pelada representa uma fase da nossa História. São dezessete anos de existência! Há pessoas que estão lá há dezessete anos. Esse garimpo representou uma mudança na economia do sul do nosso Estado. O Brasil inteiro sabe o que foi e o que é Serra Pelada, que é conhecida no mundo inteiro.

A forma excepcional como se deu a exploração daquela riqueza mineral é uma coisa que deveria ser preservada para o resto da vida. O que a Vale do Rio Doce deveria fazer era indenizar esses garimpeiros, criando, à margem do Projeto Serra Leste, o projeto de matriz social que ela, quando não estava protegida pelas Forças Armadas e pela Polícia Militar do Estado do Pará, falava que faria. O tal projeto de matriz urbanizadora Serra Pelada; criaria, em volta de Serra Pelada, uma espécie de colônia agrícola; daria emprego no Projeto Serra Leste aos garimpeiros de Serra Pelada; pagaria aos garimpeiros **royalties** pela exploração dessa quantidade imensa de ouro que já lá existe, e que, segundo anunciou Fernando Henrique, são 150 toneladas – entretanto, já se fala hoje em 450 toneladas exclusivamente naquela reserva.

Se a Vale do Rio Doce, se o Governo brasileiro tivesse o mínimo de decência, o mínimo de coerência, o mínimo de respeito pelo cidadão humano, o que ele deveria fazer era isso.

Os garimpeiros estão pedindo 10% de **royalties** sobre a produção do ouro. É um pedido justo, um pedido até pequeno, muito aquém de seus direitos. Mas a Vale não quer nem ouvir falar em direito mineral para garimpeiro. Ela quer simplesmente banir da face do território do Estado do Pará o distrito legalmente construído de Serra Pelada.

Creio que nós ainda haveremos de ver essa novela por muito tempo. Esses homens têm uma força impressionante. Perseguidos, massacrados, eles resistem. Eu, às vezes, me pergunto como resistem tanto. Mas eles resistem! E o Governo não vai conseguir, com esse acordo, extinguir Serra Pelada do mapa do Estado do Pará.

Esses cidadãos não aceitarão o que foi combinado entre o Governador Almir Gabriel, a direção da Companhia Vale do Rio Doce e os garimpeiros de Serra Pelada. Tenho certeza de que haverá resistência a essa proposta, mas creio que, por mais que passe o tempo, alguma solução que faça justiça ainda poderá vir. Quem sabe até depois da privatização da Companhia Vale do Rio Doce!... Porque até lá, tenho certeza, não conseguirão tirar esses homens daquela área.

Quero homenagear essas pessoas pela sua coragem, pela sua bravura, pela sua resistência, pela sua indignação e pela sua revolta. É assim que se constrói este País.

Dito isso, Sr. Presidente, mais uma vez quero lamentar também a posição das Lideranças que respaldam o Governo no Congresso Nacional. Tais Li-

deranças já declaram que estão cedendo à pressão da bancada parlamentar do Congresso Nacional. Estes, além do salário de Senador ou de Deputado Federal, percebendo, portanto, R\$8 mil, acumulam duas ou três aposentadorias do serviço público. Essa bancada é formada de 149 parlamentares. Portanto, como alguns estão angariando salários que chegam a R\$28 mil por mês, resistem a votar a reforma administrativa, que estabelece um teto máximo de salário de R\$10.800,00 mensais.

A base governista, os parlamentares que dão sustentação ao Governo Fernando Henrique Cardoso, os Líderes do PMDB, do PSDB, do PFL, já manifestaram posição favorável em ceder às pressões desses parlamentares; não só desses parlamentares, mas de autoridades ligadas ao Judiciário, que também gozam dessas mordomias e não admitem um limite, um teto salarial de R\$10.800,00 por mês.

A Sr^a Marina Silva - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE – Ouço V. Ex^a com prazer.

A Sr^a Marina Silva – V. Ex^a está tratando do acúmulo de aposentadorias. Está tramitando, nesta Casa, um projeto de minha autoria que acaba com a duplicidade – e no caso, aí, alguns chegam a ter mais de duas aposentadorias – em todas as esferas. Sei o quanto é a drenagem dos recursos públicos para esse tipo de aposentadoria. Existem várias pessoas que percebem como senadores, como ex-governadores, como ex uma série de coisas. Para mim, o correto é que essas pessoas façam uma opção por uma forma de remuneração e que não se permita esse tipo de manobra para aumentar as receitas individuais e subtrair as receitas públicas para os investimentos necessários na saúde, na educação, naquilo que é fundamental para o País. Meu projeto está sendo relatado pelo Senador Roberto Requião, que tem se empenhado nessa questão. Lamentavelmente, também o projeto, tratando desse ponto específico, não consegue tramitar, não sei em função do quê. Mas, além da reforma administrativa que institui o teto, que V. Ex^a se referiu, de R\$10 mil, como o salário mais elevado para o serviço público, também tramita nesta Casa um projeto que acaba com o acúmulo de aposentadorias. Ou seja, aquele que estiver recebendo algum tipo de remuneração pela função pública terá que optar, necessariamente, por umas das formas de remuneração. Concorro inteiramente com V. Ex^a, que se constitui um prejuízo para a Nação e até mesmo uma situação desagradável a situação atual. Tive a oportunidade de participar de um debate em que estava o Ministro da Previdência, no meu Estado, e S. Ex^a falava exatamente do quanto o Estado brasileiro vem sendo dre-

nado nas suas finanças em função dessas manobras e como as aposentadorias indevidas – porque eu as considero indevidas – têm contribuído muito para isso. Obrigada.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Agradeço, Senadora Marina Silva. Quero ver agora onde vamos encontrar a decência do Governo, porque o seu papel, neste momento, seria informar à opinião pública brasileira a razão dessa absurda resistência; somar-se a todos aqueles que compreendem a necessidade de se estabelecer esse limite; ganhar a opinião pública e forçar esses parlamentares, esses ministros, desembargadores de tribunais do Poder Judiciário neste País a recuarem da sua posição e apoiarem essa reforma administrativa.

O que vemos no Brasil é um verdadeiro descalabro. O Brasil é um país que está errado sob todos os aspectos, a começar pelas diferenças salariais que aqui existem. É inacreditável que tenhamos essa diferença como uma questão legal. Dez mil e oitocentos reais significam praticamente cem vezes o salário mínimo de R\$112,00. Em qualquer país europeu a diferença maior que existe dentro da política salarial é de um para dez. Em nenhum país europeu um funcionário público ganha dez vezes mais do que o outro, ainda que ele seja o presidente da República ou o primeiro-ministro. Existem países onde o nível de formação, o nível cultural do povo é tamanho que a justiça social chega a ser muito forte, como a Suécia, onde a diferença salarial maior que existe é de um para três; um primeiro-ministro da Suécia ganha três vezes o que ganha aquela pessoa que apanha o lixo nas ruas daquele país. Aqui, no nosso, são cem vezes mais, cem salários mínimos, e ainda há aqueles que são contra esse tipo de limitação. É um verdadeiro absurdo aceitar esse tipo de coisa.

Espero que o Governo não ceda a isso, embora já percebamos claramente que as lideranças políticas que lhe dão sustentação já estão buscando uma alternativa para ceder a essa pressão de ministros dos tribunais de justiça do País e de parlamentares que gozam aposentadorias especiais, somando salários astronômicos, pagos com recursos advindos dos impostos que a Nação brasileira paga.

Era esta a minha manifestação, esperando que o Governo tenha a decência de resistir na sua posição, mantendo o limite máximo de R\$10.800,00 para os salários.

Muito obrigado.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. ADEMIR ANDRADE EM SEU PRONUNCIAMENTO:

Proposta para a retomada das negociações entre a Companhia Vale do Rio Doce e os garimpeiros remanescentes de Serra Pelada

O prefeito do município de Curionópolis Osmar Ribeiro da Silva, a deputada estadual Maria Alves dos Santos, o representante do Governo do Estado do Pará Emanuel G. Matos, o representante da Companhia Vale do Rio Doce em Belém David de Araújo Leal, e os vereadores do município de Curionópolis, reunidos no dia 20 de março de 1997 no auditório da Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, acordaram em apresentar a seguinte proposta ao governador do Estado do Pará Almir Gabriel e ao presidente da CVRD Francisco Schettino a seguinte proposta para o encaminhamento da retomada das negociações com vista à solução do problema dos garimpeiros em Serra Pelada:

Considerando a premissa de que a CVRD não dispenderá recursos para o desmonte dos chamados 'barracos novos';

Considerando que a CVRD subentende a retirada destes como condição para a retomada das negociações;

Considerando a proposta do prefeito e dos vereadores de Curionópolis de que as ações de desativação dos 'barracos novos' e a indenização e desativação dos barracos velhos podem acontecer de forma paralela nos termos a seguir apresentados, propõe:

1) Criar uma comissão com representantes da Prefeitura Municipal de Curionópolis, do Poder Legislativo do Estado do Pará, das Igrejas, dos Garimpeiros, do Executivo Estadual e da CVRD;

A comissão terá como objetivos:

1) Acompanhar os estudos referentes ao cadastro original feito pela CVRD com o objetivo de avaliá-lo, compará-lo com a relação dos já indenizados e definir os verdadeiros clientes da indenização;

2) Definir os critérios para a avaliação das benfeitorias;

3) Criar mecanismos, com a CVRD, para garantir a lisura do processo de indenização;


4) Apresentar o planejamento da operação de deslocamento ^{dos garimpeiros} de Serra Pelada para as cidades de Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Parauapebas e também para a Ferrovia;


5) Sugerir procedimentos que garantam a fiscalização do processo migratório que vêm ocorrendo em Serra Pelada;


6) Criar instrumentos que impeçam outras construções, com objetivo específico de receberem privilégios;

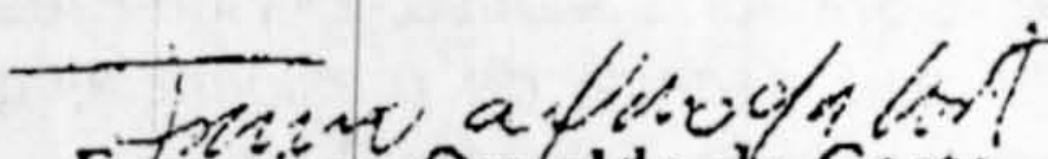
7) Criar instrumentos para desmobilizar e retirar aquelas pessoas que não são clientes da indenização. ?

8) Estabelecer o prazo de 90 dias (30/06/97) para encerramento da desmobilização dos garimpeiros de Serra Pelada.


David de Araújo Leal
Companhia Vale do Rio Doce

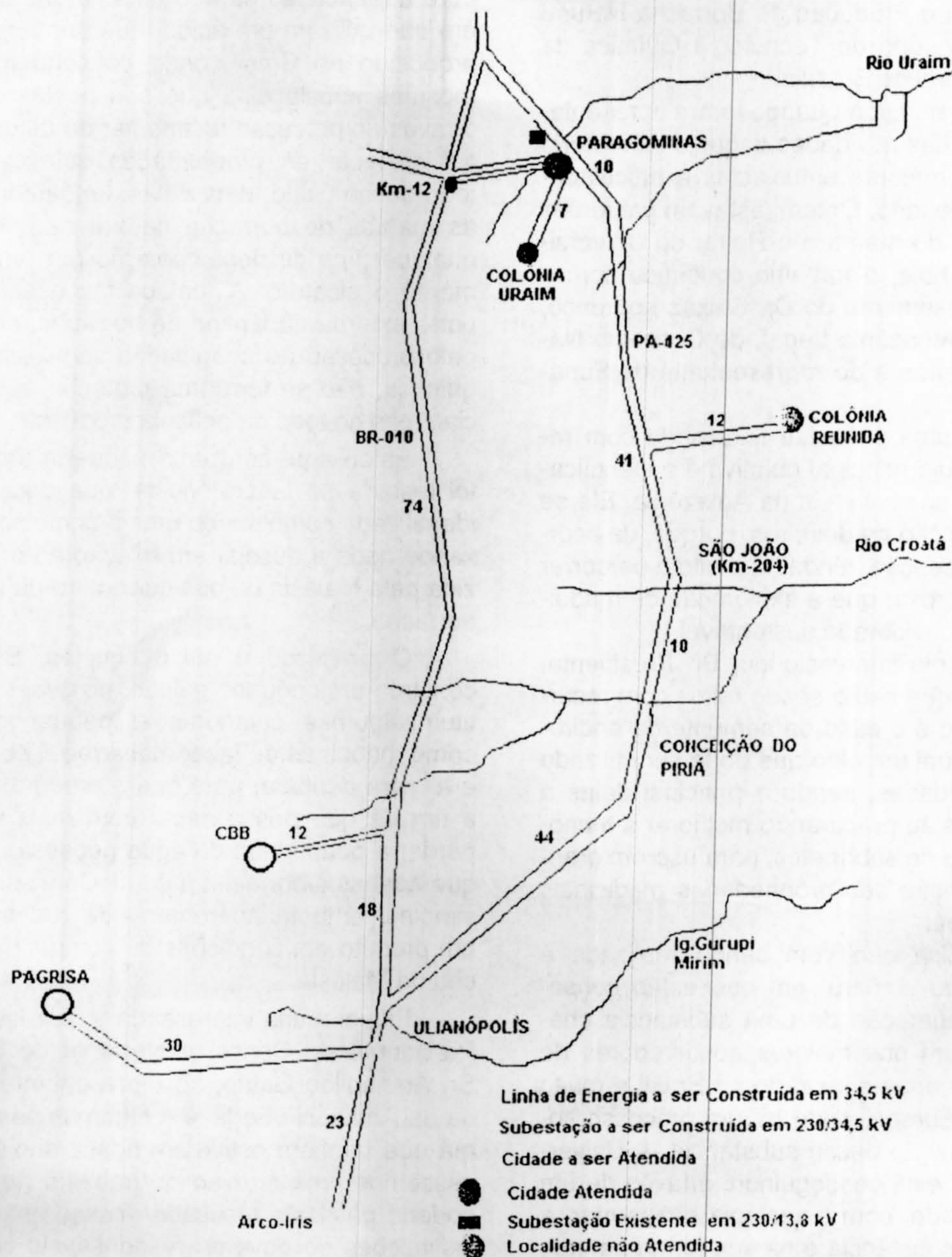

Emanuel G. Matos
Governo do Estado do Pará


Osmar Ribeiro da Silva
Prefeito Municipal de Curionópolis


Francisco Osvaldo da Costa
Presidente da Câmara Municipal de Curionópolis

Belém, 20 de março de 1997

**SISTEMA ELÉTRICO PROPOSTO PARA ATENDIMENTO
DO MUNICÍPIO ULIANÓPOLIS E LOCALIDADES DE
PARAGOMINAS (CONCEIÇÃO DO PIRIÁ E SÃO JOÃO)**



Durante o discurso do Sr. Ademir Andrade, a Sra Júnia Marise, 2ª Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Suplicy) – Concedo a palavra à nobre Senadora Marina Silva.

V. Exª dispõe de 20 minutos para o seu pronunciamento.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT-AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estive hoje, pela manhã, e ontem também, a convite do Professor Floriano Pastore Júnior, no Centro de Tecnologia Alternativa e Produção de Borracha Natural da UnB, do Laboratório de Tecnologia Química da Universidade Federal de Brasília.

Fiquei muito animada quando foram apresentados os resultados das atividades daquele laboratório por um dos seus maiores entusiastas e articuladores, o Professor Floriano. Ontem, estavam presentes os representantes do Ibama e o Reitor da Universidade de Brasília; hoje, o trabalho continuou com a presença do representante do Dr. Seixas Lourenço, da Secretaria da Amazônia Legal, do Conselho Nacional de Seringueiros e do representante da Funatura.

Trata-se de uma pesquisa financiada com recursos da ITTO, cujo principal objetivo é a identificação de atividades sustentáveis na Amazônia. Ele se reporta a recursos não madeireiros, porque, de acordo com a sua concepção, ainda há muito a percorrer no sentido de se provar que a exploração de madeira pode vir a ser considerada sustentável.

O que mais me impressionou, Sr. Presidente, foram os estudos que estão sendo feitos com recursos naturais, como é o caso da semente da andiroba, de onde se extrai um óleo que pode ser utilizado em inúmeras atividades, sendo a principal delas a cosmética. Eles estão procurando melhorar a tecnologia da fabricação de sabonetes, para uso em grande escala, em função das propriedades medicinais do óleo da andiroba.

Outra pesquisa que vem sendo realizada é com a semente do cumaru, em que estão conseguindo fazer a separação de uma substância chamada cumarina, um dos maiores absorvedores de perfumes, há cem anos explorado no Brasil e muito bem utilizado na Europa, onde há um processo sofisticado de exploração dessa substância. A Universidade de Brasília está conseguindo, através de um processo simplificado, com tecnologia rudimentar, a separação dessa substância e na sua forma natural,

o que lhe daria o caráter altamente sustentável e, ao mesmo tempo, com seu aspecto ecológico e ambiental, como um produto verde.

Outras atividades também estão sendo realizadas com o leite da sucuba, ou sucuba como é conhecido no Acre, cujos resultados no tratamento de úlcera também constituem um sucesso. Encontra-se em fase de refinamento do produto, mas o retorno do ponto de vista clínico já é bastante satisfatório para que a pesquisa continue a identificar as propriedades medicinais do leite da sucuba.

Agora o que me interessou sobremaneira, Sr. Presidente, é a tecnologia que estão empregando para a fabricação da borracha natural da Amazônia, em que utilizam um ácido, que também está sendo produzido no Brasil, onde conseguem colocar as mesmas substâncias que são postas na borracha, através do processo rudimentar de defumação – não sei dissecar as propriedades químicas como um todo desse ácido, uma delas, fundamental para que as mantas de borracha natural não venham a ter qualquer tipo de decomposição por fungo, é exatamente o alcatrão. A fumaça faz essa proteção na parte externa da lâmina de borracha, enquanto que, pelo processo de coagulação com essa substância química, não se tem uma proteção apenas superficial, mas no todo da película produzida.

Estou aqui com uma pequena amostra que já foi testada no laboratório de qualidade da Pirelli e identificada como sendo uma das melhores, não deixando nada a desejar em relação à borracha produzida pela Malásia ou qualquer outro país produtor de borracha.

O processo é muito simples. Basta que se construa um pequeno galpão, no qual se devem instituir algumas calandras – pequenos moedores, como máquinas de fazer macarrão -, sendo uma lisa e a outra dentada, para que o produto seja estriado a fim de que possa secar com mais velocidade e perder a quantidade de água necessária, até que fique apenas a borracha natural. Com essa tecnologia simples, embora aparentemente rudimentar, temos um produto em condições de competir com a borracha da Malásia.

Fiquei muito interessada e, por isso, sugeri ao Presidente do Conselho Nacional de Seringueiros, Sr. Atanagildo Gatão, ao representante da Secretaria da Amazônia Legal e a algumas pessoas do Ibama que também estiveram nessa audiência, que fizéssemos uma reunião de trabalho na qual a UnB poderia passar o resultado desses estudos para as instituições do governo responsáveis pela apresen-

tação de uma política de apoio a borracha natural. A intenção seria apresentar subsídios ao Presidente da República no seu compromisso assumido de apoiar e bancar os custos ambientais da Amazônia. Aliás, nem diria que são custos ambientais, porque parece um peso, chamaria investimentos ambientais para a Amazônia. E, nesse caso, estaríamos começando essa parte de incentivo já com outras técnicas que não mais a do processo de defumação, do cerambi verde prensado, da bola fumada ou apenas da folha fumada, técnicas que eram ensinadas pela antiga Sudhevea.

Seria um processo mais rápido, menos trabalho e com melhor qualidade. Para que esse processo possa vir a dar certo, basta que haja uma cooperativa e um suporte do Governo, que seria o financiamento inicial – o Presidente já se comprometeu a oferecer o que chamamos de "kit colocação". Ao invés de utilizarmos as velhas tecnologias, estaríamos investindo numa que é mais eficiente.

Sugeri ainda ao Senador Ademir Andrade, como Relator da Comissão da Amazônia, que está estudando uma proposta de desenvolvimento para a Região, que convide o Professor Floriano a vir à Comissão relatar todas as pesquisas que vem realizando com os recursos naturais da Amazônia, visando um retorno econômico sem causar nenhum tipo de dano ao meio ambiente. Sugestão prontamente aceita pela Comissão.

Quero parabenizar o Laboratório de Tecnologia Química da Universidade de Brasília e dizer que as populações extrativistas contam com esse suporte tecnológico.

Inúmeras têm sido as contribuições oferecidas por cientistas que têm preocupação com o meio ambiente, com os seringueiros, com os índios. Tivemos a grande contribuição da professora Mary Allegretti, que sistematizou a proposta de reservas extrativistas, e temos outras tantas que podem ser implementadas; basta que o Governo brasileiro as transforme em políticas públicas de desenvolvimento da Amazônia, que, com certeza, estará dando uma grande contribuição.

Faço questão de ressaltar que, nos estudos feitos pelo laboratório, foi feito um gráfico do desempenho de cada governo com relação ao extrativismo, ou seja, à circulação de moeda nas matas da Amazônia. E, lamentavelmente, no gráfico, o pior de todos está sendo o do Presidente Fernando Henrique Cardoso, com uma produção de, no máximo, 5 mil toneladas de borracha, quando já tivemos produção de até 40 mil toneladas.

Acredito que com a proposta, assumida pelo Presidente, de financiar os custos ambientais da Amazônia, Sua Excelência pode sair da situação de último nessa escala para se tornar o primeiro Presidente a assumir que a Amazônia, como a Saúde, como a Educação, precisa de suporte financeiro – que não considero um custo, não considero um peso, considero um investimento em meio ambiente.

Para mim, o Brasil não tem outra alternativa de competição com os países do Primeiro Mundo. A nossa chance de nos tornarmos um país de possibilidades emergentes, no futuro, são os nossos recursos naturais, que, bem pensados, pensados estrategicamente, podem nos colocar na posição de potência, porque é exatamente esse o nosso forte.

O Brasil tem a maior diversidade do mundo. Fico estarecada quando vejo nossos recursos naturais sendo pirateados por laboratórios inescrupulosos e o Brasil não tem nenhum instrumento de controle, não é feita nenhuma partilha de benefício e as nossas populações continuam pobres.

A revista **Veja** informa que um laboratório está faturando US\$25 milhões por ano, apenas utilizando o suor de um sapo que era utilizado pelos índios da Amazônia. Um outro está faturando semelhante quantia utilizando uma planta chamada pedra-umeaá, que está sendo usada no tratamento do diabetes.

E nós, brasileiros, não estamos dando o devido suporte para as atividades dos nossos cientistas, a fim de que as respostas também possam ser dadas pelo Brasil e o retorno dessas pesquisas possa ser útil para sanear os problemas sociais que temos na Amazônia, que afetam uma população de 17 milhões de habitantes.

Durante o discurso da Sra. Marina Silva, o Sr. Eduardo Suplicy deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Fogaça.

O SR. PRESIDENTE (José Fogaça) – Concedo a palavra ao Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, desejo abordar um tema que, vez por outra, é objeto de pronunciamento meu nesta Casa.

Refiro-me à momentosa questão dos servidores públicos civis da União, que vêm sendo tratados, há dois anos, a pão e água, enquanto todas as categorias de trabalhadores do setor privado, têm data base e, portanto, o reajuste dos seus salários de acordo com a inflação, ainda que baixa – e devemos

saudar sempre a queda vertiginosa da inflação no Brasil, pois sabemos que a inflação sempre foi uma grande aliada dos ricos e a pior inimiga dos pobres.

A prova maior disso é justamente o êxito do Plano Real no que tange ao aumento do poder aquisitivo da maioria de nossa população urbana e rural. Ao tempo que trabalhadores que ganham salário mínimo, às vezes menos do que um salário mínimo no País, porque existe isso no Brasil, infelizmente, o chamado subemprego, notadamente nas áreas estaduais e municipais, tiveram aumentado o seu poder aquisitivo. Muitos que neste País não contavam inclusive com condições financeiras para comer, para melhorar a sua alimentação e a de sua família, para não falar na melhoria do vestuário o mais simples possível, de repente, com o real, conseguiram mudar a sua qualidade de vida.

É bem verdade que há um segmento da sociedade que está muito sacrificado com o real, a chamada classe média, à qual julgo pertencer. Na verdade, ela está pagando um tributo muito alto pela política de combate à inflação. Mas alguém tem que perder nessa batalha pela valorização da nossa moeda, que vinha aviltada há tanto tempo. Não era mais possível continuarmos a conviver com uma inflação de 40, 50, 70% ao mês.

De qualquer maneira, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, não se pode negar que ainda há um resíduo inflacionário que, no ano passado, foi de cerca de 30% ao ano e este ano deve ser de, no máximo, 10%, pelas estimativas da área econômica do Governo.

Se fizermos uma avaliação dos dois últimos anos, 1996 e 1997, chegaremos rapidamente à conclusão de que os servidores públicos federais, que, tradicionalmente, tinham o 1º de janeiro como a sua data-base, não tiveram os seus salários reajustados, sob dois argumentos: primeiro, de que não havia data-base para o servidor público – e, infelizmente, o Supremo Tribunal Federal chegou a essa conclusão, para espanto geral da Nação, porque até o costume, a praxe do reajuste em dia 1º de janeiro já dava ao servidor público o direito, se a lei não desse, ao reajuste na data-base; segundo, de que não havia recursos suficientes no Tesouro Nacional para atender a essa demanda, isto é, atender ao pagamento do reajuste dos servidores públicos civis, porque isso iria desequilibrar as contas públicas, aumentar o déficit do Tesouro e, por conseguinte, pôr em risco a estabilização econômica do País e, portanto, o Plano Real.

Sr. Presidente, o segundo argumento também não pode prevalecer, até porque, se fosse verdadei-

ro, quantas e quantas empresas do setor privado, sobretudo pequenas e médias, não teriam – como não têm – condições de arcar com o reajuste da remuneração dos seus empregados nas datas-bases respectivas. Entretanto, essas empresas são obrigadas, pela lei, a conceder o reajuste periódico.

Temos uma política, no Brasil, de dois pesos e duas medidas. Os que trabalham para a administração direta da União, e, por via de consequência, dos Estados e dos Municípios, ficam com os seus salários inteiramente congelados. Não se pode negar que a inflação tem sido pouca, mas ela existe, notadamente, no setor de serviços onde é difícil haver uma fiscalização. E mesmo nos demais setores, com exceção daqueles relacionados com a cesta básica, já se nota um certo aumento de preços que coloca em desequilíbrio a situação financeira daqueles que vivem de salário. De outra parte, não se pode negar, também, que o assalariado, seja ele do setor privado ou do setor público, tem, conforme o seu ganho, um desconto mensal do Imposto de Renda na fonte, o que representa mais uma dificuldade para que ele atravesse a sua situação financeira durante o mês e durante o ano.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu acredito que o Governo deveria fazer uma reflexão mais profunda quanto a isso, não digo que desse um reajuste grande ao servidor público civil mas, pelo menos, um reajuste condigno que fosse ao encontro da justiça social, que procurasse guardar as mesmas proporções daqueles reajustes que são dados, nas suas respectivas datas-base, aos empregados da empresa privada.

Por outro lado, eu quero lembrar, também, que na própria administração pública, no que se refere ao setor da administração indireta, há reajustes periódicos. E por quê? Porque são dados nas datas-base de cada categoria, de vez que cada categoria tem um sindicato, sobretudo algumas categorias que são mais fortes como a dos petroleiros, a dos banqueiros, a dos eletricitários, a dos securitários etc; essas, sim, é que têm como exercer poder de barganha perante o Poder Público, podendo, inclusive, paralisar atividades, mesmo que sejam essenciais à vida do País, como foi o caso de recentes greves na área da Petrobrás, por exemplo, mas o fato é que sempre conseguem o reajuste dos seus salários.

Ocupo hoje esta tribuna, durante esta Semana Santa, para fazer essa avaliação, e pedir ao Presidente da República, Dr. Fernando Henrique Cardoso, ao Sr. Ministro da Fazenda, Dr. Pedro Malan, ao Sr. Ministro da Administração, Dr. Bresser Pereira, para que sintam a dificuldade em que se encontram

os servidores públicos civis federais e não os penalizem mais, não os transformem, como vem sendo feito, ao longo de tantos anos neste País, em verdadeiros bodes expiatórios.

E não se diga, Sr. Presidente, que os Senadores e Deputados não podem e não devem falar nesse assunto, porque os seus subsídios são vinculados aos reajustes dos servidores públicos civis da União. Não é por aí. Nós podemos até mudar de critério para efeito de reajuste dos nossos subsídios. O que não podemos é calar diante dessa injustiça que aí está, agora mais agravada ainda no momento em que uma proposta de emenda constitucional, que prevê a reforma administrativa do País, tentava, o que não conseguiu, acabar com a estabilidade mas, pelo menos, anuncia e quer o endosso do Congresso Nacional à demissão em massa de servidores públicos, sob o argumento de ineficiência e redução dos seus quadros, quando não se coloca que isso deva ser feito na forma da lei, porque não se pode demitir sem um critério devidamente preestabelecido.

Se queremos demitir, atingir servidores estáveis, já existe no Estatuto do Servidor Civil da União o caminho, que é o inquérito administrativo para apurar o grau de responsabilidade, de ineficiência, seja o que for do servidor, para efeito de dispensá-lo adequadamente do serviço público.

Ao terminar estas palavras, Sr^a Presidente, desejo apenas chamar a atenção para um aspecto da reforma administrativa que foi aqui levantado, quando eu entrava nesta Casa, pelo Senador Ademir Andrade com o apoio de V. Ex^a, Senadora Marina Silva e de outros Senadores, que é justamente o da fixação de um teto para pagamento do servidor público no Brasil.

Na verdade, não é de hoje que se fala nos chamados marajás. Não se pode, realmente, aplaudir essa acumulação indevida de pensões e de aposentadorias, que, muitas vezes, montam a dezenove, vinte mil reais por mês. Esses proventos, num País como o nosso, que passa por uma situação de tanta dificuldade financeira, quando o serviço público está engessado justamente em face dessa política de arrocho salarial, não podemos defender.

Se há quem ache que o teto de R\$10,8 mil é pequeno, que se aumente para R\$12 mil, mas, jamais pode deixar de haver um teto. Penso que o Congresso Nacional deve aprovar esse ponto da reforma administrativa, que é altamente salutar, sobretudo ético, e deve prevalecer neste momento em que tentamos perante a opinião pública restabelecer o prestígio do Congresso Nacional.

Era o que eu tinha a dizer, Sr^a Presidente.

Durante o discurso do Sr. Humberto Lucena, o Sr. José Fogaça deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pela Sra. Marina Silva.

A SRA. PRESIDENTE (Marina Silva) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Fogaça.

O SR. JOSÉ FOGAÇA (PMDB-RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Senador Humberto Lucena acaba de fazer menção às dificuldades vividas pelo funcionalismo público brasileiro que há muito tempo não recebe o seu reajuste.

Nós estamos aqui, no Senado e na Câmara dos Deputados, vivendo um momento que é particularmente importante na análise dessas questões relativas ao problema dos salários, das aposentadorias e da situação jurídica dos servidores públicos. Nós, principalmente, estamos tratando em princípio do conjunto do interesse dos trabalhadores brasileiros.

Quando o Senador Humberto Lucena fazia alusão às dificuldades vividas por funcionários que não vêem reajuste há tanto tempo, S. Ex^a estava se referindo, evidentemente, àqueles que recebem baixos salários. Seguramente, um funcionário que receba um salário de R\$10.800,00, poderá, ainda que tenha sofrido uma pequena redução do seu poder aquisitivo, ao longo desses dois últimos anos, ainda viver com o mesmo padrão econômico que vivia há dois anos. Redução de poder aquisitivo não é, necessariamente, queda do padrão econômico de vida. Muitas vezes, as perdas que a inflação traz ao salário são medidas, igualmente, no Brasil, para os baixos e para os altos salários.

Na hora de fazer a defesa dos reajustes, aponta-se para os salários mais minguados, mais humildes, mais insignificantes. Mas na hora de aplicarem-se concretamente os reajustes, os altos salários, os mais privilegiados incorporam, numa proporção extremamente injusta, vantagens supostamente iguais. Quando se dá um reajuste de 20% a quem recebe RS120,00, isso não pode, em hipótese nenhuma, ser comparado com o reajuste que se dá a quem recebe RS10.000,00 por mês. É profundamente injusta essa proporção porque, na medida em que um tem o acréscimo de pouco mais de R\$20 no seu salário, o outro tem o acréscimo de R\$2 mil. Essa é, portanto, uma das explicações e esse é um dos pontos fundamentais que, de certa forma, tem justificado, no Brasil, o aprofundamento das injustiças.

Há uma grande massa de servidores que recebem salários extremamente razoáveis, quando não,

muito baixos. Diria que isso compreende um universo de 80% a 95% dos servidores públicos brasileiros; são salários extremamente razoáveis e adequados a sua função, quando não, salários muito baixos. No entanto, essa parcela majoritária não corresponde, na mesma proporção, ao custo da folha de pagamento do Estado. O peso maior, a porcentagem maior, incide sobre os altos salários.

Estou dizendo tudo isso, Sr^a Presidente, Senadora Marina Silva, porque estamos debatendo neste momento, no Congresso Nacional, dois pontos importantíssimos: a reforma da Previdência, que aqui está nas mãos do sóbrio e honesto Senador Beni Veras – honesto inclusive do ponto de vista intelectual, o que nem sempre é uma característica do homem público -, e a reforma administrativa, que se encontra em votação na Câmara dos Deputados. E há quem não esteja aceitando o teto de R\$10.800,00. Portanto, como salário máximo para alguém receber no conjunto do que recebe dos cofres públicos.

Creio, Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, que há, neste momento, a necessidade de se fazer uma profunda reflexão sobre isso, talvez muito mais profunda do que a avaliação sumária e superficial se R\$10.800,00 são realmente um ganho elevado ou se esses reais constituem um ganho abaixo daquilo que deveria ser o teto, o máximo, o limite maior do setor público brasileiro. A discussão não está, creio, nesse valor por si só, porque ele é um valor arbitrário; se disséssemos que seriam R\$11.200,00 ou R\$9.000,00 ou R\$7.800,00, na verdade, isso se constituiria numa discussão inútil, porque o problema não é o valor recebido; o problema é sabermos conceitualmente o que é a aposentadoria, para que ela serve, como deve ser encarada, vista, considerada. É uma questão basicamente conceitual.

Parece-me que se formou, ao longo dos anos, num passado recente – e falo de apenas algumas décadas neste País -, uma cultura, uma concepção de que a aposentadoria é um prêmio; e, como um prêmio para o cidadão, ela deve levar em conta, ao premiá-lo, a importância dos cargos, das funções que ele exerceu.

Creio que essa concepção precisa ser revista. A aposentadoria não é um prêmio. Mas, para ela ser considerada um prêmio, não há nenhuma dúvida que um cidadão, por exemplo, precisaria ser Governador de um Estado, servidor público de uma instituição estatal, professor de uma universidade e promotor público ou juiz de Direito, exercendo essas quatro funções; aí esse cidadão tem um passado altamente meritório a serviço do interesse público.

Posso registrar o caso de homens da dimensão pública e da respeitabilidade de um André Franco Montoro, cuja vida irretocável, cuja carreira política absolutamente elogiável não merece nenhum reparo de nossa parte. Se tivéssemos que premiar os serviços que ele prestou à Nação, não resta dúvida de que

ele deveria receber diversos salários, vários proventos que recebe de aposentado e como homem em atividade na função pública, e acumular, sobrepor um ao outro; porque, se é um prêmio, ele o merece.

Mas a aposentadoria não é um prêmio. A aposentadoria é uma garantia social que tem todo cidadão, indiscriminadamente, ao prestar um determinado serviço por um certo tempo. É a garantia de que, nos anos posteriores à sua atividade, nos anos de inatividade, ele não terá perdas drásticas do seu padrão econômico de vida, o que não significa que ele manterá o mesmo poder aquisitivo; mas deve ter a garantia de preservar as condições mínimas e básicas de dignidade que a vida ativa lhe assegurou.

Considerando isso, é inaceitável o acúmulo de aposentadorias oriundas do Estado, dos cofres públicos, porque o acúmulo de aposentadorias, quando se dá de modo a ultrapassar limites como este teto que está sendo debatido, ou seja, de R\$10.800,00, esse ganho, esse salário, esse provento, essa aposentadoria, está passando em muito aquilo que seria razoável considerar como um elemento de preservação das condições mínimas e do padrão econômico básico vivido durante toda a vida por aquele servidor. É isto que o Estado tem que lhe garantir: que ele mantenha o seu padrão econômico, e não premiá-lo com acúmulos que ultrapassem os limites do razoável.

Quero aqui dizer que fiz menção ao Deputado, Senador e Governador André Franco Montoro porque, se tivéssemos que premiar alguém no Brasil, se tivéssemos que premiar alguém pelos serviços que prestou ao País, ele, seguramente, se não é o número um, na idade que hoje tem, está entre os primeiros cidadãos brasileiros a merecer esse prêmio, se prêmio houvesse no Brasil. Mas aposentadoria não é prêmio, é garantia social, e, como tal, ela tem teto, limite e padrões de razoabilidade aceitáveis sim.

No Brasil, não sei por que razão, Senadora Marina Silva, Senador Humberto Lucena, Sr^s e Srs. Senadores, sempre se entendeu que o servidor público, assim como o trabalhador em geral, deveria ser estimulado a perseguir a aposentadoria. Ansioso pela aposentadoria, para que ela chegue logo, transformou-se numa espécie de realidade do Brasil, isso é da realidade nacional.

A aposentadoria significa uma melhora de patamar, um aumento de poder aquisitivo, uma elevação do padrão econômico. Portanto, todo servidor ou todo trabalhador ambiciona se aposentar, e a ambição de se aposentar não é porque a aposentadoria vai dar-lhe a ociosidade, porque não conheço ninguém que persiga a ociosidade. Persegue-se a aposentadoria no Brasil, por se considerar que ela é um prêmio, portanto, uma elevação de categoria econô-

mica. Que me desculpem aqueles que pensam diferente, mas isso não é razoável.

Nos países que querem ser produtivos, desenvolvidos, a aposentadoria tem de ser garantida como um direito fundamental, inalienável, intocável do trabalhador, mas nunca um estímulo. Ao contrário, deve haver um mínimo de desestímulo à aposentadoria, para que o trabalhador tenha vantagem, sim, em permanecer trabalhando; é preciso que haja vantagem, ganho em permanecer em atividade.

Parece que este é o conceito mais razoável. Ao saber que vai para casa, que vai para os seus anos de ociosidade, o trabalhador deve saber que o seu padrão econômico – a casa que tem, o meio de transporte que usa – não será alterado. Mas, evidentemente, se não será alterado, também não poderá ser melhorado, porque, senão, há uma busca da aposentadoria, um anseio, uma ambição pela aposentadoria.

Pergunto se, eticamente falando, é adequado ao país estimular seus trabalhadores a se aposentarem? Economicamente falando é adequado um país estimular seus trabalhadores a se aposentarem?

Há uma confusão, há uma distorção que, me desculpem, precisa ser aqui desfeita, precisa ser recomposta. O trabalhador deve ter na aposentadoria a certeza de uma garantia, de uma retaguarda, de uma sustentação de que não precisa temer pelo seu futuro, que pode investir na atividade em que se encontra e buscar aí excelência porque ele sabe que essa atividade vai lhe garantir que o padrão econômico que tem não será decomposto, não será desfeito.

Mas esse trabalhador precisa, todavia, de alguma forma ver a aposentadoria como algo que não lhe agrade, como algo do qual queira fugir não-só do ponto de vista da ociosidade, que ninguém quer ter, que ninguém gosta, mas também do ponto de vista do acúmulo dos ganhos que esse trabalhador recebe nos seus proventos.

Creio que a reforma administrativa e a da Previdência podem mudar a nossa cultura, podem virar de cabeça para baixo uma série de distorções e de erros que até aqui praticamos e podem ser, talvez, muito melhores e mais promissoras quanto ao futuro do que têm sido hoje esses elementos.

Enquanto, de um lado, há um trabalhador que prevê que, ao final de sua vida, receberá apenas três salários mínimos como fonte de sustento, há outros que, por uma razão meramente formal da lei, garantem mais de R\$20 mil por acúmulo de aposentadorias. Essa distorção tem como origem, sobretudo, a idéia de que a aposentadoria é um prêmio que as elites se conferem pelo padrão de seus níveis de serviço. Se alguém foi governador, professor universitário, servidor do Poder Legislativo e, ao final, aposenta-se, esta pessoa tem, no valor que recebe ao final do mês, um prêmio pelo alto grau, pelo elevado valor dos serviços que prestou, porque é um prêmio

pela qualidade e pelo nível dos serviços que prestou ao País, afinal de contas foi um governador de Estado, foi presidente de um Poder Legislativo, de uma Assembléia ou de uma Câmara de Vereadores, foi professor de uma universidade.

Aposentadoria não é prêmio, pois se assim o for, terá que haver acumulação. Mas se aposentadoria é apenas uma garantia social, o que esse cidadão deve ter é a certeza de que, indo para a ociosidade, para a inatividade, não terá frustrados, alquebrados os padrões econômicos que mantinha até aqui condignamente.

Se conceituarmos a questão da aposentadoria desta forma, veremos que o teto de R\$10 mil e 800, 9 mil, 11 mil ou até 14 mil é uma questão secundária, uma questão menor. É evidente que o teto de R\$10 mil e 800 já é bastante elevado mesmo para padrões de Primeiro Mundo. Mesmo nos Estados Unidos ou em países europeus, R\$10 mil e 800, traduzidos em dólares, já é uma percepção bastante elevada.

Quero deixar esta reflexão porque creio que, no momento, não há espaço para um debate de fato. Tal debate ainda está em seus rudimentos, está engatinhando, está começando. A opinião pública e a imprensa estão polarizadas com a CPI dos Precatórios, e isso tem razão de ser, tem lógica. Mas chegará a hora em que o Senado Federal não poderá fugir do debate, não poderá fugir dessa conceituação elementar.

Sr^a Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, quero para mim o que quero para os demais servidores, quero para mim o que quero para os demais cidadãos: quero a aposentadoria como garantia de que não vou sofrer uma ruptura profunda, uma quebra drástica dos padrões econômicos que, na vida ativa, consegui assegurar. Não quero a aposentadoria como um prêmio por ter sido 20 ou 30 anos parlamentar, por ter sido professor. Não; quero a aposentadoria apenas de uma fonte, dentro dos limites e do teto que consiga razoavelmente assegurar os padrões que na atividade consegui para mim e para minha família.

Creio que esta é a base racional de nossa análise e talvez seja um parâmetro para reflexão nos próximos dias que se seguem.

Muito obrigado, Sr^a Presidente.

A Sra. Marina Silva deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. José Fogaça

O SR. PRESIDENTE (José Fogaça) – Concedo a palavra à Senadora Marina Silva, para uma comunicação inadiável.

A SRA. MARINA SILVA (Bloco/PT-AC. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, serei breve.

O que me traz à tribuna para esta comunicação inadiável é a exoneração do Superintendente do IN-

CRA do Estado do Acre, que ocorreu em função do trabalho que ele vinha realizando.

Não quero aqui entrar no mérito com relação a essa briga por cargos, até porque não faço parte da Bancada de sustentação ao Governo, mas faço parte da Bancada de sustentação daquilo que é praticado com decência e com respeito pelo dinheiro público. Até que se prove o contrário, o Superintendente do INCRA, Sr. Raimundo de Araújo Lima, vinha realizando um trabalho digno à frente daquela Superintendência. Existem inúmeras denúncias, feitas pelo Sindicato dos Servidores do INCRA, pelo Sindicato e pela Federação de Trabalhadores Rurais e por entidades não governamentais que tinham trabalho em parceria com o INCRA do Estado do Acre no sentido de que a exoneração do Superintendente se deu em função de o mesmo ter "batido de frente", como eles dizem, com tentativas de corrupção em obras superfaturadas no INCRA do meu Estado. Foi cancelada a licitação porque a empresa vencedora teria apresentado projeto superfaturado. A partir daí, após articulação com alguns políticos, foi exonerado o Superintendente do INCRA. Tal exoneração, Sr. Presidente, tem também como pano de fundo a compra de patrulhas mecanizadas, pois no entendimento daquela Superintendência era mais lucrativo para o interesse público, em vez de contratar serviços, que o INCRA tivesse essas patrulhas, a fim de que, em parceria com as prefeituras, pudessem fazer o trabalho de recuperação de ramais.

Lamento as razões da exoneração. Se porventura fosse apenas uma troca de nomes por motivos políticos, eu não viria a esta tribuna referir-me ao caso, mas tenho aqui – não sou eu que estou dizendo – farta documentação – faço questão que conste do meu pronunciamento, porque não daria tempo para ler tudo -, segundo a qual a exoneração ocorreu em decorrência do zelo que o Superintendente tinha pela sua função e pelo interesse público. No Estado do Acre, durante o período em que o Sr. Raimundo de Araújo, que pertence ao PMDB, dirigiu o INCRA não houve problemas com nenhum tipo de organização sindical, porque ele vinha realmente fazendo um trabalho com abertura democrática, com discussão e, como disse anteriormente, até que se prove o contrário, com zelo pela coisa pública.

Hoje no Acre os funcionários estão em greve. Há verdadeira mobilização de entidades sindicais da zona rural que querem, no mínimo, que o Ministério da Reforma Agrária e o INCRA nacional esclareçam por que cedeu a esse tipo de pressão, o que, do meu ponto de vista, é lamentável. Tentei falar com o Dr. Raul Jungmann, mas não consegui, pois S. Ex^a está viajando. Penso que, ao tomar conhecimento dessa documentação, o Governo terá de reavaliar as razões dessa exoneração, porque não fazê-lo seria por demais vergonhoso.

Tenho aqui um abaixo-assinado da Federação dos Trabalhadores Rurais do Acre, do Conselho Nacional de Seringueiros, da Central Única dos Trabalhadores, do Centro dos Trabalhadores da Amazônia, da Comissão Pró-Índio, do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Acre, do Centro de Defesa de Direitos Humanos, que é da Diocese, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos em Educação Popular, da Rede Acreana de Mulheres, da Cooperativa Agroextrativista dos Trabalhadores Rurais de Sena Madureira, da Fundação SOS Amazônica, do PESACRE e do Grupo de Apoio aos Trabalhadores na Área Rural. Poderíamos aqui continuar lendo uma série de outras entidades, mas não o farei para ser breve. Sr. Presidente, todas essas entidades estão fazendo denúncias de que a exoneração ocorreu por pressões em função de alguém, imbuído da função pública, evitar que o dinheiro público fosse drenado, de forma irresponsável e criminoso, para empreiteiras.

Quero aqui apenas registrar a minha estranheza.

Antes de fazer qualquer julgamento, estou enviando, por ofício, a documentação que dá conta dessa denúncia que estou fazendo, a fim de que as autoridades federais, o Presidente do INCRA, o Ministro da Reforma Agrária e o Presidente da República, tomem conhecimento dos fatos.

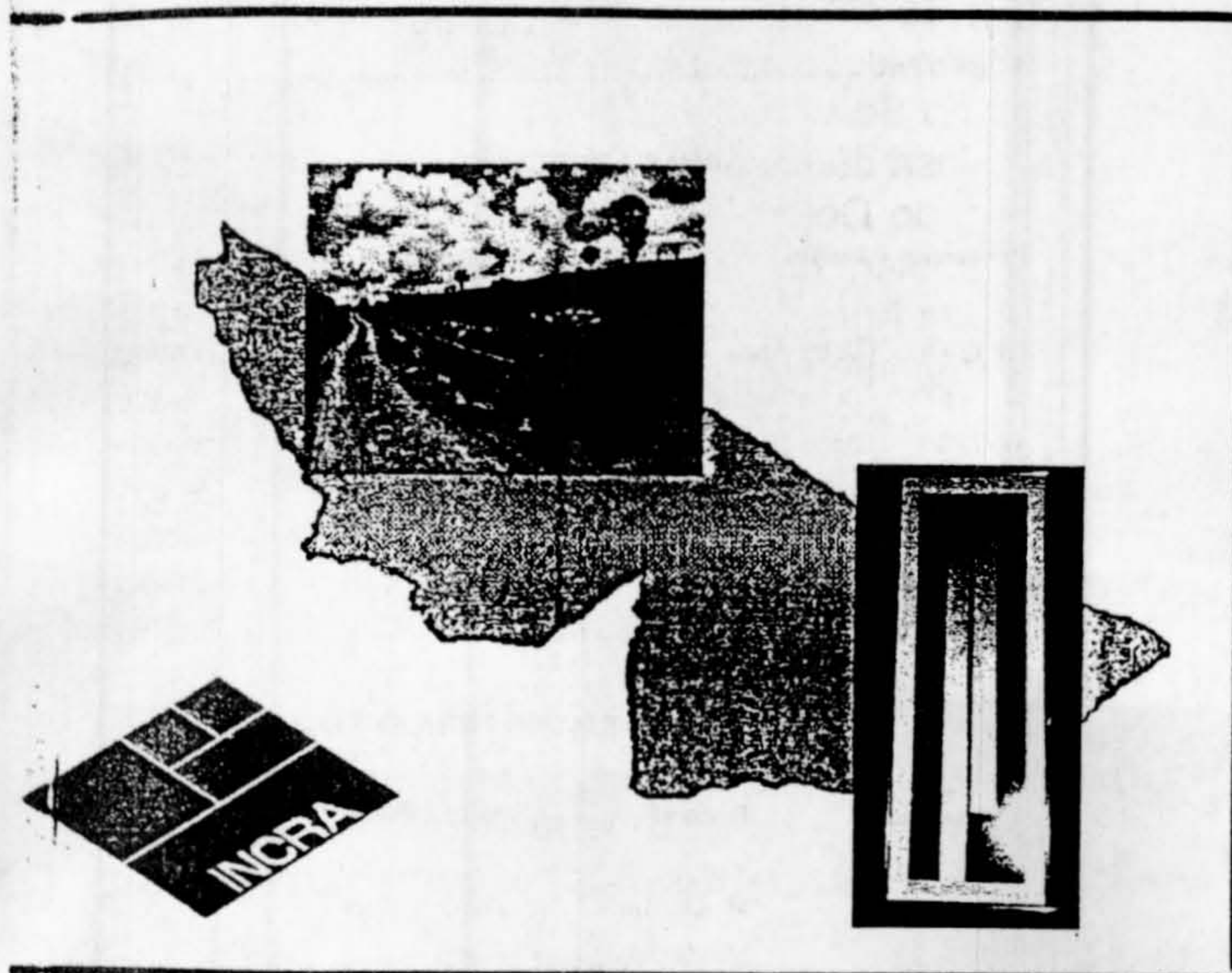
Lamento que interesses paroquiais venham a interferir no processo de reforma agrária e de ação na questão agrária, que estavam dando certo.

Pela primeira vez, poderá haver um acampamento às avessas no Estado do Acre. Em vários lugares deste País, os trabalhadores acampam para que o Superintendente seja exonerado. No Acre haverá um acampamento para que ele permaneça, ou para que, no mínimo, se esclareçam os motivos da sua exoneração, que, segundo essa documentação, ocorreu em virtude do zelo do Superintendente pelo dinheiro público. Lamento que isso aconteça no Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, ainda mais quando há uma pessoa no Ministério da Reforma Agrária com o compromisso que tem o Ministro Raul Jungmann.

Concluindo, Sr. Presidente, não quero, aqui, fazer nenhum julgamento de valor, mas apenas encaminhar os documentos que chegaram às minhas mãos, pelos sindicatos, por alguns parlamentares a quem esse acontecimento também está causando estranheza, para que tenhamos os esclarecimentos e, aí, sim, podermos nos manifestar baseados em uma apuração mais contundente e menos apressada sobre o aconteceu no Estado do Acre.

*DOCUMENTO A QUE SER REFERE
A SENADORA MARINA SILVA EM SEU
DISCURSO:*

MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ACRE - SR.14/AC



RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA SR.14/AC - 1996

DEZEMBRO/96



MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA NO ACRE - SR.14/AC

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA SR.14/AC - 1996

DEZEMBRO/96

APRESENTAÇÃO

O Relatório em tela tem como objetivo apresentar as diversas atividades desenvolvidas pela Superintendência Regional do INCRA no Acre no ano de 1996.

Elas foram organizadas em grandes grupos, dando-se ênfase para as Ações Fundiárias e de Assentamento, a Parceria Institucional e o Programa de Redução de Custos.

Todas as atividades foram desenvolvidas em articulação com a sociedade civil organizada por intermédio do Fórum Estadual de Reforma Agrária, instância deliberativa que conta com a participação dos trabalhadores através de suas organizações.

A Parceria Institucional e o Programa de Redução de Custos criaram condições reais de ampliação das ações nos assentamentos, sem que para isso fosse necessário maior aporte de recursos orçamentários e financeiros.

A experiência apresentada pelo Acre, que tem conseguido reduzir em até 90% o custo de infra-estrutura, é o caminho mais viável para o

desenvolvimento e a emancipação dos Projetos, resgatando a credibilidade institucional e a cidadania do assentado.

Para o sucesso da Reforma Agrária brasileira, é preciso: reduzir custos, intensificar parcerias e promover o diálogo e o entendimento com a sociedade.

RAIMUNDO DE ARAÚJO LIMA
SUPERINTENDENTE REGIONAL

SUMÁRIO

	pg
Apresentação	02
Introdução.....	04
A Instituição	05
Ações Fundiárias.....	06
Ações de Assentamento	11
Ações de Suporte à Reforma Agrária	26

INTRODUÇÃO

O Relatório de Atividades da SR.14/AC procura retratar de forma sucinta as principais ações desenvolvidas no campo da Ação Fundiária, Assentamento, Recursos Humanos e Infra-Estrutura física pelo INCRA, no âmbito do Estado do Acre, no ano de 1996.

Apenas para efeito de apresentação metodológica e melhor entendimento dividimos o corpo principal do relatório em três partes, que, no entanto, mantêm entre si um perfeito sincronismo.

I - Ação Fundiária - onde procurou-se retratar todos os dados e números relativos a imóveis em processo de regularização visando a formação de estoques de terra destinados à Reforma Agrária;

II - Ação de Assentamento - sintetiza os dados sobre Projetos novos e antigos com ênfase para as áreas desapropriadas, em fase de aquisição, famílias assentadas, créditos concedidos, enfim, toda gama de informações pertinentes ao assentamento.

III - Ação de Suporte à Reforma Agrária - expressa o resultado de ações desenvolvidas pelos setores meios da SR/14, voltadas para permitir que as atividades fins pudessem atingir os objetivos estabelecidos; e

IV - Anexos - onde estão agrupadas tabelas, relações e informações complementares não menos importantes ao resultado final do relatório.

Ressalte-se que tudo o que foi planejado e executado teve como meta final promover um perfeito ajuste entre o binômio terra-homem, o que, em parte, foi alcançado.

AÇÕES

FUNDIÁRIAS

As Ações Fundiárias foram desenvolvidas com o intuito de solucionar os problemas pela posse da terra, e ao mesmo tempo, ampliar o estoque no Estado. Nesse sentido, os dados abaixo demonstram a política empreendida pela SR.14/AC visando a consecução desses objetivos.

PROCESSOS EM ANÁLISE EM BRASÍLIA AGUARDANDO DECRETO

Processo	Imóvel	Município	Área (ha)
00025/96	Espinhara	Bujari	6.622
00912/96	Espinhara	Bujari	2.000
1.176/96	Orion	Acrelândia	16.494
SUBTOTAL			25.116

PROCESSOS COM DECRETO

Processo	Imóvel	Município	Área(ha)
221/96	Ser. Tocantins	Porto Acre	7.000
222/96	Ser. Tocantins	Porto Acre	1.880
223/96	Ser. Tocantins	Porto Acre	5.000
224/96	Ser. Tocantins	Porto Acre	2.500
SUBTOTAL			16.380

PROCESSOS DECRETADOS COM AVALIAÇÃO

Processo	Imóvel	Município	Área(ha)
722/93	Ser. B. Esperança	Tarauacá	12.883
990/93	Ser. Paraíso	Rio Branco	18.300
SUBTOTAL			31.183

PROCESSOS DECRETADOS COM LANÇAMENTOS DE TDA'S

Processo	Imóvel	Município	Área(ha)
248/94	Ser. Triunfo	Plácido de Castro	11.965
584/94	Ser. Bom Destino	Porto Acre	28.686
592/94	Ser. Boa Água	Rio Branco	4.067
SUBTOTAL			44.718

PROCESSOS DECRETADOS COM IMISSÃO DE POSSE

Processo	Imóvel	Município	Área(ha)
193/94	Ser. Benfica	Feijó	5.380
819/96	Faz. Canary	Bujari	8.053
SUBTOTAL			13.433

IMÓVEIS VISTORIADOS PARA COMPRA

Processo	Imóvel	Município	Área(ha)
1.575/96	Alcoobrás	Capixaba	11.231
SUBTOTAL			11.231

ÁREAS ARRECADADAS

Processo	Imóvel	Município	Área(ha)
587/78	Gleba Apuí	Rodrigues Alves	12.350
015/87	Gleba Samaúma	Sena Madureira	6.870
092/88	Gleba Havaí	Rodrigues Alves	34.000
056/93	G. Paraná dos Mouras	R. Alves	22.500
722/93	Gleba B. Esperança	Tarauacá	4.000
130/94	Gleba S. Salvador	Tarauacá	3.850
SUBTOTAL			83.570

IMÓVEIS VISTORIADOS PARA ARRECADAÇÃO

Processo	Imóvel	Município	Área(ha)
126/95	M. Gerais	Porto Walter	8.300
127/95	M. Gerais	Porto Walter	100
019/96	Gleba Timbaúba	Mâncio Lima	11.700
SUBTOTAL			20.100

TOTAL DAS ÁREAS 245.731

AÇÕES

DE

ASSENTAMENTO

Tendo como meta principal assentar 2.500 famílias em 1996, a área de Assentamento desenvolveu ações que permitiram cumprir o programa. A criação de 10 novos Projetos e a busca de parcerias para a implementação de infra-estrutura nos já existentes foram iniciativas salutares para o sucesso obtido.

PROJETOS DE ASSENTAMENTO CRIADOS

PROJETO	LOCALIZAÇÃO	ÁREA (ha)	CAP. AS SENTAMENTO
PA Baixa Verde	Rio Branco	5.000	179
PA São Gabriel	Capixaba	8.869	161
PA Amônia	Mal. Thaumaturgo	26.000	260
PA Tracuá	Cruzeiro Do Sul	5.029	110
PA Iucatan	Rodrigues Alves	873	41
PA Nova Cintra	Rodrigues Alves	1.345	57
PA Rio Azul	Mâncio Lima	6.800	97
PA Envira	Feijó	5.380	250
PA Amena	Feijó	1.900	19
PA São Domingos	Mâncio Lima	685	26
TOTAL		61.881	1.200

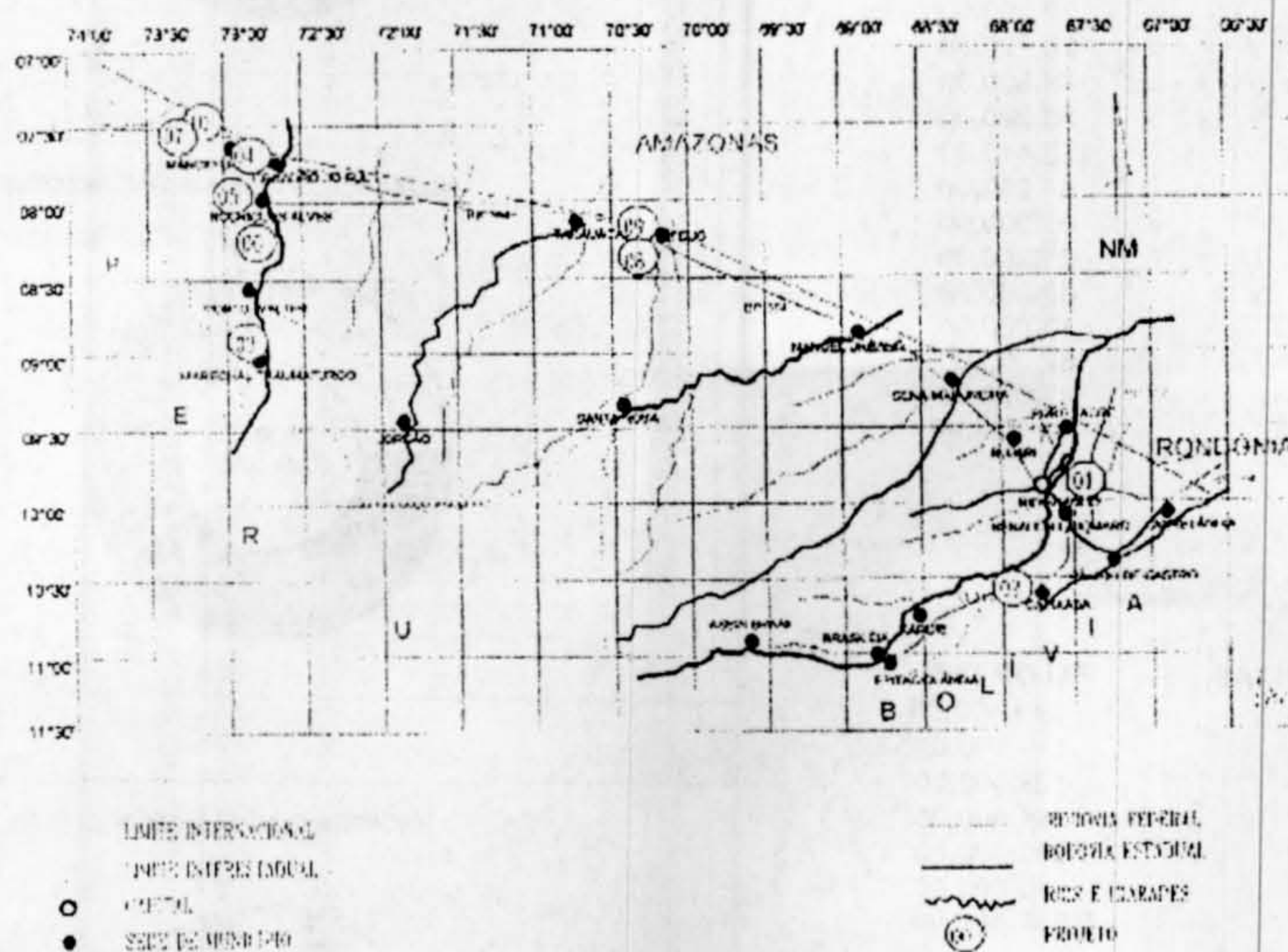
DEMARCAÇÕES TOPOGRÁFICAS REALIZADAS

PROJETO	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUAN.
PA Baixa Verde	Parcela	Parcela	165
PA São Gabriel	Parcela	Parcela	163
Gleba Samaúma	Perímetro	Km	130

Gleba Riozinho
Gleba Oriente
PA Nazaré
PA Tracua
Gleba Rio Chandless
PA Colibri
PA S. J. Balanceio

Perímetro	Km	150
Perímetro	Km	50
Parcela	Parcela	130
Parcela	Parcela	102
Perímetro	-	-
Parcela	Parcela	38
Lat. Lotes	Km	189

PROJETOS DE ASSENTAMENTO CRIADOS EM 96



- 01 - PA BAIXA VERDE - RIO BRANCO
- 02 - PA SÃO GABRIEL - CUIABÁ
- 03 - PA SENSA MADUREIRA - MAL. THAUMATURGO
- 04 - PA TRACUA - CRUZEIRO DO SUL
- 05 - PA RIO AZUL - RIO BRANCO
- 06 - PA NOVA CINTRA - RIO BRANCO
- 07 - PA RIO AZUL - RIO BRANCO
- 08 - PA SENSA - CUIABÁ
- 09 - PA SENSA - CUIABÁ
- 10 - PA SENSA DOMINGOS - MAL. THAUMATURGO

ÁREAS DESTINADAS A CRIAÇÃO DE PROJETOS EM 1997

ÁREAS DESAPROPRIADAS

IMÓVEL	ÁREA (ha)	ESTIMATIVA ASSENTAMENTO	LOCALIZAÇÃO
Seringal Tocantins	16.380	327	Porto Acre
Ser. Bom Destino (Caquetá)	28.686	300	Porto Acre
Ser. Boa Água	4.067	202	Rio Branco
Ser. Triunfo	11.965	200	Plác. De Castro
Ser. Paraíso	18.300	366	Rio Branco
Ser. Boa Esperança	12.918	250	Tarauacá
Ser. Espinhara	8.622	177	Bujari
Ser. Canary (Extratativismo)	8.053	35	Bujari
SUBTOTAL	108.991	1.857	

ÁREAS EM PROCESSO DE DESAPROPRIAÇÃO

IMÓVEL	ÁREA (ha)	ESTIMATIVA ASSENTAMENTO	LOCALIZAÇÃO
Seringal Orion	16.494	234	Acrelândia
Gleba Macaúã	13.000	162	Sena Madureira
SUBTOTAL	29.494	396	

ÁREAS EM PROCESSO DE AQUISIÇÃO

IMÓVEL	ÁREA (ha)	ESTIMATIVA ASSENTAMENTO	LOCALIZAÇÃO
Alcoobrás	11.000	550	Capixaba
SUBTOTAL	11.000	550	
TOTAL	149.485	2.803	

NÚMERO DE FAMÍLIAS ASSENTADAS

PROJETO	LOCALIZAÇÃO	ÁREA (Ha)	FAMÍLIAS ASSENTADAS
PC Pedro Peixoto	Sen. Guimard	317.588	293
PC Boa Esperança	Sena Madureira	275.646	29
PC Quixadá	Brasília	76.447	20
PC Humaitá	Porto Acre	63.861	28
PC Santa Luzia	Cruzeiro Do Sul	69.700	92
PA S. J. Do Balanceio	Acrelândia	18.919	188
PA Stº Antº Do Peixoto	Acrelândia	14.893	164
PA Carão	Rio Branco	11.256	106
PA Figueira	Rio Branco	25.937	52
PA Cumaru	Acrelândia	6.097	14
PA Benfica	Rio Branco	5.127	156
PA Colibri	Rio Branco	1.356	8
PA Favo De Mel	Sena Madureira	11.405	56
PA Nazaré	Manoel Urbano	7.154	10
PA Novo Destino	Tarauacá	27.749	66
PA São Gabriel	Capixaba	8.869	151
PA Baixa Verde	Rio Branco	5.000	177
PA Amônia	Mal. Thaumaturgo	26.000	212
PA Tracua	Cruzeiro Do Sul	5.029	110
PA Nova Cintra	Rodrigues Alves	1.345	47
PA Iucatan	Rodrigues Alves	873	32
PA São Pedro	Rodrigues Alves	27.698	43
PA Pavão	Rodrigues Alves	5.474	3
PA Vista Alegre	Rio Branco	997	2
PA Envira	Tarauacá	5.380	242
PA Amena	Feijó	1.900	19
PA Rio Azul	Mâncio Lima	6.800	35
PA São Domingos	Mâncio Lima	685	26
PAE Riozinho	Sena Madureira	35.896	34
PAE Porto Rico	Epitaciolândia	7.530	18
PAE Santa Quitéria	Brasília	44.205	53
PAE Chico Mendes	Epitaciolândia	24.898	59
TOTAL		1.141.714	2.545

FOMENTO

PROJETO	Nº FAMÍLIAS	VALOR (R\$)
PA Santo Antonio do Peixoto	169	101.400,00
PA São Joao do Balanceio	224	134.400,00
PA Cumaru	6	4.440,00
PC Humaitá	14	10.360,00
PC Pedro Peixoto	151	111.740,00
PA Novo Destino	38	22.800,00
PC Quixadá	4	2.960,00
PA Pavão	3	2.220,00
PA São Pedro	19	14.060,00
PA Colibri	30	22.200,00
PA Favo de Mel	28	20.720,00
PA Benfica	120	88.800,00
PC Santa Luzia	72	53.280,00
PA Amônia	156	115.440,00
PA Figueira	107	64.200,00
PA Carão	102	61.200,00
PAE Porto Dias	57	34.200,00
PAE Remanso	105	63.000,00
PAE Porto Rico	20	12.000,00
PAE Santa Quitéria	145	87.000,00
PAE Chico Mendes	45	27.000,00
SUBTOTAL	1.615	1.053.520,00

HABITAÇÃO

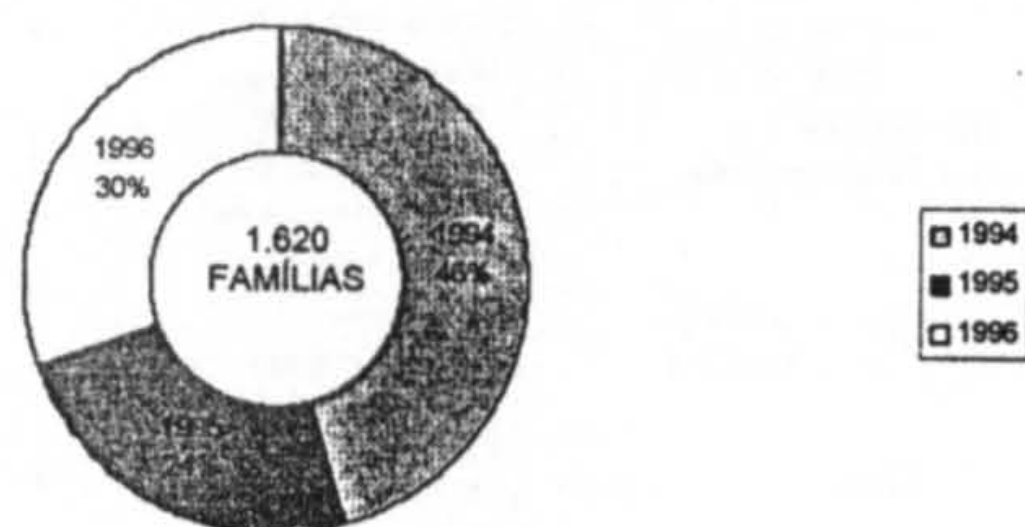
PROJETO	Nº FAMÍLIAS	VALOR (R\$)
PA Santo Antonio o Peixoto	83	149.400,00
PA São Joao do Balanceio	83	149.400,00
PA Cumaru	60	108.000,00
PA Novo Destino	47	84.600,00
PA Figueira	259	582.200,00
PA Carão	123	246.000,00
SUBTOTAL	655	1.255.400,00

TOTAL	3.193	2.590.880,00
--------------	--------------	---------------------

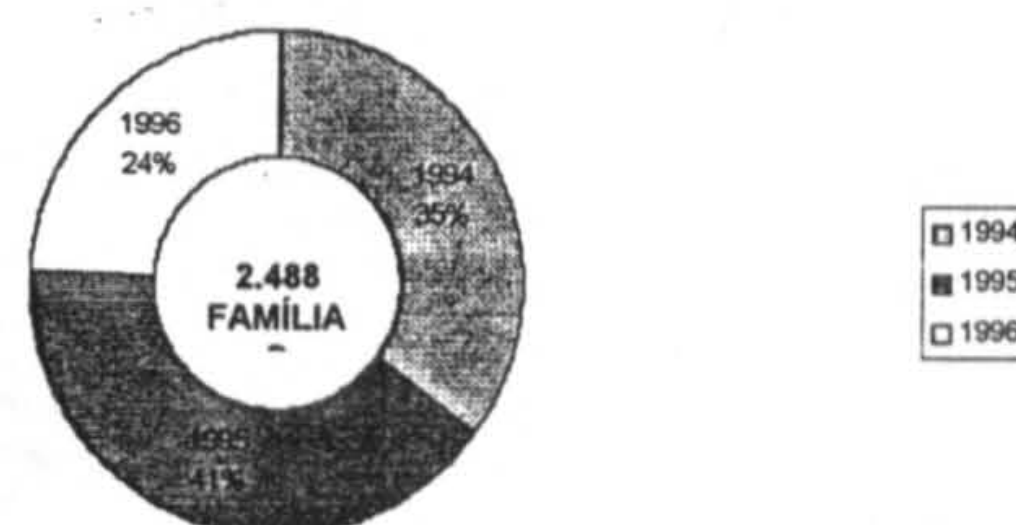
CRÉDITO DE PRODUÇÃO - P O C E R A

PROJETO	PROJ. APROV. CEPRO	VALOR R\$	PROJ. APROV. BASA	VALOR R\$
PC Pedro Peixoto	101	520.502,95	70	227.236,80
PC Humaitá	08	38.038,50	05	7.266,00
PC Redenção	1	4.973,60	1	3.569,20
PA Figueira	27	125.599,98	17	45.522,20
PA Vista Alegre	5	24.858,40	5	22.506,40
PA Cumaru	1	4.785,30	-	-
PA Benfica	4	23.986,50	-	-
PA Baixa Verde	68	316.375,38	33	124.168,58
PA S. J. do Balanceio	6	30.475,16	-	-
PA Espinhara	1	4.784,40	1	4.742,40
PC Santa Luzia	25	125.960,00	19	94.656,50
PC Quixadá	42	174.716,00	-	-
PA Nazaré	11	73.476,00	11	73.476,00
PC Boa Esperança	16	79.413,00	-	-
PA Favo de Mel	22	101.447,00	-	-
PA Novo Destino	**	**	19	55.767,50
PA São Pedro	34	139.338,00	34	139.338,00
TOTAL	372	1.788.730,17	215	798.249,58

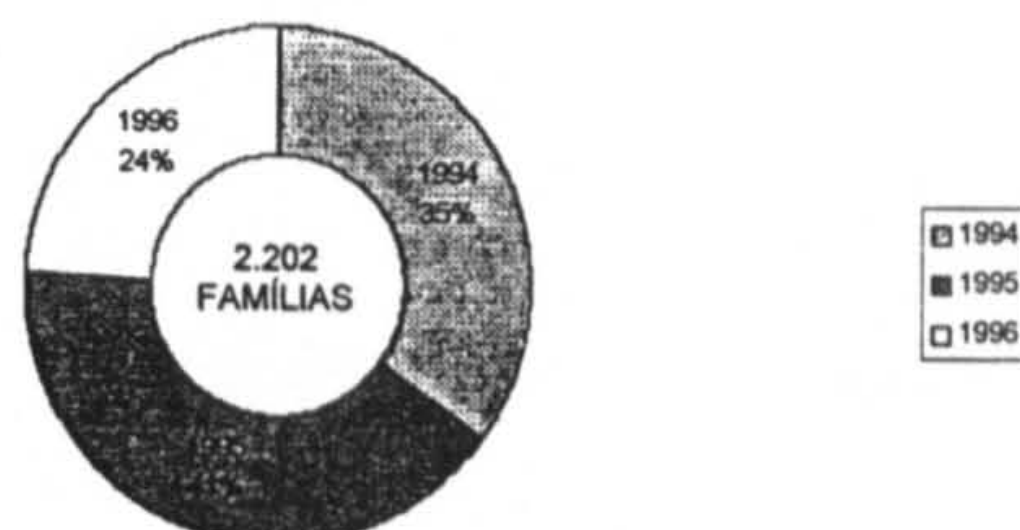
ALIMENTAÇÃO / FAMÍLIAS BENEFICIADAS



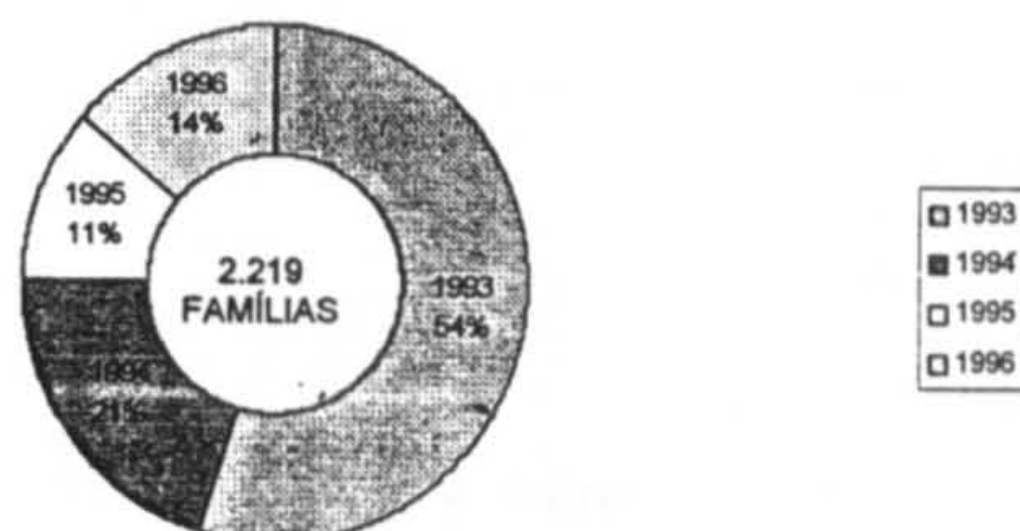
FOMENTO / FAMÍLIAS BENEFICIADAS



HABITAÇÃO/FAMÍLIAS BENEFICIADAS



PROCERA/FAMÍLIAS BENEFICIADAS



INFRA-ESTRUTURA

Nesta atividade, dois fatores merecem ser destacados: o primeiro são as parcerias tanto no âmbito institucional quanto da comunidade beneficiada. O segundo, que é consequência imediata do primeiro, foi a redução de custos na dinâmica de abertura e recuperação de estradas vicinais sem prejuízo da qualidade dos trabalhos.

PROJETO FIGUEIRA	Implantação de 23,5 Km de estrada (Obra licitada). Preço médio por Km/R\$ 25.697,89	R\$ 603.900,54
PROJETO PEDRO PEIXOTO	Recuperação de 650 Km de estrada (Parceria DERACRE). Preço/Km R\$ 704,61 Reforma de prédios administrativos Recuperação de ruas na sede	R\$ 458.000,00 139.571,26 27.730,00
PROJETO QUIXADÁ	Recuperação de 200 Km de estrada (Parceria DERACRE). Preço/Km R\$ 930,00	R\$ 186.000,00
PROJETO BENFICA	Implantação de 30 Km de estrada (Parceria DERACRE). Preço/Km R\$ 4.000,00 Construção de duas escolas em alvenaria, com área de 85,26 m² cada	R\$ 120.000,00 33.202,32

PROJETO SANTA LUZIA	Recuperação de 120 Km de estrada (Parceria DERACRE).....	R\$ 131.294,15
A recuperação de ramais na UA Santa Luzia (foto) exigiu do INCRA ações no sentido de envolver toda a comunidade de assentados e entidades estaduais. O resultado foi a recuperação de grande parte de ramais antes intrafegáveis ao preço médio de R\$ 1.094,11 por Km.		
PROJETO SÃO PEDRO	Recuperação de 50 Km de estrada (Parceria com o DERACRE). Preço/Km R\$ 1.094,11	R\$ 54.705,85
PROJ. BAIXA VERDE	Implantação de 20 Km de estrada (Parceria/DERACRE). Preço/km R\$ 4.000,00	R\$ 80.000,00
PROJ. S. J. BALANCEIO	Construção de uma escola em alvenaria com 85,26 m²	R\$ 18.137,16
PROJETO SÃO GABRIEL	Construção de uma escola em alvenaria com 85,26 m²	R\$ 16.601,16
PROJETO HUMAITÁ	Recuperação de 200 Km de estrada (Parceria com o DERACRE). Preço/Km R\$ 1.000,00	R\$ 200.000,00
PROJ. FAVO DE MEL	Construção de duas escolas em alvenaria com área de 85,26 m² cada	R\$ 33.202,32
SEDE SR.14/AC	Reforma de prédios	R\$ 75.968,60
TOTAL DE RECURSOS (R\$)		2.314.313,36

PARCERIAS/CUSTO

É importante observar que do programa de parcerias conseguiu-se reduzir em 90% (noventa por cento) o custo de abertura e recuperação de ramais.

Esta operação consiste na contratação de máquinas que chegam aos assentamentos através de acordos de cooperação técnica com o Departamento de Estradas e Rodagens do Acre - DERACRE e/ou Prefeituras Municipais, em articulação com as comunidades que, de forma organizada, gerenciam toda operação.

Cabe ao INCRA disponibilizar combustíveis e equipamentos, ao DERACRE e/ou Prefeituras, a responsabilidade técnica e o acompanhamento diário. Já às comunidades, a alimentação dos operadores, a picarra (laterita), a mão-de-obra e a madeira para construção das pontes.

Os resultados obtidos foram os mais satisfatórios possíveis, haja vista a participação efetiva das comunidades, a ampliação da capacidade de atendimento aos assentamentos, a valorização das obras pelos assentados e a redução de custos baixando de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) para R\$ 1.000,00 (um mil reais) o preço médio por Km recuperado e de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) para R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) o preço médio por Km aberto.

Num rápido exercício de aritmética, é possível provar, usando o preço histórico médio pago pelo INCRA, que os recursos utilizados para recuperar apenas 100 Km (cem quilômetros) de ramais são suficientes para adquirir uma patrulha mecanizada que terá capacidade para manter recuperados 300 Km/ano e ainda atuar na açudagem e na mecanização agrícola.

Portanto, quando afirmamos que a Reforma Agrária só terá êxito se reduzirmos custos e intensificarmos parcerias, é porque, na prática, estamos exercitando e comprovando esta tese.

PROJETO LUMIAR

Em fase de implantação, suas atividades estão voltadas para assessorar tecnicamente a gestão da organização da produção e da comercialização nos assentamentos de Reforma Agrária, tendo em vista a implementação de um processo de aprendizagem coletivo das comunidades assentadas, na busca do desenvolvimento sustentado e da melhoria da qualidade de vida.

ÁREA DE ATUAÇÃO DO PROJETO LUMIAR NA 1ª FASE

PROJETO	Nº FAMÍLIAS A SEREM BENEFICIADAS	LOCALIZAÇÃO
PA Baixa Verde	165	Rio Branco
PA São Gabriel	163	Capixaba
PA Figueira	348	Rio Branco
PA Carão	263	Rio Branco
PA São Pedro	351	Rodrigues Alves
PA São J. do Balanceio	264	Acrelândia
PA Stº. Ant. do Peixoto	212	Acrelândia
PA Favo de Mel	180	Sena Madureira
PAE Stº. Quitéria	207	Brasileia
TOTAL	2.153	

AÇÕES DE SUPORTE À

REFORMA AGRÁRIA

As reformas e ampliações dos espaços físicos, o reaparelhamento de setores complementares e o investimento na capacitação de recursos humanos foram imprescindíveis para que a SR.14/AC desenvolvesse de forma mais ousada suas funções e, com isso, resgatasse sua credibilidade junto à comunidade local.

RECURSOS HUMANOS

Os 384 servidores que compõem a lotação da regional foram peças fundamentais para que a SR.14/AC obtivesse êxito em suas investidas no ano de 96.

Independente de categoria funcional, nível de escolaridade, área de atuação ou qualquer outro fator, todos, indistintamente, se engajaram no sentido de dar uma resposta positiva aos anseios da sociedade por uma verdadeira Reforma Agrária.

Instituição e servidor constituíram uma parceria comprometida com a busca de soluções para a questão agrária. Por parte do primeiro, coube melhorar as condições ambientais de trabalho e propor ações sérias e transparentes. Já aos servidores, agora com a consciência formada de que a motivação não está resumida somente no fator salário, ficou reservado o papel de agente implementador das ações do órgão. E o fizeram com dignidade e competência.

Podemos afirmar, sem medo de errar, que a média de produtividade alcançada pelos servidores, nos últimos três anos, superou em até 10 vezes a média conseguida nos anos anteriores.

MODERNIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Inaugurada há mais de vinte anos, a SR.14/AC e algumas Unidades Avançadas estavam com suas instalações completamente sucateadas e obsoletas. Foi preciso ações enérgicas da direção local para reverter este quadro que, sem dúvida, influenciava negativamente no rendimento do corpo técnico.

Assim, o investimento maciço no reaparelhamento dos setores através da compra de novos e modernos equipamentos, a recuperação de parte das dependências físicas internas e externas e a adoção de processos

fundamentados nas técnicas de reengenharia aliada a um estudo conciliador de espaço/atividades/tempo e custos, foram medidas que contribuíram para resgatar a dignidade do servidor e dinamizar as ações básicas de Reforma Agrária.

Hoje a SR.14/AC está de cara nova e os servidores, conscientes do papel que devem desenvolver em prol do homem do campo,

TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

O INCRA/AC realizou no ano de 1996 cerca de 69 eventos de treinamento e capacitação de servidores, envolvendo uma clientela de 845 participantes, com custos orçados em torno de R\$ 63.200,00. A média de participação chegou a 12,24 pessoas por evento e os custos, a R\$ 915,00. Em relação aos anos anteriores, o quadro que se apresenta é o seguinte:

- 1993 - foram realizados 03 eventos
- 1994 - foram realizados 13 eventos
- 1995 - foram realizados 64 eventos
- 1996 - foram realizados 69 eventos.

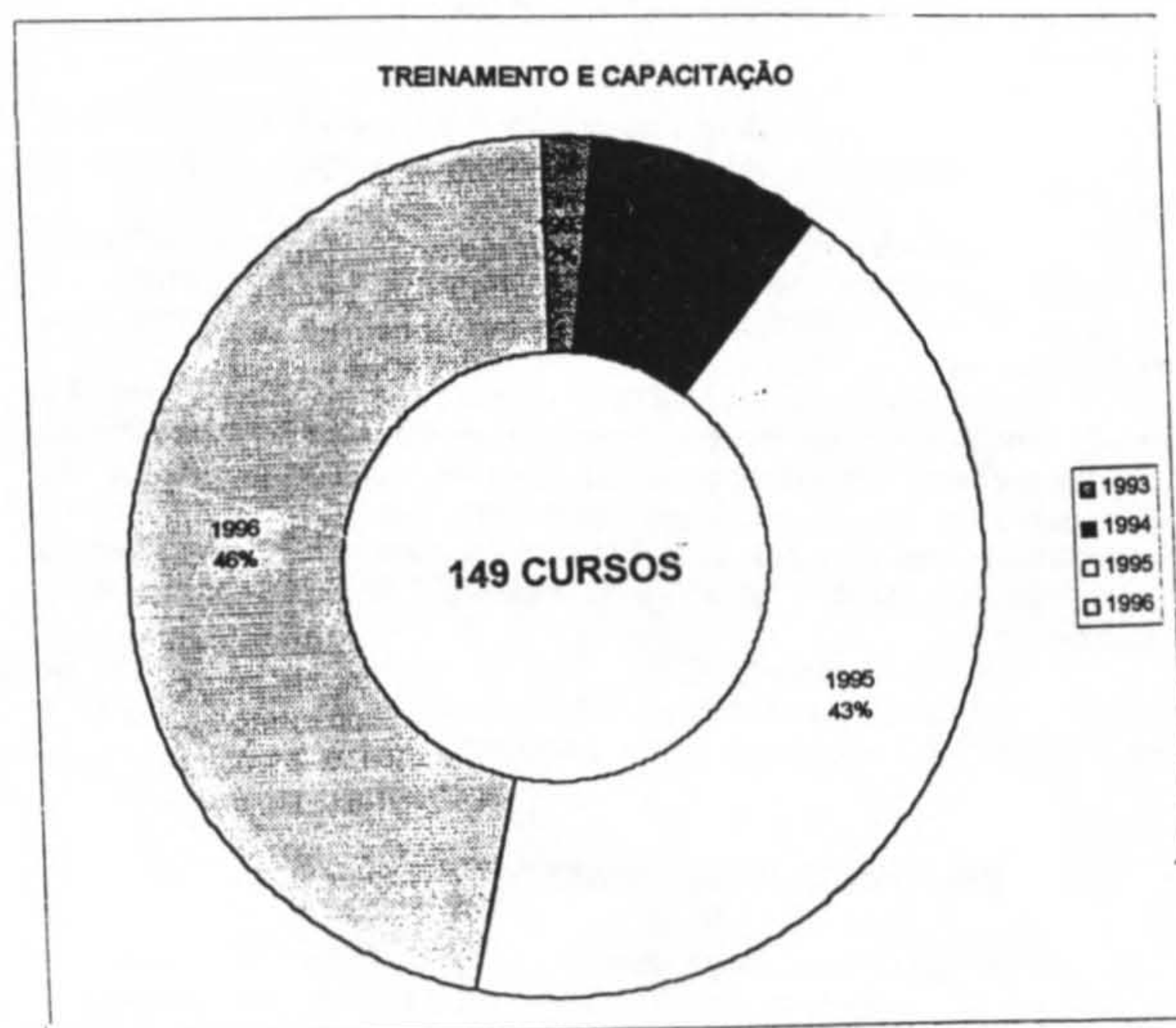
Os treinamentos de 1996, segundo as suas características e objetivos, podem ser mais bem agrupados em:

- Ações de suporte à informática - 25 eventos
- Ações de desenvolvimento gerencial - 08 eventos
- Ações de suporte à Reforma Agrária - 13 eventos
- Apoio às áreas técnico-administrativas - 23 eventos

As parcerias foram fundamentais para o sucesso das atividades e tiveram como contrapartida a redução de custos. Dentre as parcerias que trabalharam com a SR. 14/AC, no campo de treinamento de recursos humanos, podem ser destacadas as realizadas com as seguintes instituições: ESAD, TRE, SINDSEP, DFC, CUT, DFAARA, ENAP, FUNAI, FAO, UFAC, SENAC, RECA, SEPLAN, SENAI e Prefeitura Municipal de Rio Branco.

O ponto alto das atividades ficou por conta da realização do **Seminário Reforma Agrária e Assentamentos Extrativistas: A Realidade Atual**, no período de 26 a 28.03, contando com a presença do então Presidente do INCRA, Raul David do Valle Júnior.

Outro fato que merece ser destacado é que, no campo da informática, a SR ministrou treinamento nas Unidades Avançadas Humaitá e Boca do Acre, para servidores do INCRA lotados nos municípios de Lábrea, Benjamim Constant, Apuí, Borba, Humaitá e Boca do Acre, no Amazonas. Em Rio Branco, para os servidores da FUNAI, DFAARA e Projeto RECA. Isso só foi possível porque a Divisão de Recursos Humanos investiu no preparo de instrutores para atuar no Centro de Treinamento de Informática. Atualmente, a SR.14 conta com 05 instrutores (Servidores do Quadro de Pessoal do INCRA), 03 a mais que no ano de 1995.



AQUISIÇÃO DE PATRULHAS MECANIZADAS E VIATURAS

Visando criar as condições ideais para a emancipação dos Projetos existentes, alguns com até 18 anos,

foram adquiridos, com recursos do orçamento, através de remanejamento, seis patrulhas mecanizadas. Elas atuarão na recuperação da malha viária e servirão para desenvolver a piscicultura e a mecanização dos assentamentos, assegurando o escoamento da produção e ampliando a geração de emprego e renda.

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE	VLR. UNITÁRIO (R\$)	VLR. TOTAL (R\$)
Trator de Esteira	06	179.000,00	1.074.000,00
Motoniveladora	06	156.690,00	940.140,00
Pá Carregadeira	06	88.000,00	528.000,00
Caminhão Basculante	10	86.061,00	860.610,00
Caminhão / Apoio	03	44.587,00	133.761,00
Jeep	10	31.500,00	315.000,00
TOTAL			3.851.511,00

OBRAS EXECUTADAS

LOCALIZAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (R\$)
UA Humaitá	Reforma postos de saúde e policial	39.645,41
UA P. Peixoto	Construção de 16 pontes e 64 bueiros	334.308,56
PA Pavão	Const. 1 posto saúde e 1 escola	55.452,48
UA S. Luzia	Construção de 21 pontes	171.592,00
Sede	Reforma prédio Cadastro/Fundiário	35.027,00
TOTAL		636.025,45

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR (R\$)
Notebook	1	6.797,00
Hub's	7	20.134,93
Placas de rede	35	2.800,00
Micro pentium com cd-room	7	31.913,00
Micro pentium	15	54.900,00
Impressora jato de tinta	5	4.225,00
Impressora jato de tinta	2	5.712,00
Servidor de arquivo	1	21.980,00
Rack	1	2.850,00
Estabilizador de 1 kva	1	132,50
Estabilizador de 3 kva	2	1.874,60
Estabilizador de 10 kva	2	7.900,00
Estabilizador de 7 kva	3	10.950,00
Nobreak de 2 kva	1	3.790,00
TOTAL		175.959,03

DEMONSTRATIVO DE RECURSOS APLICADOS

PROJETO ATIVIDADE	RECURSOS RECEBIDOS	RECURSOS APLICADOS	% DE APLICAÇÃO
Sist. Proc. Dados	141.704,00	140.661,68	99,26
Crédito p/ Implantação	1.983.240,00	1.983.240,00	100,00
Assist. Jur. Sind. Rurais	20.000,00	20.000,00	100,00
Manut. e Atualiz. Cad. Rural	45.800,00	45.206,06	98,70
Espec. e Aperfeiçoamento	110.558,93	105.313,11	95,26
Assist. Finan. p/Manut. Ensino	66.000,00	51.340,38	77,79
Conc. Vale Transporte	115.097,87	104.280,72	90,60
Auxílio Refeição	71.669,80	39.808,80	55,54
Qualid. Prod. no Setor Pub. Fed.	18.567,12	17.760,45	95,66
Iden. Benf. Úteis Necessárias	570.597,50	537.185,95	94,14
Assist. Pré-Escolar	134.634,00	118.941,45	88,34
Manut. dos Serv. Adm. Geral	11.867.924,80	11.673.609,65	98,36
Adm. de Projetos	373.420,26	357.633,67	95,77
Disc. Arrec. Reg. de Terras	2.373,68	1.080,00	45,50
Demarcação Topográfica	60.242,00	51.482,53	85,46
Imp. e Const. de Proj./Ac	8.936.925,40	8.661.194,64	96,91
Enc. Inat. e Pensionistas	557.804,37	554.197,61	99,35
TOTAL	25.076.559,73	24.462.936,70	97,55

RAUL JUNGMAHN MINISTRO EXTRAORDINÁRIO DE POLÍTICA FUNDIÁRIA
NESTOR FETTER PRESIDENTE DO INCRA
RAIMUNDO DE ARAÚJO LIMA SUPERINTENDENTE REGIONAL
ERÂNIO LUIZ NOGUEIRA PINHEIRO SUPERINTENDENTE REG. ADJUNTO
ALBEMAR ALBUQUERQUE ABUD ASSESSORA
MARIA MARTA CRUZ DE OLIVEIRA PROCURADORA REGIONAL
JOÃO THAUMATURGO NETO CHEFE DIV. RECURSOS HUMANOS
GERALDA ELIZABETE DE SOUZA PINHEIRO CHEFE DIV. CADASTRO RURAL
VICENTE MANOEL SOUZA DE BRITO CHEFE DIV. REC. FUNDIÁRIOS
VALTER LÚCIO BESSA CAMPELO CHEFE DIV. ASSENTAMENTO
SEBASTIÃO DA SILVA CHEFE DIV. FINANÇAS
EQUIPE DE ELABORAÇÃO: RAIMUNDO DE ARAÚJO LIMA FRANCISCO JOSÉ NASCIMENTO MARIA DO SOCORRO DA SILVA MARIA DA GLÓRIA GUEDES THAUMATURGO SEBASTIÃO FARIAS DE ARAÚJO FILHO

PATRULHA MECANIZADA

1. Composição
2. Custo de Aquisição
3. Vantagens e Coeficientes técnicos
4. Produção e Produtividade
5. Gestão

1. COMPOSIÇÃO

equipamentos: Uma patrulha mecanizada se compõe dos seguintes

02 tratores de esteira
02 rolos compactador
01 motoniveladora
01 pá carregadeira
04 caminhões basculante
01 caminhão de apoio

2. CUSTO DE AQUISIÇÃO DE 01 PATRULHA MECANIZADA

EQUIPAMENTOS	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Trator de esteira	02	179.000	358.000
Rolo compactador	02	83.800	167.600
Motoniveladora	01	156.000	156.000
Pá carregadeira	01	88.000	88.000
Caminhões basculante	04	86.061	344.244
Caminhão de apoio	01	44.587	44.587
TOTAL			1.158.431

Foram considerados os custos da última licitação realizada nesta Superintendência, conforme Concorrência Pública nº02/96.

3. VANTAGENS E COEFICIENTES TÉCNICOS

3.1 - VANTAGENS

Planejamento - com a patrulha mecanizada disponível, o planejamento nas operações de abertura e recuperação de ramais será elaborado com antecedência sem nenhum risco quanto a execução das atividades programadas.

Cronograma - o cronograma físico de execução das metas será elaborado levando-se em consideração as condições climáticas locais, possibilitando a execução das atividades programadas, evitando o eterno problema ocasionado pelo atraso na liberação dos recursos.

Custos - a redução de custos é uma realidade comprovada. No caso do Acre, a abertura de ramais que custa R\$ 40.000,00 (Quarenta Mil reais) por Km, caiu para R\$ 4.000,00 (Quatro Mil reais), enquanto que a recuperação, cairá de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil reais)/Km para R\$ 1.000,00 (Hum Mil reais)/Km, apresentando uma redução em torno de 90%.

Parceria - Os dados obtidos pela Superintendência do Acre, demonstram que a participação das Prefeituras e comunidades, tem sido o fator mais importante na estratégia de gestão compartilhada e redução de custos.

Geração de Emprego e Renda - de acordo com as peculiaridades locais, mais dois programas serão implementados através das patrulhas mecanizadas com objetivo de elevar a produção e produtividade, e contribuir com o aumento da renda familiar, através da piscicultura e mecanização agrícola.

3.2 - VIABILIDADE ECONÔMICA

Para adquirir uma patrulha mecanizada completa, é necessário apenas R\$ 1.158.431,00 (Hum Milhão, Cento e Cinquenta Mil, Quatrocentos e Trinta e Um Reais).

O preço de abertura de ramais (implantação) é de R\$ 40.000,00/Km, logo, fica comprovado que os recursos necessários para adquirir uma patrulha completa, permitiria apenas a implantação de 28,96Km, ou seja:

$$\frac{1.158.431,00}{40.000,00} = 28,96$$

Com relação a recuperação de ramais, o preço de R\$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais)/km, permitiria apenas a recuperação de 77km, ou seja:

$$\frac{1.158.431,00}{15.000,00} = 77$$

4. PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE

Segundo dados obtidos nas operações de campo, através de máquinas alugadas para um período de 06(seis) meses, chegamos a seguinte conclusão:

- cada patrulha tem capacidade de:

- implantação de ramais - 100Km
- recuperação de ramais - 200Km

É importante observar que se licitados e executados por empresas particulares, esta operação custaria ao INCRA R\$ 7.000.000,00 (Sete Milhões de Reais).

Além das atividades de implantação e recuperação de ramais, as patrulhas atuarão na mecanização agrícola e ajudagem, através dos financiamentos do PROCERA, FNO e PRONAF, que alimentarão o Fundo de Manutenção dos Equipamentos.

5. GESTÃO

O processo de gestão inicia-se com a criação do Conselho Agrário Municipal, constituído por representantes do INCRA, Estado, Prefeituras e Trabalhos Rurais, com competência para planejar, acompanhar e avaliar todas as atividades desenvolvidas nos Assentamentos com as patrulhas mecanizadas.

O conselho será responsável pela criação e gestão do Fundo de manutenção dos equipamentos, provenientes dos financiamentos agrícolas através do PROCERA, FNO e PRONAF.

Brasília, 24 de março de 1997.

Excelentíssimo Senhor
Fernando Henrique Cardoso
Presidente da República Federativa do Brasil

Senhor Presidente,

Tenho a honra de cumprimentar Vossa Excelência e venho reiterar o meu protesto contra a demissão do Sr. Raimundo de Araújo Lima da Superintendência Regional do Incra no Acre, baseado em graves informações que me foram repassadas, as quais atentam contra a seriedade e transparência que devem nortear o serviço público.

Constam dessas informações, Senhor Presidente, que o Sr. Raimundo de Araújo Lima, indicado no cargo pela bancada do PMDB do Estado, foi demitido porque teria se confrontado com alguns de seus indicadores no ano passado ao cancelar uma licitação no valor de US\$ 5 milhões e remanejar os recursos, destinados à abertura e conservação de ramais, para a compra de patrulhas mecanizadas, a serem gerenciadas com a participação das prefeituras e colonos dos projetos de assentamento.

Com essa decisão, Senhor Presidente, o ex-superintendente do Incra tem contrariado os interesses de algumas empreiteiras locais, especialmente as vinculadas aos seus indicadores políticos.

Com vistas a provar que o Sr. Raimundo de Araújo Lima vinha exercendo, com competência e probidade, um excelente trabalho em favor da política agrária do meu Estado do Acre, informo a Vossa Excelência que o ex-superintendente conseguiu reduzir para menos de US\$ 1 mil o custo de recuperação dos ramais, que as empreiteiras não realizam por menos de US\$ 15 mil. Além disso, conseguiu baixar em cerca de 90% o custo do quilômetro de abertura de ramais, que passou dos US\$ 40 mil cobrados pelas empreiteiras para apenas US\$ 4 mil.

O remanejamento dos US\$ 5 milhões possibilitou à Superintendência do Incra no Acre comprar cinco patrulhas mecanizadas, cada uma formada por dois tratores de esteira, motoniveladora, pá carregadeira, dois rolos compactadores, quatro caminhões caçamba e um caminhão de apoio. Os equipamentos dessas cinco patrulhas mecanizadas, Senhor Presidente, têm capacidade para, em um ano, abrir 500 quilômetros de ramais e recuperar outros 1 mil quilômetros, ao passo que, se o Incra contratasse uma empreiteira, esses US\$ 5 milhões seriam suficientes para pagar a abertura de apenas 125 quilômetros de ramais.

Presto essas informações embuido do mais elevado espírito público e reitero a minha incompreensão pelo afastamento do cargo do Sr. Raimundo de Araújo Lima, que precisa ser melhor esclarecido para a opinião pública do Acre.

Atenciosamente,

Osmir Lima
Deputado Federal

CARTA AO EX-SUPERINTENDENTE DO INCRA NO
ACRE: " Raimundo Araújo de Lima".

Senhor Raimundo Araújo de Lima, nós, vereadores do município de Rio Branco, infra-assinados, vimos manifestar a nossa irrestrita solidariedade.

É latente no seio do povo acreano senhor ex-superintendente, o sentimento de revolta e indignação pela sua substituição; pessoas que não eram nem beneficiadas com os serviços da instituição que V. Sa. dirigia, nos procuram para manifestar os seus sentimentos.

O reconhecimento pelo seu Trabalho perpassa todas correntes políticas.

No Brasil, explodem conflitos fundiários, resultando em assassinatos coletivos, aumentando esta chaga que é o problema da terra no nosso país. No Acre, sua gestão teve como marca destacada a mediação dos conflitos e serviu como espelho para as demais superintendências do Brasil. Foi um Trabalho profícuo, é tanto, que hoje as entidades civis, de trabalhadores, de produtores rurais, a entidade representativa dos servidores do INCRA, representações políticas, personalidades, se levantam para defender a sua permanência frente a instituição responsável pela REFORMA AGRÁRIA NO ACRE.

É difícil hoje no Brasil senhor ex-superintendente, homens públicos serem substituídos de cargos e a população se levantar para defender a sua permanência, eis um privilegiado. Ministros são substituídos periodicamente, altos executivos de estatais brasileiras, e não há sequer uma manifestação por parte da sociedade.

O clamor do campo e da cidade pela sua permanência, é a demonstração de reconhecimento, respeito e interesse pela continuidade do seu trabalho e de sua equipe. Só irresponsáveis poderiam estar interessados na interrupção deste trabalho levado a cabo pela superintendência do INCRA no Acre.

Podes até pensar senhor ex-superintendente:

Fui punido por estar trabalhando corretamente?

Punido por estar agindo com competência?

Punido por não deixar o aparelho da REFORMA AGRÁRIA no Acre virar instrumento de esquemas?

Senhor ex-superintendente, tudo está em plena mutação, o nosso país, as nossas instituições, os nossos concidadãos. Mais cedo ou mais tarde, será cassado pelo povo o passaporte dos que promovem os impedimentos ao trabalho, que se constitui em verdadeiros crimes de lesa-pátria.

Não esmoreça senhor ex-superintendente, o Acre e o Brasil precisam de pessoas como senhor.

A história tem uma marcha implacável, amanhã ou depois ela acertará as contas com os que estão em débito consigo.

Não se conhece carrascos, tiranos, que não tiveram que acertar as contas com a história.

Saudações políticas.

Handwritten signatures and names:
Raimundo Araújo de Lima
José Carlos
Cosme R. de Jesus
João Amador
Antonio Vazquez
Francisca Maranhão

BANCADA DO PT NA CÂMARA
DE VEREADORES. RIO BRANCO - AC

Brasília, 24 de março de 1997

Exmo. Sr.
Raul Belens Jungmann Pinto
Ministro Extraordinário da Reforma Agrária
Brasília - DF

Sr. Ministro,

Tenho a honra de cumprimentar V. Excia. e apresentar meu protesto contra a demissão do Sr. Raimundo de Araújo Lima da Superintendência Regional do Incra no Acre, baseado em graves informações que me foram repassadas, as quais atentam contra a seriedade e transparência que devem nortear o serviço público.

Constam dessas informações que o Sr. Raimundo de Araújo Lima, indicado no cargo pela bancada do PMDB do meu Estado, foi demitido porque teria se confrontado com alguns de seus indicadores no ano passado ao cancelar uma licitação no valor de US\$ 5 milhões e remanejar os recursos, destinados à abertura e conservação de ramais, para a compra de patrulhas mecanizadas, a serem gerenciadas com a participação das prefeituras e colonos dos projetos de assentamento.

Com essa decisão, Sr. Ministro, o ex-superintendente do Incra teria contrariado o interesses de algumas empreiteiras locais, especialmente às vinculadas aos seus indicadores políticos.

Com vistas a provar que o Sr. Raimundo de Araújo Lima vinha exercendo, com competência e probidade, um excelente trabalho em favor da política agrária do meu Estado do Acre, informo a V. Excia. que o ex-superintendente conseguiu reduzir para menos de US\$ 1 mil o custo de recuperação dos ramais, que as empreiteiras não realizam por menos de US\$ 15 mil. Além disso, conseguiu baixar em cerca de 90% o custo do quilômetro de abertura de ramais, que passou dos US\$ 40 mil cobrados pelas empreiteiras para apenas US\$ 4 mil.

O remanejamento dos US\$ 5 milhões possibilitou à Superintendência do Incra no Acre comprar cinco patrulhas mecanizadas, cada uma formada por dois tratores de esteira, uma motoniveladora, pá carregadeira, dois rolos compactadores, quatro caminhões caçamba e um caminhão de apoio. Os equipamentos dessas cinco patrulhas mecanizadas, Sr. Ministro, têm capacidade para, em um ano, abrir 500 quilômetros de ramais e recuperar outros 1 mil quilômetros, ao passo que, se o Incra contratasse uma empreiteira, esses US\$ 5 milhões seriam suficientes para pagar a abertura de apenas 125 quilômetros de ramais.

Presto essas informações embuido do mais elevado espírito público, principalmente pelo fato do sr. Raimundo de Araújo Lima não pertencer ao meu partido, e apresento a V. Excia. a minha incompreensão pelo seu afastamento do cargo, que precisa ser melhor esclarecido para a opinião pública do Acre.

Atenciosamente,

Osmir Lima
Deputado Federal

Rio Branco-AC, 21 de março de 1997

Companheiros representantes,

Os Servidores do INCRA no Estado do Acre, repudiam e não aceitam veementemente, a atitude do Senador Flaviano Melo que de forma autoritária, contra inclusive a maioria do seu partido, resolveu exonerar o Superintendente de Araújo Lima.

O Estado do Acre, leia-se, Sindicatos, ONGs e Instituições afins à reforma Agrária e principalmente os parceiros de Projetos de Assentamento, são testemunhas do incontestável trabalho que foi desenvolvido e que de forma brilhante colocou a nossa instituição entre as mais dinâmicas de todo o Brasil.

Como já dissemos em carta ao Sr. Ministro Raul Jungmann, "O INCRA cresce na proporção da competência e esforço de quem comanda".

Lamentavelmente, a ingerência política no INCRA/AC, tem falado mais alto do que os interesses mais urgentes da Sociedade, para a qual prestamos serviços.

Solicitamos apoio dessa confederação no sentido de fazer gestões junto ao Sr. Ministro e Presidente do INCRA, para que esse quadro seja revertido e o Superintendente Raimundo de Araújo Lima, Retome o cargo que tanto nos engrandece e estimula ao trabalho.

Atenciosamente,

P/ Jacinto Finuier Torres
SIMI BATISTA DE MENEZES
PRESIDENTE ASSINCRA/AC

À CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSINCRA-CNASI
BRASILIA-DF

PS SOLICITAMOS ENVIAR O ABAIXO ASSINADO
ANEXO AO SR. MINISTRO RAUL JUNGMAN

Se Raimundo Lima não for reintegrado ao INCRA, o governo federal mostrará mais uma vez que não quer fazer reforma agrária no Brasil

O governo de Fernando Henrique Cardoso tem alardeado em todos os cantos que é a favor da reforma agrária no Brasil. FHC ataca as iniciativas do Movimento dos Sem-Terra, acusando-o de violência, interesses políticos, entre outras coisas, procurando desacreditar publicamente o Movimento. Na verdade, sem o MST, nem existiria discussão pública sobre reforma agrária no País.

Outro argumento do governo federal para não avançar na realização de uma verdadeira reforma agrária é o da falta de verbas. Sem entrar no mérito de que há recursos disponíveis para salvar banqueiros falidos e pagar a dívida externa, será que os poucos recursos existentes para a reforma agrária estão sendo aplicados corretamente?

A recente demissão de Raimundo de Araújo Lima da superintendência do INCRA no Acre mostra que esta não é uma preocupação do governo FHC. Muito menos é uma política da atual administração do INCRA, como deixa bem claro o seu presidente Nestor Fetter, homem de confiança de Fernando Henrique Cardoso, ao fazer essa demissão.

A gestão de Raimundo Lima frente a superintendência do INCRA-Acre é reconhecida por todas as entidades, cujos representantes assinam este documento, como um exemplo a ser seguido pelo INCRA como um todo, no que diz respeito a probidade administrativa e da maior participação das entidades dos trabalhadores rurais nas suas decisões. Em sua gestão, foi criado o Conselho Estadual de Reforma Agrária, com a participação de entidades dos trabalhadores rurais. É o Conselho que define a política de reforma agrária no estado do Acre. Também em sua gestão, foram desapropriadas 61.881 hectares de terra para fins de assentamento.

É verdade que Raimundo Lima foi indicado pelo senador do PMDB acreano Flaviano Melo. Mas, mesmo assim, ele contrariou interesses escusos da família do senador. Interesses que, quase sempre, dilapidam os recursos públicos.

O que determinou a demissão de Raimundo Lima da superintendência foi o cancelamento da licitação de cinco milhões de dólares. O dinheiro seria usado para a abertura e conservação de ramais, beneficiando assim as empreiteiras locais. Principalmente a Slump Engenharia, cujo proprietário é Ricardo Melo, primo do senador peemedebista Flaviano Melo. (É bom lembrar que Flaviano era governador do Acre no período em que se deu a maior violência no campo acreano. Foi no seu governo que foi assassinado o líder sindical Chico Mendes).

Invés de fazer o jogo das empreiteiras, Raimundo comprou patrulhas mecanizadas. Assim, o Conselho Estadual de Reforma Agrária gerenciaria a abertura de ramais a custo muito mais baixo. Nesse sentido, têm sido feitas experiências em vários municípios. Em mutirões realizados pelas prefeituras, trabalhadores rurais e INCRA, o custo da abertura de ramais foi reduzido de quarenta mil para seis mil dólares o quilômetro. A conservação dos ramais foi reduzida de quinze mil para quatro mil dólares. Com as patrulhas mecanizadas, o custo baixaria ainda mais. Além disso, a manutenção seria permanente e mais barata ainda.

O motivo pelo qual se deu a demissão de Raimundo Lima é uma afronta ao povo acreano. É uma vitória de políticos que, como Flaviano Melo, privatizam o Estado para o benefício de suas famílias, através das mais diversas maneiras. Mas, principalmente, é uma demonstração clara da política que FHC aplica no campo brasileiro: defende os interesses dos grandes latifundiários, dos grileiros e das empreiteiras, atacando os que lutam pela reforma agrária e demitindo os que procuram aplicar bem os poucos recursos que o governo destina para esse fim.

Os representantes legais das entidades que abaixo assinam exigem do governo federal a reintegração imediata de Raimundo Lima na superintendência do INCRA do Acre e o fim da ingerência político-partidária no órgão. A permanência de Raimundo Lima frente a superintendência do INCRA é uma garantia de que os avanços conquistados prossigam. A sua substituição, nesses termos, independente do nome de quem venha substituí-lo, sinaliza no sentido inverso do que vinha sendo feito até então pela reforma agrária no Acre.

Rio Branco-Acre, 21 de março de 1997.

FETACRE - Federação dos Trabalhadores Rurais do Acre

CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros — Maria Franco de Aguiar

CUT-Acre - Central Única dos Trabalhadores — Olga Nery Lopes

CTA - Centro dos Trabalhadores da Amazônia

CPI - Comissão Pró-Índio — Vera Oliveira Souza

SINDSEP - Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Acre — Júlia Fátima de Silva

CDDH-D - Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Diocese

CDHEP - Centro dos Direitos Humanos e Educação Popular

Rede Acreana das Mulheres e Homens — Adilson

Cooperativa Agro-extrativista dos Trabalhadores Rurais de Sena Madureira

SOS Amazônia — Fátima

PESACRE — Raimundo Araújo Lima

Grupo de Teatro de Olho na Coisa

Exoneração provoca greve no Incra

A exoneração do superintendente estadual do Incra no Estado, Raimundo Araújo Lima, o "Sabonete", provocou uma explosão de revolta entre os servidores do órgão. Eles disseram não ter nada contra o professor Josué Fernandes, mas sim contra a forma com que Sabonete foi exonerado.

Na tarde de ontem, cerca de 55% dos funcionários já haviam paralisado os serviços. A decisão havia sido tomada no dia anterior em assembléia geral dos funcionários.

A servidora do Incra e membro da Associação dos servidores do órgão, Nicete Kador Rocha, revelou que o movimento é basicamente para marcar posi-

ção diante da intromissão da política no trabalho técnico.

"A nossa intenção é reverter a exoneração, mas isso dificilmente será conseguido", admitiu Nicete. Ela garantiu que o movimento deverá criar corpo na próxima semana, quando deverão contar com o apoio de políticos, ONGs e produtores.

Ela frisou que não há nada contra o professor Josué, até por que não o conhece. "O problema são estas intromissões de pessoas descompromissadas que atrapalham o trabalho. Este tipo de atitude ditatorial desestimula os que querem realizar um bom trabalho", desabafou.

Nicete destacou que não vão desistir da luta, mas afirmou que eles têm consciência de que o cargo não é vitalício: "Mas nós sabemos também que Sabonete estava realizando um trabalho excelente a frente do Incra".

A exoneração de Sabonete foi assinada pelo presidente do Incra, Nestor Fetter. Segundo informações de Brasília, a demissão não teria sido autorizada pelo ministro da Agricultura ou pelo ministro da Reforma Agrária.

Os boatos dão conta de que a demissão foi pedida pelo senador Flaviano Melo. Para o lugar de Sabonete foi nomeado professor Josué Fernandes.

NOTA DE REPÚDIO

Os servidores do Incra no Estado do Acre, repudiavam e não aceitam, veementemente a atitude do senador Flaviano Melo, que de forma autoritária, contra inclusive à vontade da maioria do seu partido, resolveu exonerar o superintendente Raimundo de Araújo Lima. O Estado do Acre, leia-se, sindicatos, ONGs e instituições afins à reforma agrária e principalmente os parceiros dos proje-

tos de assentamento, são testemunhas do incontestável trabalho que foi desenvolvido e que de forma brilhante colocou a nossa instituição entre as mais dinâmicas de todo o Brasil.

Nos entristece bastante, mas, nos fortalece a continuar na luta pela reforma agrária e pôr mais justiça social no nosso país

Por que, senador?

Confronto com senador afasta chefe do Incra

O presidente do Incra, Nestor Fetter, exonerou ontem o superintendente no Acre, Raimundo de Araújo Lima, cuja gestão estava servindo de parâmetro para a atuação do órgão em nível nacional. Indicado pela bancada do PMDB acreano, Raimundo Lima confrontou-se com o senador Flaviano Melo (PMDB) no ano passado, ao cancelar uma licitação de US\$ 5 milhões e remanejar os recursos - destinados à abertura e conservação de ramais - para compra de patrulhas mecanizadas, gerenciadas com a participação das prefeituras e colonos dos projetos de assentamento.

Com a decisão, o ex-superintendente do Incra se indispôs com os interesses

das empreiteiras locais, especialmente a Eslump Engenharia, pertencente a Ricardo Melo, primo do senador acreano. Raimundo Lima conseguiu reduzir para menos de US\$ 1 mil o custo de recuperação dos ramais, que as empreiteiras não realizam por menos de US\$ 15 mil. O custo da abertura de ramais - que as empresas costumam cobrar US\$ 40 mil por cada quilômetro - sofreu uma redução de 90%. O Incra passou a abrir ramais ao custo de US\$ 4 mil.

Com a participação da comunidade e das prefeituras no planejamento, execução e avaliação, o ex-superintendente conseguiu respaldo dentro do Ministério da Reforma Agrária para

resistir às pressões de seus correligionários por seis meses. Foi constatado que na abertura e conservação de ramais a comunidade investiu mais que a superintendência do Incra no Acre.

A Agência JB tentou ouvir na tarde de ontem a versão do senador Flaviano Melo. A jornalista Dilma Tavares, assessora de imprensa do gabinete, informou que o senador não poderia se manifestar a respeito porque estava de saída para uma audiência com o presidente Fernando Henrique juntamente com o prefeito de Rio Branco, Maurício Sérgio (PMDB).

Internet

Mudança no Incra

Deve estar sendo publicado hoje, no Diário Oficial da União, o decreto de exoneração do superintendente regional do Incra, Raimundo Araújo Lima, o Raimundo Sabonete.

Apesar do grande respeito que desfruta em meio aos setores rurais (agricultores e entidades ligadas ao homem do campo) e mesmo dentro do Incra, Raimundo Sabonete

vinha sendo vítima de uma perseguição política sem trégua nos últimos meses.

O motivo da queda

A perseguição ao (ontem à noite) "ex-superintendente" do Incra começou no ano passado, quando o órgão recebeu uma grande soma de recursos para investir na abertura, recuperação e melhoramento de ramais e estradas vicinais dos projetos de assentamento.

Na época, foram licitados serviços da ordem de R\$ 6 milhões, e a empresa Slamp queria vencer a licitação a qualquer custo.

Raimundo Sabonete fez o que era lícito e certo. Ao invés de compactuar com esquemas e cotizar os serviços de uma empreiteira, usou o dinheiro na compra de uma patrulha mecanizada para o Incra, uma vez que os serviços de recuperação e manutenção de ramais são permanentes nos projetos administrados pelo órgão.

A ira do Flaviano

Ao não satisfazer os interesses da Slamp, Raimundo Sabonete teria trombado de frente com o senador Flaviano Melo, devido a suposta ligação do senador a empreiteira.

Como Raimundo Sabonete era bem conceituado dentro do Incra e no Ministério d Reforma Agrária, a articulação pela sua degola teve que se dar por intermédio do Ministro Extraordinário de Articulações Políticas, Luis Carlos Santos, que é do PMDB.

Lamentável

É lamentável que, justamente numa área em que as coisas estavam sendo conduzidas sem maiores complicações, com o respaldo de todos os setores envolvidos, os interesses de um grupo fale mais alto. Se confirmada essa decisão, é mais uma mancha na imagem do governo federal, que perde muito em credibilidade ao se deixar levar pelo que há de pior na política.

E o pior é o critério para a escolha do próximo superintendente será o mesmo

utilizado para a demissão do Sabonete: a influência política.

Não sai calado

A última informação que chegou a redação ontem à noite dá conta de que, se confirmada sua exoneração, Raimundo Araújo Lima garante que não vai sair calado. Ele vai contar à imprensa, com toda riqueza de detalhes, os motivos pelos quais alguns políticos lhe queriam fora da Superintendência do Incra.

Interativas

** O mesmo instituto que fez a pesquisa sobre a preferência do eleitorado para o Senado também fez para saber quem está mais cotado para o governo.*

** O resultado deve ser publicado entre sexta e domingo próximos no Diário da Amazônia.*

Sugestões de títulos para a possível mudança no Incra

** Sabonete escorrega no confronto com Flaviano*

refresco

** Sabonete peita Flaviano e é lavado do Incra*

** Ao saber da notícia, sabonete saiu espumando*

** Sabonete escorrega*

J RIO BRANCO-ACRE, SÁBADO, 22 DE MARÇO 97

Josué já tem projeto

Mesmo assumindo a superintendência do órgão de forma repentina

O novo superintendente do Incra, professor Josué Fernandes, revelou em entrevista exclusiva para **A Tribuna**, qual a visão que têm do órgão. Ele é historiador e era o assessor de comunicação da Ufac, além de ser o secretário geral do PMDB no Estado.

Ele revelou que não tinha pretensões ao cargo, que os planos atuais compreendiam um projeto de divulgação da universidade. Ele comentou que conhece o órgão e seu de seu papel histórico.

Durante os anos 70 e 80, Josué percorreu diversos projetos de assentamento, de onde produziu diversos trabalhos relativos a situação dos parceiros. "Eu conheço o Incra e o papel histórico que ele possui", revelou.

Josué destacou que o órgão

teve (e tem) um importante papel na atenuação dos conflitos históricos, principalmente na Amazônia, mas reconheceu que os governos anteriores não atuaram corretamente no que diz respeito a reforma agrária.

"No meu ponto de vista uma reforma agrária tem que levar consideração a adaptação do homem com a natureza, tendo que ter toda uma infra-estrutura de apoio, que no caso é principalmente de educação, saúde e escoamento, não podendo faltar também a assistência técnica e creditícia".

Para ele essas condições proporcionarão ao homem assentado as condições de produzir com qualidade e em quantidade, o que fará com que passe a fazer parte da sociedade, melhorando as próprias condições de vida e gerando riquezas para o Estado.

Segundo ele, se não forem oferecidas estas condições a reforma agrária não se completa e não atende ao fim a que se destina.

Josué comentou que todo e qualquer sistema de reforma agrária tem que ser adaptado a região e não fazer com que a região se adapte ao sistema existente.

"Se não houver esta interação homem - natureza, levando em conta as particularidades regionais, não existirão ganhos sociais e o trabalho não será justificado", afirmou.

"Eu penso em uma reforma agrária adaptada a realidade da Amazônia, na qual a participação da sociedade civil será fundamental", revelou.

Ele disse que vai estreitar as relações da sociedade civil e o órgão, ampliando ainda o leque de participações das pretenda-

Moção de repúdio à decisão de afastamento do superintendente do Incra do estado do Acre

Cruzeiro do Sul-Ac, 20 de março de 1997

Nós, líderes de entidades representantes dos trabalhadores rurais do Vale do Rio Juruá e entidades de apoio, vimos apresentar o nosso repúdio à decisão de afastamento do Sr. Raimundo de Araújo Lima, da superintendência do Incra em nosso Estado. Somos contra as decisões politiqueiras que só beneficiam a uma minoria. Sabemos que a influência do Senador Flaviano Melo, foi importante para essa tomada de decisão, pois o senador se sentiu prejudicado, juntamente com uma meia dúzia de empreiteiros que o apóiam, com a louvável atitude do Superintendente do Incra, na compra de patrulhas mecanizadas para a abertura e conservação de ramais dos projetos de assentamento. Os custos do Incra com ramais serão bruscamente reduzidos, como também os lucros de algumas empreiteiras que sempre se beneficiaram às custas do Incra.

Moção de repúdio à decisão de afastamento do superintendente do Incra do estado do Acre

Cruzeiro do Sul-Ac, 20 de março de 1997

Nós, líderes de entidades representantes dos trabalhadores rurais do Vale do Rio Juruá e entidades de apoio, vimos apresentar o nosso repúdio à decisão de afastamento do Sr. Raimundo de Araújo Lima, da superintendência do Incra em nosso Estado. Somos contra as decisões politiqueiras que só beneficiam a uma minoria. Sabemos que a influência do Senador Flaviano Melo, foi importante para essa tomada de decisão, pois o senador se sentiu prejudicado, juntamente com uma meia dúzia de empreiteiros que o apóiam, com a louvável atitude

do Superintendente do Inbra, na compra de patrulhas mecanizadas para a abertura e conservação de ramais dos projetos de assentamento. Os custos do Inbra com ramais serão bruscamente reduzidos, como também os lucros de algumas empreiteiras que sempre se beneficiaram às custas do Inbra.

Não podemos mais aceitar que decisões em benefício do povo de nosso Estado, sejam prejudicadas por políticos que só pesam em seus próprios interesses.

**APOIO À CONTINUIDADE DO SR. RAIMUNDO DE ARAÚJO
LIMA NA SUPERINTENDÊNCIA DO INCRA/ACRE**

Para nós, a continuidade do Sr. Raimundo de Araújo Lima, na Superintendência do Incra, é importantíssimo para que possamos dar continuidade à uma série de trabalhos que estamos desenvolvendo em conjunto. O Incra em nosso Estado, nunca foi tão democrático e respeitador dos trabalhadores como é agora e isso, é fruto de um trabalho de quem realmente está preocupado com os trabalhadores e como o próprio Incra.

Aceitar decisões como essa do Senador Flaviano Melo, é aceitar o retrocesso na história de luta pela Reforma Agrária no Acre e, é aceitar a continuidade de sua política que beneficia apenas uma minoria.

Exigimos o retorno do Sr. Raimundo de Araújo Lima, para que possamos dar continuidade à nossa luta pela Reforma Agrária.

[illegible]

Flaviano diz que alagação é prioridade

O senador Flaviano Melo passou todo o dia de ontem acompanhando o prefeito Mauri Sérgio em audiências pelos ministérios em Brasília, conforme informou a assessoria dele.

Segundo a assessoria, ele sabe do movimento grevista que está sendo feito em defesa do nome do ex-superintendente do Inera, Raimundo "Sarbonete" de Araújo Lima, mas

que no momento as atenções do senador estão todas voltadas para o apoio aos flagelados.

Ainda de acordo com os assessores, ele teria dito que estas alterações em cargos de comando em órgãos governamentais são normais e corriqueiras. Eles disseram que estas mudanças são rotina dentro do partido.

Conforme os assessores o

*PMDB tem gente de qualida-
de e qualificada para assumir
qualquer tipo de cargo na ad-
ministração pública sempre
que necessário.*

O senador foi procurado para confirmar as versões dos assessores mas não foi localizado. Segundo informações ele esteve reunido com o ministro das Comunicações Sérgio Mota.

O SR. PRESIDENTE (José Fogaça) – A Presidência designa para a Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária do dia 1º de abril, às 14 horas e 30 minutos, os Requerimentos nºs 1.134, de 1996, e 208, de 1997.

O SR. PRESIDENTE (José Fogaça) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h55min.)

*DISCURSO PRONUNCIADO PELO
SR. HUMBERTO LUCENA NA SESSÃO DE
25/03/97, QUE SE REPUBLICA POR SOLI-
CITAÇÃO DO PARLAMENTAR:*

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, dentro de poucos dias, preciso ocupar a tribuna do Senado para me deter, mais aprofundadamente, na proposta de emenda constitucional que tramita na Câmara dos Deputados e trata da reforma administrativa, a qual tem, como Relator, o nobre Deputado Moreira Franco.

Desde logo, entretanto, desejo fazer algumas considerações sobre esse tema que deve, em poucos dias, tomar conta do Plenário, não apenas da Câmara dos Deputados, mas também do Senado Federal. Não se pode negar a necessidade imperiosa da implantação de uma reforma administrativa no País. Mas quero chamar a atenção para o fato de que essa reforma tem que ser de cunho nitidamente racional. Em primeiro lugar, ela deve voltar-se para a reestruturação do Estado, já que tivemos, em vários governos anteriores, algumas tentativas de reforma administrativa que terminaram por extinguir ministérios e outros órgãos da administração indireta, sem uma justificativa plausível.

Refiro-me, por exemplo, à extinção do antigo Ministério do Interior e, posteriormente, do Ministério de Desenvolvimento Regional, que era um setor do Governo Federal voltado, todo ele, para uma política de integração, uma vez que não podemos negar que, apesar de todos os esforços dos governos que se sucedem na República, a distância entre as Regiões brasileiras ainda é muito grande, notadamente no que se refere às mais pobres, como o Norte e o Nordeste, que ficam realmente muito a dever em relação ao Centro-Oeste, ao Sudeste e mesmo ao Sudoeste.

Lembro-me bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, do Governo Juscelino Kubitschek de Oli-

veira, que foi, sem dúvida, uma das fases portentosas da vida nacional. O ilustre mineiro tem hoje um lugar de destaque na história como um dos nossos maiores estadistas, não apenas do ponto de vista político, democrata sincero que o era, conciliador por excelência, mas também como executivo, como administrador. Não fôra ele e não teríamos, como sabemos, conquistado um lugar tão importante no cenário internacional, o que só aconteceu após a execução do seu célebre Programa de Metas Governamentais, do qual Brasília foi a meta-síntese, que constituiu, por assim dizer, a própria redescoberta do Brasil ou, melhor dizendo, a ocupação do Planalto Central, para que, aqui, pudéssemos fundar uma nova civilização, a civilização do cerrado, voltada para o engrandecimento do nosso País.

Pois bem, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, foi graças a Juscelino Kubitschek de Oliveira que tivemos, no Brasil, uma política de integração regional das mais destacadas, de vez que coube a S. Ex^a não apenas a criação da Sudene, mas também da Sudam, as duas principais agências de desenvolvimento regional, visando crescer, cada vez mais, o Nordeste e a Amazônia, graças à instituição do chamado incentivo fiscal, que trouxe recursos deduzidos do Imposto de Renda para o custeio dos projetos agrícolas e agropecuários, industriais e agroindustriais nas Regiões Nordeste e Amazônica.

Posteriormente, Sr. Presidente, o que aconteceu? Não sei por que os governos que se sucederam começaram a achar que o Ministério do Interior, que era o órgão encarregado justamente não só de planejar, mas também executar a política do desenvolvimento regional, deveria ser primeiro reformulado. Criou-se, então, o Ministério do Desenvolvimento Regional, do qual foi titular o ex-Ministro Aluizio Alves, no Governo Itamar Franco. Depois, tivemos a sua extinção pura e simples, sob o argumento de que o Ministério do Interior, e mais adiante o Ministério do Desenvolvimento Regional, era um antro de corrupção, onde não se fazia senão fisiologismo, o que é, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, um verdadeiro absurdo, porque se nos deixarmos levar por argumentos dessa natureza, praticamente não haveria nenhum ministério neste País, porque qualquer ministério está sujeito às forças do mal e às forças do bem.

O importante é ter, à frente de cada um, homens de responsabilidade, homens competentes e probos, como dizia Tancredo Neves ao ser eleito Presidente da República, para conduzir a coisa pública ao seu verdadeiro destino.

O Sr. Ney Suassuna – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA – Ouço V. Ex^a com prazer.

O Sr. Ney Suassuna – Senador Humberto Lucena, V. Ex^a traz à análise um assunto de suma importância, principalmente para o Nordeste. Se não tivermos um plano estratégico que busque diminuir essas diferenças regionais, cada vez mais teremos o distanciamento da economia de uma Região que já é sofrida pelo clima, onde ocorreu, por gerações e gerações, um empobrecimento que levou a população a perder o seu **status**, tendo hoje problemas sérios. Mas, como bem disse V. Ex^a, não é só isso. É preciso que se reforme toda a máquina; e que se faça isso através da reforma fiscal, da reforma administrativa, da reforma da Previdência, mas sem deixar de olhar, como bem coloca V. Ex^a, para as áreas mais sofridas, porque não há um todo forte se há uma parte fraca. E essa parte hoje existe: Norte, Nordeste e Centro-Oeste não têm o **status** do restante do Sul e Sudeste. Mas é muito pior a situação do Nordeste, onde vive quase um terço da população do País, que, dia a dia, se distancia mais do restante do País. E o que é pior: no caso específico da Paraíba, em relação ao índice do desenvolvimento humano, obtido pelo PNUD, estamos em último lugar. É preciso que se crie e que se reformule para que possamos ter, pelo menos, uma homogeneidade de tratamento daqueles que, perante a lei, são iguais. Muito obrigado.

O SR. HUMBERTO LUCENA – Eu que lhe agradeço, nobre Senador Ney Suassuna, pela sua participação no debate.

Devo acrescentar que, para piorar a situação, depois da extinção do Ministério de Desenvolvimento Regional, criou-se no País a Secretaria de Assuntos Regionais, que é um órgão **sui generis**. Subordinado ao Sr. Ministro do Planejamento, tem como titular alguém que, por ser coincidentemente Secretário Executivo da Câmara de Desenvolvimento, passou a ter, por decisão do Senhor Presidente da República, o **status** também de Ministro, para efeito somente de percepção de vencimentos e outras vantagens inerentes ao cargo. O que equivale dizer que, hoje, temos como Secretário de Assuntos Regionais um Ministro que é subordinado a outro Ministro, o Ministro do Planejamento, o que, por si só, é algo esdrúxulo.

E essa Secretaria de Assuntos Regionais que, no momento, está entregue às boas mãos de um paraibano da categoria do Dr. Fernando Catão, ex-Se-

cretário de Planejamento do Governo Ronaldo Cunha Lima, está inteiramente esvaziada. Basta dizer que, para o exercício de 1997, não havia sequer uma dotação orçamentária para fazer face às despesas que ocorressem no setor de defesa civil. Isto é, verbas indispensáveis para socorro às calamidades públicas.

Foi graças a um trabalho que efetuamos – junto com o Ministro Antônio Kandir e um grupo de parlamentares, entre os quais me incluí, que conseguimos abrir espaço no Orçamento Federal recursos da ordem de R\$60 milhões, que é o que existe para ser destinado à Defesa Civil em todo o País. Agora mesmo tivemos uma calamidade no Acre, uma enchente pavorosa, que chamou a atenção de todo o País com centenas, senão milhares, de vítimas, e o Governo Federal teve que se prevalecer da edição de uma Medida Provisória para abrir um crédito extraordinário, porque a Secretaria de Assuntos Regionais não dispunha dos recursos indispensáveis sequer para os primeiros socorros.

A Sr^a Júnia Marise – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA – Ouço V. Ex^a com muito prazer.

A Sr^a Júnia Marise – Nobre Senador Humberto Lucena, V. Ex^a faz uma abordagem realista de um problema que consideramos grave. Espero que as palavras de V. Ex^a ecoem diretamente nas hostes do Governo. V. Ex^a, que sempre fez a defesa intransigente do Nordeste e, particularmente, do seu Estado, está colocando o dedo na ferida de um problema que é, há séculos, considerado grave, principalmente na área social no que tange à questão do Nordeste. Em seu pronunciamento, V. Ex^a lembrou o saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, que, ciente, sensível, determinado, com vontade política, percebendo as desigualdades sociais no nosso País – entre o Nordeste, Sul e Sudeste –, acabou por criar a Sudene, para que ela fosse a alavanca, a força, o anteparo, a âncora do desenvolvimento econômico e social do Nordeste para a redução dessa grande desigualdade. E, neste momento, em que o País vê crescer progressivamente a pobreza, a miséria, a fome e as dificuldades, que transformaram o problema social em uma grande chaga social, nos defrontamos com o esvaziamento de um órgão da Administração Federal, criado com o objetivo de reduzir e estancar esses problemas, principalmente na área da defesa civil, que é exatamente o problema emergencial por que passam hoje vários Estados brasileiros. V. Ex^a lembrou o episódio do Acre. Recente-

mente, 176 Municípios de Minas Gerais foram atingidos pelas chuvas do início do ano e ficaram inteiramente alagados. O Presidente da República, sob o clamor da opinião pública e da Bancada mineira – Senadores e Deputados Federais que lá estiveram no Palácio do Planalto no sentido de reivindicar socorro àqueles Municípios e àquela população flagelada, um total de 40 mil pessoas inteiramente abandonadas, sem moradia, desabrigadas, porque perderam tudo o que tinham –, valeu-se novamente de uma medida provisória, no valor de R\$9 milhões, para socorrer aqueles Municípios. O fato é que famílias desalojadas continuam nas escolas, nas creches, nos centros sociais e nas entidades comunitárias, e os prefeitos continuam a reclamar das dificuldades, sem saber como resolver o problema, com o reassentamento e a construção das moradias, porque não têm recursos. A informação que eles nos passam é de que ainda não viram a cor de um centavo sequer. Portanto, Senador, cumprimento V. Ex^a, dizendo mais uma vez que a sua fala precisa ter eco nas hostes do Governo Federal, precisa atravessar o Senado e chegar ao Palácio do Planalto, para alertar o Presidente da República. Será que, mesmo com uma Secretaria de Desenvolvimento Regional, toda vez que ocorrer uma calamidade pública no País o Presidente da República terá que se valer de uma medida provisória, porque a Secretaria não dispõe de recursos suficientes para atender a nossa população? Cumprimento V. Ex^a e espero que as palavras de V. Ex^a tenham eco.

O SR. HUMBERTO LUCENA - Grato a V. Ex^a, nobre Senadora Júnia Marise. Devo dizer que espero e confio que o Senhor Presidente da República – que, ainda agora, esteve no Nordeste, mais particularmente na Paraíba e no Rio Grande do Norte, e sentiu de perto os problemas da Região – reavalie a situação dessa Secretaria de Assuntos Regionais. Se, por acaso, não vier a admitir a restauração do Ministério de Integração Regional, ou melhor, do Interior – o que seria o ideal, como sempre foi a nossa tradição –, que, pelo menos, faça com que essa Secretaria, cujo titular tem **status** de Ministro, seja subordinada diretamente a Sua Excelência, como ocorreu no Governo Fernando Collor. E, ao mesmo tempo, coloque na estrutura dessa Secretaria alguns órgãos regionais que são da maior importância para o desenvolvimento da Região Nordeste e da região Amazônica. Sem isso, não vejo por que continuar a existir a Secretaria de Assuntos Regionais. Seria melhor extingui-la também.

Sabe V. Ex^a que quando falo sobre este assunto não é porque esteja lá um paraibano como seu titular, mas pela relevância que ela tem, sobretudo no que tange à defesa civil, à prestação de socorro às vítimas de calamidades públicas. Não podemos ficar numa situação como essa, à mercê da abertura de créditos extraordinários.

Vou concluir, Sr. Presidente, dizendo a V. Ex^a e ao Senado que, oportunamente, voltarei a me pronunciar sobre este assunto mais abalizadamente. Pretendo abordar, com mais amplitude, a reforma administrativa, notadamente no que tange às ameaças que pairam sobre os direitos dos servidores públicos.

Entendo que podemos fazer a reforma administrativa, mas não podemos, de maneira alguma, contribuir para atingir direitos adquiridos e expectativas de direitos. Aliás, esse sempre foi o compromisso do Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso, desde o momento em que Sua Excelência anunciou à Nação não só a reforma administrativa, mas também a reforma da Previdência Social.

Era o que tinha a dizer.

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO,
CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO
Nº 1.101, DE 1996-SF**

**Destinada A "apurar Irregularidades
Relacionadas à autorização, emissão e
negociação de Títulos Públicos, Esta-
duais e Municipais, nos Exercícios de
1995 e 1996**

11ª Reunião Realizada em 11 de março de 1997.

Às dez horas e cinquenta e nove minutos dos onze dias do mês de março do ano de um mil novecentos e noventa e sete, na sala número dois da Ala Senador Nilo Coelho, Anexo II do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Bernardo Cabral (Presidente), Geraldo Melo (Vice-Presidente) Roberto Requião (Relator), Emília Fernandes, Esperidião Amin, Fernando Bezerra, Jader Barbalho, Geraldo Melo, José Agripino, José Serra, Romeu Tuma, Vilson Kleinubing, Gilberto Miranda, José Eduardo Dutra, Casildo Maldaner, Leomar Quintanilha, Ney Suassuna, e ainda, os Senhores Senadores Pedro Simon, Roberto Freire, Epitácio Cafeteira, José Bianco, Guilherme Palmeira, Benedita da Silva, Roberto Freire, Renan Calheiros, Ramez Tebet, reúne-se a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a "Apurar irregularidades relacionadas à autorização, emissão e negociação de títulos públicos, estaduais

e municipais, nos exercícios de 1995 E 1996. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declara abertos os trabalhos, dispensando a leitura da ata da reunião anterior, que é dada como aprovada e comunica que a presente reunião destina-se a ouvir os depoimentos dos Senhores Fausto Solano Pereira, Diretor da Empresa Boasafrá e do Sr. José Pereira de Sousa, Ex-Secretário da Fazenda do Estado de Alagoas. A Sessão interrompe-se após o depoimento do Sr. Fausto Solano Pereira e reabre às dezenove horas e cinco minutos, a fim de ouvir o depoimento do Sr. José Pereira de Sousa. Foram aprovados os seguintes requerimentos: solicitação ao Sr. Fausto Solano Pereira de extratos de sua conta em Cayman ou Miami, onde conste o débito de U\$ 1.800.000,00 ou valor semelhante, na última quinzena de outubro; determinação ao Banco Central para a realização de ação fiscalizadora especial junto à empresa Boasafrá; requerimento do Senador Roberto Requião para que: 1) sejam oficiadas as instituições financeiras em que se encontram as contas recebedoras dos cheques da IBF, RDP, Tradetronic, Fausto Solano Pereira, para que envie as fichas cadastrais recebedoras dos cheques, 2) que se oficie à Receita Federal para auditar as pessoas físicas e jurídicas recebedoras de recursos de cheques das contas acima, exceto bancos e embaixada; 3) oficiar à Polícia Federal para que ouça o depoimento dos Senhores: Luiz Pereira das Neves, que trabalha na empresa do Senhor Fausto Solano Pereira, dirigentes da Brasinca S.A. Ltda, Sérgio Chiamarelli, Diretor Financeiro da Split; 4) oficiar ao Banco Central para investigar em benefício de quem foram creditados os cheques nºs 36 e 37, no total de 18,5 milhões de reais; 5) oficiar ao Banco Central para enviar todos os relatórios das auditorias realizadas nas instituições financeiras sob investigação, incluindo o Beron e o Banestado; 6) oficiar à Polícia Federal para apreender a máquina citada pela Sra. Dalva, confrontar com o preenchimento dos cheques da IBF e para decodificar a fita; e, aprovado, ainda, o requerimento de que seja encaminhado ao Ministério Público cópia do contrato assinado entre a ADS - Internac, empresas de consultoria empresarial e de imprensa, e o Banco Vetor, bem como que se proíba a presença de pessoas ligadas às duas empresas nas dependências do Senado Federal. Usaram da palavra durante o decorrer dos trabalhos pela ordem de inscrição os Senhores Senadores Esperidião Amin, Emília Fernandes, Romeu Tuma, Vilson Kleinubing; Casildo Maldaner, Eduardo Suplicy, José Serra e Jader Barbalho. Nada mais havendo a tratar, a Presi-

dência encerra os trabalhos, e, para constar, eu, Adriana Tavares Sobral, Secretária da Comissão, lavrei a presente que, lida e aprovada, irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas.

ANEXO À ATA DA 11ª REUNIÃO DE 1997 DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 1.101, DE 1996-SF, DESTINADA A "APURAR IRREGULARIDADES RELACIONADAS À AUTORIZAÇÃO, EMISSÃO E NEGOCIAÇÃO DE TÍTULOS PÚBLICOS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS, NOS EXERCÍCIOS DE 1995 E 1996, REALIZADA EM 11/03/97, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO.

Presidente: Senador **Bernardo Cabral**

Vice-presidente: Senador **Geraldo Melo**

Relator: Senador **Roberto Requião**

Íntegra de Acompanhamento Taquigráfico

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Indago ao Plenário se é necessária a leitura da Ata da reunião anterior, previamente distribuída a todos os Srs. Senadores. A reunião foi realizada no último dia 4 de março.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, eu peço a dispensa da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Em votação.

Se nenhum dos Srs. Senadores pretender se manifestar, dou a mesma por aprovada.

Comunico que a presente reunião se destina aos depoimentos dos Srs. Fausto Solano Pereira, da empresa Boasafrá, e do Sr. José Pereira de Sousa, ex-Secretário da Fazenda de Alagoas.

À minha esquerda já se encontra o Sr. Fausto Solano Pereira, a quem convidei para tomar assento à mesa. S. Sª está acompanhado do seu advogado, que patrocina seus direitos e defende seus interesses. Esta Presidência manifesta alegria pela sua presença.

O SR. ADVOGADO – Muito obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – *(Inaudível. Fora do microfone.)*

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Gosto porque faço parte da classe, não é doutor? É por isso. V. Sª talvez não goste tanto quanto eu, mas sei que tem suas razões pessoais. Pessoais porque não milita na advocacia.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a tem a palavra pela ordem.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, por determinação da Comissão, na reunião do dia 4 de março, fomos designados pelo Sr. Relator para verificar informações recebidas do Banco Central. Neste momento, então, gostaríamos de dar conhecimento à Comissão e entregar, desde já, uma cópia da primeira etapa do nosso Relatório – que possui 32 páginas – sobre os trabalhos que foram realizados, com o nosso acompanhamento, pela Consultoria do Senado Federal, que assessora esta CPI, com o apoio dos técnicos do Banco Central.

A primeira etapa do documento que estou entregando consiste na identificação das instituições detentoras dos títulos públicos estaduais e municipais em 27 de fevereiro de 1997, tanto em termos de quantidade física quanto em termos financeiros. O resultado está apresentado neste Relatório, com 14 tabelas anexas, e podemos ressaltar que, das informações obtidas, foram identificadas 94 instituições, das quais 69 são detentoras finais dos títulos, e as recentes, 25, são financiadoras de posições de terceiros. E há ainda a relação por bancos, corretoras, distribuidoras, enfim.

São noventa e quatro instituições que, nesta data, têm um total 2.182.101 títulos, equivalentes a R\$3.464.438.802,66. Foram identificadas 49.223 transações, a partir da data da emissão do objetivo desta CPI, até 27 de fevereiro, envolvendo títulos públicos de sete Estados e quatro Municípios: Pernambuco, Paraná, Alagoas, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro; e os Municípios de Campinas, Guarulhos, São Paulo e Osasco. Nos casos dos Estados do Paraná e Rio de Janeiro, são títulos destinados à rolagem da dívida. Temos a posição das instituições, em reais, em 27 de fevereiro. Estão aqui os valores, e podemos ver que o montante maior de títulos, em reais, está no fundo de liquidez, seguido dos bancos privados, bancos públicos, distribuidoras privadas, fundo de pensão e corretoras públicas. Depois, relacionamos os principais detentores de títulos em reais, por Município e Estado, com os respectivos valores, e ainda as tabelas em anexo – 14 tabelas – que apresentamos, com os nomes dos detentores finais, especificando cada movimentação desses Estados e Municípios, por categoria e por subcategorias.

Nós, então, passamos uma cópia ao Sr. Presidente da Comissão para, logicamente, passar às

mãos do Sr. Relator. Até poderemos, numa próxima reunião interna – nós hoje temos até reunião de trabalho – analisarmos os dados.

Gostaríamos de ressaltar, Sr. Presidente, que, de posse destes dados, esse trabalho não pode parar. Então, entramos numa segunda etapa dos trabalhos, que continua sendo elaborada – foi iniciada, mas ainda, é lógico, não tivemos tempo de concluir – e que consiste no levantamento dos deságios iniciais, quando da venda primária dos títulos, e no rastreamento da ação das instituições envolvidas, no sentido de apurar quanto cada um ganhou, valor esse que representa, logicamente, o prejuízo dos Estados e Municípios. Ainda nessa segunda fase, através do cruzamento de dados, buscaremos identificar possíveis esquemas de repasse dos títulos que podem envolver, inclusive, os detentores finais.

Dessa forma, queremos prestar contas a esta Comissão e à sociedade brasileira, que está acompanhando atentamente os trabalhos efetuados por todos os Srs. Senadores, com diligências que estão trazendo resultados, como a que foi coordenada pelo Senador Romeu Tuma. Também queremos dizer que continuamos à disposição de todos, inclusive para aprofundarmos e, de imediato, concluirmos e chegarmos ao resultado final dessa etapa dos trabalhos.

Isto é o que temos para colocar neste momento.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência agradece e informa a V. Ex^a e ao Plenário que, terminando esta reunião para a oitava dos dois depoimentos, é idéia da Presidência, da Vice-Presidência e da Relatoria dar seqüência à nossa reunião interna, ao invés de fazê-la ao final da tarde, para se apreciarem o trabalho de V. Ex^a, a diligência do Senador Romeu Tuma e as dos demais Senadores.

Vamos passar a tomar os depoimentos.

Comunico a V. S^a, Sr. Fausto Solano Pereira, que foi convocado nos termos do art. 148, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Vamos proceder a sua qualificação, conforme o disposto no art. 203 do Código de Processo Penal.

Nome completo.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Fausto Solano Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Idade.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Quarenta e seis anos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Estado civil.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Divorciado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Residência.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – São Paulo, Rua Bélgica, 198.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Capital?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Capital.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Profissão.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Corretor de valores.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Local onde exerce atualmente a profissão.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – São Paulo, capital.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – É parente, e se for, em que grau, de algumas das partes envolvidas, que a imprensa tenha noticiado?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não tem parentesco.

O depoente se compromete, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal e sob a pena da lei, a dizer a verdade que souber ou lhe for perguntada?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Absolutamente, sim.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Solicito que assine o termo de compromisso. (Pausa.)

O senhor quer fazer um breve relatório ou quer que o Relator lhe passe as perguntas? Quer fazer uma exposição que lhe pareça necessária?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Sr. Presidente, absolutamente. Estou pronto para as perguntas do Sr. Relator.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Quero lhe advertir que não responda a nenhuma pergunta sem que eu o autorize, porque eventualmente, se ela não tiver nenhuma pertinência com a matéria tratada, a Presidência a indeferirá. Mas não deixe nenhuma pergunta sem que a resposta seja verdadeira. Está bem?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Eminente Senador Roberto Requião, tem V. Ex^a a palavra para inquirir a testemunha.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Gostaria que o depoente esclarecesse o nível de sua rela-

ção com o Sr. Enrico Picciotto e o Sr. Sérgio Chiamarelli Júnior(?).

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não os conheço. Só tomei conhecimento a seu respeito pelos noticiários de jornal e, como tenho vinte e oito anos de mercado, posso tê-los encontrado uma vez, porque eles também participam do mercado, mas não são da minha relação, que possa dizer, mais íntima.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor não mantém contatos telefônicos constantes com o Sr. Enrico Picciotto e o Sr. Sérgio Chiamarelli Júnior?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor já esteve na sede da Split ou da Split Corretora?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Qual é o nível da sua relação com o Sr. Ibraim Borges Filho?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Nenhum. Essa pessoa eu nunca vi e não a conheço.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor já esteve na loja de câmbio da Split, em São Paulo?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor já foi à sede da IBF Factoring?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor conhece o Sr. Paulo Roberto Ramos Júnior?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Sim, conheço.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Qual é o seu nível de relação com o Sr. Paulo?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Sócio na minha empresa e meu amigo há vinte e cinco anos.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – E o Sr. Álvaro Ferreira Mortari?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não me recordo. Se V. Ex^a me permitir, a empresa que comprei antigamente se chamava Mortari. Essa distribuidora de valores, que hoje se chama Boasafrá, se chamava Mortari. Eu não sei dizer se pode ter sido dele ou não. Realmente, eu não sei.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor conhece o Sr. Sérgio Ferreira Mortari?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Sérgio Mortari? Sim, acho que foi dele que comprei. Exato. Acho que sim.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Como é que foi?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Parece-me que foi do Sr. Sérgio Mortari, que era o titular. Acho que foi dele que adquiri a empresa.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Parece que foi? O senhor não tem certeza de quem comprou a empresa?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Certeza absoluta. Acho que Sérgio Mortari, sim.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – E o Sr. Alberto Tamer Filho?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Isso eu lembro. Eram sócios. O Sr. Sérgio Mortari e o Sr. Alberto Tamer eram sócios da empresa. Exato.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor conhece o Sr. Osvaldo Magalhães Santos?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Sim, conheço.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Qual a sua relação com o Sr. Osvaldo Magalhães Santos?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – O Sr. Osvaldo Magalhães era Presidente da Banestado Leasing quando nós fizemos emissões de debêntures.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Explique-me esta circunstância: "nós fizemos emissões de debêntures". Qual foi a sua participação na emissão dessas debêntures?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Quando eu falo "nós", Sr. Senador, é porque não foi feito só pela Boasafrá. Houve um consórcio de bancos e corretoras.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Quais foram os bancos e as corretoras?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Bradesco, na primeira fase, Abeneal(?), BB DTVM... É um consórcio grande, Sr. Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Com quem mais o senhor teve contato no Banco do Estado do Paraná e suas coligadas?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Eu tive contato em todos os níveis: na Corretora, na Diretoria Financeira, na Presidência, enfim, em todos os níveis, porque inclusive todos os lançamentos de debêntures foram aprovados pelo comitê do Banco.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor teve contato direto com o Presidente do Banco, o Sr. Murta?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Tive.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, eu só queria advertir o depoente que, em

uma conversa particular, que provavelmente será confirmada à CPI, o Presidente do Banco disse-me que não conhecia o Sr. Osvaldo Magalhães Santos, que nunca o tinha visto na vida. Eu quero insistir na pergunta: o senhor teve contato com o Presidente do Banco? Gostaria que me descrevesse o contato e a ocasião.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Tive, mais de uma vez, inclusive quando o Banco do Estado do Paraná fez uma exposição no Rio de Janeiro para o mercado financeiro eu estive, então, com o Sr. Murta. Estive sim.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – E em função da emissão das debêntures da Leasing, o senhor teve contato com o Sr. Murta?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Senador, parece-me que sim, porque foi justamente nesse **room show**, que aconteceu no Rio de Janeiro com o mercado financeiro... Eu só queria esclarecer que, naquela época, os bancos estaduais estavam com muita evidência e estava muito difícil a captação. Nós propusemos a operação e mostramos que era necessário ter um **room show** no Rio de Janeiro, onde se expusessem as condições do Banco, as condições da Leasing. A transparência é muito necessária para o mercado. Isso foi feito. Pedimos a todos que comparecessem: o Presidente do Banco, o Diretor Financeiro, o Presidente da Leasing, no caso. E foi feita uma exposição.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, eu quero que o depoente me confirme se entendi bem: a proposta de emissão de debêntures foi feita pelo senhor e pelo Banco Boasafrá ao Banco do Estado do Paraná?

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Boasafrá é uma distribuidora de valores, Sr. Senador, não é um banco.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – DTVM. A proposta foi feita pela Boasafrá e pelo senhor?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Boasafrá e a minha pessoa se confundem na hora em que eu sou titular da distribuidora. A proposta foi feita pelo Banco Bradesco e pela Distribuidora Boasafrá.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – E qual foi a sua participação pessoal nessa emissão, uma vez que o senhor esteve com o Sr. Osvaldo Magalhães Santos, esteve com o Presidente do Banco? O senhor negociava esse processo?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Faz parte da minha atividade negociar.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Exatamente. Eu quero saber, então, se o senhor capitaneou, levou a proposta e montou o grupo de bancos e corretoras que participariam do processo.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Foi montado esse consórcio juntamente com o Bradesco e com o Boasafrá, nós que capitaneamos. O Departamento Técnico do Bradesco, junto com o Departamento Técnico...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Quem fazia os contactos com o Banco do Estado do Paraná eram os funcionários do Bradesco ou era o senhor?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Várias vezes funcionários da Boasafrá e funcionários do Banco Bradesco.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – E a sua participação pessoal?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Como empresário e como titular do Boasafrá, participação normal.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Essa emissão de debêntures o senhor fez também em Santa Catarina?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Assim que nós começamos a fazer as emissões – fizemos com muito sucesso no Paraná -, contactamos Santa Catarina, que já estava no processo mais adiantado, provavelmente com o Point Bank e o Banco Pontual, se não me engano. E pedimos uma participação, porque fizemos um sucesso bastante grande com a primeira emissão no Paraná, e foi-nos dado como coordenador contratado. Quer dizer, aí nós não somos líderes, somos coordenadores contratados.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Coordenadores contratados. O senhor tinha contacto com quem em Santa Catarina na Corretora, no Banco e em função da emissão dessas debêntures? Com que pessoas?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Na Diretoria Financeira do Banco.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Com que pessoas?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não estou recordando o nome do Diretor, mas... Em seguida, se eu recordar, Senador... O Diretor Financeiro.

O SR. (Não Identificado) – Francisco Grossl?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Perfeito. Obrigado, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Por favor, repita o nome.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Francisco Grossl.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor disse que bancos estaduais, na época, tinham dificuldades de captação. Qual era a média de bonificação de uma debênture, nesse período, lançada por empresas privadas, por exemplo? TR mais o quê?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Isso, Senador, acho importante, porque fizemos o que considero um grande sucesso junto ao Banco do Estado do Paraná. Além do Paraná ser um Estado sem dúvida, notadamente, de muita capacidade, tivemos o sucesso porque conseguimos colocar as debêntures do Estado do Paraná, um, dois pontos, no máximo, em relação ao que era colocado, naquela época, pelas principais empresas privadas. Inclusive, nas segundas e terceiras emissões que fizemos – porque fizemos três emissões -, o senhor vai ver nitidamente que acompanhamos a tendência do mercado de fechamento de taxas.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Quais foram as taxas utilizadas para a bonificação dessas debêntures?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Posso cometer algum engano de falha de memória, mas acho que na primeira foi TR mais 21; na segunda, talvez, TR mais 20; e na última emissão acho que foi TR mais 18.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O seu engano, talvez, não poderia ocorrer no momento em que na primeira foi TR mais 24?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Qual foi a comissão da sua empresa pela emissão dessas debêntures?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Senador, se o senhor compuser, na taxa, a comissão do **underwriting**, aí, talvez, possa chegar a TR mais 24.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – TR mais 24. Quanto é que foi a comissão?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Três e meio por cento, se não me engano, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Se o senhor se enganar, não seria 4,5%?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Se eu não me enganar, não seria de 4,5%, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência quer esclarecer. Mesmo cometendo um engano, um equívoco, não atingiria 4,5%. É isso que o senhor quer dizer?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Acho que não chegaria a 4,5%. Acho que a taxa total, se compuser também a comissão, seria em torno de TR mais 24.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Nós não teríamos uma TR mais 24% no primeiro lançamento, e mais um contrato paralelo para a oportunidade de lançamento com o Grupo Boa Vista de 1%?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pode responder.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Senador, não há um contrato paralelo. O que existe é um contrato de **underwriting** com várias etapas e um contrato específico para formular, desenhar e fazer toda a engenharia financeira.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – E os dois contratos chegariam a quanto?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Eu não teria nenhuma dúvida em dizer que essa taxa não seria mais que TR mais 24%.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O Francisco Grossl, com o qual o senhor se encontrou em Santa Catarina, não é, de forma clara, o Francisco Gros ex-Presidente do Banco Central?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não., não é.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Era só para esclarecer o fato.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Os nomes são muito parecidos, mas um é Francisco Gros e o outro é Francisco Gross.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Acho que é com "i" final, ou com "e" o Senador Casildo Maldaner, que é íntimo, poderá dizer.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Casildo Maldaner, para ficar registrado o nome...

O SR. CASILDO MALDANER – Ele é funcionário do Banco Central, se não me engano. É o que me foi informado. Acho que é Gross.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, o Senador Casildo Maldaner introduziu, na reunião da penúltima quinta-feira – ele o introduziu, portanto é

uma pessoa da sua relação -, o Diretor-Financeiro do BESC numa reunião secreta de Senadores.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Mas não há uma presunção de intimidade, Senador!

O SR. CASILDO MALDANER - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra, pela ordem, ao nobre Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, eu gostaria de convocar aqui o testemunho de V. Ex^a, como Presidente, e também do Vice-Presidente, que não é verdadeira a afirmação do Senador Esperidião Amin.

O Diretor-Financeiro do Banco do Estado não participou dessa reunião com V. Ex^{as}.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência confirma.

O SR. CASILDO MALDANER - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador, o nome.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Participou, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O nome? O nome?

O SR. CASILDO MALDANER - Foi o Governador ou o Secretário da Fazenda. O Diretor-Financeiro do Banco não participou.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não estava presente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Ele participou da reunião secreta, na quinta-feira da semana retrasada, quando se tratava de salvar ou não o Banco ou as corretoras, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Aí é diferente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não aquela reunião.

O SR. CASILDO MALDANER – Aí, retiro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Eu nem sabia de outra reunião, eu só sabia dessa.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Esperidião Amin, V. Ex^a tem razão, assim como tem razão o Senador Casildo Maldaner.

É que houve uma primeira reunião...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Dessa eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – ...na qual me pediram uma audiência e eu disse que não podia recebê-los. Nesta segunda, ele trouxe o Diretor, como V. Ex^a confirma.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Foi trazido aqui à Comissão o Sr. Francisco Grossi...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Ele entrou na reunião da Comissão para prestar um esclarecimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – ... para nos esclarecer se era o Banco que corria o risco ou a corretora.

Foi trazido junto com o representante de Santa Catarina, pelo Senador Casildo Maldaner.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Isso está bem esclarecido.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – E perguntei a ele: "Quebra o Banco?" E ele respondeu: "Não."

O SR. CASILDO MALDANER - Nessa reunião da Comissão, é procedente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência só quer o nome, pois há um depoente prestando depoimento.

O nome é para o Senador Roberto Requião. É Grossi com "i"?

Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. CASILDO MALDANER – É G-R-O-S-S-I – Grossi.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Que fique esclarecido que não é o mesmo que foi Diretor do Banco Central. É isso que o Senador Roberto Requião queria saber.

O SR. CASILDO MALDANER – Embora, Sr. Presidente, ele seja funcionário do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Sr. Presidente, o Sr. Fausto Solano Pereira disse que a operação do Paraná foi um sucesso.

Eu gostaria que ele me esclarecesse como se deu esse sucesso, com que velocidade foram colocadas as debêntures e quem foi o tomador final delas?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Sr. Solano, pode responder.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Foi um sucesso, Senador, porque era um momento realmente difícil para os banco estaduais e conseguimos um nível de taxa que, para nós, realmente era uma vitória. Se V. Ex^a vir o edital publicado nos principais jornais do País, poderá verificar que o consórcio que liderou essa emissão foi uma das instituições de reputação inabalável neste País, tanto nacionais quanto estrangeiras. Difícilmente, uma operação dessas é capitaneada por instituições desse nível de seriedade e, por isso, achei realmente que foi um sucesso.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Quais foram os tomadores primários e os finais dessas debêntures? O senhor pode me esclarecer isso?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Senador, foram os tomadores normais de mercado. Foram os fundos, as fundações, as carteiras administradas. Não sei dizer aqui, de memória, para V. Ex^a, a relação, mas isso está claro, foi feito via Cetip. Foi feita a liquidação da maneira mais transparente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O depoente não pode precisar qual é ou não primário, porque não dispõe de dados? É isso?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – É. Não disponho dos dados aqui.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – De memória?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – É. Não me lembro. Mas sei quais as corretoras e os bancos que participaram, e foi colocação final.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Eu gostaria que o depoente confirmasse ou infirmasse a seguinte assertiva: "O Bradesco foi o maior tomador dessas debêntures"?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O depoente confirma que não conhece o Sr. Ibraim Borges Filho?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Confirmo.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Nunca esteve na IBF Factoring?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Confirmo.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – E a título de que recebeu um cheque de R\$9.756.068,75 da IBF Factoring, empresa que foi liquidada pelo Banco Central, que teve a surpresa de saber que nunca existiu e que era uma empresa fantasma?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Pois não! A Boasafrá tem uma companhia chamada Boasafrá Internacional, em Cayman.

Como o senhor pode ver, Senador, essa empresa tem o mesmo nome da Boasafrá brasileira. E o titular de 100% das ações da Boasafrá Internacional, em Cayman, chama-se Fausto Solano Pereira.

Não há nenhuma ação ao portador; não há, em momento nenhum, qualquer intuito em se esconder alguma coisa. Temos essa empresa constituída principalmente para contratar consultores externos. Fazemos pesquisa e ampliação para mercado no Brasil

e fomos nós, por exemplo, que contactamos e trouxemos para o País, sob contrato, a AESC, a American Energy System, que foi um dos compradores da Light.

Essa empresa também está agora montando, foi uma delas que fez um trabalho, contactou e assinamos agora um contrato com a Boasafrá nacional e com mais uma empresa brasileira, para montarmos um sistema com essa empresa americana, que se chama Worldcom, para montar um sistema de Direct PC. Então, essa empresa já há 10 anos que vem trabalhando; há 10 anos que temos trabalho externo e trouxemos várias companhias para o Brasil.

O que acontece é o seguinte: quando tive necessidade de recursos para fazer dois investimentos aqui, no Brasil, eu tinha necessidade de caixa, de tudo o que eu pudesse ter lá. Liguei para o meu advogado, que cuida dos nossos interesses em Miami, e pedi que me remetesse alguma coisa, o que teríamos disponível, que seria perto de U\$1,8 milhão. Ele falou que assim o faria. Dois dias depois, ligou-me um senhor de nome René e falou que havia uma ordem de pagamento para mim em torno de U\$1,8 milhão, mas que excedia, estava muito difícil porque havia uma procura muito grande por moeda estrangeira. Ele só me pagaria dois ou três dias depois ou me daria um cheque a maior e eu devolveria o que era acima do que me era devido. Perguntei quem seria, ele falou que era uma empresa de **factoring**. Eu falei: "Então, vou querer uns dois, três dias para compensar esse cheque, porque não posso incorrer no risco". Ele falou que não havia problema. Eu deposei na minha conta privada, Fausto Solano Pereira. No dia seguinte, ele me mandou uma relação de nomes e, dois ou três dias depois, devolvi o que não me pertencia.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Um momentinho, Senador, sem atrapalhar. O senhor devolveu o remanescente para quem?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Para a relação que me foi passada por esse senhor.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Quer dizer que o senhor devolveu o remanescente com uma série de cheques para uma série de pessoas?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Exatamente, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor distribuiu a safra, que foi boa?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Senador...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, estou achando extremamente estranha

essa resposta. O senhor recebe um cheque, dá o troco e, ao invés de dar o troco ao Sr. René – que, aliás, o senhor não identificou ainda e eu lhe peço que o faça agora.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Um senhor me ligou e chamava-se René. Então, para mim, é o Sr. René!

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Ele lhe ligou, disse-lhe que era o René e lhe deu um cheque de nove milhões e setecentos e cinquenta e seis mil dólares. Eu gostaria de ser apresentado a esse René!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Como ele nunca ligou para mim?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O Relator deseja saber do depoente se sabe o nome completo, dada a quantia elevada, mais de U\$1 milhão.

O SR. (Não Identificado) - Nove milhões

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não, nove milhões eram do Sr. ...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Como é que esse René se relacionou com o depoente? Como ele o conheceu? Quem é esse Sr. René?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Isso é importante.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Sr. Senador, ainda hoje, lendo a **Folha de S. Paulo**, vi um artigo do jurista Ives Gandra, onde ele dizia que a moeda corrente do mercado financeiro é confiança, e não moeda em si.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Como o senhor confia em uma pessoa que não conhece?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Foi ele que confiou em mim, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Ele confiou no senhor, lhe deu uma relação de nomes para o senhor distribuir os cheques. Para quantas pessoas o senhor distribuiu os cheques?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não me lembro o número certo, Sr. Senador, mas o senhor tem essa relação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência quer advertir o depoente para que não dê esse tipo de resposta...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – No mínimo, temos uma boa informação.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Desculpe-me, Sr. Presidente.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Como aparte ao Relator, se for procedente.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Fausto, um dos cheques, de R\$875 mil não é da relação que ele está falando, mas para um sócio dele.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Correto.

O SR. VILSON KLEINÜBING – O Sr. René também lhe deu a relação dos sócios?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Roberto Requião, V. Ex^a está com a palavra.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Sr. Presidente, a minha resposta ao Senador Vilson Kleinübing ficou truncada. Quando falei do volume de dinheiro que havia pedido – que era tudo o que eu tinha, pedi que viesse – falei em torno de um milhão e oitocentos; se o senhor verificar o que ficou comigo e o que ficou com o meu sócio, verá que a quantia é essa.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Está registrado o esclarecimento.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O Sr. Fausto Solano Pereira é um cidadão laborioso. Ele recebeu um cheque de R\$9.765.000,75 e emitiu, a pedido do Sr. René, que ele não conhece – em uma relação de confiança excepcional, nesse mundo de tanta desconfiança – de próprio punho, cinquenta e quatro cheques, para uma relação de pessoas que, certamente, o senhor não conhece também. É isso?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Correto. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Peço à assistência que não se manifeste em risadas.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O Sr. René lhe pediu também para dar um cheque para o seu sócio?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Absolutamente. O cheque do meu sócio foi dado por mim.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Este cheque para o sócio, o senhor subtraiu do troco do Sr. René. O senhor está devendo ao Sr. René este cheque?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Absolutamente, Senador. Não estou devendo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao nobre Senador Geraldo Melo, num aparte, Vice-Presidente da Comissão.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, só uma observação, antes de dar o aparte ao Senador Geraldo Melo. Esse esforço de calígrafo

foi feito nos dias 28, 29 e 30, basicamente. Depois, com mais calma, alguns outros cheques nos dias 31, 13, 14, 19 e 22 de novembro. Estava a serviço do Sr. René, passou a ser uma espécie de secretário particular do Sr. René, que ele não conhece.

O SR. GERALDO MELO – Senador Roberto Requião, gostaria de saber se realmente compreendi o que foi exposto pelo depoente. Vou dizer o que entendi e, se estiver errado, gostaria que, por intermédio de V. Ex^a, fosse corrigido.

O depoente se comunicou com um advogado em Miami, pedindo-lhe que providenciasse a remessa da ordem U\$1,8 milhão para ele; e o advogado prometeu fazer. Antes de receber esse recurso, foi contactado pelo Sr. René, que ele não identifica, que lhe disse não dispor daquela quantia naquela ocasião, mas poderia entregar a ele um cheque de nove milhões e oitocentos, em números redondos; que esse cheque lhe seria entregue, depositado na sua conta e que dele o senhor retiraria um milhão e oitocentos; e a diferença o senhor pagaria a quem o Sr. René indicou. É isso?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Correto.

O SR. GERALDO MELO – E mais: esse valor pago ao sócio, somado com o que lhe coube, chegaria a um milhão e oitocentos.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Correto.

O SR. GERALDO MELO – O senhor então está nos dizendo que alguém lhe entregou quase U\$10 milhões em confiança, para que daí o senhor tirasse U\$1,8 milhões e entregasse o troco a diversas pessoas.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Correto.

O SR. GERALDO MELO – O cheque foi depositado na conta particular do depoente?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Perfeito.

O SR. GERALDO MELO – O depoente conhece uma das pessoas em favor de quem emitiu os cheques no montante de aproximadamente U\$8 milhões?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Com exceção do meu sócio, não.

O SR. GERALDO MELO – O seu sócio está dentro de U\$1,8 milhão.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Exato.

O SR. GERALDO MELO – Depois de tirar U\$1,8 milhão, sobram aproximadamente U\$8 milhões.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. GERALDO MELO – Então, o depoente pagou U\$8 milhões a pessoas que não conhece?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Correto.

O SR. GERALDO MELO – O nome dessas pessoas foi dado pelo Sr. René, que o depoente também não conhece.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Correto.

O SR. GERALDO MELO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Já vi esse tipo de confiança na contravenção. É uma confiança típica da confiança que gozam os banqueiros do bicho e os cambistas. O senhor trabalha com câmbio, Sr. Fausto Solano Pereira?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Nunca trabalhei.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Quero lhe dizer, uma vez que o seu sigilo bancário e telefônico está quebrado, que verificaremos suas ligações e que testemunhas das suas relações deporão no processo, quero confirmar com clareza se o senhor conhece ou não algumas pessoas.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Pois não.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Rimeq do Brasil. O senhor sabe que empresa é essa?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O Sr. René lhe pediu para pagar uma conta do Dinners Club?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Senador, a relação está aí, e o senhor tem as cópias nas suas mãos.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Estou lhe perguntando se o Sr. René lhe pediu para pagar uma conta do Dinners Club.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Sr. Senadores, a relação que me foi passada... Fiz exatamente a relação.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Quer dizer que o senhor é liquidante do Dinners Club do Sr. René?

No dia 25 de outubro de 1996, o senhor pagou uma conta de R\$7 305,00 para o Sr. René no Dinners Club. Não teria o Sr. René pago a sua conta do Dinners, ao invés de o senhor ter pago a dele?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Sr. Senador, as minhas contas são pagas com cheques meus, nominais a quem eu devo.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – É exatamente o caso.

O senhor conhece o Sr. Paulo Roberto Santos, Paulo Roberto Ramos Júnior?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Sim, conheço, é o meu sócio.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Seu sócio. O senhor deu um cheque de R\$875 mil a ele.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Perfeito. Correto.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor conhece Ramos Comércio e Importação Ltda.?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, não conheço.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Souza Ramos Comércio e Importação Ltda.?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Conheço de nome. Souza Ramos é uma empresa conhecida em São Paulo, mas não tenho relações com ela.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor não teve curiosidade de saber por que estava dando vários cheques a uma empresa conhecida em São Paulo, que o senhor conhece de nome?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Sr. Senador, normalmente não tenho curiosidade sobre assuntos que não me são pertinentes.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Perfeitamente. Dar cheques de U\$9 milhões não é um assunto pertinente ao senhor?

Rafael B. Cabelo, o senhor conhece?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Eu gostaria que o depoente me esclarecesse a impertinência ou a não-pertinência da emissão de quase U\$9 milhões em cheque. Quero entender como ele não pode prestar atenção a uma situação dessa e considera que essa situação não lhe é pertinente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Permita-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Vamos deixar o depoente responder.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Aliás, vou voltar a esclarecer o que já esclareci no começo.

Foi pedido para mim... Eu tinha um pagamento, como já esclareci, a meu favor, e tinha um cheque a maior, e me foi pedido para depois repassar o valor que não me era devido, e eu concordei.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O Sr. René lhe entregou pessoalmente esses cheques?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Como é que esse cheque chegou à sua mão?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Desculpe, qual cheque, Senador?

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O cheque de nove milhões, setecentos e cinquenta e seis mil dólares.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Foi depositado na minha conta privada.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Não foi depositado pelo senhor?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não foi depositado por mim.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – E a lista de cheques do Sr. René chegou às suas mãos como?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – A lista chegou no meu escritório, não sei, provavelmente, por um **office boy**, alguma coisa assim.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Provavelmente. O senhor não tem certeza de como uma lista de mais de 8 milhões de dólares chegou às suas mãos.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não tenho, Senador, porque, inclusive, nesse dia, nem me encontrava no escritório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Senador Requião, só tenho uma pergunta para fazer. Quantas outras vezes esse tipo de operação foi feita pelo Sr. Fausto Solano Pereira?

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Faço minha...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Receber um cheque e decompô-lo, de acordo com uma sugestão escrita de um remetente desconhecido. Quantas vezes mais?

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Faço minha a pergunta do Senador Esperidião Amin. Quantas vezes mais o senhor fez operações semelhantes, ou seja, receber um cheque e decompô-lo, conforme uma relação escrita e enviada por quem o senhor não sabe exatamente nem por que meios chegou as suas mãos?

Fico aqui imaginando, Senador Amin, se nós mandássemos uma relação em nome do Sr. René se ele não emitia mais aí uns 8 ou 9 milhões de reais em cheque.

É a pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pode responder.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Essa pergunta, Senador, eu estou com o meu sigilo bancário quebrado. Então, V. Ex^a vai notar... Desculpe, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Deixe ele concluir.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Então, o senhor vai perceber, nitidamente, que foi uma operação completamente, não vou dizer única, porque tenho 28 anos de mercado, não sei se é única, mas que realmente não é habitual.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não é habitual. É isso que o Senador Roberto Requião quer saber. Não é habitual?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – É atípica.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – É atípica.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Nesses vinte e tantos anos de mercado – e essa informação que a Relatoria tem é consistente -, que tipo de relação o senhor teve com a Sr^a Carmen Javiel, cambista em Assunção, e que trabalha em Foz do Iguaçu e em Ponta Porã?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não a conheço.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor nunca manteve um contato telefônico com a Sr^a Carmem Javiel?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Nunca.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor conhece a Union Participações & Investimentos Ltda?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Vou interromper essa relação porque o Senador Geraldo Melo me pede um aparte e quer transformá-lo numa pergunta.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Relator, desculpe interrompê-lo mais uma vez, mas desde o começo que a minha contribuição tem sido na direção de evitar que se forme juízo, sobretudo contrário às pessoas, antecipadamente. Por isso, pedi a V. Ex^a que indagasse do depoente a respeito daquelas questões. Mas há um ponto naquilo que perguntei que ficou obscuro, por isso achei que devia lhe interromper mais uma vez, Sr. Relator.

É o seguinte: quando o depoente diz que tem um advogado em Miami, a quem pode pedir um milhão e oitocentos mil dólares, e o advogado diz que vai mandar um milhão e oitocentos mil dólares. Por que foi escolhida essa via? Não haveria uma via, digamos assim, menos heterodoxa do que mandar por alguém que ele não conhece? Como é que se manda, como é que chegou a esse René desconhecido um milhão e oitocentos mil dólares que ele tinha em Miami, embutidos num cheque de 9 milhões e oitocentos? Por que um advogado estabelecido em Miami escolhe um vulto desconhecido para ser portador de um cheque de uma quantia tão importante?

Então, esse ponto, Senador Requião, está obscuro, não consigo entender por que uma coisa lícita se faz por caminhos tão complicados.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Faço minha a pergunta do Senador Geraldo Melo, com um acréscimo: um milhão e oitocentos mil reais foi a soma que o senhor ganhou pelo serviço de descontar na sua conta e pela distribuição desses cheques, conforme a lista do Sr. René, que o senhor não sabe como chegou às suas mãos?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pode responder.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Sr. Senador, penso que seria, no mínimo, infantil, de minha parte, se eu depositasse na minha conta privada, para fazer a distribuição como V. Ex^a está falando. Absolutamente, não colocaria na minha conta privada, em meu nome, um dinheiro que não tivesse certeza total da sua origem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Se a distribuição desses cheques tivesse sido feita no dia 24 de dezembro, eu acreditaria que o senhor estaria brincando de Papai Noel.

Agora, infantil é o senhor pensar que nós vamos acreditar que o senhor recebeu um cheque de R\$9.756 milhões, ficou com R\$1.800 milhão e distribuiu os outros conforme uma lista que o senhor não sabe como chegou a sua mão? O senhor está brincando com a gente, Sr. Fausto Solano Pereira?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Sr. Senador, eu tenho compromisso com esta Casa, o maior respeito por esta Casa, sou um democrata e devo lhe responder, Sr. Senador, que o meu compromisso aqui é compromisso com a verdade. Infelizmente, se a verdade não agrada, não posso fazer nada. Mas o meu compromisso é com a verdade, Sr. Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – A pergunta do Senador Geraldo Melo o senhor não respondeu.

O Senador poderia refazer a pergunta?

O SR. GERALDO MELO – Por que a parte que lhe cabe, antes de discutir o que V. Ex^a está perguntando agora, por que ele fez jus a um mil e oitocentos? Mas ele nos disse que tinha necessidade de U\$1.800 milhão e pediu ao seu advogado em Miami que providenciasse essa remessa. Como ele tem negócios no exterior, essa remessa poderia ser perfeitamente lícita.

Então, apenas pergunto por que essa remessa não foi feita por um banco, não foi feita por uma via normal e veio essa quantia embutida num cheque da IBF, que ele, como beneficiário de uma transferência de um e oitocentos, deveria descontar o cheque, para retirar o um milhão e oitocentos dele e pagar oito milhões a outras pessoas como troco?

Por que o que ele pediu ao advogado não veio para ele por vias normais e veio por esses caminhos, digamos, tortuosos?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pode responder!

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Pois não, Senador.

Primeiro, porque eu tive necessidade desse recurso. Tinha necessidade de velocidade desse recurso, esse é o principal ponto.

Agora, onde ele estava embutido, como ele veio, sinceramente, Senador, eu não tinha a menor idéia de que poderia vir dentro de um cheque desses.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, fico aqui imaginando, e coloco isso em forma de pergunta ao depoente, como ele vai justificar ao Imposto de Renda a distribuição desses cheques? Como ele pretende fazer a sua declaração? Ele pagou esses 49 cheques, para essa gente toda, dando uma descarga de imposto que deveria recolher a título do quê? Como o senhor pretende justificar para a Receita Federal essa generosa distribuição de cheques?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Sr. Senador, até o momento, as minhas coisas sempre foram muito claras, estão dentro do meu Imposto de Renda, que está aberto, e V. Ex^a pode ter certeza absoluta de que a Receita Federal vai ter a devida explicação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Quem é o representante da Receita Federal que se encontra aqui? (Pausa.)

Ouvii a resposta, não é? (Pausa.)
Senador Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Tenho uma outra dúvida: vinte e tantos anos de mercado, faz uma operação em confiança, essa confiança sólida que a máfia usa, que os contraventores usam, que os bicheiros usam. O senhor não desconfiou que alguém podia estar lhe passando uma relação que não seria a relação do Sr. René? O senhor não conhecia o Sr. René, não sabe quem lhe entregou a relação, o senhor, por um momento, num átimo, num momento de clareza, não suspeitou que o senhor poderia estar distribuindo cheques com uma relação que não teria se originado no Sr. René, uma vez que o senhor não sabe quem lhe entregou a relação?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Em nenhum momento.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor, então, é um homem ingênuo, crédulo?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Não sou ingênuo, trabalho num mercado que é um mercado de confiança.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Um mercado de confiança não é um mercado de títulos de valores legal. Mercado de confiança é um mercado do câmbio negro, é o mercado da contravenção. O mercado legal trabalha com documentos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor conhece o Sr. João Orlando Centurion?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O Sr. conhece o Sr. Rodolfo de Castro Filho?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Não, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor conhece o Sr. Celso Amado Mendonça?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor conhece a Feneral Importadora e Exportadora Ltda?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Não, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Mais uma vez o Union, com mais um cheque de 215. O senhor também não conhece o Union?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – A Pro-cerv(?) Assessoria e Comércio Ltda?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Banco de Investimento SA, o senhor conhece?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Um banco do mercado, não é?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Não conheço.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor conhece a Ivone Ferraz de Macedo?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Não, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor conhece o Sr. Mário Celso Petraglia?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Sim, conheço.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Explique-me as suas relações com o Sr. Mário Celso Petraglia.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - O Mário Celso é um empresário do Paraná, vice-presidente da Inepar. Estive com ele umas duas ou três vezes, a distribuidora dele teve participação, uma **underwriting** de, se não me engano, Santa Catarina.

Sim, eu o conheço, tive uma relação normal de empresário. Uma vez, fizemos, inclusive, um estudo para o lançamento de umas debêntures dele, mas ele acabou fazendo com uma outra instituição financeira.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor conhece a Carmem Portela?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Farpa DTVM?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Não conhece? Quer dizer, o senhor passa um cheque de R\$43 mil para uma DTVM, que é exatamente a atividade da sua empresa, e não se preocupa nem em saber do que se trata?

O senhor conhece a Sr^a Zenilde de Almeida?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Proserv Assessoria Empresarial Ltda?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Luiz Pereira das Neves?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Conheço.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Qual a relação que o senhor tem com o Sr. Luiz Pereira das Neves?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – É meu funcionário.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor deu um cheque de R\$61 mil para ele, originado nesse cheque da IBF. Por que o senhor deu R\$61 mil a ele?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não é originário do cheque da IBF, é originário do cheque que foi depositado na minha conta, eu tinha saldo e dei a ele.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Para pagar alguma despesa pessoal sua?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Absolutamente.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Então, correspondente a salário do seu funcionário?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não me recordo o que foi. Deve ter sido salário, gratificação, não sei. Além do mais, o Luiz é meu amigo há 25 anos, pode ter sido algum empréstimo para ele.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Peço à assessoria que anote o nome do Sr. Luiz A. Pereira das Neves para que ele seja ouvido pela Polícia Federal, se possível, ainda hoje.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Romeu Tuma, tome as providências.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor conhece o Sr. Sergio Luiz Bertoncello?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor conhece a Marsa DTVM Ltda?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Rodolfo Castro Filho?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor sabe qual é a pena para falso testemunho?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Sei, sim Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor, por favor, para minha informação, porque tenho dúvidas quanto a essa pena, me esclareça, se for possível, ou peço o esclarecimento do Presidente.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Sr. Presidente, o senhor podia...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O senhor pode ser processado por falso testemunho. O Senador Roberto Requião conhece bem qual é a pena.

Senador Roberto Requião, V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor conhece o Sr. Wilson Rosas Melquíades?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – E a Carmem Irene Portela?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor conhece a Brasinca?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – De nome. É uma empresa de São Paulo.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor comprou um automóvel da Brasinca?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, a última vez que eu soube que a Brasinca vendeu algum automóvel foi há 25 anos, mais ou menos.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Eu queria também que a Polícia Federal investigasse o cheque dado pelo Sr. Fausto Solano Pereira à Brasinca SA, de São Paulo, em 29 de outubro de 1996. Provavelmente, esse cheque pagou um veículo e precisamos saber quem recebeu esse veículo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O valor do cheque, Senador?

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – No valor de R\$33.914,16.

O senhor podia nos fornecer o endereço do Sr. Luiz Pereira das Neves, seu amigo de 25 anos?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não sei o endereço certo. Aliás, ele mora em São Paulo há pouco tempo. Morava no Rio de Janeiro e veio para São Paulo a meu convite.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – E o senhor não sabe onde ele mora?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não sei precisar, Senador, mas se o senhor quiser...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Ele trabalha na sua empresa?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Ele trabalha na minha empresa.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - O senhor conhece o Sr. Francisco Torres?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Não, não conheço.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - O senhor conhece Jacaúna Camargo R. do Rego?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Não, não conheço.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - O senhor acredita que todas essas pessoas existem? Ou elas são nomes fictos? Qual é a sua opinião?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Acredito que as pessoas existam sim, Senador. É minha opinião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - É a sua opinião.

O senhor conhece a Cardiatec Latin América Ltda?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Não, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Conhece Rodolfo Castro Filho?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Não, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Somartec Corretora de Mercadorias Ltda?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Conheço sim, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Qual é a sua relação com a Somartec?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - É uma relação normal de mercado, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Conhece a Boasafrá Commodities?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - É a minha empresa, Sr. Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - É a sua empresa.

Conhece Paula Carneiro da Rocha?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Não conheço, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Cláudia Polano?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Não conheço.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Qual é o seu relacionamento com o Banco Bradesco ou com membros de sua Diretoria? Com quem o senhor se relaciona no Banco Bradesco?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Eu tenho relação de negócio com o Banco Bradesco há, provavelmente, algo entre 25 e 28 anos, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Com que membros da sua diretoria o senhor se relaciona melhor?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Do período de...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Da Diretoria do Bradesco.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Então, estou falando da Diretoria do Bradesco, Senador. Do Mercado de Capitais, com o Dr. Omar Teixeira, o Dr. Maurício Quadrado; na área de Mercado Aberto, com toda a mesa de mercado aberto, porque a minha formação é de mercado aberto. Conheço, do Banco, praticamente, quase todos.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Qual é o seu nível de relacionamento com o Presidente do Bradesco, Sr. Lázaro Brandão?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - O meu nível de relacionamento é...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - É de antagonismo ou de amizade?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Primeiro, Senador, tenho profunda admiração pelo Sr. Lázaro de Melo Brandão. É uma pessoa do mais alto nível, que responde por uma instituição que deve ser orgulho deste País, que demonstrou, neste último ano, um grau de eficiência que poucas empresas nacionais mostraram. Realmente, tenho muito orgulho de ser seu amigo.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - O senhor é muito amigo do Sr. Lázaro Brandão?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Senador, ele é avô do meu filho. Responde, Senador?

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Isso não me responde nada. Eu quero saber se...

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Não era isso que o senhor gostaria de ouvir, Senador?

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Eu quero saber se o senhor se considera um homem da confiança do Sr. Lázaro Brandão?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Sr. Roberto Requião, isto é...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Esta é a pergunta que estou fazendo, Presidente, nada mais do que isso. E é uma informação importante para eu avaliar este depoimento, como Relator.

O senhor se considera um homem da confiança do Presidente do Bradesco, o Sr. Lázaro Brandão? Sim ou não?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Sim.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, por ora, são as perguntas que o Relator tinha a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, como primeiro orador inscrito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu gostaria de esclarecer, perante mim próprio e perante a Comissão, algumas dúvidas que remanescem, e eu pediria ao depoente que usasse nomes os mais precisos possíveis sobre como é que este cheque de R\$9.756 milhões chegou às suas mãos. A minha pergunta é: a quem ele pediu R\$1.800 milhão, que acabou sendo a parcela que ficou de sua propriedade? A quem ele pediu esse dinheiro de que ele precisava com urgência? O nome completo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pode responder.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Perfeitamente. É o Sr. Juan Onatin(?). Vou passar para a Comissão o nome, o endereço e o telefone.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Ele reside em...

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – É advogado na cidade de Miami.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Ele dará o nome completo e o endereço ao final da reunião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Esse senhor exerce que profissão?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Advogado de empresa, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O senhor teria condições de acrescentar o nome das empresas a que ele serve? Teria esse portfólio? Se tiver essa possibilidade.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não tenho essa possibilidade, porque...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não tem condições.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – É evidente que esse senhor...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Eu entendi qual é o grau, mas ele não tem...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Eu deixo aqui o pedido: se ele puder nos indicar os nomes de empresas a que esse Sr. Juan Onatin(?) presta serviço, seria muito útil à Comissão.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Tenho certeza que o próprio Dr. Onatin(?) poderá prestar esse esclarecimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O senhor estava no Brasil quando fez esse pedido, no dia 24 de outubro?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Estava no Brasil.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – E fez o pedido a Miami?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Exato.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Se eu bem entendi, o resultado do pedido do depoente foi um contato do Sr. René com o depoente?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – E o Sr. René estava onde?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não sei. Eu sei onde eu estava; ele, eu não sei.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Ou seja, vou tentar repetir: o depoente estava no Brasil no dia 24 de outubro – daqui a pouco vou explicar por que essa data é muito importante –, dirigiu-se ao Sr. Juan em Miami. Recorda se essa ligação foi feita de manhã ou à tarde?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não recordo. Provavelmente, foi à tarde.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O Sr. René o procurou a que horas?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Eu posso comentar?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O senhor pode esclarecer o que lhe parecer necessário.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Na verdade, no dia 24, recebi o telefonema do Sr. René. Tinha conversado com o meu advogado em Miami antes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O Sr. René o procurou a que horas?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – À tarde.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Senador Amin, como Relator, é uma pergunta extremamente pertinente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Concedo o aparte ao Sr. Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Como é o nome desse Juan?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Juan Onatin(?). Tenho, inclusive, o nome, o telefone, endereço. A Comissão pode perfeitamente entrar em contato, não há o menor problema.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O senhor conhece a firma P-Namer, de Nova Iorque?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Desculpe.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – P. Namer.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não conheço.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Na tarde do dia 24, portanto, o Sr. René o procurou?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Perfeito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não houve um novo contato do Sr. Juan?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Quer dizer, ao invés de uma resposta do Sr. Juan – para eu entender...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A pergunta de V. Ex^a tem pertinência. Continue.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – ... o Sr. René o procurou dizendo: "Eu tenho aqui o cheque."

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não: "Eu tenho uma quantia, uma remessa para o senhor, só que estou com problema, porque hoje teve muita procura por moeda, e eu tenho um cheque a maior. Seria possível o senhor depositar e depois me dar os outros cheques da diferença?"

Volto a dizer: perguntei de quem era os cheques. Ele falou: "de uma empresa **factoring**". Eu falei: "Quero então que esse cheque seja compensado em minha conta e depois então faria a devolução."

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Como é que ele fez chegar à sua mão o cheque de R\$ 9.756 milhões, que está assinado, Sr. Presidente, no verso e no anverso, apenas pelo Sr. Ibraim Borges Filho. Não tem assinatura sua.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, eu não sabia. Foi depositado na minha conta. Eu não sabia de quem...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Também não tem ordem sua para depositar.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Mas não precisa de ordem para depositar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O depoente já havia declarado que foi depositado diretamente na conta particular dele, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sem autorização do destinatário?! Quer dizer, o senhor não expressou, não formalizou... Precisa sim, se não estiver consignado.

Sr. Presidente, posso até não entender muito do sistema financeiro, mas se não estiver consignado em lugar algum do cheque, no verso ou no anverso, nenhum caixa vai aceitar o depósito em sua conta.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não existe mais a necessidade de o senhor endossar. O senhor pode, perfeitamente, depositar na conta. O cheque é nominal, Sr. Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O endosso atrás, repito, a assinatura no verso é do Sr. Ibraim Borges Filho; o cheque é nominal ao depoente, o cheque é nominal ao depoente.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Perfeito, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O depoente não tem, no papel do cheque, nenhuma intervenção. Não é cheque ao portador. Não é cheque ao portador, Sr. Presidente. Isto aqui não é cheque ao portador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, eu só quero esclarecer que o Senador Esperidião Amin tem absoluta razão, porque o cheque é nominal ao Sr. Fausto Solano Pereira. Portanto, o endosso do Sr. Ibraim não o torna um cheque ao portador. Como é que esse cheque foi parar na sua conta?

Quero mostrar... Que o senhor entregue ao depoente o cheque para que, talvez, a sua memória seja refrescada.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Esperidião Amin, há o número da conta do depoente no verso?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não há! Não há, Sr. Presidente!

O SR. ROMEU TUMA - No canto, no verso?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não há número da conta, não há nenhuma indicação de onde depositaram. Isso não existe. Se alguém for ao Banco do Brasil, de Brasília, a qualquer agência, para depositá-lo na conta de um de nós, não será depositado.

Para isso aqui houve um contato. Obrigatoriamente, forçosamente, houve um contato com o gerente, se não com o diretor.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não houve. E não existe, Senador, cheque ao portador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Então, temos uma relação de confiança.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Eu é que afirmei que não é ao portador.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Exato, Senador. Eu, absolutamente, em momento nenhum,

Senador. Está nominal ao meu nome, Senador, não pode ser ao portador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O cheque é nominal ao depoente. Não há qualquer manifestação do depoente no cheque, nem no verso, nem no anverso.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Nem o número da conta do depoente?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Absolutamente. E os dois carimbos, Sr. Presidente, consignam, primeiro, Núcleo Oswaldo Cruz – deve ser o número da agência, 013 -, São Paulo: liquidação, por meio do serviço de cheques e outros papéis. Esse é o primeiro carimbo, do Bradesco, no dia 24 de outubro. O segundo carimbo, pelo menos à direita do do Bradesco, e eu suponho que seja o segundo, é o carimbo da centralizadora, em Vila Mariana.

Como o depoente conhece melhor a história desse cheque do que eu, gostaria que me esclarecesse, vou aceitar.

Primeiro: esse procedimento, o depoente considera usual?

Segundo: a sua conta era em qual das duas agências indicadas?

Terceiro: não houve nenhum contato seu com a agência ou com a direção do Bradesco para compensar esse cheque?

São três perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pode responder, senhor.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Primeiro, não preciso ter contato com ninguém dentro da instituição financeira para que compensem um cheque que me pertence. Se tem o meu nome, é nominativo. Segundo, o que entendi, que não li e o senhor leu, Sr. Senador, é que é do centro de compensação. Deve ser de algum centro de compensação do banco, esse carimbo, não é da agência.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O segundo.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Agora, é normal que eu passe o meu nome ...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Luís Cláudio, mostre para o depoente, para que ele nos explique qual é a agência da sua conta e qual é a agência da compensação.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Quanto à minha agência, não tem o menor problema: só tenho uma conta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Se puder esclarecer à Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Sr. Solano, para ser claro: um cidadão, com o cheque

no seu nome, chegou no Banco e disse: "Quero depositar isto na conta do Sr. Fausto Solano Pereira". Foi isso que o senhor acha que ocorreu?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, foi passado para o Sr. René o número da minha conta e a agência. O número da minha conta no Banco foi passado a ele, que emitiu um cheque seu e o depositou.

Não sei, é um procedimento...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Vamos esclarecer só sobre os dois carimbos. Ele pode esclarecer os dois carimbos?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Sr. Senador, inclusive ele pode perfeitamente depositar em uma outra agência que não seja a minha, mas enquanto o senhor quiser um esclarecimento da minha conta, não há o menor problema.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Eu ainda gostaria de esclarecer à Comissão que o Sr. Fausto Pereira é um homem de muita sorte. É um afortunado.

No dia 24 de outubro, a operação com a emissão de Letras do Tesouro de Santa Catarina produziu para a IBF apenas, tão-somente, o lucro do valor aproximado, quase que exato, do cheque de R\$9.756 milhões.

Se for examinado o dia, o primeiro dia de vida das Letras do Tesouro de Santa Catarina, séries AE-2, AE-3 e AE-4, somente chegaram ao mercado - peço para todos tomarem nota desse número - no dia 24, com um comprador, aparentemente final, quatro tranches dessas letras.

Vou indagar do Sr. Fausto Solano Pereira se ele conhece o Fundo Telos?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Conheço.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Conhece os seus dirigentes?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O senhor sabia que o Fundo Telos foi um dos compradores finais?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador. Não sabia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O senhor conhece a Corretora Cedro?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Conheço.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Conhece quem na Corretora Cedro?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Praticamente a Mesa toda, são operadores muito antigos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – A Mesa ou os dirigentes?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Os dirigentes, são corretores tradicionais do mercado do Rio de Janeiro. Trabalhei no mercado do Rio de Janeiro durante nove anos em várias corretoras. Conheço.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Conhece o Banco Porto Seguro?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Conheço.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O que o senhor poderia comentar sobre a participação do Banco Porto Seguro nessa transação?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Desconheço totalmente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O senhor desconhece que o Banco Porto Seguro adquiriu no dia 24 de outubro?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Gostaria de salientar, nobre Senador, caso o senhor permita, que o Boasafra não participou da emissão primária dos títulos de Santa Catarina, em nenhum título. Nós não participamos da operação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, não houve uma participação, em termos, porque os lucros auferidos pelo deságio do dia 24 de outubro... Quero que a Comissão tenha em mente isso. Nesse dia, foi produzido um único lucro, um único conjunto de dinheiro, de lucro, para a IBF; e para mais ninguém.

Esse volume foi de R\$9,8 milhões. Se não houvesse – é preciso que fique consignado -, se não existisse, na conta do primeiro dia de colocação das Letras de Santa Catarina, dia 24 de outubro; se não existisse o Banco Porto Seguro comprando 86,5 mil papéis, letras; se não houvesse a Corretora Cedro, no dia 24 de outubro, comprando 8,5 mil papéis; e se não existisse o Fundo Telos comprando 10 mil, no final do primeiro dia, no dia 24 de outubro, se essa operação não existisse, não seria produzido o lucro de R\$9,8 milhões para a IBF e, portanto, não teria sido gerado o lucro que propiciou esse pagamento, Sr. Presidente.

Esse pagamento só existiu, repito, porque houve a produção de um lucro advindo de um deságio, que é incriminador. Quero repetir porque esta Comissão foi tangida, naquela quinta-feira retrasada, a avaliar, a pedido do Governador de Santa Catarina, a situação de saúde do Banco Porto Seguro e da Corretora Cedro; nós fomos tangidos a fazer aquela análise, repito, se não houvesse o Banco Porto Se-

guro, se não houvesse a Corretora Cedro, no final da linha do primeiro dia de colocação, este cheque não teria sido produzido. Essa relação de causa e efeito, não sei se o depoente agora conseguiu perceber é que me faz...

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Posso falar, Senador?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Gostaria que ele comentasse.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O depoente pode comentar sobre exatamente isso que foi no dia do telefonema, vespertino, recebido do Sr. René.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Exatamente. Sabe, se não tivesse acontecido isso, Senador, eu teria um cheque de R\$1,8 milhão, e eu não estaria aqui. O senhor acha, se eu soubesse de alguma coisa, se duvidasse de algum valor, eu o depositaria na minha conta privada?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Por isso que perguntei, Sr. Presidente, se esse tipo de operação, ele fez – e há registro disso, pelo menos não temos os extratos de vinte e oito anos, mas sim nos últimos cinco, quatro ou dois anos quando começou, não queremos saber nada.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – O meu extrato de vinte e oito anos está a sua disposição, Sr. Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Eu não quero perguntar. Só estamos interessados em investigar a questão dos títulos públicos, das dez resoluções que estão sob investigação.

Então, gostaria de fazer um pedido ao depoente se, de novembro de 1995 até hoje – a primeira resolução, Sr. Presidente, que estamos investigando é a Resolução de Alagoas e última é a de Santa Catarina – ele fez alguma outra operação desse tipo? Ou seja, recebeu um valor cinco vezes maior do que o valor que lhe era devido, ficar com uma quinta parte na sua conta pessoal e desmultiplicar, para homenagear uma outra corretora, fazer um **split** dos outros valores em outros beneficiários, de acordo com indicação ou prescrição de um outra pessoa que o senhor não conheça?

Senador Geraldo Melo, essa é a pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O senhor pode responder.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Senador, não me lembro.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Ou seja, foi uma operação atípica.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Foi totalmente atípica. Eu também não esperava um cheque desse volume na minha conta; totalmente atípica.

Eu poderia esclarecer, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – É sobre os dois anos? Se antes, o senhor não precisa dar nenhuma explicação.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, é sobre esses dois anos.

Para que fique bem claro, o Boasafrá Distribuidora não participou de nenhum título de emissão de precatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, eu não perguntei sobre a Boasafrá. Perguntei sobre a pessoa física. É a sua conta pessoal, é o Sr. Fausto Solano Pereira, pessoa física, que recebeu um cheque de R\$9.756 milhões, achou isso natural. Se não achasse natural, não o faria – um homem com vinte e oito anos de experiência de mercado -, depositou na sua conta pessoal, ou seja, ficou registrado que o dinheiro entrou na sua conta e desmultiplicou esse valor em R\$1,8 milhões, que era o que o senhor queria – não sei se isso era empréstimo, ganho ou algum saldo devido anteriormente ao (?), vou perguntar sobre isso aí mais tarde. Mas, eu só queria saber se ele fez isso mais alguma vez nos últimos dois anos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O depoente já declarou que não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O Senador Vilson Kleinübing tem um aparte, que gostaria que fosse colocado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pode interferir, Senador.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, gostaria inclusive que o Relator me ouvisse agora.

Estou vendo o depoente ficar um pouco alterado com as respostas, mas queria deixar bem claro, aqui, o seguinte: este cheque de R\$9.700 milhões pertence ao povo de Santa Catarina, ao povo do meu Estado. Esse dinheiro está claramente caracterizado na contabilidade da IBF como lucro do deságio concedido, no primeiro dia, pelas letras; lucro concedido, infelizmente, pelo Governador do meu Estado, exageradamente. E é claro, absolutamente claro: esse cheque não é do Sr. René; está absolutamente claro que esses R\$9.700 milhões pertencem ao povo de Santa Catarina.

Segunda questão: o senhor conhece o Sr. René da Americana Limited?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não.

O SR. VILSON KLEINÜBING – O Sr. René, da Americana Limited, existe. Ele tem uma empresa em Miami e cuida do patrimônio pessoal do Sr. José Priolli, dono da Negocial – José Luiz da Cunha Priolli. O telefone dele é 305, Miami, 373-6107. Já tentamos falar com ele, mas ele se nega a falar conosco. É esse o Sr. René?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não sei, o René que estou falando...

O SR. VILSON KLEINÜBING – Esse o senhor não conhece?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, não conheço. Inclusive, com o meu advogado, o senhor terá toda a facilidade de falar com ele, Senador.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Esse aqui o senhor não conhece?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, não conheço.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Nunca falou com ele?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, não senhor.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Então, eu gostaria que o senhor desse já o endereço do seu advogado, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Esperidião Amin, V. Exª está com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O Senador José Serra pediu um aparte.

O SR. JOSÉ SERRA – Eu gostaria de indagar o seguinte, para efeito do nosso andamento – em vez de deixar para depois -, pois isto está muito ligado ao que V. Exª está perguntando: há 1,8 milhão, sobre os quais V. Exª irá perguntar – não se sabe se é remuneração, empréstimo ou o que é. O resto foi desdobrado em dezenas de cheques, mais de 40 milhões. Como esses cheques foram depositados? Assino um cheque, tenho que ter o número de uma conta para fazer o depósito; ou seja, como encaminhando os cheques aos beneficiários dos mesmos? Para eu poder fazer chegar às pessoas, tenho que ter uma forma, um número de conta bancária e tudo mais.

Em segundo lugar – acho também que facilitaria, Senador Amin: se há um advogado em Miami que apresenta um tal de René, que, por sua vez, deposita 9,8 milhões e manda uma lista de mais de 40 destinatários de cheques, esse René não lhe deixou nenhum ponto de contato? É normal o sujeito dizer: "olha, é tanto; me procure, confirme o recebimento ou me diga se enviou etc.; ou seja, dar um contato.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Faço minhas essas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com o adendo de quanto foi pago de honorários ao Sr. René.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – E se quiser pegar alguma coisa do René de volta?

O SR. JOSÉ SERRA – É impossível, Sr. Presidente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Porque são 54 cheques! Como esses 54 cheques chegaram aos destinatários?

O SR. JOSÉ SERRA – É impossível, por outro lado, não ter pelo menos o telefone para dar um retorno. Afinal de contas, foram dados 1,8 milhões!

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador, o depoente responderá.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Ligou-me no dia seguinte, passou a relação e disse que mandaria, conforme o combinado dos prazos, um **office boy** buscar; mandou uma pessoa dele buscar.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Passou pelo telefone a relação?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Ligou e passou a relação ...

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, ele mandou a relação extensa, mandou por escrito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Por fax?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – E mandou buscar os cheques?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Mandou buscar os cheques sim, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Vamos registrar. Houve um telefonema, depois chegou a ele uma relação por escrito e, depois, ele assinou os cheques.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Telefonema no dia 24, os cheques na conta e o telefonema no dia 25.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – E os cheques foram entregues a um portador do Sr. René.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Esperidião Amin, V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Esses 54 cheques, vamos dizer, que são a contrapartida do Sr.

René, o senhor fez em quantas etapas essa entrega e durante quantos dias?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Foram vários dias, Senador. Não me recordo, com precisão, os dias exatos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, o depoente poderia colaborar, uma operação atípica, ele mesmo disse...

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Senador Esperidião Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – ...considero até uma operação inesquecível.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Senador Amin, além disso, se são entregues 54 cheques, tem que ter um protocolo. Alguém tem que assinar isso, quando retira o cheque; o **office-boy** deve assinar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Amin, V. Ex^a está com a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Foi ele que entregou ao **office-boy** ou foi uma secretária sua, um colaborador seu?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Eu, não. Não me recordo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O senhor também não sabe quem, no seu escritório, entregou ao portador?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Alguém do escritório, mas, não sei, não lembro. Provavelmente, ficou na expedição ou alguma coisa assim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, estamos sendo surpreendidos, nos últimos dez dias, com o propósito de alguns depoentes de ocultarem a verdade – ocultarem não apenas a verdade, mas também ocultarem qualquer rabicho que permita que esta CPI se aproxime da verdade.

Como disse o Senador Vilson Kleinübing, quero que o depoente compreenda que nós, os Senadores de Santa Catarina – tenho a certeza de que o Senador Casildo Maldaner que também é de Santa Catarina compartilha disso – temos o interesse especialíssimo de saber como é que esse dinheiro, que o nosso Estado vai pagar, o contribuinte de Santa Catarina vai pagar isso, foi obtido em função de um deságio desnecessário, posto que foi anulado no primeiro dia. Ele foi vendido por 900, e nós já sabemos disso depois da aula do Dr. Cláudio Mauch, foi vendido por 900 porque tinha um comprador por 1.020. Senão, não seria vendido por 900. O valor de face era 1.020 ou 1.030, 1.050, depende da série. Mas só foi produzido esse lucro porque alguém colocou na máquina de moer carne" isto aqui, e sabia que ia sair "filé mignon", ou um hambúrguer. E, no

meio do caminho, a IBF obteve, repito, pelas minhas contas, deu R\$ 9.678 milhões de lucro, no dia 24 de outubro.

Sr. Presidente, V.Ex^a perceba que lucro providencial! E quero esclarecer mais: este cheque, de R\$ 9.756 milhões não tinha razão de ser. Não havia por que consolidar, porque havia quatro pagadores do lucro. Uma tranche da Cedro, outra tranche da Cedro, uma tranche do Banco Porto Seguro e uma tranche do Fundo Telos, ou seja, havia quatro tomadores finais, aparentes porque sabemos que Porto Seguro e Cedro é venda definitiva fictícia – sabemos disso – porque ainda estão fazendo pingue-pongue. Aliás, ainda estão fazendo hoje, Sr. Presidente, apesar da deliberação da Comissão, sem registro na Cetip, foi criado o mercado marginal no sistema financeiro brasileiro – mas esse não é o caso.

Então, estes R\$9.678 milhões, num dia, foram produzidos para sorte do depoente.

Se não houvesse essa operação no dia 24 de outubro, não teria sido produzido o lucro de R\$ 9.678 milhões e, vejam, havia 54 pessoas esperando por esse dinheiro, 54 pessoas precisavam receber esse dinheiro. Os R\$1.800 milhão do Sr. Fausto Solano Pereira eram urgentes. O senhor não imagina que desgraça que haveria no mercado financeiro se essas 54 pessoas não fossem atendidas pela providência catarinense. É uma divindade, um deus da sorte, é um deus vos acuda.

Então, queria que o depoente, na condição de um homem de mercado, um homem que se apresenta como patriota, 28 anos de trabalho, ele não teve nenhuma curiosidade para saber se havia lícito ou ilícito nesse conjunto de recursos que chegavam à sua mão e o depositou corajosamente na sua conta? Eu quero fazer esta pergunta: não o preocupou se esse dinheiro era mal- havido, bem-havido?

Essa é a pergunta que faço. E quero dizer, Sr. Presidente, é a última pergunta que faço, na suposição de que estamos inquirindo uma pessoa que deseja colaborar, como disse.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O Senador Esperidião Amin faz uma pergunta para a qual já houve uma resposta sua, pela metade, dizendo que era o mercado, a confiança. Mas ele agora quer, e tem pertinência, saber se, em algum instante, não lhe assaltava dúvida de que havia alguma desonestidade, alguma irregularidade, alguma fraude, qualquer que seja o termo que o senhor queira escolher, nessa operação.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Se assim achasse, Senador, eu não o depositaria na minha conta privada.

O SR. JOSÉ SERRA – Sr. Presidente Bernardo Cabral...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O Senador José Serra está pedindo um aparte, muito oportuno, porque S. Ex^a ia esclarecer que como a matéria geralmente é coincidente, é bom que se aproveite o instante para o esclarecimento.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Sr. Presidente, para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Para questão de ordem.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Eu preciso de um nome na empresa dele para que eu possa descobrir o telefone do advogado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Ele já se comprometeu a dar.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Mas eu quero ligar agora para essa pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Agora? O advogado dele está aqui.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Não, o de Miami.

O SR. (Não Identificado) - O René?

O SR. VILSON KLEINÜBING – Não, o outro advogado.

O SR. (Não Identificado) – Juan.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Eu já me comprometi a passar...

O SR. VILSON KLEINÜBING – Mas com quem eu falo para descobrir o telefone agora? Eu quero ligar para essa pessoa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Uma secretária sua.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Já me comprometi a, até o final, passar...

O SR. VILSON KLEINÜBING – Qual é o problema que há em me dar o número agora?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não há o menor problema, Senador.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Juan...

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Onatin(?)

O SR. VILSON KLEINÜBING – Onatin. Com quem descubro o telefone dele?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - V. Ex^a pode ligar para o meu escritório, Senador?

O SR. VILSON KLEINÜBING - E falar com quem lá?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – O senhor quer anotar o telefone, Sr. Senador?

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sim.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – É São Paulo, 866-8281.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Telefone 866-8281. Procuo a sua secretária?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Exato. Pode procurar a minha secretária, pode procurar o meu sócio.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Está bom. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA – É apenas uma das sugestões de pergunta que eu havia feito a V. Ex^a. E quero dizer que também fico impressionado, como disse V. Ex^a a respeito de Santa Catarina, com o papel da providência. Não é interesse só do Senador de Santa Catarina, é também nosso, saber como é que foi usado no fundo um recurso que é do povo de Santa Catarina, que vai ter que pagar.

Nós havíamos, e acreditei que V. Ex^a ia perguntar isso, sugerido: essa remuneração, esse R\$1,8 milhão, uma vez que veio de Santa Catarina, é o quê? É um empréstimo, é uma remuneração? Porque é estranho. Seria interessante...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O depoente vai responder.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – A que título o depoente recebeu ou achava que tinha que receber R\$1,8 milhão?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Esse R\$1,8 milhão é meu. Veio uma remessa, eu já esclareci...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O que o senhor tinha para receber era seu. O que o senhor recebeu era de Santa Catarina. Há uma diferença profunda.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Sr. Senador, eu não vi o carimbo no dinheiro. Esse é meu!

O SR. JOSÉ SERRA – Mas era o advogado que estava lhe devendo?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Um momentinho, não vamos confundir o depoente. O depoente esclarece que de determinado cidadão pediu essa quantia, esse cidadão se comprometeu e arranhou uma quantia a mais. Ele declara que esse R\$1,8 milhão era dele. Ele não sabia que estava sendo oriundo de Santa Catarina. É isso?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Esse R\$1,8 milhão era meu do Boasafrá Internacional, e foi mandado para mim.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Era seu porque o senhor havia pedido a interferência do Sr. René.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, eu havia pedido a interferência do meu advogado em Miami.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Mas não tem a nada ver com comissão, com honorários pagos pelo Governo de Santa Catarina?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Absolutamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – A Comissão pode saber a que título esse dinheiro era do seu direito?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Meu, sobre a minha companhia. Senador, eu queria esclarecer que essa companhia se chama Boasafrá Internacional, tem o mesmo nome e a titularidade dessas ações não é ao portador, essa titularidade é de Fausto Solano Pereira. Eu não tenho uma companhia **offshore**, com título ao portador, nem com nome diferente. Se eu tivesse algum motivo escuso de fazer, não estaria essa companhia com o mesmo nome da minha companhia brasileira e com ações em meu nome, com a minha titularidade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Eu continuo não sabendo.

O um milhão e oitocentos mil que o depoente pediu era seu, mas seu a que título?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Ele esclareceu que não era de Santa Catarina, que não era comissão, que não era honorário. Era da empresa dele.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Boasafrá Internacional.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Esse crédito que o depoente tinha estava no Brasil ou no exterior?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – No exterior.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Ele aceitou o pagamento do um milhão e oitocentos mil que ele tinha no exterior com cheque nacional, aliás, catarinense?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Mas é isso que o Senador Geraldo Melo pergunta desde o começo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Então, vou desmultiplicar a minha pergunta da seguinte forma: o senhor nos disse que ganhou, na operação de lançamento de debêntures do Paraná, algo equivalente a 3,5 e nunca a 4,5%. Pergunto: quanto o depoente ganhou na operação de lançamento de debêntures de Estados – e se for necessário eu explico o que quer dizer Estados. Por exemplo: quanto ganhou em Santa Catarina, onde funcionou como coordenador contratado? Lembra disso?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não lembro, mas tem na minha contabilidade e posso apresentar o recibo ao senhor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Uma ordem de grandeza?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não me recordo. A nossa participação na operação de Santa Catarina foi muito modesta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Participou do lançamento das Letras de Pernambuco?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Nem como coordenador?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Nada, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Participou de alguma outra operação de lançamento de debêntures por empresas estaduais, tipo Paraná Investimentos, Investimentos de Santa Catarina, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Minas Gerais?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Invesc, de Santa Catarina.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Somente Invesc e Paraná?

Participou de algum lançamento de debêntures da Inepar?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador. Nós concorremos e perdemos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Só para que a Comissão tenha noção da pertinência: na contabilidade da IBF estavam assinaladas as transferências de recursos, de debêntures da Inepar.

A imprensa brasileira, no último final de semana, deu conta de alguns contatos que o depoente teve com autoridades estaduais.

O depoente informou que manteve, em Santa Catarina, contatos com o Sr. Francisco Grossl. Com mais alguma autoridade estadual de Santa Catarina?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Com várias.

Na área de Secretaria de Fazenda, com o Dr. Marco Aurélio.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O Sr. Marco Aurélio é o coordenador da dívida pública de Santa Catarina?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Exato.

Ele também participou da forma da Invesc. E também com o Dr. Paulo Prisco Paraíso, que era assessor financeiro do Governador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O Sr. Paulo Prisco Paraíso exercia qual função, nessa época?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Assessor financeiro do Governador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Mais alguma autoridade?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – O Secretário Weber, que é Secretário da Indústria e Comércio.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Secretário Weber, que é o Secretário da Indústria e do Comércio.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O senhor encetou alguma viagem com algum desses colaboradores do Governo de Santa Catarina?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Nem de helicóptero?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Esperidião Amin, pode continuar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Quero dizer que isso é uma afirmação que consta da imprensa catariense, do último fim de semana.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Mas ele declarou que não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Eu queria pedir ao depoente para apenas precisar, não é necessário repetir. Se não deseja retificar a resposta, não precisa nem dizer nada. Agora, vou só repetir a pergunta e ele não precisa nem repetir a resposta, se não houver retificação. Mas é público e notório, hoje em Santa Catarina, que uma dessas autoridades teria indagado se fez alguma viagem de avião com o requerente...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com o depoente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – ... com o depoente, que respondeu que de avião, não. Só de helicóptero.

Se o depoente não deseja retificar a sua resposta, não vou reinquiri-lo. Só quero justificar que a minha reinquirição se deve a uma notícia publicada na imprensa de Santa Catarina, no último fim de semana, oriunda de uma afirmação de uma dessas autoridades mencionadas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O depoente declara que não viajou de helicóptero. É isso?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - No meu helicóptero, não, Senador. É isso que o senhor está me perguntando?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Quero saber se o senhor andou de helicóptero com alguma autoridade.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Não.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Andei, sim, podendo esclarecer, em avião fretado pela Boasafra, com várias autoridades, não de Santa Catarina. Também tive o prazer de, quando estive em um evento em Santa Catarina, dar uma carona até São Paulo para uma pessoa, inclusive Deputado, pelo qual tenho o maior respeito, hoje Ministro do Planejamento - aliás, foi num dia horroroso e nem pudemos conversar, de tanto que o avião balançava -, carona que eu daria com a maior tranquilidade para qualquer outra pessoa, como foi feito com o Deputado Kandir.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Continua com a palavra o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Tenho certeza de que um esclarecimento sobre quem é que viajou com o depoente será feito por outros Senadores. Não vou...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - Senador Esperidião Amin, um embargo de declaração.

V. S^a deu uma carona ao Ministro do Planejamento do Governo brasileiro?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Ao Deputado Federal Kandir, que foi fazer uma palestra em Santa Catarina. Eu, que lá estava, fiquei para assisti-la, pois considero o Deputado Kandir uma pessoa muito lúcida. Nessa época, inclusive, eu era Conselheiro da Bolsa de Mercadorias & de Futuro de São Paulo, eu estava aberto ao debate sobre a Lei da SA e achei muito interessante encontrar-me com o Deputado Kandir.

Ele me pediu, porque eu estava indo para São Paulo, já era tarde da noite, e eu lhe falei que teria o maior prazer em lhe dar lugar no avião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - O senhor depoente pode nos informar: esse crédito da sua empresa internacional, dessa Boasafra Internacional, opera - se o depoente puder nos informar - com que bancos no exterior?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Senador, o que posso lhe dizer é que a minha empresa é totalmente legal, o Imposto de Renda está aí e se o senhor quiser algum esclarecimento...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Acreditarei, Sr. Presidente, que ela é legal, sem dúvida nenhuma, até prova em contrário, e o primeiro indício a favor da legalidade, da legitimidade da empresa é se o depoente responder a minha pergunta: com que bancos, seja em Miami, seja em Cayman, a sua empresa legítima, legal, transparente, opera?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Em Cayman.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Com que banco?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Já passei o telefone, já dei a indicação do meu advogado, ele vai...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Quer dizer, qual é a agência bancária?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Ele vai passar essa informação para V. Ex^a.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, o depoente nos afiança que a sua empresa é transparente, é legítima, e quero acreditar nisso.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) - E o advogado não é testemunha da CPI.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Quero acreditar nisso! Agora, se o depoente não puder nos dizer em que bancos, em Cayman ou em Miami, a sua empresa opera, neste momento, neste atual momento, considero isso, Sr. Presidente, não apenas ocultação da verdade, mas sonegação de informação.

Por isso, apelo para que V. Ex^a insista com o depoente no fato de que queremos acreditar, estamos empenhados em acreditar na transparência, na legitimidade da sua empresa, que leva o seu próprio nome.

Então, peço que ele nos diga com que bancos, ou seja, o nome e a agência dos bancos. Em que banco, por exemplo, poderia estar esse crédito de um 1,8 milhão? Tem que haver o nome do banco, uma agência do banco; nem quero o número da conta, só quero o local, o nome do banco.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Não tenho conta em Miami, tenho em Cayman.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Qual é o banco?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Não me recordo, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Não se recorda do nome do banco?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Não, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Sr. Presidente, considero essa resposta, proferida por alguém que teve 15 dias para se preparar... Porque, desde o depoimento do Sr. Ibraim Borges Filho, ficou evidência-

do que havia um cheque para ele. Eu pediria aos membros da Comissão que refletissem sobre isso. Faz 15 dias que esse cheque tem uma história para nos contar. Estou absolutamente convencido de que se eu tivesse o talento do Senador Romeu Tuma e pudesse olhar o verso, o anverso e o miolo desse cheque, ele teria muita história para contar.

Esse cheque foi aceito pelo depoente como parte, no Brasil, de um crédito que ele tinha disponível, pronto para sacar, a ponto de querer resolver isso por telefone. Ou seja: tenho 1,8 milhão em um banco de Cayman e não sei qual é o banco?!

Sr. Presidente, quero dizer que se essa resposta for considerada satisfatória, devemos abolir...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Esperidião Amin, o Senador Geraldo Melo, Vice-Presidente da Comissão, faz uma sugestão à Presidência, que a acata, dando oportunidade de o depoente telefonar agora ao seu escritório para perguntar o nome do banco. A Vice-Presidência está tentando colaborar com o depoente.

O depoente não veio para cá para ser acuado em nenhum instante; a Comissão quer colaborar e quer a retribuição. A indagação do Senador Esperidião Amin é nitidamente de quem quer formar juízo na sua resposta. E para o Senador Roberto Requião, que é o Relator, é muito importante essa resposta, dada a credibilidade ou não do depoente.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Com um acréscimo que ele pode responder sem telefonar para ninguém: quem assina os cheques dessa conta corrente em Cayman: é ele ou é o advogado dele?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Bom, normalmente, as contas, em Cayman, são administradas por **trustees**. Acho que não preciso nem saber, provavelmente eu nem saiba qual é o banco. Isso é claro, é do conhecimento geral como são manejados os fundos lá.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Considero a providência sugerida pelo Senador Geraldo Melo saneadora. E quero aproveitar para saber o seguinte: esse recurso disponível em Cayman foi transferido legitimamente? Quero acreditar que foi. Se foi, teve uma conta emissora do Brasil e teve uma conta receptora, que pode ser uma agência, um intermediário. Mas há lá um crédito, em uma conta bancária identificável, de mais de um banco até, que peço que o depoente, através de um telefonema, nos esclareça, aceitando a sugestão do Senador Geraldo Melo, Sr. Presidente, pois a considero saneadora. Se não pudermos responder a isso, não precisamos perguntar nada!

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Geraldo Melo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Enquanto a ligação não acontece, quero liberar a Comissão para que V. Ex^a dê a palavra a outro Senador. Mas quero deixar consignado, Sr. Presidente, que se esse tipo de resposta não puder ser obtida, estaremos enveredando por um campo em que nenhuma informação nova será obtida.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem V. Ex^a a palavra, pela ordem, Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Acho que até para, com a permissão de um aparte, Senador Esperidião Amin, para esclarecer, até para contribuir, porque dá a entender... Nós estamos apurando, a Comissão apura, durante os últimos dois anos, a emissão de mais ou menos...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – (Fazendo soar a campainha.) O Senador Casildo Maldaner está com a palavra. Peço a atenção.

O SR. CASILDO MALDANER – A Comissão apura, nos últimos dois anos, a emissão de mais ou menos dez bilhões de títulos públicos estaduais e municipais. Pela configuração que aqui o Senador Esperidião Amin expôs, estamos já configurando uma parte pelo menos. Em relação a esses R\$9,7 milhões, a origem – pelos dias, etc. – seria o lançamento...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Um dia só.

O SR. CASILDO MALDANER – É, de um dia só. O lançamento de cerca de dez bilhões de títulos seriam de R\$86 milhões, o lançamento, mais ou menos, no dia 24 de outubro? Só para esclarecer.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Se é um aparte, vou responder.

Esse dinheiro que a IBF ganhou, ela ganhou isso no dia 24 de outubro e pôde produzir esse cheque, porque ela ganhou, nesse dia, aproximadamente, R\$9,678 milhões. Ou seja, isso dá R\$112 mil a mais do que o valor do cheque, um pouquinho mais, ganhou R\$100 mil a mais. Esses R\$9,678 milhões foram tomados possíveis porque, nesse fluxo – ao Senador Casildo Maldaner mesmo já mostrei esse fluxo várias vezes -, no dia 24 de outubro, foram vendidos 105 mil dos 552 mil papéis de Santa Catarina, ou seja, 20% do lançamento, aproximadamente, para a IBF, esse lucro de R\$9.678.

O SR. CASILDO MALDANER – No caso, seria mais ou menos a quinta parte dos títulos de Santa Catarina que foram vendidos naquele dia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sim, praticamente, um pouco menos.

O SR. CASILDO MALDANER - Isso deve ser em função do deságio?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Só o deságio. Isso aí não tem nada a ver com o Vetor.

O SR. CASILDO MALDANER – Isso dá na base de 10%?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Quinze por cento.

O SR. CASILDO MALDANER – Quer dizer que o deságio desses 105...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Vamos ser bem claros. O título foi colocado no mercado por um valor de R\$907,00, mais ou menos, e foi comprado, no final do dia, por R\$1.050,00, R\$1.030,00, R\$1.038,00, R\$1.056,00. Houve outros pequenos lucros, mas só a IBF, só a IBF, ganhou cerca de 10 milhões.

O SR. CASILDO MALDANER – Só para esclarecer: quem comprou na parte inicial...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Casildo Maldaner, a Senadora Emilia Fernandes também está inscrita.

O SR. CASILDO MALDANER – Mas estou chegando, é só para configurar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Lamento que os colaboradores do Governo de Santa Catarina estejam sonhando essa informação ao Senador Casildo Maldaner, não estão deixando que S. Ex^a conheça a verdade.

O SR. CASILDO MALDANER – Senador Esperidião Amin, para colaborar, acho que estamos chegando. Se isso se configurar, seria o deságio de uma parte dos títulos de Santa Catarina. Esta Comissão está avançando. Se isso fechar, é uma constatação: dos R\$10 milhões, estamos...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência, antes de passar a palavra à Senadora Emilia Fernandes, comunica que o depoente já está providenciando a ligação para o seu escritório, através do seu advogado, para dar a resposta ao Senador Esperidião Amin. Portanto, V. Ex^a fica informado. Não, por ele. A Presidência está lhe informando que o advogado...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Está sendo contactado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Para dar o nome.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Fico grato, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra V. Ex^a, Senadora Emilia Fernandes.

A SR^a EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, Sr. Relator, demais membros da Comissão, estamos acompanhando atentamente os questionamentos, os depoimentos do Sr. Fausto Solano e também nos somamos àqueles que, realmente, estão com uma série de dúvidas pela forma como um dinheiro passa numa conta particular de uma pessoa e muitas respostas não são conseguidas.

Ao fazer algumas afirmações, Sr. Presidente, gostaria que o depoente até nos esclarecesse se, realmente, as nossas dúvidas, o nosso entendimento é correto.

O depoente afirmou que telefonou ao seu advogado porque possuía um crédito disponível no valor de R\$1,8 milhão e tinha necessidade desses recursos. Portanto, telefonou pedindo agilização. Esse dinheiro, que depois se transformou num cheque de 9 milhões, e mais os 700 mil, foi repassado pelo seu advogado ou lhe foi repassado por essa pessoa de nome René, que o senhor não conhece, para sua conta, somando R\$9 milhões?

Vou fazendo as perguntas assim, porque acho que fica mais fácil para responder.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Senadora, exatamente como depus no começo: liguei para esse meu advogado, que é o meu **trustee**, ele cuida da companhia lá. Pedi, pois tinha necessidade desses recursos, que ele me enviasse. Dois dias depois, ligou o Sr. René dizendo que tinha disponível para mim a minha quantia. Tinha um problema de liquidez, porque o mercado tinha sido pressionado com lotes volumosos de compras, e que ele tinha o problema desse cheque, que era a maior. Voltei e perguntei a ele de quem seria esse cheque. Ele falou que era de uma empresa **factoring**. Eu falei que então eu precisaria pelo menos que compensasse esse cheque, de dois ou três dias para compensar esse cheque. Ele me respondeu que não haveria problema, que eu podia depositar, seria compensado, e eu iria pagando conforme ele me desse os nomes. Foi o que foi feito, depusitei na minha conta privada, como a senhora...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Nós poderíamos interpretar que esse dinheiro foi, praticamente, antecipado pelo Sr. René para o senhor? O senhor teria que devolver ou já seria dentro desse crédito disponível, que passaria pelo Sr. René para chegar às suas mãos?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Eu absolutamente não conheço o René. Eu pedi um crédito

to meu, da minha companhia, e o meu advogado, meu **trustee** mandou.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Eu gostaria também de saber do depoente: logo que recebeu o telefonema do Sr. René, o senhor fez alguma ligação, entrou em contato com seu advogado para receber alguma informação maior? Procurou verificar se aquela lista que estava recebendo era verídica, enfim, se houve um retorno, algum contato para esclarecimento?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Então V. S^a depositava naquele momento plena e total confiança não apenas naquela relação de nomes, mas também no **boy** que levou a relação à sua empresa. Quem era esse **boy**?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Só uma coisa, Senadora: nesse momento de que a senhora fala, eu não sabia nem de relação... Eu não sabia nada. Foi feito um depósito em minha conta.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Mas eu pergunto: após o Sr. René lhe comunicar que tinha sido colocado não apenas R\$1 milhão, mas R\$9 milhões, e que estava repassando uma lista para o senhor preencher os cheques, assinar, endossar e repassar para outras pessoas.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não foi...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – (Fazendo soar a campainha) Peço silêncio, por gentileza.

Pode responder à Senadora.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não foi no dia, foi...

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sim ...

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – ... depois que compensou. Não chegou uma lista; chegaram várias listas. Não foi uma coisa de um dia só, foram em dias correntes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Os nomes não foram repassados desses 54 cheques de uma vez só. O senhor recebeu vários nomes, ia recebendo e ia emitindo os cheques...

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Exato.

A SRA. EMILIA FERNANDES – E esses cheques, como eram entregues às pessoas, às respectivas pessoas?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Já respondeu, Senadora. Ia um portador no escritório dele receber.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Um portador enviado... Quer dizer, o senhor entrava em contato

previamente com aquelas pessoas relacionadas e pedia que uma pessoa fosse à sua empresa, a seu gabinete levantar.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, senhora. Eu não entrava em contato com ninguém. Eu recebia uma relação, preparava os cheques, deixava na portaria, passava um **boy** e pegava. Foi assim que funcionou.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Então alguém fazia esse contato direto com as pessoas?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Isso.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Não era o senhor.

Outra coisa que me surpreende, Sr. Presidente: a responsabilidade do depoente, no momento em que pegou praticamente 8 milhões, na sua conta, nas suas mãos, para repassá-los a terceiros, ele preenche o cheque e manda entregá-lo na portaria.

Qual é a segurança que o senhor tinha de que a pessoa que estava levantando aquele dinheiro era a pessoa que deveria recebê-lo? O senhor enviou alguém da sua confiança para intermediar o encontro entre seu cheque e a pessoa que deveria recebê-lo?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Senadora, não havia esse perigo que a senhora admite, porque os cheques eram todos nominais.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senadora Emilia Fernandes, V. Ex^a está com a palavra.

A SRA. EMILIA FERNANDES – O depoente explicou, então, que não recebeu nenhum esclarecimento, não pediu, não solicitou nenhuma informação. Mas quando recebeu o telefonema do Sr. René, ele ao menos lhe disse de que se tratavam os negócios ou se aquela importância que deveria ser repassada seria devida a negócios semelhantes aos prestados pelo depoente ou se seria referente a outros assuntos?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Absolutamente, não falou, e eu também...

A SRA. EMILIA FERNANDES – Não perguntou? Não teve também essa preocupação?

Durante a sua exposição, quando lhe perguntaram se outras operações dessa natureza teriam sido realizadas, o depoente afirmou que não sabe se foi a única – essa foi a expressão que ele usou. Então, eu gostaria que, se possível, o depoente puxasse um pouco mais pela memória e me explicasse se, em outra ocasião, alguma outra pessoa, talvez até mesmo por intermédio do seu próprio advogado, em Miami, repassou-lhe alguma importância. Como houve a afirmação de que "não sabe se é a única", tal-

vez possam existir outras. É isso o que eu gostaria de saber.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Senadora, acredito que possa existir outra, mas não nessa magnitude.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Ele afirma que existem outras, embora o valor...

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Eu não afirmo, Senadora. Desculpe-me.

A SRA. EMILIA FERNANDES – O senhor disse "existem outras", está gravado.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, pode até existir, mas não me lembro. O que a senhora me pede é se veio a maior, não é isso?

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sim, se outro recurso foi incorporado, por exemplo, através do senhor, para ser repassado. Não é preciso que seja no mesmo valor, pode ser até inferior.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Para mim? Repassado?

A SRA. EMILIA FERNANDES – Outras operações. Repassado para a conta particular.

Vou aguardar, Sr. Presidente, que o depoente me escute para chegarmos a uma conclusão. (Pausa.)

Eu gostaria de repetir a pergunta e de ouvir a resposta: se houve alguma outra operação semelhante em que, mesmo tendo algum crédito a receber ou não, por intermédio da sua conta pessoal ou da empresa, se teria sido repassada alguma outra importância que chegaria a outras pessoas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não, Senadora Emilia Fernandes, no começo do seu depoimento, o depoente declarou que essa foi um operação atípica. Ele já havia respondido isso.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Mas afirmou também que não sabia se era única, Sr. Presidente. As Atas estão aí, a gravação está aí.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O senhor quer acrescentar alguma coisa?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Eu não sei. Com certeza, afirmo, no tom que a Senadora colocou a pergunta, ou seja, se eu havia sido usado para repassar outras operações, que absolutamente nunca fui usado.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Nem nessa operação o depoente se considera usado. Havia a transação e preenchia os cheques conscientemente?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Conscientemente.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Para pessoas desconhecidas?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Perfeito.

A SRA. EMILIA FERNANDES – E atendendo a uma relação de pessoas desconhecidas?

Concluo, Sr. Presidente, perguntando se não houve preocupação do depoente em saber os nomes na época da emissão dos cheques. Após isso ser levantado e seu nome estar envolvido nesses problemas que hoje estamos tentando esclarecer, ele voltou a falar com seu advogado e pediu esclarecimentos sobre quem era René e quem eram as pessoas a quem esse repasse de dinheiro deveria ser feito a título de quê?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, não notei.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Não buscou esclarecimentos, nem após.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Antes de dar a palavra ao Senador Romeu Tuma, para que fique nos Anais da Comissão e possa o depoente tomar conhecimento, aqui está o **Diário Catariense** de sábado, 8 de março de 1997, onde está a seguinte notícia:

"Ouvido ontem à noite – ou seja, no dia 7 de março – a respeito, o Secretário Paulo Prisco Paraíso revelou que conhece Fausto Solano Pereira – o depoente –, com quem se encontrou várias vezes: "mas não andei de jatinho com ele, e sim de helicóptero, do Bradesco para ir à Cidade de Deus, em Osasco". Juntamente com outros executivos financeiros do Bradesco, Fausto Solano Pereira esteve também aqui quando do processo de criação e lançamento de títulos da Invesc, acrescentou Paulo Prisco, que negou outro tipo de envolvimento, alvo, segundo ele, "de exploração política".

Nessa matéria, o depoente já deu o devido esclarecimento ao eminente Senador Esperidião Amin, mas, para que o depoente verifique realmente – foi publicado – que não era nenhuma invenção desta CPI. Também já ficou registrado que ele deu uma carona ao nosso Ministro Antônio Kandir, quando Deputado Federal.

Feito o registro, transmito ao eminente Senador Vilson Kleinübing: o banco é o Swiss Bank Corporation, Agência Cayman Islands, ainda a confirmar.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Ah, um momentinho. Pela ordem, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, quando V. Ex^a leu a notícia, o depoente pareceu ter se lembrado, pela expressão, do fato de ter havido um voo de helicóptero para a Cidade de Deus.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Senador, os voos de executivos do banco, ou de clientes do banco, para reuniões de trabalho são perfeitamente normais. Os deslocamentos...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – É claro, isso já foi registrado.

O SR. EDUARDO SUPPLY – É que, para o Senador Esperidião Amin, não houve a confirmação. E agora ele parece ter-se lembrado. Naquela oportunidade, ele não se lembrava de ter andado de helicóptero com o Secretário Prisco Paraíso.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Eduardo Supply, isso já está esclarecido.

Vamos a duas perguntas que são importantes. Gostaria que o depoente declarasse o que ficou faltando: o seu CPF de pessoa física e de pessoa jurídica também. Senador Tuma sempre prestando a sua colaboração. (Pausa.)

Dr^a Adriana, anotar o CPF do depoente; e o de pessoa jurídica também.

Eu e o eminente Senador Eduardo Supply cometemos o mesmo equívoco. Um é pessoa física – CPF, e o outro CGC, pessoa jurídica. Depois o depoente faz chegar às mãos.

Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Sr. Presidente, desloquei-me muito durante os depoimentos, para as providências que V. Ex^a me pediu que tomasse. Vou tentar resumir ao máximo, porque as perguntas foram intensas, objetivas. Se eu fizer alguma pergunta repetida, por favor, queira esclarecer-me.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência esclarece.

O SR. ROMEU TUMA – Está certo.

Mas o valor do cheque tem alguns quebrados, 68.50, o que dá a entender que foi calculado sobre algum fator, que gerou esse valor. O senhor tem conhecimento de por que há esse quebrado, R\$9.756.068,50?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não tenho, Senador.

O SR. ROMEU TUMA – Perfeito.

Vou perguntar uma outra coisa que eu acho importantíssima: o senhor pediu esse um milhão e oitocentos de uma conta nos Estados Unidos?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não senhor, de uma conta em Cayman.

O SR. ROMEU TUMA – Do exterior. Desculpe a minha pergunta.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Sim, senhor.

O SR. ROMEU TUMA – O senhor poderia vincular essa transferência, porque veio pela IBF, pelo menos o cheque que repôs o milhão e oitocentos foi um cheque da IBF. E o René o senhor desconhece, não sabe se é ligado à IBF ou a algum segmento de operações com dinheiro externo. O senhor poderia vincular esse um milhão e oitocentos à declaração do Wagner Ramos de que recebeu o pagamento de um milhão e trezentos mil dólares nos Estados Unidos?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, absolutamente.

O SR. ROMEU TUMA – O senhor já fez operação a cabo alguma vez?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Sim.

O SR. ROMEU TUMA – As transferências do senhor são a cabo?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Sim.

O SR. ROMEU TUMA – O senhor poderia explicar o que é operação a cabo?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Senador, acho que ...

O SR. ROMEU TUMA – Sim, eu tenho mais ou menos a impressão, mas eu queria ver se dá... Não que o senhor tenha, conscientemente... Mas houve uma vinculação do depósito em favor do Wagner Ramos, ele declarou na revista *Veja* e em outros jornais, a esse um milhão e oitocentos.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – No meu modo de ver, ...

O SR. ROMEU TUMA – Houve uma movimentação de dinheiro, apenas...

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – No meu modo de ver, não tem vinculação nenhuma.

O SR. ROMEU TUMA – Que o senhor saiba?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Que eu saiba, nenhuma.

O SR. ROMEU TUMA – Mas pode ter ocorrido.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Aí Senador Tuma, é apreciação pessoal. O Presidente indefere.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, absolutamente, nenhuma vinculação.

O SR. ROMEU TUMA – A data em que transferiram para o senhor, o senhor sabe? Porque o senhor recebeu depois.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Eu recebi no dia 24. O meu pedido foi de dois dias anteriores.

O SR. ROMEU TUMA – Dois dias? Do dia 22?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Isso.

O SR. ROMEU TUMA – Sem falta de respeito ao depoente...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Claro, V. Ex^a sempre se portou bem.

O SR. ROMEU TUMA – ... ele se colocou aqui como uma lavanderia de dinheiro de má origem, porque ele está informando que não foram na pessoa jurídica os pagamentos, foram na pessoa física...

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Correto.

O SR. ROMEU TUMA – ... e o senhor diz que vai informar à Receita.

Pelo que o senhor disse aqui, o senhor desconhece os beneficiários desses cheques?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Perfeito, Senador.

O SR. ROMEU TUMA – Não foi o que o senhor falou?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Perfeito, Senador.

O SR. ROMEU TUMA – Então, que o senhor esperava um depósito de um milhão e oitocentos...

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Perfeito.

O SR. ROMEU TUMA – ... e entraram na sua conta nove milhões setecentos e cinquenta.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Perfeito, Senador.

O SR. ROMEU TUMA – Por várias vezes o senhor respondeu aos Senadores que se tivesse consciência do que representava aquele dinheiro, o senhor não mandaria pôr na sua conta privada, onde o senhor disse que alguém depositou sem o senhor saber.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não, Senador Tuma. A Presidência vai interferir.

O depoente declarou que se soubesse que o dinheiro era desonesto, que era oriundo de alguma fraude ou irregularidade, não teria mandado que fosse depositado na sua conta, que buscaria outro meio.

O SR. ROMEU TUMA – Mas não foi ele que depositou, segundo as explicações e respostas, ...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não, mas foi ele quem deu ordem para depositar na pessoa física.

O SR. ROMEU TUMA – Deu o número da conta, mas não sabia o valor. Foi o que entendi.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – É, eu não sabia o valor. Não sabia o valor do cheque. Sabia que era um cheque a maior.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Ah, bom!

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Fui avisado que era um cheque a maior, tanto é que eu pedi a compensação.

O SR. ROMEU TUMA – E nem sabia que era para pulverizar...

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, absolutamente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Mas ele declarou que sabia que era de uma empresa de factoring.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Exato. Isso foi o que perguntei. Perguntei a origem.

O SR. ROMEU TUMA – Acho que perante a Receita, e a CPI tem que encaminhar isso, ...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Continua V. Ex^a com a palavra, para esclarecer a vinculação com a Receita Federal. Continue.

O SR. ROMEU TUMA – O senhor, ao pulverizar esse cheque, em tese, sem desrespeito em si, passou a ser um lavador de dinheiro de origem provavelmente criminosa. O senhor tem consciência disso?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Senador, se eu tivesse alguma dúvida, no momento, que esse cheque poderia ter origem criminosa, como V. Ex^a afirma, eu jamais aceitaria esse cheque. Não, o dia que tiver um milhão e oitocentos, eu espero. Eu jamais faria.

O SR. ROMEU TUMA – Não diria nem criminosa. De origem duvidosa.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Então, duvidosa, eu jamais faria. Não tem por quê...

O SR. ROMEU TUMA – Estou só querendo situar a posição do senhor, hoje, perante ao Imposto de Renda, porque na sua declaração o senhor vai dar as explicações devidas:

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Exato, Senador.

O SR. ROMEU TUMA – O destino desses cheques e por que os pagou. Não sei como, mas...É só isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, gostaria que o nosso depoente me desse algumas informações preliminares. Ele falou que tem 28 anos de mercado. Em que empresas ele trabalhou nesses 28 anos?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Bank of Boston.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Em que época?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Em 70, por aí.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O depoente tem 46 anos e declara que trabalha há 28. Portanto, ele começou aos 18 anos. O Senador Vilson Kleinübing quer, a partir dessa data, só os nomes.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Boston, Corretora Brasulval, Corretora Marcelo Ferraz, Corretora Klafer, Corretora Global, Distribuidora de Valores, quando fui para o Rio de Janeiro.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Na Global, o senhor foi ao Rio de Janeiro. Depois?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Tive um espaço de tempo muito curto na mesa de operações da Corretora Banespa, no Rio de Janeiro. De lá, fui para a Corretora Sistema, Corretora Convenção, e retornei para São Paulo para montar a minha atividade.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Boasafra?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador. Dime.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Dime, que depois se transformou em Boasafra?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador. Depois se transformou em Banco Stockler-Dime.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Banco Metropolitano?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador. Vendi o Banco Dime e comprei a distribuidora, que se tornou a Distribuidora Boasafra.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Com o Metropolitano o senhor não teve nada?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – O Banco Metropolitano é o sucessor do Banco Dime.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Que hoje pertence ao Sr. Edir Macedo?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não sei, Senador. Vendi para o Deputado Laprovita Vieira.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Não teve uma Corretora Gave também?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. VILSON KLEINÜBING – No Rio de Janeiro, o senhor conheceu o Sr. Fábio Nahoum?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Conhecia de mercado. O Fábio deve ter a mesma época de mercado que eu. Conheço o Fábio, o Roni, todos.

O SR. VILSON KLEINÜBING – O Ganon também?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Também.

O SR. VILSON KLEINÜBING – O senhor trabalhou em alguma empresa que foi liquidada?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. VILSON KLEINÜBING – O senhor recebeu alguma punição do Banco Central alguma vez?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador. Tenho um processo que está **sub judice**.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Por que empresa?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Pela Dime.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Quem é Fernando Cunha?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Fernando Cunha? Fernando Cunha é operador de mercado. Trabalhou no Banco Bamerindus, na área de **underwriting**, e depois foi trabalhar na Distribuidora Nepar, se não me engano.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Não é seu sócio?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Absolutamente. Ao contrário, temos algumas divergências.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, vou fazer uma afirmação à qual eu gostaria que o depoente dissesse sim ou não, que ele confirme ou não confirme, muito embora tenha dado uma versão para esse cheque, que está aí colocada, que é a informação de que ele precisava de R\$1,8 milhão em sua conta nos Estados Unidos...

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Isso.

O SR. VILSON KLEINÜBING ... e que aí lhe deram um cheque desse tal Sr. René.

O Banco Bradesco comprou 60% dos Títulos de Pernambuco. Comprou no mercado, comprou bem, comprou a preço de mercado, mas, infelizmente, as operações anteriores às do Bradesco são operações que estão sob exame desta CPI. Casualmente, elas também foram administradas pelo Vetor. Ca-

sualmente, elas tiveram também a organização da Perfil ou da Negocial, que tem como um dos seus sócios José Luiz Priolli, amigo do Sr. René, de quem lhe falei.

A colocação de 60% dos títulos de um Estado num único dia, praticamente, de um Estado que emitiu 520 milhões, só podia ser feita num grande banco, que tivesse um fundo de renda fixa e pudesse comprar isso. E poucos bancos, poucas instituições no País teriam condições de comprar praticamente 60% da emissão de Títulos de Santa Catarina ou de Pernambuco etc; poderia ser o Itaú, poderiam ser outros bancos, mas casualmente foi o Bradesco.

Alguém deve ter procurado fazer essa operação; alguém deve ter procurado administrar essa operação. Por exemplo: tenho 60%, tenho um lote de tantas ações, com 7 a 8% de deságio, e alguém está querendo comprar – essa ponte tem que ter sido feita por alguém. Esta ponte, alguém faz no mercado: pega um telefone, coloca aqui, pega outro telefone e coloca aí, e ele ganha uma comissão por isso.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Correto.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Esses 9 milhões não poderiam ter sido comissão numa operação desse tipo? Há quem diga que esses 9 milhões são fruto da comissão da colocação dos Títulos de Pernambuco num fundo de renda fixa – estou falando em Bradesco, mas poderia ser qualquer outro banco; não quero fazer nenhuma referência desairosa a qualquer banco.

Eu, pelo menos, gostaria de colocar isso como uma tese: que o senhor dissesse sim ou não e se isso é possível de ter acontecido.

Lá fora, nos corredores, lá fora, no mercado, há quem diga que esses 9 milhões foram para pagar comissão de quem agenciou a venda desses títulos – era isto que eu gostaria que o senhor comentasse.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Qual é a resposta?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Cabe um comentário.

Eu absolutamente participei de emissão, ou de Pernambuco, ou de qualquer outro Estado, de títulos de precatória. Absolutamente não fui eu quem vendeu para o Bradesco. Até gostaria de ter feito uma venda de telefone normal, porque tenho uma mesa de operações, onde estou comprando e vendendo títulos públicos. Tenho, inclusive, tradição nisso.

Mas não fiz, não participei, não falei e o senhor pode checar com os diretores do banco e com a mesa de operação do banco.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Kleinübing, V. Ex^a terminou?

O SR. VILSON KLEINÜBING – Vou voltar a insistir sobre esse cheque, Sr. Presidente, porque ele é aquilo que falei antes: ele é produto do deságio exagerado concedido pelo Governo de Santa Catarina. Esses 9 milhões pertencem ao povo de Santa Catarina e se pudermos recuperá-los vamos fazer um bem danado ao nosso Estado.

Por lá, em Santa Catarina, já estamos começando a criar uma consciência de que alguém levou R\$120 milhões do nosso povo. Temos que buscar de volta esse dinheiro.

Vejam: neste momento, estou frente a um senhor que ficou com R\$9 milhões do dinheiro de Santa Catarina. Ficou não, passou pelas mãos dele. Quem entregou para ele foi um tal Sr. René, que ele não conhece. E ele subdividiu esse cheque: ficou com R\$1,8 milhão, que era dele, que era propriedade dele, e o restante ele preencheu e passou para outras pessoas.

Desse cheque de R\$9 milhões, desdobrado, no levantamento que se fez graças à quebra do sigilo bancário – pode ser desse R\$ 1,8 milhão dele -, ele pagou R\$845 mil para um sócio dele. Será que a história é só essa? É só essa a história?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Perfeitamente, Senador.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Senador, V. Ex^a me permite só uma pergunta?

Nem mesmo o sócio que recebeu R\$845 mil, sócio do depoente, não lhe disse a troco de que, a respeito de que ele estava recebendo um cheque, assinado pelo seu sócio, de R\$845 mil? Nem essa preocupação, nem essa curiosidade, nem essa confiança entre os dois sócios não houve? Em momento algum?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Confiança entre os sócios é plena e total.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Os R\$ 845 mil, para aproveitar a pergunta, eram para pagar o quê para ele?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – V. Ex^a deve perguntar para o meu sócio.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Não, não, não...

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Desculpe, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não. Quem está prestando depoimento é o senhor. Ou o senhor declara que não sabe, mas não pode dar essa resposta ao Senador.

O SR. VILSON KLEINÜBING – O senhor pagou o cheque de R\$ 845 mil para o seu sócio e não sabe por que deu esse cheque, a título de quê?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, sei. Ele tinha feito empréstimos à minha pessoa. Os motivos eu sei.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Ele lhe emprestou em dinheiro ou em cheque?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – De que forma ele me emprestou? Ele me emprestou em cheque, dinheiro. Ele sempre foi muito meu amigo, sempre que precisei. Eu estava realmente fazendo investimentos. Minha conta, no próprio banco que tinha o sigilo quebrado – vocês vão ver -, estava devedora.

O SR. VILSON KLEINÜBING – O senhor tem contato com o Sr. Paulo Prisco Paraíso, de Santa Catarina, só a partir da época do lançamento das debêntures?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Foi. Eu o conheci nessa ocasião.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Quem procurou quem?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Nós. Porque tínhamos um projeto, como o senhor deve saber. A primeira SPC feita no Brasil foi feita por nós. Desenhamos esse modelo e saímos para vendê-lo. Vendemos para Santa Catarina.

Por que Santa Catarina? Porque o Boasafra tem uma tradição de mais de dez anos em Santa Catarina. Temos escritório lá há muito tempo. Nós operamos com o governo na época do então Governador Esperidião Amin e quando V. Ex^a foi Governador... Meu ex-sócio é catarinense.

O SR. VILSON KLEINÜBING – O que a sua empresa fez no meu Governo?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Senador, não me lembro. Posso pesquisar, porque faz muito tempo. Foram várias operações. O meu sócio é que ficava lá em Santa Catarina no escritório.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Quem era o seu sócio que ficava lá?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – O Sr. Mário Petrelli Filho.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O senhor alguma vez visitou o Sr. Vilson Kleinübing quando ele era Governador?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O Senador Kleinübing continua com a palavra.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Conheceu o Sr. Paulo Prisco Paraíso no Palácio?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – No Palácio.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Esse Fernando Cunha trabalha no Boasafra?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Nunca trabalhou.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Eles são muito amigos, os dois. E o Sr. René é brasileiro?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Brasileiro.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Não lembra o sobrenome dele?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Quando estive em Santa Catarina e ouviu essa palestra do Deputado Kandir era um evento da DVB?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – A palestra era da DVB. Tínhamos uma reunião de trabalho pela manhã, que se estendeu até à tarde. O Dr. Paulo Prisco me convidou para que eu ficasse para a posse dele na DVB. Como a palestra era do Deputado Kandir, tive o maior interesse em ficar.

O SR. VILSON KLEINÜBING – O senhor, alguma vez, conversou, teve algum contato profissional, com esse senhor da Split, o Sr. Enrico Picciotto?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. VILSON KLEINÜBING – E Priolli e Pazzanese?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Também não.

O SR. VILSON KLEINÜBING – E o Ibraim também nunca viu?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Nunca vi.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Então, Sr. Presidente, temos algumas coisas para conferir desse depoimento: o extrato da conta bancária de Miami, e as ligações telefônicas nas datas que foram colocadas.

Sr. Presidente, é fundamental para nós, da CPI, descobrirmos como é que esse cheque foi parar na conta pessoal, particular, do Sr. Fausto Solano Pereira.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Senador Kleinübing, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. VILSON KLEINÜBING – Pojs não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Solicito, Sr. Presidente, num entendimento rápido que tive com a Senadora Emilia Fernandes, que o Relator designe

agora um Senador para fazer a diligência sobre os telefonemas do dia 24 de outubro e seguintes.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – E 22, que foi dois dias antes, quando ligou para Miami.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Do mês de outubro em diante. Se o depoente quiser colaborar, que dê os números dos telefones que ele acionou.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência comunica a V. Ex^a, Senador Esperidião Amin, que o Senador Roberto Requião já tinha tomado essa providência, e o Senador Romeu Tuma já está fazendo isso. O Senador Roberto Requião se antecipou.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sabiamente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Sabiamente.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Consulto à assessoria: o sigilo do Sr. Fausto Solano já foi quebrado? (Pausa.) Não foi quebrado ainda? Não houve um pedido? Nós temos feito isto posteriormente.

Então, Sr. Presidente, eu gostaria que V. Ex^a colocasse em votação a quebra do sigilo telefônico e bancário do depoente.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Deixe eu terminar minhas perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Está colocado em votação o requerimento do Relator, Senador Roberto Requião, para a quebra do sigilo telefônico do depoente. É isso, Senador Roberto Requião?

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O bancário já foi quebrado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O Senador Esperidião Amin se encarrega da diligência, em conjunto com o Senador Casildo Maldaner, que é de Santa Catarina.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Fausto Solano Pereira, a sua empresa fez algum trabalho para a BESCRI Lançamento de Letras Hipotecárias no mercado?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Então, eu queria deixar caracterizado esse resumo aqui. É fundamental descobrirmos a origem desse cheque. Aqui, há uma informação que não está completa: o Sr. Fausto Solano Pereira não consegue nos dar a infor-

mação da origem do dinheiro do Sr. René. Ele não sabe de onde o Sr. René obteve esses 9 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Só foi informado que era de uma empresa **factoring**.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Hoje, ele está sabendo que esse dinheiro pertencia ao povo de Santa Catarina. Espero que ele nos ajude a descobrir o Sr. René e a buscar de volta esses 9 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Qualquer outra contribuição, Dr. Solano, que o senhor tiver, faça chegar à Comissão.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Vou confiar no espírito público dele, na inteligência dele, no patriotismo dele, para nos ajudar a descobrir o Sr. René e devolver esse dinheiro ao povo do meu Estado. Porque não é nem dele, Fausto Solano Pereira, nem do René, mas dos catarinenses.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Quer fazer uma consideração?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Só uma consideração.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a tem a palavra para uma consideração. E antes de dar a palavra ao Senador Casildo Maldaner, a Presidência fará uma comunicação à Casa... Faça o favor, V. S^a tem a palavra.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Mas 1,8 milhão são meus, Senador!

O SR. VILSON KLEINÜBING – Mas os 9,7 milhões são de Santa Catarina.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Mas um 1,8 milhão são meus.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Um milhão e oitocentos são seus. O cheque de 9,7 milhões...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Alguém vai ter que ressarcir Santa Catarina. É isso o que o Senador Vilson Kleinübing quer dizer.

O SR. VILSON KLEINÜBING – O cheque de 9,7 milhões é de Santa Catarina. A pessoa que deu 9,7 milhões deveria ter dado a S. S^a 1,8 milhão à parte.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Srs. Senadores, vou pedir um esclarecimento do depoente e peço a atenção do eminente Relator. O esclarecimento não põe em dúvida o que aqui se encontra. Mas é que no CPF ou CIC do depoente deve haver um equívoco de digitação. O nome que aqui está escrito não é Fausto Solano Pereira, mas Fausto Solano Pergira.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Pergira. Já tentei mudar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pode ter sido um equívoco de digitação entre o "e" e o "g", mas precisamos saber na Receita Federal como é que fica a declaração dos rendimentos do depoente. Pode ser que no lugar do "g" tenha se digitado o "e".

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Chega normal, correta, perfeitas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Está feito o esclarecimento.

Mais dois esclarecimentos: a Presidência pergunta do eminente depoente se o Grupo Financeiro Boasafrá tem quantas e quais empresas, financeiras ou não financeiras? Pode dizer de memória? Quantas empresas? Quais são as financeiras e as não financeiras?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Empresa financeira: a Boasafrá Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – E não financeira?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Boasafrá Corretora de Mercadoria. Também uma financeira: Boasafrá Genetic.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O senhor figura como sócio e diretor, ou só como sócio em algumas e diretor em outras?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Normalmente, sócio e diretor.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O depoente participa da Boasafrá, DTVM, com a autorização do Banco Central?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Tenho um pedido totalmente legal do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Desde quando e qual o seu cargo?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Quando eu vendi o Banco Dime, na mesma época comprei a distribuidora e pedi ao Banco Central o credenciamento e fui empossado. E o procedimento é simples: o Banco Central é muito claro, o senhor vende, faz um pedido ao Banco Central e o Banco Central, durante noventa dias, cento e oitenta dias, dá a resposta sim ou não. Se aceita ou não aceita os dirigentes ou a transferência de controle.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O percentual de participação no capital dessa empresa, você tem idéia?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Oitenta por cento.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, no Banco Metropolitano o senhor não era sócio?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não, ele não indicou...

O SR. VILSON KLEINÜBING – Nem sócio nem diretor, nada?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Cabe um esclarecimento, Senador, se o senhor me permite.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o depoente.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Acontece que – isso é até bom, fico feliz de poder comentar – por estranho que pareça, há seis anos, foi dada entrada num processo no Banco Central pedindo a transferência do controle acionário do Grupo Dime, eu e meus sócios, para então o Grupo do Deputado Laprovita Vieira. E faz seis anos que eu não tenho uma resposta desse leilão. Inclusive através dos meus advogados, eu já questionei o próprio Banco central e a própria direção do Banco sobre o motivo de não ter uma resposta, ou sim ou não. Porque é uma coisa muito clara ou o Banco aceita ou não aceita.

Há quase um ano, meu advogado, Dr. Ariosvaldo Mattos Filho, mandou uma carta ao Dr. Gustavo Loyola, Presidente do Banco Central, para que ele esclarecesse por que não dava resposta. Não houve esclarecimento até hoje.

O SR. VILSON KLEINÜBING – O Banco ainda está no seu nome?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – O Banco ainda está no nome desse grupo de que faço parte, que não é só meu.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Quantos do Banco Central? São dois assessores?

Gostaria que anotassem não só a resposta anterior, aquele percentual para figurar numa consideração da Presidência ao relatório do Senador Roberto Requião, quanto esta notícia de que há seis anos...

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Seis, sete anos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Há seis ou sete anos não foi dado o seu desligamento para que a CPI faça as suas considerações.

Eminente Senador Casildo Maldaner com a palavra.

Lembro apenas aos eminentes Senadores que às 14h30min. encerrarei esta reunião. Ainda temos um depoente para prestar esclarecimentos.

Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Perdoe...

O SR. CASILDO MALDANER – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O Senador Geraldo Melo, Vice-Presidente, havia feito uma indagação e eu peço que S. Ex^a a profira de viva voz.

O SR. GERALDO MELO – Sr. Presidente, peço a V. Ex^a que indague do depoente se ele poderia completar a compreensão que estou procurando desenvolver desde o começo do seu depoimento.

Na realidade, o senhor declara ter uma empresa que funciona legalmente no exterior, e é natural que uma empresa que funcione legalmente tenha recursos. Então dessa empresa, por intermédio do seu advogado, que provavelmente supervisiona as operações da empresa, o senhor fez um saque de U\$1,8 milhão. Era isso que o senhor queria: receber U\$1,8 milhão. Eu perguntei ao senhor, mais cedo, como se explicava que, ao invés de se fazer uma transferência pelos canais normais, tivesse chegado embutido num cheque da IBF.

Afinal, pergunto o seguinte: se posso entender que a IBF comprou U\$1,8 milhão do depoente no exterior. Porque, aparentemente, são recursos separados. A IBF era dona de um cheque que tinha fundos, pois foi depositado na conta do depoente e foi honrado, de R\$9,8 milhões. O depoente estava recebendo U\$1,8 milhão da sua própria conta no exterior. Ao invés de receber R\$1,8 milhão aqui – pergunto se estou entendendo errado – essa não terá sido a forma da IBF lhe comprar U\$1,8 milhão? Isto é, o seu dinheiro que vinha do exterior deixa de vir, a IBF passa a ser dona desse dinheiro lá fora e, ao invés de receber os seus dólares, o senhor recebe o pagamento desse U\$1,8 milhão aqui, dentro do cheque que a IBF lhe entregou.

Essa interpretação está muito longe da verdade, é equivocada, ou o quê?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Senador, acho que está equivocada. Essa operação provavelmente foi uma operação da IBF com o Sr. René; são operações completamente distintas. Acho que a IBF não comprou; não tive nenhuma relação com ela, não sei quem é, nunca vi, de mim não comprou.

O SR. GERALDO MELO – De qualquer forma, para deixar bastante claro. Se o senhor tinha U\$1,8 milhão disponíveis – pode ser apenas uma parte da sua disponibilidade no exterior – o que ingressou na

sua conta foi o dinheiro oriundo de um cheque da IBF, evidente que o senhor não recebeu U\$3,6 milhões, U\$1,8 milhão da IBF e mais o seu U\$1,8 milhão. Esse seu U\$1,8 milhão não veio, ficou dentro do cheque da IBF. Então, em última análise, a IBF comprou U\$1,8 milhão. Pode ser que tenha sido por intermédio do Sr. René ou de alguém, mas, na realidade, o que estou entendendo é que essa foi a forma da IBF comprar U\$1,8 milhão em Miami, ou em Cayman, e pagar esse U\$1,8 milhão com um cheque em reais no Brasil.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Infelizmente, não posso ajudá-lo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A ajuda decorre de que circunstâncias, Dr. Solano?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – O Senador me perguntou como a IBF teria feito para comprar. Sinceramente não sei, porque não conheço. Infelizmente, não posso ajudar.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, gostaria de um raciocínio muito breve, antes de formular umas duas perguntas.

Esta Comissão, Sr. Presidente, está a analisar a emissão de cerca de R\$10 bilhões em títulos estaduais e municipais. Essa é a concepção macro da questão.

Pelo que tenho ouvido aqui dos depoentes, principalmente dos Secretários Estaduais e Municipais da Fazenda, a maioria desses títulos, ao serem lançados no mercado, têm sofrido um deságio. Até se tem questionado a razão pela qual os tomadores finais não se apresentaram, à primeira vista, para adquirem esses títulos com menor preço ou com menor deságio. Isso, aqui, tenho ouvido muito. Então, a maioria desses títulos têm sido colocados no mercado com deságio.

Sei também que esses títulos – segundo afirmações – têm sido colocados num prazo de três, quatro, cinco anos. Daí, tem um deságio de 15, 19, 20%. Desse valor grande, hoje chegamos numa configuração bastante próxima de cerca de R\$100 milhões de títulos lançados por Santa Catarina, em que o Banco Votorantim lançou no mercado, e que têm sofrido um deságio, pelo que se configura, pelas tranches das letras – como diz o Senador Esperidião – pelos caminhos, de 9 a 10 milhões de deságio. Dá uns 10, 12 ou 15% mais ou menos. É uma parte, graças – eu diria até – pelo esforço, pela diligência

dos meus colegas de Santa Catarina. Acho que isso é sumamente importante no sentido da colaboração para esta Comissão. Isso é uma pequena ponta de um iceberg; estamos descobrindo os deságios. Aliás, se bem que os Secretários de Estado da Fazenda não negam isso, dizem que há um deságio no mercado.

Eu me questiono, e aí já tem se levantado nesta Comissão, por que os tomadores finais não têm se apresentado? No caso dessa cadeia aqui, dos R\$100 milhões de Santa Catarina, e que ocasionou um deságio de cerca R\$9 milhões, tem inclusive a Telos como tomadora final de uma parte. Será que não seria interessante também ouvirmos dos tomadores finais o porquê de eles não terem se apresentado no começo? Ou não sabiam? Por que eles tomaram logo? Por que esse caminho tortuoso todo para se chegar até lá?

Questiono isso, não querendo defender ninguém, Sr. Presidente, nobres Colegas. Em absoluto. Até para tentar entender melhor essa questão. Se Santa Catarina pudesse vender direto, salvaria, quem sabe, e não teria esse deságio, pelo menos dessa parte.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador, a pergunta.

O SR. CASILDO MALDANER – Sei que hoje, Sr. Presidente, embora não se configure que esse deságio tenha sido estritamente em relação à Santa Catarina, mas pelos caminhos mais ou menos fica configurado que, na venda dos títulos, houve esse deságio de mais ou menos esse valor.

Fico triste porque quem recebeu esses valores os distribuiu para várias pessoas, não as conhece – ficou com uma parte e distribuiu. Ficaria, Sr. Presidente, mais triste ainda se, entre essas pessoas contempladas, tivesse alguém do Governo de Santa Catarina. Atentei bem para isso. Ficaria muito mais triste. Assim mesmo, fico triste porque não conhecem todas as pessoas que receberam. Seria bom se eles pudessem esclarecer. Mas ficaria mais triste se pessoas ligadas ao Governo de Santa Catarina estivessem nessa relação. Sem dúvida alguma.

Agora, há que se descobrir isso. Acho sumamente importante para conhecer o mercado do sub-mundo financeiro. Como é que pode? Compra-se num preço e vende-se por outro; e quem perde, geralmente, é a comunidade, é o Estado, é o Município?

Feitas essas considerações, Sr. Presidente, gostaria de perguntar ao depoente, o Dr. Fausto – aliás, ele mesmo declinou que já opera com Santa

Catarina há vários governos, desde o Governo Esperidião, passando pelo Governo Kleinübing, acredito que no Governo do Pedro Ivo e, depois, no nosso; completamos o mandato -, se agora, no Governo Paulo Affonso, se lembra quais foram as operações feitas com o Governo Paulo Affonso, em Santa Catarina, agora? Com quem negociou e qual a impressão que tem das autoridades catarinenses? O senhor tem essa lembrança?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Tenho. Operei. Fiz uma operação, tive uma participação pequena no lançamento das debêntures do BESC e **leasing**, tive contato então com todo o **staff** do Banco, desde o Presidente, o Dr. Fernando até o Dr. Gros, a mesa de operação e todos. E na Invest, que foi um operação totalmente desenhada por nós, que, inclusive, como salientei, foi a primeira SPC feita aqui no Brasil, era um desenho, uma engenharia financeira totalmente nossa, e a impressão que tenho dos funcionários de Santa Catarina é de que são do mais alto nível. O Dr. Marco Aurélio é de uma competência que às vezes chega até aos mínimos detalhes. Todos, tenho profundo respeito pelo Governo de Paulo Afonso.

O SR. CASILDO MALDANER – Pergunto: o senhor participou na emissão ou transação com os papéis de Santa Catarina? Teve alguma participação na emissão, até a sua empresa?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. CASILDO MALDANER – Não tem participado?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, nenhuma.

O SR. CASILDO MALDANER – Sei que já foi muito questionado, mas a coincidência é forte de que o deságio sofrido por Santa Catarina, na **tranch**, nos caminhos da venda inicial até o tomador, foi de 9, 10, 12 milhões.

Não sei se houve isso nos outros casos realizados no Brasil, nesses 2 anos, se são os mesmos caminhos, se o mercado financeiro se aproveita dessa situação e os Estados e Municípios perdem. Mas eu gostaria, se pudessemos ir além, que houvesse colaboração no sentido de se tentar elucidar, porque acho que esse é um exemplo de Santa Catarina: estamos chegando nesse deságio, mas existem os outros.

É costume acontecer isso no mercado financeiro? Ainda há condições de o senhor ajudar a Comissão, declinando quem são essas pessoas que o senhor tem atendido? Pode se lembrar e informar à

Comissão? É comum, no mercado financeiro, o lançamento de títulos, percorrendo várias corretoras?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – A negociação no mercado secundário de título público é perfeitamente normal, o deságio é uma coisa normal e vai variar conforme as condições do mercado.

O próprio Banco Central faz leilões dos seus títulos com deságio e usa, inclusive, o sistema **dealer**. O próprio Banco Central não dá acesso aos leilões que faz dos títulos públicos federais, ele usa o sistema **dealer**.

Acho que a negociação com deságio é perfeitamente normal. Se ele é maior ou menor, vai dizer a condição de mercado. Faz trinta anos que é assim. E, aliás, temos visto deságios agora, em mercado, do mais baixo nível, os deságios estão realmente pequenos. Os próprios Estados citados só fizeram emissão com deságios bem maiores.

O SR. CASILDO MALDANER – O senhor afirma, então, que há outros títulos lançados com deságios maiores do que esses cento e cinco milhões de Santa Catarina, nos quais estamos nos detalhando hoje, durante essas horas, que houve deságio de 9, 10, 12 milhões, mas existem outros títulos com maiores deságios ainda?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, o que afirmo é que houve épocas diferentes do mercado financeiro, onde foram praticados deságios maiores ou menores.

O SR. CASILDO MALDANER – Concluo, Sr. Presidente.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Conceda-me um aparte aqui, Senador?

O SR. CASILDO MALDANER – Pois não.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Quero deixar clara essa questão do deságio: os tomadores finais, nos dias em que os lançamentos são feitos – isso é uma coisa, Sr. Presidente, que acho que está mais do que clara para todos nós aqui... todos os Estados e todos os Municípios deram deságio maior do que o necessário.

Não adianta o mercado vir querer nos dizer diferente – deram deságio maior do que o necessário. E todos eles conseguiram vender e se apropriar desse deságio porque tinha um tomador final.

Aí é que a sequência começa: se o banco, se o fundo de pensão, para não usar nome de banco, é comprador de um título de Santa Catarina, de Alagoas ou de Pernambuco, naquele dia o vetor começa a fazer a passagem. Ele é comprador com deságio de 7%; ele, Banco Vetor, tem o título na outra ponta com deságio de 20%, ele faz a cadeia para

que, no meio, se aproprie de 13% desse deságio. Isso é que foi feito com a IBF e com os títulos de Santa Catarina, por isso a IBF, naquele dia, tinha 9 milhões em um cheque para dar para o Sr. René, para ele pagar a conta de um milhão e oitocentos que tinha que pagar para o Sr. Fausto Solano Pereira.

O SR. CASILDO MALDANER – Em cima disso, perguntaria então ao depoente, que entende do mercado, se isso é costume entre as distribuidoras e corretoras.

Quem vê da primeira, vê até a ponta final, passa pelo que vejo, pelas **tranches**, três, quatro, cinco empresas dessas do ramo. É costume isso? O senhor tem conhecimento sobre se fazem essa combinação?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, o que é costume é que o senhor tem as mesas de operações todas operando, e...

O SR. CASILDO MALDANER – Elas podem ter combinado isso para poder...

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Acho difícil. Não entendo assim o mercado. Entrei no mercado, ele...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Senador Casildo, posso fazer uma intervenção?

O SR. CASILDO MALDANER – Pois não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Acho fundamental que o Senador Casildo Maldaner, que está conduzindo a pergunta de maneira correta, compreenda que, ao lançar esse título, o Sr. Cláudio Mauch não explicou só sobre Santa Catarina. Explicou isso como esse mecanismo. Quem vendeu com deságio não vendeu inopinadamente. Isso não é uma... Aconteceu. Não. Isso é uma programação. Ficaram durante meses ou dias procurando um comprador. Quem era o comprador? Era a Telos, Fundo de Pensão Telos. Bom: – você pode comprar quanto? – Pode comprar dez mil? – Pois é, você vai comprar às 16 horas, porque vou colocar no mercado, às 14 horas, por novecentos; e você vai comprar, às 16 horas, por um mil e quarenta.

Agora, há outras coisas que têm de ser esclarecidas neste momento. O cheque da IBF **Factoring** – consulto o pessoal do Banco Central o que faz uma **factoring** "cetipada". Isso é uma **factoring**. Isso não é uma instituição financeira. Não podia comprar título. Entrou para poder fazer maracutaia. A IBF estava "cetipada", tinha um registro da Cetip, e isso é irregular, porque ela é uma **factoring**, ela não é uma instituição financeira; ela não pode praticar esse tipo de operação; ela não é uma distribui-

dora de títulos e valores mobiliários; ela entrou porque ela é a "laranja". A "laranja" o que é? A "laranja" é que aufero o lucro para poder fazer a distribuição do lucro sem prejudicar a contabilidade de uma empresa que é de mercado.

O SR. CASILDO MALDANER – E o Banco Central não nota isso?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – A IBF entrou não por acaso, ela não ficou sabendo. Nós todos conhecemos o depoimento do Sr. Ibraim. O cheque do Sr. Ibraim, de R\$9.756 milhões, que foi oferecido ao depoente pelo Sr. René, esse cheque foi datilografado na Split.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Na Split, pela máquina IBM.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – E tudo no mesmo dia, no dia 24. E foi datilografado em R\$9.756 milhões – aí a pergunta importante do Senador Romeu Tuma -, porque esse foi o lucro, aproximadamente, auferido pela IBF nessa simulação de operação. Isso é uma simulação. Isso não é uma operação de mercado. Isso não é uma coisa que aconteceu no mercado – um sujeito comprou, vendeu, teve lucro. Não é nada disso. Isso é roubo. Sr. Presidente, isso é um roubo. Isso é colocado no mercado para produzir esse roubo.

Quero aqui consignar como pergunta minha, se o Senador Casildo Maldaner a acolher, como é que, no Código Penal, se classifica quem recebe o produto de um roubo? Antigamente se chamava receptador. O que houve na transferência do cheque de R\$9.756 milhões? Faço essa pergunta: foi ou não foi receptação?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Casildo Maldaner, peço a V. Ex^a que encerre, porque ainda temos dois outros oradores: os eminentes Senadores Eduardo Suplicy e José Serra. S. Ex^{as} acabarão não tendo tempo para as suas perguntas.

O SR. CASILDO MALDANER – Recolho a colocação do Senador Esperidião. Se bem que fico me questionando se isso já é classificar todos os deságios como esse caso de roubo ou se é uma questão de mercado. Alguns dizem que é mercado. Não sei até onde o Banco Central tem atuado. Será que ele não nota esses caminhos todos? Na verdade, eu também não entendo como que, em um dia, sai daqui, passa por três, quatro caminhos e já tem o tomador final. Como é que ele não se apresentou na primeira ponta? E como é que o Banco Central não tem notado isso? Não entendo bem isso. Não sei se classificaria isso já como roubo, ou um roubo que o

mercado financeiro faz para se aproveitar de entidades públicas, como Estados e Municípios. Então, me questiono sobre isso.

No caso, fico triste porque, na verdade, o depoente não conseguiu ainda pormenorizar ou conhecer as pessoas que foram contempladas com esse deságio. Se foram as próprias empresas que recebem por fora – essas distribuidoras – e, para não declarar Imposto de Renda, receberam por fora, uma coisa nesse sentido, ou ficaria até mais triste, para concluir, se, neste caso, na configuração dos deságios dos títulos de Santa Catarina ficasse alguma pessoa do Governo contemplada na relação desses cheques. Aí ficaria muito triste no dia de hoje, sem dúvida alguma.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Está feito o registro.

A Presidência concede a palavra ao eminente Senador Eduardo Suplicy, penúltimo inscrito.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Senador Bernardo Cabral, Sr. Fausto Solano Pereira, no dia 7 de janeiro último, houve eleição para renovação do quadro de Conselheiros da Bolsa. Estava prevista a participação do senhor, porque alguns de seus colegas conselheiros tinham a notícia de sua intenção de ser candidato a Vice-Presidente. É verdade?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Eu era conselheiro da BMF, com mandato de mais um ano. Houve – não nessa época, mas entre setembro, outubro – a cogitação de alguns nomes para a Vice-Presidência e meu nome foi um dos citados. Mas acontece que minhas atividades atuais, que são muito ligadas ao exterior, me obrigam a viagens constantes. Todas as vezes em que fui reeleito para o Conselho – o que muito me orgulho –, aliás, fui muito votado como corretor independente e sempre fui muito prestigiado pela classe. Sentia que este ano ficaria muito difícil para mim ter uma passagem ativa, uma permanência, porque aquela Casa, pela qual tenho o maior respeito e carinho, pois nascemos juntos, precisava que eu comparecesse mais, que desse uma maior contribuição e, este ano, senti que eu não iria conseguir.

Fiz questão de comparecer dia 7 na reunião do Conselho para votar no candidato à Presidência e à Vice-Presidência, demonstrando que, com esse meu ato, não estava absolutamente indignado por não ser o futuro Vice-Presidente da BMF, mas simplesmente não podia continuar no Conselho. Depois da eleição, apresentei minha carta de demissão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Suplicy, permita interrompê-lo. Peço que o depoente informe o nome da genitora.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Helena Solano Pereira.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Obrigado. Continua V. Ex^a com a palavra, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Poderia dizer o tempo que foi conselheiro? Seis anos, é isso?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Cinco anos.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Poderia nos dizer que explicações deu aos seus colegas de Conselho da Bolsa de Mercadorias & de Futuros por que havia preferido não continuar como conselheiro?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Foi exatamente este o esclarecimento que dei ao meu Presidente na época, que eu não poderia, não tinha tempo, inclusive no segundo semestre eu já vinha faltando a algumas reuniões do Conselho daquela Casa, o que nunca fiz nesses cinco anos. Acho que talvez eu fosse um dos conselheiros mais assíduos. Minhas atividades fora do Brasil estavam tomando meu tempo de maneira maior.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Está bem claro, Senador.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Pela explicação do senhor, o Sr. René, que administrava ou ajudava a administrar o escritório do Sr. José Luiz Priolli da Cunha, em Miami, iria pagar ao senhor U\$1,8 milhão, portanto...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pagar não, Senador.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – O Sr. René, ao qual o Senador Vilson se refere, em Miami, absolutamente não conheço. É um René local, uma pessoa daqui, brasileira.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Mas alguém iria lhe pagar a quantia da ordem de um milhão e oitocentos mil?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Exato.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – E alguém que estava no exterior?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, era uma operação e eu ia ser pago em reais.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Iria ser pago em reais.

V. S^a ainda não explicou exatamente à guisa de que esse pagamento foi feito. V. S^a, ou a sua empresa, prestou um serviço a uma pessoa, a uma entidade ou ao Governo de Santa Catarina.

Eu gostaria de saber à guisa de que, por que razão – se V. S^a puder nos esclarecer de forma transparente – esse pagamento lhe foi feito.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Perfeitamente.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Foi por serviço prestado ao Governo de Santa Catarina? Foi por serviço prestado ao Sr. José Luiz da Cunha Priolli, da Negocial? Ou ao Sr. René? Porque a única pessoa que o senhor aqui mencionou, que se relacionou ao senhor para a realização dessa transferência, foi o Sr. René, que se relaciona ao Sr. José Luiz da Cunha Priolli. Mas ainda não consegui saber por que razão lhe foram pagos U\$1,8 milhão, em números redondos, até agora.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Senador, já expus isso no começo do meu depoimento.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Mas não a razão do serviço prestado.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Mas tenho o maior prazer de voltar.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Pois não.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Essa quantia estava na Boasafrá Internacional, que é uma empresa com sede em Cayman.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Certo.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Esse dinheiro estava lá, é um dinheiro dela. Pedi uma transferência não para o Sr. René; pedi uma transferência para o meu advogado, que é o meu trustee.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Permite V. Ex^a um aparte, Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Certo. Pois bem, prefiro, só neste instante, pegar exatamente isso, e em seguida concederei o aparte.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a tem a palavra, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – V. S^a esclarece que tinha U\$1,8 milhão em Cayman e que precisaria transferi-los para o Brasil.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Exato.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Normalmente, essa operação pode ser feita e, normalmente, se for pelo mercado flutuante, se registra no Banco Central e se pagam 6% a 7% de IOF, não é verdade?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Certo, Senador.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Pergunto se a maneira segundo a qual o senhor teve esse pagamento realizado foi uma forma de evitar o pagamento do IOF de 6% a 7%? Ou o senhor pagou o IOF referente a esse pagamento?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador. Essa maneira foi encontrada por ser a de

maior velocidade. Eu tinha necessidade de velocidade nessa quantia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Senador Suplicy...

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Pois não, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Então, podemos estar absolutamente seguros de que, num determinado momento seguinte, ou a sua conta... Senador Suplicy ... Podemos, então, estar seguros de que, num passo seguinte... O Senador Suplicy está chegando, o Senador Geraldo Melo tentou, eu tentei, o Senador Kleinübing... Num determinado momento seguinte, essa ocorrência foi fortuita – repito, foi fortuita, porque no dia 24 de outubro, por coincidência, Santa Catarina resolveu colocar os títulos no mercado, e fez isso graças à Cedro, graças ao Banco Porto Seguro, que ainda estão fazendo um pingue-pongue lá em Santa Catarina, não terminaram de fazer, Senador Suplicy. A operação não está terminada. Desde outubro até hoje, o Estado de Santa Catarina compra e vende, todos os dias, ao Banco Porto Seguro e à Cedro, esses títulos que permitiram esse lucro à IBF. Então, por sorte, por fortuna, graças à clarividência que os faz merecedores de todos esses encômios com que distinguiu os servidores do Governo de Santa Catarina o Sr. Fausto Solano Pereira, ele tem razões para aplaudi-los. Foi o fato de os títulos irem para o mercado no dia 24 que permitiu que a IBF ganhasse esse dinheiro e que esse cheque, providencialmente, caísse na sua mão.

Mas a minha pergunta é a seguinte: ele resolveu o problema de curto prazo, ou seja, de imediato prazo, recebeu U\$1,8 milhão no dia 24 de outubro, por sorte, a sua conta em Cayman – quando é que saíu de lá o milhão e oitocentos mil, já que essa foi uma antecipação?

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – Por favor, gostaria que fosse respondida a pergunta.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Senador Esperidião Amin, não entendo como antecipação. Entendo como uma ordem e houve um pagamento aqui. Agora, quanto aos funcionários de Santa Catarina – que muito prezo; aliás, Santa Catarina sempre teve um alto nível de funcionários públicos -, como o Dr. Nelson Madaleno, que foi o Secretário da Fazenda no seu Governo, que me pediu – ele tinha total confiança em mim -, inclusive em uma operação de ARO, pois V. Ex^a ia para o Japão, que o encontrasse no Aeroporto de Cumbica para V. Ex^a assinar o contrato, porque senão não havia tempo dos contratos chegarem a Santa Catarina. Então,

pedi a V. Ex^a que olhasse o contrato, e V. Ex^a falou-me que, vindo de mim, teria toda a confiança. Quer dizer, sinto que essa confiança, parece-me, mudou.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não estou em questão, nem sabia disso. Peço que seja respondida a minha pergunta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O Senador Esperidião Amin não está em questão. Está em questão a pergunta feita.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Se a importância de R\$1,8 milhão, que entrou na sua conta, foi compensada por um débito na sua conta bancária de Cayman.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Com certeza, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Quer dizer, esse lançamento, podemos estar assegurados que esse lançamento está registrado na conta em Cayman?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Então, um momento. Para aproveitar, há um requerimento, deferido pela Presidência, de autoria do Senador Vilson Kleinübing, pedindo que o Sr. Fausto Solano Pereira encaminhe, se achar conveniente – é apenas uma colaboração –, o extrato da sua conta, em Cayman, Miami, onde fica claro o débito de U\$ 1,8 milhão, ou valor semelhante, na última quinzena de outubro.

O Senador Vilson Kleinübing pede isso apenas para forrar o seu depoimento. Ou seja, é uma contribuição do Senador para a prova do seu depoimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Senador Vilson Kleinübing, e quem foi o destinatário?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O depoente poderá encaminhar isso ao Senador Vilson Kleinübing?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Vou consultar. Aliás, prometi e vou passar o nome, não sei se o Senador já tem o nome do meu advogado, o endereço e o telefone.

O SR. (Não Identificado) – Está em Madri.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Então, vou consultá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência agradece a colaboração dada ao Senador Vilson Kleinübing e à CPI.

O SR. EDUARDO SUP LIC Y – O Sr. Fausto Solano Pereira tem, na sua declaração de bens, o registro da sua empresa em Cayman?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – A minha empresa é perfeitamente legal.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Certo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O depoente já havia declarado isso.

Continua V. Ex^a com a palavra, Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sobre esse R\$1,8 milhão. Pela mecânica do negócio, V. S^a disse que tinha pressa e que por essa forma de remessa rápida, por exemplo, dólar-cabo, se faz a remessa, instantaneamente, mas se registra e paga 6 a 7% de IOF. Portanto, o pagamento pode ser feito mesmo com a remessa a jato. A transferência é normal. Quando se faz uma remessa...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Eduardo Supply, a pergunta ao depoente.

O SR. EDUARDO SUPPLY – V. S^a tem muito mais experiência que eu. Se faço uma remessa daqui para São Paulo ou daqui a Nova York, posso fazer por carta, que é mais demorado, por telegrama ou pela forma mais rápida possível, e agora tem essa forma rapidíssima, quase instantânea. Mas, para quaisquer delas, se paga o IOF devido.

Quero saber se V. S^a, pelo método adotado, pagou o IOF devido, já que a intenção foi trazer R\$1,8 milhão que estavam lá.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Ele precisava de velocidade, conforme declarou.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Ele disse que precisava fazê-lo rápido. E a forma rápida existe.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Da maneira que foi feito, havia necessidade de velocidade do recurso.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Certo. E foi pago o IOF?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Senador, isso não foi pago.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Isso se relaciona a uma preocupação desta CPI, porque desde que ela se iniciou, uma série de operações foram descritas, tanto aqui quanto pela imprensa, sobre a forma segundo a qual se realizam, através e usando-se a Bolsa Mercantil & de Futuros, as denominadas operações de "esquenta e esfria", descritas sinteticamente assim: uma pessoa recebe certa quantia, seja pelo narcotráfico, seja pelo jogo do bicho, seja pelo tráfico de armas, operações normalmente ilegais, em grande quantia, mas a pessoa precisa de alguma forma dar origem a isso. O que nos foi explicado pelo operador da Bolsa Mercantil & de Futuros é que ela é utilizada exatamente com essas operações de

letras financeiras de Estados e Municípios. Pergunto a V. S^a se, como conselheiro da Bolsa Mercantil & de Futuros, atento ao que está saindo na imprensa nesses dias, se deu conta disso? Se isso está sendo objeto da consideração dos conselheiros, dos seus ex-colegas? Se a Bolsa Mercantil & de Futuros, à luz do que esta CPI está revelando, vai tomar algumas atitudes para evitar – a Receita Federal que está atenta ao que se passa aqui – que haja o não-pagamento. O resultado dessas operações de "esquenta e esfria" é que ao invés de a pessoa pagar, digamos, 100 de imposto de renda devido, paga apenas 10% de imposto de renda devido. Pergunto se, em respeito ao interesse público, V. S^a, que neste caso evitou que fosse pago o IOF devido, poderia colaborar conosco fazendo uma recomendação ao próprio conselho a que pertenceu sobre como evitar esse procedimento de não-pagamento do imposto de renda devido.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – A minha corretora está à disposição, com todas as operações em aberto, desta CPI. Tenho o maior carinho e admiração pelos profissionais da BM&F. É uma casa seriíssima, é uma casa do mais alto nível mundial, porque se trata da terceira bolsa do mundo. Ela não transaciona títulos estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Então, não procedem as restrições feitas?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Acho que o Senador foi mal informado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O Senador Eduardo Supply continua com a palavra.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Só um minuto. Eu tenho certeza absoluta de que tanto os profissionais da casa como a presidência da BM&F estão à inteira disposição para dar qualquer esclarecimento a esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O registro fica feito nos Anais.

Continua V. Ex^a com a palavra, Senador Eduardo Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Insisti, sem errar o nome agora do Sr. Secretário Paulo Prisco Paraíso; o senhor parece que deu a entender que andou de helicóptero com ele até a Cidade de Deus. Quero saber se o senhor realmente confirma isso.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Senador, sinceramente, tive reuniões com o Secretário Prisco Paraíso, mas não me recordo agora se fui com ele no mesmo helicóptero ou se fui depois. Sinceramente, não me recordo. Não vejo a importância...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador, é irrelevante realmente a pergunta. Vamos observar a pertinência com a matéria.

V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. EDUARDO SUPPLY – A data desse cheque de R\$9,8 milhões foi 10 de outubro do ano passado, uma semana após o primeiro turno das eleições municipais, uma época de grande movimentação política, de campanha eleitoral intensa. V. S^a sabe se qualquer dos pagamentos feitos em todos 54 cheques teve alguma relação com a campanha eleitoral?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Absolutamente, não sei.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Foi 24 de outubro, portanto...

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não tenho a menor idéia, Senador. Infelizmente, não posso...

O SR. EDUARDO SUPPLY - V. S^a, no último semestre, esteve em Parati algumas vezes, ou alguma vez?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Parati?

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sim.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Não, Senador.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Está bem.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Eu tinha uma casa em Ilha Grande, em Angra dos Reis.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Certo. A sua empresa participou de lançamento de debêntures de uma empresa do Governo do Paraná em 1996?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Leasing do Banco do Estado.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Perguntei se alguma de suas empresas participou do lançamento de debêntures de empresa do Governo do Paraná, no ano passado.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – O Boasafra foi coordenador de três lançamentos de debêntures do Banestado.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Certo. Poderia precisar os meses dessas operações, aproximadamente?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Eu posso encaminhar ao senhor...

O SR. EDUARDO SUPPLY – O senhor participou dessas negociações?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Fui um dos coordenadores, junto com um pool de bancos.

O SR. EDUARDO SUPPLY – E o senhor sabe que a IBF participou dessas negociações e auferiu lucros de R\$2,3 milhões?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – A IBF nunca participou de negociação com a gente.

O SR. EDUARDO SUPPLY – O senhor costuma utilizar telefone celular?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Costumo.

O SR. EDUARDO SUPPLY – O senhor poderia fazer o favor de informar à CPI o número do seu celular?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – 982-5945, São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Senador José Serra, como último Senador inscrito.

O SR. ROMEU TUMA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pela ordem, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ROMEU TUMA – Apenas se puder colaborar com o pedido que o Senador Kleinübing fez, se o depoente tem procurador para movimentar a conta na ilha Cayman, para ver se esse dinheiro podia ser sacado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Ele tem um sócio lá. Ele já declarou isso.

Senador José Serra, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ SERRA – Antes de mais considerações, Sr. Presidente, queria fazer algumas perguntas diretas ao depoente.

Quem administra a Boasafra Internacional, nas Ilhas de Grand Cayman?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – É o meu advogado, um trustee.

O SR. JOSÉ SERRA – Quem é o advogado?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Juan Onatin(?).

O SR. JOSÉ SERRA – Desde Miami.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Supply, V. Ex^a poderia sentar na outra cadeira para...

O SR. JOSÉ SERRA – Qual o volume mensal médio de receitas da Boasafra Internacional?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – É muito pequeno. Ela começou há muito pouco tempo. Realmente, é uma empresa que, basicamente, não podia contratar consultores internacionais.

O SR. JOSÉ SERRA – V. S^a dispõe dos dados relativos a volume mensal médio?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Também não tenho uma periodicidade mensal.

O SR. JOSÉ SERRA - Por isso, perguntei o médio.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Entendi, Senador. É uma empresa que está há pouco tempo, mas posso ver, não tem o menor problema.

O SR. JOSÉ SERRA – Qual é a atividade operacional que gera receitas para a Boasafrá Internacional? Porque contratar consultores não gera receitas.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Se os consultores gerarem lucro, sim, Senador.

O SR. JOSÉ SERRA – Então, ela não apenas contrata consultores, ela é contratada?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, normalmente ela contrata e prestamos os serviços. E os serviços são, normalmente, com cláusulas de sucesso. Se ela tiver sucesso na sua empreitada, vai receber por-isso.

O SR. JOSÉ SERRA – V. S^a pode dar um exemplo de um contrato?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA - Posso. Da American Energy Systems – AES, que agora há pouco tempo foi um dos compradores da Light.

O SR. JOSÉ SERRA - A Boasafrá Internacional prestou assessoria?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Exato, Senador.

O SR. JOSÉ SERRA - A Boasafrá Internacional prestou assessoria?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Exato. Quando a AES veio para o Brasil, passou a ser a Boasafrá nacional a prestar...

O SR. JOSÉ SERRA – Isso gerou uma receita?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Também gerou uma receita.

O SR. JOSÉ SERRA – Qual é o valor total do investimento na Boasafrá Internacional?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – É muito baixo. Foi aberto um capital mínimo de... Muito insignificante.

O SR. JOSÉ SERRA – O investimento, no exterior, da Boasafrá, foi registrado no seu Imposto de Renda?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – É legal, não há o menor problema, Senador.

O SR. JOSÉ SERRA – Não perguntei se há problema, perguntei se foi registrado no Imposto de Renda.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Acho que sim, Senador.

O SR. JOSÉ SERRA – Acha?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Acho.

O SR. JOSÉ SERRA - Como é que a Boasafrá gerou 1,8 milhão de reais, ou de dólares, praticamente, nesse período, sendo uma empresa de baixo investimento?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Houve também remessa para ela. Eu tentava fazer também uma operação, uma participação numa empresa americana. Houve, foi feita uma remessa de 500 mil, uma vez. Essa quantia não era só lucro dela. Também houve remessa para ela.

O SR. JOSÉ SERRA – Remessas suas?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Minha. Particular.

O SR. JOSÉ SERRA – De que conta para que conta?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Cabo aqui contra dólar lá, Senador.

O SR. JOSÉ SERRA – Cheques seus de que banco?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Bradesco.

O SR. JOSÉ SERRA – Bradesco. Isso não aparece, Relator, no exame da quebra do sigilo bancário?

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Nesse período de 30 dias, que é o período em que ele distribui os R\$9.756 milhões, não. Mas podemos aprofundar isso.

O SR. JOSÉ SERRA – A propósito, Sr. Presidente, creio que é importante uma ampliação do período de análise dos cheques do deponente e da corretora. Ao mesmo tempo, aproveitando, que se investigue o destino dos cheques assinados pelo deponente, aqueles 54 cheques, que foram com base na sua conta do Bradesco. Uma vez que ele não conhece a maioria, os cheques poderão informar onde essas pessoas receberam...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Que conta pagaram.

O SR. JOSÉ SERRA – Que conta pagaram e tudo o mais. Ficará, parece-me, automático que se levantará o destino desses recursos.

Outra pergunta: que prováveis funcionários na sua empresa receberam as instruções sobre os cheques a serem feitos com base nos recursos depositados pela IBF e entregaram, posteriormente, os cheques.

Fico pensando o seguinte: se estou no meu escritório, assino cheque, não é preciso que seja de 40 milhões, pode ser de 4 mil, não é preciso que seja de 10 milhões, pode ser de R\$4 mil, dou uma instrução: tem que haver um nome, tem que haver alguém que entregue e alguém que receba, com protocolo. Alguém tem que ter dado o nome. É impossível, não há a menor condição de deixar o cheque com alguém e dizer: Olha, alguém vai passar para pegar. Porque aí qualquer outro poderia pegar e levar os cheques embora. Isso daria uma tremenda confusão.

Quem são os funcionários, na sua empresa, que provavelmente podem ter feito essa entrega?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Senador, como disse, esses cheques eram todos cheques nominativos. Quer dizer, eu não tinha essa preocupação de que os cheques poderiam ser desviados. Tive instrução para que fosse feito assim. Deram-me uma lista com os valores na frente e com os dias. Foi feito e ficou na portaria da minha empresa e passou um **boy** e levou.

O SR. JOSÉ SERRA – Quem trabalha na portaria?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – A recepcionista.

O SR. JOSÉ SERRA – Sabe o nome dela?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Sei. Dê-me só um segundo.

O SR. JOSÉ SERRA – Sr. Presidente, eu solicitaria, também, que a Polícia Federal interrogasse essas pessoas, tal como foi feito com o **boy** da Split, e tudo o mais. A pessoa, certamente, dará algum elemento.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O requerimento de V. Ex^a está deferido. O Senador Romeu Tuma tomará as providências junto ao delegado competente.

Continua V. Ex^a com a palavra

O SR. JOSÉ SERRA – Sr. Presidente, o depoente disse, há pouco, numa outra resposta, que não sabia com que banco operava nas Ilhas Cayman, que isso é esquema dos **trustees**, que nós sabemos. Confesso que, apesar de estar envolvido em questões econômicas, não sei como isso opera. Acredito que boa parte dos membros da Comissão não sabem.

Gostaria que o depoente explicasse como pode ter uma empresa funcionando num paraíso fiscal e sequer saber o banco com que essa empresa opera.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Senador, na maioria dos casos que conheço, não há necessidade, inclusive, de eu ter uma conta minha.

O meu **trustee**, que cuida dos meus investimentos, que cuida das minhas contas, administra dentro de um (?), como se fosse um fundo. Eu tenho uma conta corrente minha com ele. Isso é perfeitamente normal, Senador.

O SR. JOSÉ SERRA – Em que banco uma conta corrente com ele?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Isso que informei, ligamos para lá, ele não estava, mas com quase certeza o Swiss Bank Corporation de Cayman Island.

O SR. JOSÉ SERRA – O senhor não sabe qual é o banco com que a sua empresa operava? Não estou perguntando se o senhor acha relevante. Estou perguntando se o senhor sabe.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Eu sei. Tanto é que eu liguei. Vamos ter certeza disso. Assim que eu conseguir falar com o meu advogado. Se não, a Comissão também está entrando em contato com ele.

O SR. JOSÉ SERRA – Sr. Presidente, eu queria fazer uma consideração e um apelo a V. Ex^a, ao depoente e ao Relator, para que compartilhassem essa idéia.

Creio, Sr. Presidente, que, no mínimo, essa questão aqui... Não estou me referindo à questão de Santa Catarina. Parece-me que, realmente, os recursos depositados na conta do depoente pela IBF são os recursos de Santa Catarina. Pode ser até que ele não saiba, mas são os recursos de Santa Catarina, por datas, volume e tudo o mais. Essa é uma questão.

A outra é o que é que pode ter acontecido, digamos o grau menor de comprometimento por parte do depoente. Trata-se de uma operação, simplesmente, de doleiros.

O depoente quis trocar dólares, no caso dele U\$1,8 milhão. Fez a operação, procurou ganhar um ou dois dias, porque se o advogado lhe mandasse um cheque de U\$1,8 milhão, ele preferiria. Mas isso demoraria mais tempo. Ele não tinha recursos, mandou o bloco e ele fez o repasse, a outros, de dólares. De pessoas que foram trocar no doleiro. Montou-se uma operação, com algum cérebro, e ele repassou para as pessoas que trocaram dólares, evitando-se o IOF.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Comprou dólares.

O SR. JOSÉ SERRA – Não. As pessoas trocaram. Trata-se de venda de dólares, no caso.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Ele deu o cheque e as pessoas deram os dólares. Ele converteu os R\$9 milhões.

O SR. JOSÉ SERRA – Mas pode ter sido feito através de um doleiro.

Essa é uma hipótese, nobre Relator. É a menos comprometedora para o depoente.

Ele simplesmente foi trocar dólares que tinha, no exterior, num paraíso fiscal, que é usado para isso. Na verdade, menos para operações e mais para esse tipo de transações. Não acredito que a questão da consultoria seja importante. É uma prática comum a utilização desses paraísos fiscais para isso.

Então, foi a um doleiro ou algo do gênero, trocou e foi enviado para ele. Só que ao invés de darem o cheque de R\$1,8 milhão, deram um cheque global e ele aceitou, para efeito de tempo. Nessas questões de mercado, o **float** de 1 ou 2 dias tem importância. Ele pegou e acabou sendo intermediário de uma operação de venda de dólares.

Eu acho, Sr. Presidente, que é, no mínimo, o que aconteceu.

Para o depoente é o melhor caso, digamos. Porque a história contada aqui é absolutamente implausível. Isso gera, inclusive, má vontade. Vai gerar para o depoente, posteriormente, inclusive, problemas de natureza penal.

Todos os Senadores aqui presentes estavam concordando que o depoente poderia ser enquadrado em falso testemunho pela própria CPI. Poderíamos até enveredar por esse caminho.

Essa operação de troca de dólares, embora ilegal, sendo uma contravenção, é o esquema mais inocente do qual o depoente poderia ter participado.

Queria fazer um apelo, Sr. Presidente, através de V. Ex^a, através do Relator, para que o depoente pensasse se não seria o caso de confirmar isso. Porque isso, no mínimo, dá coerência, digamos, à história. E nós poderemos ver os destinatários, poderemos ver todo o resto.

Mas é evidente que essa operação toda tem um cérebro. É sofisticada, alta tecnologia, na entrada e na saída. Porque, imaginem: vimos o Ibraim fazendo aqui quarenta e tantos cheques, não é? Duzentos e tantos cheques, agora mais cinquenta e quatro. Tem que ter alguém que coordena tudo isso. Como não é a mão invisível do mercado – no caso não tem mão invisível -, isso é um cérebro. Está certo? O que numa economia de mercado é resolvido

pelo mercado, aqui não; aqui é um planejamento sofisticado.

Queria fazer um apelo ao depoente, porque ele vai se enrolar cada vez mais. De repente...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Sem dúvida, vale a pena colaborar com V. Ex^a.

O SR. JOSÉ SERRA – ... essa operação pode trazer um prejuízo e ele vai se enrolar. Qual é o nosso interesse? Em tendo elementos novos... Porque o que nós queremos saber é para onde foi o dinheiro dos contribuintes de Santa Catarina, de São Paulo, de Pernambuco, de Alagoas, de todos os lugares. Estamos interessados nisso.

A questão da troca de dólares, da não-troca de dólares, disso, daquilo, pode ser problemas de autoridades do Executivo, do Judiciário, do Ministério Público. Elas vão tomar providências. Para nós, interessa é ir avançando.

Estou raciocinando, se me permite. Não conheço o depoente, mas ele tem uma atividade empresarial longa; é um homem que tem filhos, sabemos que é pai de uma criança pelo menos, não sei se tem mais filhos; tem um certo nome no meio empresarial. Então, penso que o melhor aqui – sinceramente, Sr. Presidente, usando uma expressão pouco comum – é que ele se abra. Porque, digamos, acabou entrando, na melhor das hipóteses, na chamada fria. E tem aqui os nossos competentes Senadores de Santa Catarina investigando, tem a nossa Senadora do Rio Grande do Sul, o Senador Suplicy, o nosso Romeu Tuma, o nosso Relator – todos conhecem a sua capacidade ofensiva na investigação.

O melhor seria – se for necessário inclusive uma reunião secreta, nós a faremos -, o importante aqui é avançar. Do contrário, não ajuda a CPI e vai se enrolar muito mais, porque a história é inteiramente implausível. Imaginem essa história amanhã na mão da imprensa! Isso é uma brincadeira. Os jornalistas lá estão, do ponto de vista da chamada demanda efetiva keynesiana, em exaltação, porque é uma história, realmente, inteiramente implausível, infantil até.

Quer dizer, como é possível passar 1,8 milhão, 9 milhões, não se conhece, o sujeito vai pegar... Essa história não tem cabimento. Realmente, olha, Dr. Solano, não tem cabimento. Então, o melhor é realmente dizer o que aconteceu, porque, do contrário, o senhor acabará envolvido inclusive em coisas mais pesadas com o dinheiro público de Santa Catarina e tudo o mais, que, de repente, não aconteceram. Não estou dizendo que não aconteceram, mas, de repente, não aconteceram.

Penso que os Senadores de Santa Catarina endossam o que eu aqui estou colocando, não obstante evidentemente o interesse, que não é só deles. Aqui ninguém atua. É claro que cada um – ninguém nasce no Brasil; o sujeito nasce num Estado e num município – conhece mais as coisas do seu Estado. Mas esta CPI – queria dar este testemunho – está sendo movida com base em critérios do interesse público geral. Estou interessado no caso de cada Estado, de cada cidade.

Portanto, o depoente acabará se enrolando muito mais. Isso é uma coisa que não acaba e poderá arrastar gente ligada a ele nos negócios, ligada familiarmente. Isso vai arrastando, porque, cada vez que se levanta uma coisa, aparecem outras que não têm nada a ver. É como batalha naval na escola. Não sei que idade tem o depoente, mas eu brincava, quando ia à escola, numa aula chata, de batalha naval. De repente, perseguia-se o encouraçado, pegava-se uma corveta, não é? O depoente tem que pensar nisso, ele pode...

Há várias outras coisas. Por exemplo, nós vamos olhar todos os cheques, vamos olhar para trás, vamos olhar essa história de Cayman. Isso não vai ficar assim. Vou propor ao Senador Tuma, a caminho de Nova York, para que pare em Cayman. É evidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador José Serra, a Presidência indagou do depoente se queria responder, transformando a sessão em secreta. O depoente disse que não há necessidade, que vai responder a V. Ex^a o que ele tiver para dizer.

Tem a palavra, Dr. Solano.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Sr. Senador, acho que, desde o meu primeiro depoimento nesta Casa, deixei bem claro que realmente era uma operação...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Desde o primeiro depoimento não, desde o início deste depoimento, porque este é o primeiro.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Desculpe, Senador. Exato, é o primeiro.

Desde o começo deste depoimento, deixei claro que era uma operação de moeda e que esse valor de 1,8 me pertence.

Concordo plenamente com V. Ex^a e acho até que a expressão que V. Ex^a usou é corretíssima. Provavelmente, provavelmente não, eu entrei numa fria! Agora, V. Ex^a há de convir comigo, Senador, que, absolutamente, com essa experiência, eu jamais depositaria na minha conta privada se não tivesse absoluta certeza do meu cheque, do dinheiro

que é meu. É uma coisa totalmente lícita. Eu só tenho uma conta em banco brasileiro, só tenho um talão de cheque.

O SR. JOSÉ SERRA – Mas por que essa absoluta certeza? Um cheque da IBF?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Mas eu não sabia, Senador.

O SR. JOSÉ SERRA – Mas, veja bem, por que absoluta certeza? Como é que V. S^a se sujeitou a ser intermediário de doleiro? Um empresário do Conselho da Bolsa de Mercadorias & de Futuro? O que eu lhe perguntei foi se realmente é um esquema de doleiro. V. S^a sabe que é e devia saber que era.

A SR^a EMILIA FERNANDES – Senador José Serra, permite-me um aparte?

O SR. JOSÉ SERRA – Um aparte sem prejuízo da pergunta já formulada.

A SR^a EMILIA FERNANDES – Eu apenas lembraria parte do depoimento, quando inclusive questioneei o depoente sobre toda a maneira como se deu, inclusive sobre o fato de preencher cheque e mandar cheque e não saber de quem recebeu uma relação de nomes. Enfim, quando perguntei ao depoente como ele se sentia, se ele fez todas essas transações de forma consciente ou não, ele afirmou que fez tudo de forma consciente e, agora, neste momento, declara que entrou numa fria, quer dizer, coloca-se numa situação como se tivesse sido utilizado. Mas lembre que ele já afirmou aqui, hoje, que fez tudo de forma consciente – palavras dele.

O SR. JOSÉ SERRA – Senadora Emilia, se ele reconhece que foi uma fria, vamos ficar com a última afirmação feita. Então, eu voltaria...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a tem a palavra, Senador.

O SR. JOSÉ SERRA – Como é que podia ter certeza?

O que eu queria era que o depoente respondesse realmente se a operação que descrevi aqui não é o que efetivamente aconteceu: o depoente foi trocar dólar e não pôde receber diretamente aquilo; acabou recebendo mais sobre o compromisso de repassar de outras pessoas que trocaram dólar.

É um esquema de doleiros ou não?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Senador, no começo do meu depoimento, foi exatamente isso que foi dito.

O SR. JOSÉ SERRA – Foi isso que o senhor disse? Não!

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Foi, Senador.

O SR. JOSÉ SERRA – Não, que é um conjunto de operação de doleiro, não!

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Mas eu também não sei se era um conjunto de operação. Não posso afirmar sobre os outros cheques, absolutamente. Mas que é uma operação de transferência de moeda, não tenho a menor dúvida, Senador.

O SR. JOSÉ SERRA – Sr. Presidente, perdoe-me em insistir. Se um advogado lhe fala: "Olha, você vai receber um cheque maior – ou esse tal de René – e vai repassar uma parte desses cheques para outros".

Ora, V. S^a sabe que, entrando numa conta bancária, é algo que está sujeito à Receita Federal; é um recebimento e um pagamento.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Sim.

O SR. JOSÉ SERRA – Isso não transita por uma conta; isso tem que ser declarado, inclusive, o que é inteiramente irracional. Quer dizer, são oito milhões, que, na verdade, não tiveram nada a ver e sobre os quais será perguntado a que transação serviram. Portanto, isso tem um custo.

O depoente não sabia que se tratava de uma operação de troca de dólar, que podia ser tráfico de drogas, podia ser qualquer coisa do gênero.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Senador, primeiro eu não sabia que era esse volume.

O SR. JOSÉ SERRA – Quando chegou, viu que era esse volume.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, não chegou, foi depositado em minha conta.

O SR. JOSÉ SERRA – É claro, foi depositado. Eu soube disso.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Então, mas não chegou. Quando eu soube, realmente fiquei perplexo com o volume, mas a coisa já tinha acontecido.

O SR. JOSÉ SERRA – E aí não perguntou ao seu advogado do que se tratava, esse Juan do que mesmo?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Juan Onatin(?). Não, mas ele não tem nada com essa operação. Ele fez uma remessa, foi o que pedi e era o que tinha na minha conta.

O SR. JOSÉ SERRA – Mas ele não fez a remessa, o dinheiro saiu da IBF. O advogado não fez a remessa, o dinheiro foi da IBF. Por isso a minha hipótese é a de que se trata de um doleiro, porque não houve a remessa. Não houve remessa. Qual remessa? "Me manda tanto", e, de repente, chega um cheque da IBF. O senhor deve ter telefonado e perguntado: "que história é essa? Chegou um cheque

de 9,8 milhões de uma IBF – sai no cheque quem mandou. O que eu faço com isso?"

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Qual o esclarecimento?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Senador, foi ligado; no começo da minha declaração me ligou e me falou que tinha 1,8 milhão para mim. Só que neste dia tinha sido uma pressão de compras de moeda e ele estava sem poder desdobrar o cheque. Perguntou se eu poderia receber o cheque a maior e depois devolver. Primeiro fui saber de quem era, e ele falou que era de uma **factoring**. Falei que gostaria de compensar o cheque.

O SR. JOSÉ SERRA – Ou seja, o seu advogado, no mínimo, era um enlace na operação da **factoring**, por sua vez, monitorada pela Split, com o dinheiro dos títulos. Como ele sabia que era da IBF?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Absolutamente. Quem ligou foi uma pessoa chamada René, aqui do Brasil. Não tem nada a ver com o meu advogado lá.

O SR. JOSÉ SERRA – Como o advogado mandou para o René?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Fez uma remessa de cabo. Agora, como...

O SR. JOSÉ SERRA – Sr. Presidente, inclusive, eu gostaria de pedir providências também da Comissão no sentido de que...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Atenção para o pedido do Senador José Serra.

O SR. JOSÉ SERRA – ...no sentido de que a Interpol – não sei qual a figura no caso – possa interpelar esse advogado em Miami. Devemos fazer contato com as autoridades policiais dos Estados Unidos ou com a Interpol. O Senador Romeu Tuma já foi da Interpol. Essa é típica ação da Interpol.

Quero chamar a atenção para o fato de que seu advogado não pode aqui falar, ele está apenas lhe dando suporte psicológico, digamos assim. Se V. S^a não abre o jogo, o que acontecerá é que terá sua vida investigada toda para trás, para adiante e todas as inter-relações. Pode até haver coisas que não tenham nada com isso – e provavelmente não terão, é a história da batalha naval -, mas que vão acabar entrando. Não é vantagem para o depoente, nem para a CPI, porque esse não é o nosso interesse. Mas, uma vez aparecendo os problemas, não podemos nos inteirar de irregularidades, mesmo que não seja objeto da comissão, sem nos aprofundar. Então, isso vai complicar.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador José Serra, devo lembrar ao depoente que

existem três Subprocuradores-Gerais da República, dois dos quais estão presentes, assistindo a esse depoimento.

O SR. JOSÉ SERRA – Está a Receita Federal, estão todos atentos; está o Banco Central. É uma investigação poderosa. Não há talvez no Brasil um instrumento tão poderoso de investigação e de interrogatório do que este da CPI. Reconheço, inclusive me intimida muito, é muito poderoso.

Para nós, o que interessa? Chegar rapidamente à conclusão dos nossos trabalhos. Se o depoente facilita isso, dizendo a verdade, está cumprindo o papel dele. Outro problema é que pode haver multa da Receita, isto e aquilo. Evidentemente, terá alguma coisa. Mas, para nós, isso não é fundamental. O fundamental é chegar ao término da investigação, e o depoente não cooperou em nada com esta Comissão. Montou uma história que é implausível.

Olha, realmente duvido que alguém aqui – talvez tenhamos mais de 70 pessoas e podemos fazer uma pesquisa anônima, sem identificação, para ver se alguém acreditou – tenha acreditado. Nem a tataravó da velhinha de Taubaté acreditaria nisso.

O SR. EDUARDO SUPPLY – V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOSÉ SERRA – Sim.

O SR. EDUARDO SUPPLY – V. Sª o depoente, Fausto Solano Pereira, explicou que tem o maior respeito e confiança no avô de seu filho, Lázaro Brandão. Estive pensando que tanto o seu filho, seguindo o apelo que V. Exª fez, como inclusive o próprio Presidente do Bradesco, Lázaro Brandão, neste instante, devem estar assistindo e torcendo para que V. Sª atenda ao apelo do Senador José Serra e contribua, no interesse público, para o desvendar completo da verdade.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Dr. Solano, o que o Senador José Serra deseja é que ele vislumbra que o senhor possa estar querendo proteger alguém, sem necessidade dessa proteção, porque isso pode lhe trazer prejuízo. É isto que o Senador José Serra quer que fique bem claro: não deve existir prejuízo para o senhor em benefício de uma outra pessoa que não deve ser beneficiada em nada. É isso, Senador José Serra?

O SR. JOSÉ SERRA – Eu tenho impressão de que V. Exª, Sr. Presidente, o Relator e todos aqui concordamos com este apelo. Pergunto se a Comissão subscreve.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Sem dúvida. Cabe ao depoente, Senador José Serra.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Senador José Serra, eu, absolutamente, não estou acobertando ninguém. A minha história, se parece inverossímil para os senhores, peço perdão, mas é também a excelência da verdade. A minha vida profissional está à inteira disposição para ser examinada. Tenho o maior orgulho da minha vida passada profissional e também das minhas coisas. Portanto, sinto-me muito à vontade para ser investigado, ainda mais com esse rigor.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador José Serra, acho que não adianta mais nenhuma indagação, suponho, por parte de V. Exª, à vista da afirmação que acaba de fazer...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Eu só queria, como Relator...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não, vou garantir ainda a palavra ao Senador José Serra, se ele desejar fazer ainda fazer alguma pergunta.

O SR. JOSÉ SERRA – Terminei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Retorno a palavra ao eminente Sr. Relator, Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Eu só queria, como Relator, trazer alguns fatos ao conhecimento da CPI.

O Sr. Fausto Solano Pereira, CPF nº 391.200.318-15, teve uma penalidade de inabilitação permanente em 09/07/80, PA 370.069.067/79, convalidada pelo Conselho Monetário Nacional em 26/08/81 em inabilitação temporária por cinco anos.

Inabilitação temporária por três anos em 25/06/90 – PP 7772006/89, ratificada pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional em 08/06/93.

Em 13/10/93, foi concedida pela Juíza Federal da 1ª Vara liminar sustando, até decisão final da ação principal, os efeitos da citada decisão administrativa.

O Sr. Fausto Solano Pereira é também diretor da Gave-DPVM, que ele esqueceu de descrever entre as suas empresas, que está em liquidação extrajudicial.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não conhece?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não conheço.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Ele está dizendo que não conhece, Senador.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Bom, o proprietário da empresa é o Sr. Fausto Solano Pereira, CPF nº 391.200.318-15.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Desconheço completamente.

O SR. JOSÉ SERRA – É outra fria.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – É sócio-gerente do Banco Stockler-Dime, atual Banco de Crédito Metropolitano; diretor-presidente do Banco Dime S.A., atual Banco de Crédito Metropolitano S.A., em períodos diversos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Confirma?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Sr. Senador, sobre o Banco Metropolitano, o então Banco Stockler-Dime, Banco Dime, hoje Banco Metropolitano, acho que já dei o devido esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Aquele dos seis anos...

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Exatamente. Já dei esclarecimentos. Eu gostaria de saber do Banco Central por que não respondeu nesses seis anos.

Sobre essa distribuidora Gave, sinceramente não sei do que se trata. E sobre a minha pena, estou **sub judice**. Suspendeu. Estou **sub judice** e não vou discutir por que ela está **sub judice**.

O SR. PEDRO SIMON – Mas não é de se honrar disso, não é? O senhor disse que tem honra do seu passado...

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – E tenho, Senador.

O SR. PEDRO SIMON – Está **sub judice**. Quem está **sub judice** não há de se honrar; há de estar meio **sub judice**. (Risos.)

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, algumas outras informações que acho fundamentais para encerrarmos esse período da audiência da testemunha.

O Sr. Fausto Solano teve relações diretas com os Governadores do Paraná e de Santa Catarina ou não os conhece, nunca falou com eles?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Sim, conheço-os e tive contato direto.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Direto, quando lançou as debêntures do Paraná?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Quando coordenou as debêntures do Paraná?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – E com o Governador de Santa Catarina, em razão do lançamento das debêntures de Santa Catarina?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não, senhor. Apresentamos ao Governador e aos Secretários o Invesc, esse projeto de Invesc.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Apresentou o projeto do Invesc.

E a relação com o Governo do Paraná se deu em que circunstância?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Deu-se em Palácio, com o Governador, onde propúnhamos, junto com outras instituições financeiras, que fosse feita uma operação, semelhante com Santa Catarina, que seria um SPC, lastreada em ações da Copel.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O deposite tem um concunhado chamado Sinésio?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Não.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Dono de uma fruticultura em Sergipe?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Fruticultura? Não.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Vendida ao mesmo grupo que comprou o Banco Dime?

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Desconheço totalmente.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Se nenhum de V. Ex^{as} quiser mais fazer perguntas, vou colocar em votação o requerimento do eminente Senador Eduardo Suplicy.

O Senador Eduardo Suplicy dirige à Presidência este requerimento:

"Requeiro, nos termos regimentais, seja determinado ao Banco Central do Brasil a realização de ação fiscalizatória especial junto à Boasafra DTVM. Tal solicitação tem por objetivo a obtenção, pelo Bacen, com a ajuda da Polícia Federal, de documentos referentes a operações com cheques da IBF Factoring e outros relativos a operações com títulos públicos, objeto de investigação desta CPI."

Em votação o requerimento de autoria do Senador Eduardo Suplicy.

Se nenhum de V. Ex^{as} se manifestar contrariamente, considero aprovado e determino à Secretaria que tome as providências devidas.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Presidente, mais um requerimento da Relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Mais um requerimento do eminente Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O depoente fica devendo para a CPI o nome e o número da conta do seu banco nas Ilhas Cayman.

Em razão da inconsistência do depoimento, quero requerer, através de V. Ex^a, a esta CPI que o depoente seja impedido de sair do País, salvo com um contato direto à Polícia Federal, que submeterá o pedido a esta Comissão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Sobre o assunto?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Então, V. Ex^a aguarde, porque vou colocar em votação o requerimento que será devidamente formalizado.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Sobre o assunto, Senador? Se não é sobre o assunto, vou colocar em votação o requerimento. Após, dar-lhe-ei a palavra.

Os Srs. Senadores que estão de acordo com o requerimento do eminente Senador Roberto Requião queiram permanecer sentados. (Pausa)

Aprovado.

O eminente Senador Romeu Tuma tomará as providências necessárias, que, suponho, são completamente dispensáveis porque o depoente...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – ...está presente e tomou ciência da resolução da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – ...está tomando ciência.

Com a palavra o eminente Senador.

Há necessidade da presença do depoente ou é assunto...?

O SR. EDUARDO SUPPLY – Para mim, sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Assunto interno e rápido.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Mas é que o Senador Eduardo Supply tem um assunto relativo ao depoente. Se V. Ex^a permitir...

Concedo a palavra ao Senador Eduardo Supply e, a seguir, ao Senador Esperidião Amin.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sr. Presidente, eu pediria que fossem mostradas essas duas operações relativas a títulos do Paraná, pois V. S^a men-

cionou que não conhecia o fato de que a IBF tivesse feito transações com títulos do Paraná.

Pergunto se essas transações, à época, referem-se àquelas que a sua empresa ajudou a emitir, quando foi coordenador. E explico a razão da pergunta.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPPLY – A soma dessas duas operações coincide exatamente com o montante de um milhão e oitocentos, conforme V. S^a pode notar. Há uma certa coincidência. Mas, segundo, são operações com títulos do Paraná, debêntures. E acrescento: essa documentação é da própria IBF. Portanto, é o registro das operações realizadas pela IBF. Então, para esclarecer melhor aquela pergunta que eu havia formulado.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Senador, eu disse que absolutamente não conheço; eu desconheço. A minha operação foi feita pela minha empresa, a Boasafrá. Tem recibo e está devidamente contabilizada, está na sua contabilidade, e as nossas comissões estão todas em contrato. Não sei do que se trata isso. As nossas operações coordenando títulos, coordenando o lançamento de debêntures, tanto no Paraná como em Santa Catarina, têm contratos firmados, têm recibos que foram contabilizados na empresa. Aliás, nós pagamos um preço bastante alto sobre isso.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Para concluir, Sr. Fausto Solano Pereira, após quatro horas de esclarecimentos, fico pensando: todos os jornalistas, a opinião pública – agora, com a **TV Senado**, milhões de pessoas assistem diretamente -, eu pelo menos acho que todos que estão assistindo até agora não conseguiram compreender de onde veio, qual a origem que lhe proporcionou o rendimento de um milhão, oitocentos e poucos reais. Então, talvez V. S^a pudesse explicar aos brasileiros como ganhar um milhão e oitocentos mil, qual a forma. Quem sabe o senhor pudesse ensinar a cento e cinquenta e oito milhões de brasileiros a ganhar um milhão e oitocentos mil...

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Senador...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral. Fazendo soar a campainha.) – A pergunta não tem pertinência com...

O SR. EDUARDO SUPPLY – Mas tem. Quem sabe ele possa descrever por que ganhou, porque não soube ainda...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Se ele quiser esclarecer...

O SR. EDUARDO SUPPLY – Depois de quatro horas, eu não sei ainda qual foi a razão, a prestação de serviço que foi realizada pela empresa ou por ele.

O SR. FAUSTO SOLANO PEREIRA – Devo esclarecimento ao Fisco, as operações são todas contabilizadas. Acho que...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Posso dispensar o depoente ou V. Ex^a acha conveniente a sua permanência ainda?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – É tão rápido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Recebi uma incumbência do Relator, com a sua aprovação, Senador Casildo Maldaner. Essa incumbência acho que me obriga, Sr. Presidente, a lhe pedir meios para cumpri-la. E o meio para cumpri-la é que V. Ex^a concorde em requisitar um servidor da Consultoria que é mais ou menos versado nessa questão de transferência de sigilo telefônico, Gabriel Delze. É o que requero a V. Ex^a, dirigindo-me à Consultoria do Senado. E eu o faço para poder colaborar com o Senador, para nos ajudar na diligência.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Eu devo prestar um esclarecimento ao eminente Senador Esperidião Amin. O Senador Geraldo Melo teve um ofício submetido à sua decisão. O Senador Geraldo Melo fez reparos ao ofício e encaminhou o reparo à Dr^a Adriana. Apesar do reparo feito pelo Senador Geraldo Melo, trouxeram-lhe o ofício para assinar sem as correções feitas pelo Senador. O Senador Geraldo Melo, então, pediu a dispensa desse nosso consultor. Mas o Presidente da Telebrás pôs à disposição desta CPI tantos técnicos quantos fossem necessários – basta um telefonema meu – para auxiliar a CPI.

Assim, pediria a V. Ex^a que despersonalizasse a indicação, a fim de que o Senador Geraldo Melo, na qualidade de Vice-Presidente, depois de ter dispensado... E é um funcionário efficientíssimo, posso dar o meu depoimento, mas que teria tido com o nosso colega de Comissão uma desatenção.

De modo que pediria a V. Ex^a que entre em contato com o Presidente da Telebrás para colocar um técnico à disposição de V. Ex^a.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Reformulo o meu pedido do seguinte modo: peço a V. Ex^a que continue considerando o meu requerimento – ele está fei-

to -, mas peço a audiência do Senador Geraldo Melo antes de sua votação...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a terá, às cinco horas da tarde.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Mas eu peço que o Senador Geraldo Melo seja ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – E eu tenho certeza que o Senador Geraldo Melo atenderá V. Ex^a.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Enquanto isso, gostaria que V. Ex^a me fornecesse – não há necessidade de ser agora – o nome do contato na Telebrás.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Muito bem! Muito bem!

Como último orador, o eminente Senador Pedro Simon tem a palavra.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Só para o Senador Pedro Simon.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, eu gostaria de indagar à Presidência da Comissão, à Presidência do Senado e à Casa se não temos condições jurídicas de tomar providências com relação aos depoimentos grosseiros que aqui são dados, que estão causando ridículo perante a opinião pública.

Sabemos que, nos Estados Unidos, no Congresso americano, o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça dá voz de prisão ao cidadão que mente deslavadamente, quando se prova que ele está mentindo. E lá há prisões preventivas, inclusive.

No Brasil, as pessoas estão lá fora, fazem o que querem; há uma situação de deboche, porque, na verdade, é um deboche, é um acinte que se faz à Comissão, e não acontece nada. Com isso estamos nos expondo ao ridículo perante a opinião pública.

V. Ex^a fala com razão. A televisão do Senado é ouvida. A elite intelectual a vê. No Rio Grande do Sul ela é tremendamente ouvida, muita gente assiste. E estamos caindo na ironia. A Comissão não tem peso, não tem nada, não tem nenhum significado, quando está comprovada a mentira, a falsidade.

Perdoem-me a sinceridade, mas quanto ao deboche, a sonegação de informação, alguma coisa tem que ser feita. Eu não tenho nenhum problema em propor algo. Por exemplo: proponho, se há chance de pedir prisão preventiva, se há chance de pedir que seja aberto imediatamente inquérito por falso depoimento, que se faça tal coisa. Não precisamos esperar 90, 120 dias, para a Comissão apurar, para depois abrir o inquérito.

Se pudermos provar, se o Relator disser que está provado que este depoimento é mentiroso, por causa disso e daquilo, pedimos à Procuradoria que abra um inquérito.

Se tivermos condições de fazer isso – e acho que podemos, não sei por que não podemos –, se fica provado, lá pelas tantas, entre os documentos que a Comissão tem, que o Relator tem, ou se a Presidência diz que está provado que é mentira, penso que podemos pedir à Procuradoria que abra inquérito imediatamente por falso testemunho.

Digo para V. Ex^{as}: aqui ainda não é nada, o pior é estarmos assistindo em Casa. Causa irritação. Parece que estão brincando conosco, fazendo-nos de bobo. A CPI do Senado está sendo feita de boba.

Sr. Presidente, um depoimento como o que acaba de ser prestado serve de exemplo para que um outro depoente venha fazer a mesma coisa. Se o depoente veio, mentiu, não disse nada, e não se fez nada, por que o outro fará diferente?

Então, estamos abrindo uma série de precedentes de situações ridículas para a Comissão. Ou fazemos para valer ou então não convocamos.

Sr. Presidente, faço este alerta: se der, no momento em que o Relator provar que existe falso testemunho, que ele é concreto, pede-se à Procuradoria que abra inquérito imediatamente contra o cidadão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, quero enaltecer a presença do Senador Pedro Simon. Eu lhe disse aqui reservadamente, e repito, sem demérito para nenhum de nós, que S. Ex^a, o Senador Pedro Simon, faz uma grande falta à CPI. E faz falta pelo seguinte: muitas vezes, não conseguimos traduzir uma coisa que está no sentimento popular, de maneira muito forte, que é a indignação. A indignação do cidadão que está em casa e que fica sabendo que um sujeito, não importa se é de Santa Catarina, se de Pernambuco, se de São Paulo, ganhou 9 milhões no lusco-fusco, num **by-pass**, numa firulazinha ali, numa jogadinha pequena, porque tem coisa muito maior.

Então, um cidadão respeitável pediu um dinheiro para a sua conta em Cayman e aí apareceu, num passe de mágica, um René desconhecido, e disse: Em lugar de um milhão e oitocentos, vou lhe dar nove milhões e setecentos, mas o senhor tem que me dar o troco. Ele deu. Como ele tinha pressa, urgência....

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – (Fazendo soar a campainha) Não o estou interrompendo. É só para contribuir com V. Ex^a.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Vou lhe dar um milhão e oitocentos agora e depois você me dá a lista, até o dia 30, pelo que estava vendo. Não foi no dia seguinte não, ficou em haver. E aí foi emitindo cheques para 54 pessoas – também não sei para quem é. Veio o **office-boy**, que também não sei quem é; não sei qual foi a secretária que entregou e para que **office-boy**.

O SR. (Não Identificado) – Deixou o cheque na portaria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – E nenhum de nós foi avisado previamente.

O cidadão que está nos assistindo na televisão diz: "Se me avisasse, talvez resolvesse o problema da minha escola, da minha família". Ninguém ficou sabendo de nada! Um e oitocentos! O Senador Pedro Simon está nos faltando para trazer essa indignação!

Sr. Presidente, o réu não conhece o nome – o nome! – e o réu tem uma memória privilegiada!

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Mas ele não é réu, Senador, é depoente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Perdão. O depoente não se lembra – confesso que foi um pouco de preconceito. Mas o depoente se recorda de operações havidas há muitos anos, tem uma memória privilegiada, e não se lembrou de pedir ao advogado o nome do René!

É um aparte ao meu amigo Pedro Simon, porque acho que ele está fazendo falta.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. PEDRO SIMON – Resolvi abrir mão, porque achava que primeiro era a CPI dos Corruptores.

Sr. Presidente, acho que tínhamos que debater com relação a esta CPI. Está havendo deboche e um esquema terrivelmente organizado no sentido de desmoralizar a CPI. Esse negócio de imprensa é muito bacana, publicam, fazem o seu papel, mas daqui a pouco começaremos a ter que pagar o preço, que é o que a imprensa tem publicado.

Sr. Presidente, se fosse eu no seu lugar, o que pensaria, neste momento, é se há chance de o Sr. Pereira sair daqui para a cadeia. Digo com toda sinceridade: se houvesse chance de pedir uma preventiva por falso testemunho para ir para a cadeia, o que vai depor depois falaria diferente, Sr. Presidente. O que vai depor depois falaria diferente, porque, caso contrário, esse está no esquema do outro. É um esquema armado de deboche e ironia com relação a esta Casa.

Faço um apelo a V. Ex^a: vamos discutir se há possibilidade, quer no que tange a falso testemunho, que é o ilícito total, ou a outras questões, de tomarmos providências e pedirmos que a Procuradoria aja imediatamente.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Pedro Simon, é evidente que tenho que dar uma resposta a V. Ex^a e também ao Senador Esperião Amin. A S. Ex^a, pela indignação que acaba de registrar, e a V. Ex^a, um pouco mais demorada.

A Presidência tem tido o cuidado – extremo cuidado – de conduzir os trabalhos com a imparcialidade que deve ter um Presidente. É claro que, com a minha experiência, sinto quando a testemunha está resvalando, ou para proteger alguém, ou a si próprio, e a Presidência não tem como impedir isso. A Presidência tem-se cercado de uma tal cautela que, ainda hoje, logo ao início desta sessão, chamei o Dr. Haroldo Ferraz Nobre, que aqui se encontra, Subprocurador-Geral da República, representando, com mais uma colega sua e o Dr. Wagner, que é o coordenador, o Ministério Público, exatamente para que quando houvesse uma circunstância desta natureza eles pudessem ser convocados.

A preocupação do Ministério Público, na hora em que V. Ex^a, ou qualquer outro Senador, requerer a prisão de uma testemunha por estar faltando com a verdade, é de que, segundo a Procuradoria-Geral da República, isso teria que ser provado naquele instante para a interdição provisória.

Ora, não compete a nenhum de nós aqui deixar que se cometa injustiça a terceiros. Não compete. O que compete é fazermos justiça. Ela pode demorar, podem até tentar desmoralizar esta CPI – tentar -. Mas o Relator, o Senador Roberto Requião, nos seus relatórios parciais e no final, vai começar a pedir as providências, e agora não mais na letra fria de quem está escrevendo, mas na audiência que estão tendo não só a Receita Federal, a Polícia Federal, o Ministério Público, que, de viva voz, estão acompanhando e percebendo, na fisionomia de cada um onde está a mentira. E não se iluda, Senador Pedro Simon, vai ter gente que prestará contas dessa ou daquela forma, mas que vai prestar contas.

Não creio, em nenhum instante, por maior que seja essa força, que a CPI não atinja o seu objetivo. Vai ser atingido.

O SR. PEDRO SIMON – É que, na CPI da Corrupção do Orçamento, veio gente que mentiu de montão e ninguém foi para a cadeia.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Pedro Simon, a CPI do Orçamento foi o passado que serviu de ponto de partida para este futuro. Naquela, não havia o somatório que hoje existe de entidades ligadas para apuração dos fatos, e imediato. Nunca, em nenhum instante, na história das CPIs.

De modo que a presença da Procuradoria-Geral da República, e eu trouxe o Dr. Haroldo agora para o meu lado, para que toda a imprensa, a televisão visse e comprovasse, na sua presença, o nosso diálogo de hoje de manhã. No dia em que o Senador Roberto Requião, ou um dos Senadores presentes a esta comissão, disser que o depoente mentiu e está aqui a prova, o requerimento será imediato de prisão feito à Presidência e decretada incontinenti. Agora, não podemos correr o risco é de, amanhã, vermos uma atitude nossa...

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, em primeiro lugar, nota dez a V. Ex^a. V. Ex^a – aliás, não é novidade – está agindo com a mais alta competência, com a mais alta isenção, parece até que, de certa forma, V. Ex^a, que foi Presidente da OAB, não ficaria mal se terminasse no Supremo, tal a imparcialidade, a importância, e a maneira que V. Ex^a está...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Queria dizer a V. Ex^a que, há cinco anos, fui convidado e não aceitei. De modo que não me fascina o Supremo.

O SR. PEDRO SIMON – Mas pode ser que, no futuro... Vamos ver. Mas quero dizer a V. Ex^a que o V. Ex^a falou é o que estou falando. Pelo amor de Deus! Eu entendo V. Ex^a. Não pense que estou aqui dizendo que acho que deveria ser pedida a prisão preventiva do Sr. Pereira, o que estou dizendo é o que V. Ex^a disse, acho que o relator já tem condições de pegar o documento dele e o restante, com prova, e dizer: "Sr. Procurador, olha aqui, esse cidadão mentiu. Está aqui a prova da mentira". E, assim, pedir cadeia para ele.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Um instantinho, só para fazer uma referência ao Senador José Serra. Quando o Senador José Serra tentou contornar, no sentido de ajudar as testemunhas, S. Ex^a está sabendo quais são os documentos de que já dispomos em mãos. De modo que é uma questão de tempo.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Senador Vilson Kleinübing.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, baseado nessas observações que V. Ex^a fez agora, é necessário que demos um prazo à testemunha para que ela comprove o que disse aqui – é o meu requerimento. Porque uma semana é um prazo possível para que ele nos envie o extrato de sua conta em Cayman, onde esteja registrado esse débito de U\$1.8 milhão, e para quem foi o dinheiro. Só assim ele estará provando que falou a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Kleinübing, quando a Presidência colocou em votação, chamou a atenção exatamente do depoente, e ele sabe que isso comprovará o seu depoimento. Ele tem o prazo, acho que razoável, de uma semana para fazer isso chegar às mãos da CPI, até para benefício do que o que ele aqui disse.

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Para mim, como Relator, neste momento, a medida votada pelo Plenário é bastante. O depoente está impedido de sair do Brasil sem comunicar à Polícia Federal, que consultará a Comissão sobre a possibilidade de que ele saia ou não.

Agora, Senador Pedro Simon, na linha da sua preocupação, quero fazer uma revelação oficial à CPI. Tenho, em mãos, um contrato do Banco Votorantim com uma empresa ADS, de São Paulo:

"Nosso trabalho ainda abrangerá contatos e encontros de representantes do banco com os mais importantes jornalistas de São Paulo, Brasília e Rio de Janeiro para informá-los e motivá-los favoravelmente."

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Peço atenção, pois essa revelação é gravíssima!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – É da maior importância.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pediria ao Senador Roberto Requião que só a fizesse ao final desta reunião.

Atenção!

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – "Além disso, a ADS manterá uma estrutura para monitorar tudo o que for publicado e tomar providências necessárias.

O trabalho de assessoria de imprensa junto ao Congresso será realizado pelos jornalistas que representam a ADS naquela capital, e que são os dois mais influentes e relacionados jornalistas que cobrem a Câmara e o Senado.

Na Capital Federal, o trabalho de assessoria governamental será desenvolvido pela diretoria da Internac, a melhor e a mais relacionada empresa de consultoria governamental."

Vamos agora a duas cláusulas do contrato.

Antigamente cobravam uma "taxa de sucesso" para aprovar os processos de emissão de título no Banco Central e no Senado da República.

Esse contrato é de dezembro, três dias depois de ser instalada a CPI:

"Dentre os serviços executados pela ADS" – agora estou lendo a cláusula do contrato e não a carta-proposta que li anteriormente – "nossas atividades incluem contatos e reuniões com todos os membros da CPI, visando informá-los e motivá-los favoravelmente a respeito da nossa causa".

Outra cláusula: "Caso o nosso trabalho consiga neutralizar a Comissão ou prolongar suas atividades para não resultar em nada, ou, ainda, inocentar completamente a empresa de V. S^{as}, fazemos jus a um **success fee** de R\$120 mil".

Esse contrato foi assinado pelo Sr. Fábio Barreto Nahoun e o Sr. Mauro Enrico Barreto Nahoun com a empresa ADS.

Isso é para que os senhores percebam o tipo de organização que esta CPI enfrenta, a articulação dos bandidos do mercado financeiro.

Agora, de qualquer forma, Senador Pedro Simon, neste momento, acho, como Relator, que a prisão do depoente só serviria para essas cabeças que falam pela imprensa contra a CPI começassem a falar em processo inquisitorial e em arbitrariedade.

Agiremos com firmeza, chegaremos ao fim desse processo sem abusar da autoridade e da estrutura que esta CPI proporciona ao Congresso Nacional, pela primeira vez na História da República, transferindo o sigilo bancário, transferindo o sigilo de todas as informações em tempo real para o Ministério Público, para a Receita Federal, para a Polícia Federal e para o Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Srs. Senadores...

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, eu nunca vi nada tão sério na minha vida. Em termos de vigarice, eu nunca vi nada igual.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Veja V. Ex^a, Senador Pedro Simon, porque é...

O SR. PEDRO SIMON – Em quarenta anos de vida pública, não vi vigarice maior.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Veja V. Ex^a por que é que a Presidência estava dizendo que vamos chegar ao final dos nossos trabalhos.

Desde o começo, tendo tomado conhecimento deste documento, na minha intervenção junto à Procuradoria-Geral da República, é para avisar ao povo brasileiro – este mesmo povo para quem há pouco V. Ex^a apelava – que não tenham dúvida: esta CPI terá o fim para o qual ela foi criada, e com sucesso desta vez, sem nenhuma "taxa".

O SR. PEDRO SIMON – Veja a responsabilidade de V. Ex^a, Sr. Presidente: esse é o documento básico.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – E uma observação muito clara de onde vêm as críticas.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, esse documento é básico de quem sabe que a impunidade é total neste País. Para fazer aquilo que está ali é porque não "dão bola" para a CPI, não dão bola para nada, não ligam para nada. Eles têm a convicção absoluta da impunidade, porque fazer isso em pleno andamento da CPI, garantir a absolvição, os vigaristas dizem que vão falar com todos os Srs. Senadores, é porque estão certos da impunidade, que não vai acontecer nada.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o nobre Senador Romeu Tuma.

O SR. ROMEU TUMA – Nobre Senador Pedro Simon, esclareço que a diligência em escritório já foi providenciada em São Paulo, e eu acho que, se comprovada, dará um flagrante, pelo menos, por estelionato.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Portanto, vejam que as coisas estão caminhando.

V. Ex^a quer falar sobre a matéria, nobre Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – É que a reunião ficará suspensa até às 17h, quando será ouvido o segundo depoimento, e trataremos da matéria trazida ao conhecimento do Plenário pela Senadora Emilia Fernandes.

Peço a atenção dos presentes. O Senador Eduardo Suplicy deseja usar da palavra.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, desde que se iniciou a CPI, houve, em alguns momentos, órgãos de imprensa que tentaram fazer exatamente aquilo que está no contrato desta Casa, tentando inclusive, em alguns momentos, procurar desprestigiar, criticar e desmoralizar o trabalho dos membros desta CPI, o trabalho do Relator – e eu avalio que seja muito importante que esta CPI examine, em profundidade, a responsabilidade daqueles

que fizeram esse tipo de contrato para tentar implodir o trabalho desta CPI.

Sr. Presidente, avalio que deva ser lida esta carta, agora, no plenário, endereçando-se o seu conteúdo para o Presidente do Senado Federal, Sr. Antonio Carlos Magalhães, porque se trata da necessidade urgente de se defender a instituição. É preciso, então, que isso seja levado ao Plenário do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Nobre Senador Roberto Requião, o Plenário lhe credencia para, em nome da Comissão Parlamentar de Inquérito, dar conhecimento, hoje, da tribuna da Casa, ao Presidente do Senado e aos demais Senadores, dada a gravidade da situação, para que sejam tomadas as providências necessárias.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Peço a palavra pela ordem, para uma comunicação urgente.

O SR. PEDRO SIMON – Sr. Presidente, quero pedir ao Presidente do Senado que faça chegar esse documento aos diretores de jornais, rádio e televisão, para saber que está sendo levada matéria, para ver o que chega lá.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Pedro Simon, esse documento já está sendo encaminhado à Procuradoria-Geral da República, para as providências legais que o caso comportar.

Peço aos eminentes Senadores que encaminhem os documentos que se encontram à mesa para a Secretaria da CPI.

Está suspensa a reunião até às 17h.

(Suspende-se a reunião às 14h 34min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

Destinada a apurar irregularidades relacionadas a autorização, emissão e negociação de títulos públicos estaduais e municipais, nos exercícios de 1995 e 1996.

Reunião 11/3/97 – 19h5min.

Presidente: Senador **Bernardo Cabral**

Relator: Senador **Roberto Requião**

Depoente: **Sr. José Pereira de Sousa**

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Está reaberta a reunião desta Comissão no sentido de ouvir o depoimento do ex-Secretário da Fazenda do Estado de Alagoas, Sr. José Pereira de Sousa.

A Presidência, em primeiro lugar, quer dar conhecimento aos eminentes Senadores de um fax que acaba de lhe chegar às mãos por intermédio do

seu gabinete, supondo que em função da atuação do eminente Relator Roberto Requião em denúncia que fez na tribuna da Casa.

Rio de Janeiro, 11 de março de 1997.

"Fábio Barreto Nahoum, já qualificado em documentos constantes nos autos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, vem respeitosamente a Vossa Excelência expor e requerer o que se segue:"

"1. Toma conhecimento, neste momento, que – ao final da sessão matinal dessa CPI – o excelentíssimo Senhor Relator apresentou a essa Comissão contundente denúncia que dizia respeito a contrato ou proposta formulada pela empresa ADS ao Banco Votorantim, contendo cláusula espúria que continha propósito de influir ilicitamente nos trabalhos investigatórios;

2. Mais disso, foi publicamente afirmado em sessão e transmitido ao vivo pela TV Senado, para todo o País, que tal contrato ou proposta – com cláusula prevendo a intenção de "neutralizar a Comissão ou prolongar suas atividades para não resultar em nada" – conteria a assinatura de dirigentes do Banco Votorantim a conta de avença ou acordância com aquele objeto espúrio;

3. Tal fato é absolutamente inveraz. Ou bem o documento que chegou às mãos de Sua Excelência, tal como lido, é falso, material ou ideologicamente, ou bem equivocou-se Sua Excelência na reprodução do texto ou compreensão de papéis que lhe foram encaminhados;

4. O requerente apressa-se em levar essas informações a Vossa Excelência, com cópias para o Excelentíssimo Presidente do Senado Federal, Dr. Antonio Carlos Magalhães, o Excelentíssimo Procurador-Geral da República, Dr. Geraldo Brindeiro, o Excelentíssimo Subprocurador-Geral da República, Dr. Haroldo Ferraz de Nóbrega," – que estava sentado ao meu lado pela manhã – "e o Excelentíssimo Senador Relator, Dr. Roberto Requião, não só no sentido de alertar para o engodo ou equívoco de que está sendo vítima essa Comissão, as autoridades competentes, e a opinião pública, bem como para solicitar urgentes providências que o caso requer;

5. Assim, é a presente para requerer a Vossa Excelência, Senhor Senador Presi-

dente, Dr. Bernardo Cabral, o acautelamento do documento apresentado que – de plano – se desenha como peça de corpo de delito de ilícito cuja apuração rigorosa se requer, bem como dê notícia a seus ilustres pares dos termos do presente, para o que, também e simultaneamente, é remetido em cópia aos demais destinatários antes nominados.

O requerente coloca-se à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos porventura necessários e/ou desfazer equívocos."

Como o documento foi encaminhado, é absolutamente inveraz e pode ter chegado às mãos de S. Ex.^a, leio aqui o que faz menção: "Tal como lido, é falso, material ou ideologicamente", ou que teria o nobre Relator se equivocado, "na sua reprodução do texto", passo este documento às mãos do Senador Roberto Requião para que diga, de viva voz, a seus pares se o documento obtido e chegado a esta Comissão e feito chegar às mãos de S. Ex.^a teve como origem qual instituição.

Com a palavra o nobre Relator Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – É uma defesa prévia e mal feita. Os dois documentos, a carta proposta e o contrato finalmente assinado, foram obtidos na sede da Empresa Votorantim pelo liquidante do Banco Central. Talvez o Dr. Fábio Barreto Nahoum não tenha se apercebido de que a carta, que deu origem ao documento, também foi apreendida.

Li os dois documentos na íntegra, no Plenário do Senado Federal, e basta para as medidas mais enérgicas que devem ser tomadas, o Sr. Fábio Barreto Nahoum reconhecer ou não a sua assinatura aposta no documento referido.

De qualquer forma, as providências já estão sendo tomadas pela Presidência do Senado e por esta Comissão, e o Sr. Fábio Barreto Nahoum vai finalmente perceber que, depois de ter atuado em venda de empresa para a Vale do Rio Doce, ter contratado empresas de assessoria que trabalharam também na questão do caso Sivam, chegou o seu **Waterloo**. Vamos pôr fim a esta quadrilha do mercado financeiro.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Feito o registro pelo eminente Relator Roberto Requião, comunico ao Sr. José Pereira de Sousa, ex-Secretário de Fazenda do Estado de Alagoas, que S. S.^a foi

convocado nos termos do art. 148, § 2º, do Regimento Interno do Senado Federal.

S. Exª, ex-Deputado Federal e advogado, José Costa, que também foi Conselheiro Federal da Ordem, está aqui por instrumento particular, prestando a sua atuação como advogado do Sr. José Pereira de Sousa.

Já que S. Sª foi convocado nos termos do Regimento Interno do Senado, vamos proceder à qualificação do depoente, conforme o disposto no art. 203, do Código de Processo Penal.

Nome completo?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – José Pereira de Sousa.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral. Fazendo soar a campainha) – Vou permitir que sejam feitas as fotografias e depois, então, faço a qualificação. (Pausa)

Muito bem. Peço aos fotógrafos que retornem aos seus lugares.

Dr. José Pereira de Sousa, nome completo?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – José Pereira de Sousa.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Idade?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – 48 anos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Estado civil?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Casado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Profissão?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Advogado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Local onde exerce atualmente a profissão?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – No Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – CPF?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – 161422337/87.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – É parente e em que grau de alguma das partes envolvidas?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – De nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O depoente se compromete, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, sob as penas da lei, dizer a verdade do que souber ou for perguntado?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Peço à testemunha que assine o termo de compromisso, salientando desde logo que o Dr. José Pereira de Sousa está aqui na qualidade de testemunha, para contribuir ou colaborar com esta CPI.

Não preciso dizer, porque é advogado militante, que não responda às perguntas sem que eu faça o respectivo deferimento, porque algumas poderão não ser pertinentes com a matéria e a Presidência indeferirá.

V. Sª quer fazer alguma exposição, alguma anotação, dizer o que lhe parecer conveniente?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Gostaria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Dr. José Pereira de Sousa.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Senador Bernardo Cabral, Presidente desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Senador Roberto Requião, Relator desta Comissão Parlamentar de Inquérito, Srªs e Srs. Senadores e demais parlamentares presentes, diante desse processo todo de apuração dessas possíveis irregularidades pela CPI deste Senado. Já tive a oportunidade e a obrigação cívica e moral de, pelos mesmos fatos, também responder a uma Comissão Parlamentar de Inquérito em Alagoas. Tem havido algumas denúncias totalmente infundadas, inclusive a respeito do meu passado profissional e como cidadão. Gostaria, para que houvesse uma equalização de informações, de transmitir a V. Exªs e a todos os presentes a minha vida pregressa profissional.

Comecei a trabalhar em 1961. Portanto, com 13 anos incompletos. Trabalhei em várias empresas comerciais e industriais. Em 1972, ingressei no sistema Petrobrás, na Petrobrás Química S.A., como contabilista. Em seguida, assumi o cargo de contador-geral da Copene – Petroquímica do Nordeste, onde passei 4 anos. Depois, fui gerente financeiro da CPC – Companhia Petroquímica de Camaçari, onde passei outros 4 anos. E, em 1981, assumi a diretoria financeira da Salgema, em Maceió, até hoje a maior empresa industrial do Estado. Nessa oportunidade, nos trabalhos feitos pela Salgema, vim a conhecer outros alagoanos ilustres e pessoas do povo, de tal forma que, nos 4 anos que vivi naquela cidade, me tornei amigo de S. Exª o Sr. Governador, Divaldo Suruagy. Saí de Maceió em 1986 para assumir a função de diretor financeiro da Companhia Nacional de Álcalis e da Álcalis do Rio Grande do Norte, onde passei 4 anos, de onde saí, em 1990, pouco antes de sua privatização. Aliás, trabalhei, não em

sua privatização, mas como diretor financeiro da Petroquisa e vice-presidente do seu Conselho, no seu processo de privatização, já que, em 1991, assumi a diretoria financeira da Petroquisa. Em 1992, assumi a vice-presidência executiva da Petrobrás Fértil. Simultaneamente a essa função, acumulava a presidência executiva de 5 empresas e 8 fábricas de fertilizantes do País. Eram a Ultrafértil, Nitrofértil, Fosfértil, ICC e a Goiásfértil. Era um trabalho simultâneo, como também, na Petroquisa, desempenhava a função de membro do Conselho de Administração, Presidente do Conselho de Administrações e vice-presidente de mais de 30 empresas petroquímicas e químicas do Brasil. Meu histórico profissional é esse. Até que saí, em abril de 1993, por discordar, frontalmente, do processo e da maneira do sistema de privatização da Ultrafértil – e isso foi amplamente divulgado pela imprensa à época. Foi uma luta de 6 meses contra o Governo Federal, por uma questão de avaliação da empresa, quando me neguei a assinar o laudo de avaliação. Assim, fui destituído do cargo de vice-presidente e saí do sistema Petrobrás, passando, então, a advogar, associado ao escritório, no Rio de Janeiro, do Dr. Paulo Mohamed Ali. Em 1995, em janeiro, assumi a Secretaria da Fazenda, de onde saí em 7 de outubro de 1996. Creio que foi um dos cargos mais honrosos que tive, pois me deu o conhecimento de como funciona um governo e de como funcionam essas questões governamentais, já que nunca havia trabalhado na administração direta. Faço essa explanação por uma razão simples: andaram plantando notícias na imprensa de que eu teria atividades, inclusive, ilícitas. Isso não é verdade. Faço questão de equalizar a informação a todos.

Sr. Presidente, gostaria de, neste momento, apresentar a V. Ex.^a, para que sejam tomadas as providências que forem julgadas necessárias, cartas endereçadas aos bancos com os quais mantivemos – eu e minha esposa – movimentação nos últimos dois anos, para que V. Ex.^a tome as providências que julgar cabíveis, como também entregar a declaração de bens e renda dos últimos quatro anos – de 92 para cá, a de 96 ainda não foi apresentada, mas tão logo seja apresentada poderei encaminhá-las a esta Comissão. Passo às mãos de V. Ex.^a os documentos. Passo ainda, Sr. Presidente, às mãos de V. Ex.^a os extratos bancários da empresa Consult-Invest, bem como toda sua contabilidade, de forma analítica, não condensada. Cada lançamento dessa empresa, que tem 6, 7 meses de existência, toda contabilidade está aqui, devidamente assinada por mim e pelo contador, acompanhada de seus extra-

tos bancários. Feitos esses comentários, coloco-me à disposição para responder às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A Presidência salienta aos eminentes Srs. Senadores, em particular ao eminente Senador Relator, que o depoente está juntando cartas dirigidas à Diretoria do Banco Real, ao Banco do Estado de Alagoas e ao Banco Itaú, onde mantém contas correntes, para que sejam prestadas informações integrais. S. S.^a, em contribuição ao seu depoimento, as encaminha e faço chegar às mãos do eminente Relator.

Com a palavra o eminente Senador Roberto Requião para suas indagações.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. José Pereira de Sousa, que motivos levou o Governo de Alagoas a contratar a assessoria do Banco Divisa para a emissão dos seus títulos a um preço de R\$14.113.905,56, ou seja, 4,5% do valor total por uma consultoria que, sob o ponto de vista técnico, como demonstraram algumas pequenas prefeituras de pequenas cidades do Brasil, era rigorosa e absolutamente desnecessária?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pode responder.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Sr. Relator, o Estado de Alagoas contratou tal consultoria por não ter experiência na emissão de títulos públicos, por não ter experiência na emissão de qualquer tipo de título; era a primeira vez que o Estado ia ao mercado e pagou efetivamente os 4,5%. Devo destacar que foi a taxa, ao menos entre as que foram anunciadas pela imprensa, mais baixa que houve nesse processo. Os outros estados pagaram 5,5%. Não tínhamos experiência técnica para fazer esse lançamento, precisávamos de assessoria, não somente para a sua aprovação, mas para prepararmos toda uma série de documentações, para preparar legislações, para preparar o fundo de liquidez, a contabilização e também a comercialização desses títulos. Como já falei anteriormente, já contratei algumas operações de **underwriting**, como diretor de empresas privadas, e nessas operações é sempre absolutamente normal o pagamento de taxas por **underwriting**.

Gostaria de apresentar, só como exemplo, só para que se ajude a fazer uma avaliação, uma operação que foi feita pela Caixa de Administração da Dívida Pública Estadual – S.A., Cadip. Esta pertence ao Estado do Rio Grande do Sul. Consegui esse exemplar na CVM – Comissão de Valores Imobiliários -, dentre outros e pude verificar também que essas taxas de **underwriting** variam regularmente de

3%, 3,5% até 7%. A Cadip, para emitir cem milhões de debêntures, pagou 5,5% também ao Sindicato de empresas, de bancos, de corretoras. Gostaria de passá-los até às mãos de V. Ex.^a para que fossem acostados ao meu depoimento. Então, acredito que foi realmente a falta de experiência nesse mercado que nos levou a um detalhe: o Banco divisa nos procurou para oferecer uma forma de captação de recursos. Daí, ter havido, vamos dizer, essa contratação.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, acho que a citação do Rio Grande do Sul foi muito pertinente. Gostaria de saber se o ex-Secretário de Alagoas tem conhecimento de que o Governador Antônio Britto colocou os títulos do Rio Grande do Sul a uma taxa de 1,5% com o Banrisul, e o que lhe parece esse exemplo de austeridade administrativa.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Eu acho esse exemplo muito bom, já que é uma taxa bastante baixa; quando citei aqui o Rio Grande do Sul, é porque eu tinha um exemplo que, por acaso, era de um órgão do Rio Grande do Sul. Como eu tenho lá no meu escritório mais de 20 exemplares desses – chegavam a até 7% -, eu trouxe por ser o mais similar a uma emissão pública. Então, vamos dizer, não houve intenção alguma de ofender o Estado do Rio Grande do Sul ou dizer que foi uma coisa ilícita; de maneira nenhuma. Foi absolutamente lícito e, a 1,5%, considerando a situação econômica e a situação financeira do Estado do Rio Grande do Sul, acho que é uma taxa bastante adequada, já que a taxa de juros reflete duas coisas: segurança, rentabilidade e a credibilidade de quem está tomando os recursos – a credibilidade econômica e financeira. Então, no caso do Rio Grande do Sul, que tem uma economia bastante forte, uma economia bastante salutar, acho que 1,5% é uma taxa bastante adequada.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, a comparação entre a taxa com que o Rio Grande do Sul lançou os títulos e as taxas absurdas que o depoente cita por parte de empresas públicas do Rio Grande do Sul me fazem solicitar a V. Ex.^a a providência de, depois de reduzido a termo o depoimento, enviar ao Governador do Rio Grande do Sul os abusos na cobrança e no pagamento de algumas taxas citadas, para que o Governador e os Deputados do Rio Grande do Sul tomem a providência necessária.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Requerimento deferido.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – No entanto, quero deixar claro que, numa operação semelhante à de Alagoas, o Rio Grande do Sul pagou 1,5%, e não 4,5% ou 5%.

Além disso, eu queria que o depoente me fizesse uma consideração acerca de uma contradição no seu depoimento. O depoente, se não me engano, – e o seu depoimento está gravado, o depoimento de instantes atrás – asseverou que o Banco Divisa teria experiência de mercado e facilitaria a absorção dos títulos pelo mercado. Foi isso o que entendi. Como o lançamento dos títulos de Alagoas foi um grande fracasso, gostaria que o depoente justificasse essa sua assertiva anterior, que procurava explicar o absurdo da taxa pela possibilidade e experiência do Banco Divisa em colocar títulos no mercado.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Na realidade, eu disse que o Banco Divisa, dentro do escopo de trabalho que ele nos ofereceu, que aqui está documentado, nos ajudaria na colocação desses títulos. Ele nos orientaria, como efetivamente orientou, dentro do possível. Acredito que, realmente, nós não conseguimos, em que pese a termos praticado deságios até elevados. Não conseguimos colocar todos os títulos no mercado financeiro, porque o Estado de Alagoas – todos hão de se recordar – é a situação econômica mais difícil, em termos de Estados, neste Brasil. É a situação mais difícil em termos de custos *versus* receita. Nesses últimos dois anos, tivemos cerca de R\$ 20 milhões de déficit público mensais, isso proveniente principalmente de uma excessiva soma de folha de pagamento; mas o que o Banco Divisa nos ofereceu está, vamos dizer, dentro do escopo contratual e de correspondência que aqui também tenho e posso dar à Comissão.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, só para a minha memória, no momento em que for executar o relatório, faço essas considerações. O Banco Divisa recebeu 4,5% para ajudar a emissão e a colocação dos mercados na medida do possível. O possível se tornou impossível, e Alagoas pagou uma taxa rigorosamente absurda por um serviço que não foi prestado.

Antes de proceder à contratação do Banco Divisa, Secretário, houve uma pesquisa de mercado, alguma concorrência pública? E em que circunstâncias exatamente o Banco Divisa foi contratado?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – O Banco Divisa foi contratado após uma reunião governamental, da qual participaram pessoas do primeiro escalão: governador, vice-governador, secretário de Estado, procurador-geral do Estado, representantes do

Tribunal de Contas, onde ele apresentou a proposta de prestação de serviços, que foi julgada, vamos dizer, adequada para os interesses do Estado e aprovada por essa comissão e houve a sua contratação.

A contratação foi pré-analisada pela Procuradoria-Geral do Estado, que fez algumas modificações contratuais. Após assinado o contrato, ele foi encaminhado e publicado o seu extrato no Diário Oficial e encaminhado ao Tribunal de Contas, que também o aprovou pela Resolução nº 063.

Passo às mãos do Sr. Presidente a publicação no **Diário Oficial**, o encaminhamento ao Tribunal de Contas e, também, a Resolução nº 063, de 1996, do Tribunal de Contas, que aprova o contrato do Banco Divisa.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Roberto Requião, para o exame...

O depoente declara que, após a reunião, foi submetida ao Tribunal de Contas a manifestação das autoridades e aprovada por aquele Tribunal.

Vamos juntar aos autos da CPI, Senador Roberto Requião?

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Roberto Requião, V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, o nosso Secretário, José Pereira de Sousa, apresentou ao Banco Central e ao Senado uma relação de 32 precatórios, no valor de 950 milhões e 199 mil reais. Peço que ele me confira essa relação e me diga se ela é a relação que foi apresentada ao Banco Central.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA - Esta relação realmente foi apresentada ao Banco Central e foi feita pelo Banco Divisa em cima do indébito da cana própria, acordo realizado pelo ex-Governador do Estado Fernando Collor de Melo, que visava a ressarcir os produtores de açúcar e de álcool o ICMS que eles teriam pago, segundo o acordo, indevidamente, em épocas anteriores a 1988.

Esse acordo, firmado em 1988, foi muito conhecido nacionalmente. Em cima desse documento, encaminhado esse e outros mais para o Banco Divisa, foi feita essa relação, e essa relação realmente foi apresentada ao Banco Central.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Portanto, quero entender que o nosso Secretário está dizendo, com todas as clarezas e todas as palavras, que ele não apresentou a relação dos precatórios transitados em julgado em 5 de outubro de 1988.

Mas apresentou uma relação de dívidas com os usineiros, segundo a interpretação própria do Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – É isso, Sr. José Pereira de Sousa?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Esclarecimento.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Esse acordo foi realizado anteriormente à Constituição e ele visava a ressarcir os produtores de açúcar o ICMS de cana própria pago indevidamente, por uma decisão judicial que houve, vamos dizer, pelos produtores de São Paulo e ganha no Supremo. Então, eles pediram uma isonomia de trato, e o Governador do Estado preferiu que esse acordo fosse feito diretamente através de substituição de créditos. Portanto, todo mês era feita uma contabilidade e apurado quanto os usineiros teriam de pagar ao Estado em ICMS e, contabilmente, era feito um encontro de contas. Esse acordo foi homologado judicialmente e é anterior a 88.

Quando estávamos conversando com o Banco Divisa a respeito dessa possível emissão que eles estavam ofertando, e após verificarmos que efetivamente não adiantaria, vamos dizer, ter a emissão de títulos de precatórios, porque tínhamos uma parcela pequena, eu disse: mas temos um acordo de 88, anterior à Constituição, que foi homologado pela Justiça. E fui informado – aliás, não só eu, todas as autoridades presentes à reunião a que me referi foram informadas – que haveria uma flexibilização tanto pelo Banco Central quanto pelo Senado e poderia haver a emissão para haver uma recomposição de caixa, uma vez que o Estado estava pagando dívidas anteriores a 1988.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, quero entender com clareza.

Alagoas encaminhou esses títulos, esses acordos ao Senado e ao Banco Central, segundo uma informação do Banco Divisa, que antecipou que haveria uma flexibilização que viabilizaria a sua incorporação no pedido que autorizava a emissão de títulos. É isso?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Foi essa a declaração.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – A assertiva foi do Banco Divisa?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Sim, mas com um detalhe, Sr. Relator.

A flexibilização não era um caso específico para Alagoas. Em outras oportunidades, teria havido aceitação de dívidas anteriores a 88 que ainda não estavam transformadas em precatórios. E, realmente, tive que pesquisar por causa da CPI de Alagoas, para pegar essa jurisprudência, e encontrei um parecer com uma situação muito semelhante àquela que Alagoas teria apresentado.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, fiquei confuso agora.

Foi o Banco Divisa que preparou o envio de acordos ao invés de precatórios ou esses acordos foram enviados ao Banco Central e ao Senado a partir de uma pesquisa do Sr. Secretário, que disso se convenceu?

Gostaria que o Secretário esclarecesse esses fatos.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Foi o Banco Divisa que encaminhou, foi o Banco Divisa que nos orientou no sentido de que qualquer despesa, inclusive precatórios já pagos anteriores a 1988 ou alguma dívida anterior à Constituição de 88, que tivessem transitado em julgado, homologado, se fosse reconhecido pela Justiça, serviriam como lastreamento a uma operação de emissão de títulos.

Fizemos essa operação baseados nessa informação que foi transmitida não somente para o Secretário, mas para todo o primeiro escalão do Governo, inclusive à nossa Assembléia Legislativa que aprovou uma emissão de quatrocentos milhões de reais, ainda em 95. A Assembléia também tomou conhecimento disso e, na realidade, existe o registro na Assembléia de precatórios, porque eles fazem parte do orçamento anual do Estado. Então todos sabiam que se estava usando o acordo dos usineiros dentro de critérios que seriam aceitos. Havia jurisprudência para que fossem aceitos já que a dívida era anterior à Constituição.

O que falei de pesquisa é que, após o levantamento desse programa, em Alagoas, fui obrigado a pesquisar – isso começou com uma ação popular –, fui obrigado a encontrar respostas para essa emissão. Pesquisei várias documentações, inclusive no Senado, e recebi este Parecer nº 405, que tem uma situação muito semelhante, vamos dizer, à operação de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Quem é o autor do parecer?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Este parecer teve como Relator o Senador Gilberto Miranda, e teve um voto em separado do Senador Esperidião Amin.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pode prosseguir.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Gostaria, Sr. Presidente, pois é importante para que fique claro o porquê de toda a situação, de ler alguns tópicos deste parecer. Não vou ler integralmente, mas apenas alguns tópicos para não demorar muito.

"O Sr. Presidente do Banco Central do Brasil encaminha ao Senado Federal, mediante o ofício em epígrafe, solicitação do Sr. Governador do Estado de São Paulo de autorização para emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo – LFTP, destinadas ao reembolso da sexta parcela e liquidação da sétima e oitava parcelas de precatórios judiciais."

Se é reembolso, essa emissão já não era para pagamento de precatórios; era para recompor o caixa do Estado.

"A emissão de títulos solicitada pelo Governo do Estado de São Paulo, destinada ao pagamento de precatórios judiciais, encontra-se fundamentada no art. 33 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias".

Vou pular alguns itens que não julgo necessários.

"O Banco Central, em seu parecer inicial de 13 de junho, sugere que os recursos obtidos com a emissão de títulos destinados ao reembolso da sexta parcela se destinariam a outras finalidades que não o pagamento de precatórios judiciais. Ocorre que o Governo do Estado de São Paulo já pagou esse montante e, para tanto, teve que utilizar recursos de fontes tributárias para cobrir esse pagamento. Assim, a emissão a ser autorizada nada mais faria do que corrigir o desvio inicial".

Pularei um parágrafo.

"Em razão do exposto, nosso parecer é favorável ao acolhimento do pleito do Governo do Estado de São Paulo na forma do seguinte".

Temos o Projeto de Resolução nº 74/96, que, no seu parágrafo único do art. 1º, diz:

"A emissão a que se refere o **caput** deste artigo destina-se ao reembolso da sexta parcela e liquidação das sétima e oitava parcelas de precatórios judiciais, bem como dos complementos da primeira a oita-

va parcelas dos precatórios judiciais pendentes".

Mais abaixo, temos o § 2º do art. 2º, que diz:

"A emissão dos títulos correspondentes aos precatórios judiciais não transitados em julgado fica condicionada à comprovação da decisão judicial final junto ao Banco Central, que autorizará o respectivo registro da CETIP e instituirá controle das informações prestadas pelo Governo do Estado, encaminhando-as ao Senado Federal somente para conhecimento".

Portanto, vê-se aqui que, se não havia decisão transitada em julgado, também não eram precatórios, tecnicamente, como a lei explica.

Depois, temos:

"O pleito do Estado de São Paulo atinge cifras da ordem de R\$748,2 milhões assim distribuídos: R\$42,8 milhões destinados ao reembolso da sexta parcela de precatórios judiciais pendentes por ocasião da promulgação da Constituição, sendo que essa parcela já foi paga mediante recurso tributário do Estado". Depois, R\$48 milhões destinados ao pagamento e "R\$608 milhões destinados aos complementos das oito parcelas de precatórios judiciais pendentes por ocasião da promulgação da Constituição, sendo que os mesmos ainda não representam decisão judicial definitiva".

Isso faz parte do voto do eminente Senador Esperidião Amin.

Na parte do voto em si, diz o eminente Senador:

"Muito embora reconhecemos que o pleito do Estado de São Paulo deva ser considerado justo, nutrimos seriíssimas dúvidas quanto ao seu enquadramento na legislação pertinente à matéria. Cabe salientar que são preceitos constitucionais que podem estar sendo desrespeitados e, portanto, devemos ter o máximo cuidado em sua apreciação, a fim de que as decisões do Senado Federal não venham a ser objeto de ação direta de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal".

Pularei outro parágrafo.

"Porém, conceder autorização para emissão de títulos para reembolso de precatórios judiciais já pagos com recursos tributários e para o complemento das oito parce-

las pendentes de decisão judicial definitiva pode significar a abertura de um precedente gravíssimo, que pode fazer sucumbir o aparato constitucional relativo à emissão de títulos".

Pulando dois parágrafos, temos, ainda:

"Reembolso não é pagamento. Precatórios que hoje ainda estão pendentes de decisão judicial definitiva não eram precatórios pendentes de pagamento à época da promulgação da Constituição, sendo que a respectiva decisão judicial poderá demorar vários anos ou até mesmo ser favorável ao Estado".

Finalizando:

"Assim, ante o exposto, declaramos nosso voto contrário ao pleito paulista, por apresentar elementos inconstitucionais e representar a abertura de um precedente que possibilitará o crescimento desordenado da dívida pública mobiliária dos Estados, com consequência diversa ao processo de estabilização econômica, conforme alerta o guardião da moeda, o Banco Central do Brasil."

Este parecer e esta resolução deram-me, não a certeza, mas uma convicção de que realmente o que procurei...Efetivamente, nos últimos seis meses, tenho me dedicado à matéria, já que era uma matéria que não dominava e ainda não domino, mas já a entendo um pouco melhor.

O que me veio à mente, isto é, quais são as minhas conclusões? É que a Constituição de 1988, ao proibir os Estados de fazerem emissão de títulos públicos, só o permitindo para pagamento de precatórios, deixou uma brecha, ou seja, como se fosse um direito adquirido dos Estados que as dívidas anteriores à sua promulgação, pela Constituição anterior, teriam direito à emissão de títulos.

Acreditei e continuo acreditando que esta abertura que foi concedida em alguns processos – tenho este aqui como exemplo, não sei se existem mais, mas estou dando este como exemplo porque é o que tenho em mãos – corrige um desvio da Constituição, que não previa a emissão das dívidas anteriores à 1988, somente para precatórios, aqueles já decididos.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem V. Exª a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Fui agredido pela declaração do depoente. Ele resolveu, agora, corrigir os desvios da Constituição por interpretação de resoluções e contatos com o Banco Divisa. Que desvios mais o Secretário pretende corrigir na Constituição por este meio absolutamente atípico? Corrigir desvios da Constituição! Temos, aqui, um **quorum** especial para alteração, uma tramitação de artigos da Constituição, tramitação esta regulada por Regimento Interno. Gostaria que o Secretário me explicasse como ele pretende corrigir desvios da Constituição, de **sponte propria**, em cima de pareceres e interpretações de resoluções.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Eminente Relator, não estou corrigindo desvios, estou inferindo uma decisão emanada do Senado Federal. Estou inferindo uma decisão que tenho em mãos.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, qual é a formação do depoente?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Advogado.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem V. Ex^a a palavra.

O SR. GILBERTO MIRANDA - Sr. Presidente, tendo sido citado como Relator da matéria, que ficou muito tempo no Senado, acho que o Sr. José Pereira de Sousa, Ex-Secretário da Fazenda do Estado de Alagoas, desconhece-a um pouco com relação ao Estado de São Paulo.

Esta matéria foi discutida na Comissão de Assuntos Econômicos, foi aprovada, foi a plenário, entrou na Ordem do Dia, foi retirada da Ordem do Dia pelos Srs. Líderes, voltou para a Comissão de Assuntos Econômicos, foi aprovada novamente, voltou ao plenário, entrou na Ordem do Dia e foi aprovada pelo Senado Federal.

O que aconteceu nesse caso? São coisas completamente diferentes. Talvez o depoente desconheça, por isso vou contar um pouco da história...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Gilberto Miranda, perdoe-me, mas vamos permitir que o Senador Roberto Requião...

O SR. GILBERTO MIRANDA – Mas eu fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Um momentinho. Vamos permitir que o Senador Roberto Requião lhe conceda o aparte, porque assim V. Ex^a já esclarece o Relator antes que S. Ex^a precise.

V. Ex^a concorda, Senador Roberto Requião?

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Desde que o Senador Gilberto Miranda o faça com concisão, objetividade e rapidez.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Gilberto Miranda, V. Ex^a continua com o seu esclarecimento.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Sr. Presidente, Srs. Senadores, quando esta matéria...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Peço a atenção para o eminente Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Quando essa matéria chegou ao Senado, dois terços do Senado que está aqui não estava presente. Ela chegou mais ou menos em agosto de 1994, quando o Senado não se reunia por causa das eleições de 1994.

Essa matéria foi pedida pelo Governo do Estado de São Paulo para emitir o 6/8. A Comissão de Assuntos Econômicos, na época presidida pelo Senador João Rocha, não realizou reuniões de agosto a novembro. Essa matéria não foi apreciada naquele ano porque, como Relator da matéria, tendo em vista que o Estado de São Paulo tinha pedido US\$2 bilhões para pagamento de precatórios, solicitei ao Banco Central, que tinha dado só US\$62 milhões, fosse ver a matéria.

O Banco Central esteve em São Paulo, mas não mudou seu relatório. Neguei-me, então, a fazer o relatório e essa matéria não foi votada em 1994.

Em 1995, foi designado por mim, Relator, o Senador Pedro Piva, que também não conseguiu relatar essa matéria. Depois, em 1996, o atual Secretário da Fazenda, Dr. Yoshiaki Nakano, no Governo Mário Covas, pediu a emissão da sexta parcela, porque o Senado não tinha votado; logo, ele teria direito. Quem deveria ter votado na época "sim" ou "não" era o Senado de 1994. Não votou. A matéria ficou em 1995, e também não foi votada. Logo, se o Senado não votou, se o Senado omitiu-se, como Relator, agora em 1996, julguei que o Governador tinha razão, porque foi pedido, e a matéria era tempestiva.

Quanto à interpretação de V. S^a, Sr. Secretário, a respeito dos oitos primeiros oitavos, no que se refere à correção monetária de pouco mais de R\$600 milhões, tendo em vista que complementos de precatórios vencem na Justiça todos os dias, e não poderia o Governo do Estado de São Paulo vir a cada vencimento, a cada decisão judicial fazer um pedido ao Banco Central e vir ao Senado, o Governador Mário Covas pediu que fosse emitido todo o valor calculado pelo Estado, que fosse dado esse valor como provisão. Nós votamos, e eu dei parecer favo-

rável. Inclusive há um parágrafo que V. S^a deveria ler, que diz que, só depois de transitado em julgado ele poderia fazer a emissão desse valor, mediante apresentação ao Banco Central. E esteve aqui o Secretário da Fazenda e disse que até agora não emitiu nada. Então, se ninguém votou, foi culpa do Senado passado, que não votou o parecer. Logo, o Governo de São Paulo não poderia ser prejudicado.

Era esse o esclarecimento, Sr. Presidente, Sr. Relator.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, V. Ex^a concede-me a palavra para um breve aparte?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Se o eminente Relator o conceder.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Relator, sobre essa observação do Senador Gilberto Miranda, hoje li alguma coisa a respeito de se dar uma oportunidade, no âmbito da Comissão, pelo menos aos que o desejarem, aos Relatores dos processos que estão integrando esse rol. Parece-me que é uma proposta da Senadora Emilia Fernandes, e penso que é pertinente.

O SR. GILBERTO MIRANDA? – É minha a proposta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Seja do Senador Gilberto Miranda, seja da Senadora Emilia Fernandes, creio que será uma oportunidade para todos nós nos informarmos sobre a tramitação. Alguns desses aí, por exemplo, tramitaram quando eu estava de licença sem vencimentos. Não conheço a sua tramitação em profundidade. Caso a Senadora Emilia Fernandes faça prosperar seu requerimento, ou a idéia do Senador Gilberto Miranda, talvez possa oportunizar esse balanço dos 10 processos.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Roberto Requião, V. Ex^a continua com a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, quero passar às mãos do ex-Secretário da Fazenda de Alagoas uma certidão do Tribunal de Justiça de Alagoas, que a CPI recebeu, na qual o Tribunal lista cinco precatórios transitados em julgado em 5 de outubro de 1988, no valor de alguns poucos milhões de reais.

Quero que V. Ex^a apresente esta relação do Tribunal, para que dela tome conhecimento o Sr. Secretário. (Pausa)

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O depoente tomou ciência, Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Eu gostaria de uma manifestação do ex-Secretário de Alagoas sobre a precisão dessa certidão do Tribunal de

Justiça do Estado de Alagoas. Essa relação é correta ou existia algum precatório transitado em julgado, além da relação de cinco precatórios que o Tribunal nos apresenta hoje, no valor de alguns poucos milhões de reais?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. S^a pode responder.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Sr. Relator, não me recordo de, em 1995, quando ocorreu essa aprovação, dos precatórios que estavam pendentes. Mas acredito que, como se trata de informação do Tribunal de Justiça, ela deve estar correta.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O depoente freqüentava o escritório situado na Avenida Rio Branco 109/21, antes de ser Secretário de Finanças de Alagoas?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Freqüentava esporadicamente.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Nesse local, funcionava uma empresa chamada Atatur Câmbio e Turismo, que, na realidade, atuava no mercado paralelo de dólar. O depoente tinha conhecimento disso?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Não, senhor. Essa empresa pertence ou pertenceu, já que faliu há uns seis meses, a uma sobrinha de minha esposa. Até onde sei, tratava-se de uma empresa de turismo que fornecia passagens para empresas estatais, para empresas privadas. Essa era a atividade dela. Não conheço essa outra atividade.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Quais os funcionários ou representantes do Banco Divisa que participaram efetivamente da emissão de títulos de Alagoas?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – O Dr. Marcos Vinícius Guimarães foi o responsável pelo levantamento da documentação no Estado de Alagoas. Tive contato pessoal com a diretoria do Banco Divisa. Lembro-me agora do Dr. Roberto Sampaio, do Dr. Marcos Vinícius e do Dr. Genival. Havia mais umas duas pessoas, mas não me recordo dos nomes. Estive uma vez, durante essa fase, dentro do Banco Divisa, em reunião, tratando desse assunto.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Eu gostaria que o depoente me precisasse exatamente o trabalho desempenhado pelo Banco Divisa.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Se não me engano, acabei de entregar ou entreguei ao Sr. Presidente uma carta do Banco Divisa endereçada a mim, Secretário na época, dando todo um escopo do trabalho realizado pelo Banco.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Passo-a às mãos do Senador Roberto Requião para fazer o seu exame.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, que seja anexada ao nosso processo e enviada ao nosso assessor que cuida de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Já o determinei.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O depoente tem conhecimento de que o Banco Divisa incluisse na sua equipe técnica algum especialista em falsificação de documento?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não tem conhecimento.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O depoente tem conhecimento de que um parecer emitido pela Procuradoria-Geral do Estado de Alagoas conclui pelo não reconhecimento da cláusula de sucesso com o Banco Divisa no montante de R\$14 milhões, uma vez que o banco assinou um contrato de risco para levantar recursos para o Estado e fracassou em sua missão de garantir absorção dos títulos?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Tomei conhecimento desse parecer após o levantamento do problema no Estado, mas, na realidade, esse parecer não era definitivo, mas temporal, porque o Estado de Alagoas não pagou de uma única vez o valor ao Banco Divisa. O Estado de Alagoas pagou na medida em que iam sendo colocados os títulos. Por sua vez, por ter havido um leilão público, que foi publicado nos jornais do Sul e no Estado de Alagoas durante três dias úteis, e quando o fundo de liquidez recusou, inclusive, uma proposta inicialmente de venda e, depois, recomprou todos os títulos, o Banco Divisa julgava que o seu trabalho estava pronto. Mas, assim mesmo, pagamos o Banco Divisa em títulos, não em espécie, à medida em que os recursos iam entrando no Estado e à medida em que o Estado ia colocando esses títulos no pagamento de dívidas contratuais, no pagamento de bancos. Nessa medida que fomos pagando.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, tenho certeza de que o depoente tem um advogado bem mais experimentado do que eu. Eu gostaria que ele me explicasse quando um parecer conclusivo da Procuradoria pode ser considerado temporal. Que cláusula, que termos, que frase, que artifício pode transformar um parecer conclusivo, despachado pelo Governador do Estado nos seguintes termos: "para Secretaria da Fazenda para aten-

der às recomendações da Procuradoria-Geral do Estado. Em 20/10/96. Divaldo Suruagy"?

Como é que um parecer dessa ordem, com um despacho categórico como esse, pode ser considerado temporal?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. S^a tem o parecer, Sr. José Pereira de Sousa?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Tenho, sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Esclareça o Relator.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O despacho do Governador seria temporal, também?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Na verdade, diz o parecer não reconhecer como dívida o montante calculado no valor de 14 milhões, conforme quadro demonstrativo... – é importante esse detalhe, Sr. Relator – não reconhecer como dívida o montante calculado no valor de 14 milhões, 113 mil, 905 e 56 centavos, conforme quadro demonstrativo apresentado pelo banco na correspondência datada de 13 de fevereiro de 1996.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – E o despacho?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Gostaria de concluir, Sr. Relator.

...Proceder ao levantamento de volume de títulos efetivamente absorvido pelo mercado financeiro, observando-se data de emissão e vencimento de cada um; proceder ao cálculo da remuneração do Banco Divisa tomando-se como base a quantidade e não o valor em real do título efetivamente colocado no mercado financeiro nacional sob a qual deverá incidir o percentual pactuado adotando-se como exemplo.

Isso aqui até gerou na imprensa de Alagoas uma informação de que haveria a Procuradoria mandado pagar 2 milhões e 600, em vez de 14 milhões, quando, na realidade, o parecer dá um exemplo de que, à medida que fosse colocando, iria sendo pago. Esse exemplo está aqui: com base nos cálculos efetuados, segundo o exemplo acima – e não determinando o valor acima. Então, esses pagamentos foram feitos paulatinamente na medida em que se colocavam os títulos.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, tenho um despacho do Governador Divaldo Suruagy:

À Secretaria da Fazenda para atender as recomendações da Procuradoria Geral do Estado.

Esse despacho foi cumprido pelo Secretário ou não? Sim ou não?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Não posso responder sim ou não, Sr. Relator, tenho que dar uma explicação. Tenho outro despacho aqui à ICF – Inspeção de Contabilidade e Finanças.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – De quando é esse despacho?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – É de 15 de março de 96.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – E o outro, Senador?

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – 20/10/96.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Posterior a esse aqui?

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Posterior.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Então, dê conhecimento desse aqui.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Diz o seguinte: de conformidade com o competente parecer da d. Procuradoria do Estado, autorizo proceder aos entendimentos com o Banco Divisa e realizar o pagamento através de LFTs, de acordo com esse parecer. Esse despacho foi feito pelo meu substituto.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Em qual dia?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Dia 15, se não me engano, 15 de março de 1996. Penso que está bem legível.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O seu substituto, não o Governador? O substituto do depoente. Passarei o documento às mãos do Senador Roberto Requião, Relator, para um exame comparativo rápido.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – A minha pergunta foi diversa da resposta. Quero saber se o depoente teve conhecimento do despacho do Governador e se cumpriu ou não esse despacho.

Quero passar às mãos do depoente o despacho para lhe avivar a memória. É este último. Até porque quem governa Alagoas é o Governador do Estado e não o Secretário substituto.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. S^a tomou conhecimento do despacho?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Tomei conhecimento desse despacho já na fase de investigações na Assembléia Legislativa. Volto a afirmar: os pagamentos, segundo análises realizadas nessa fase de investigação, foram feitos de acordo com contrato. Desse despacho não tive conhecimento porque certamente não fui eu que o recebi, devia estar ausente por algum motivo, e ele foi, vamos dizer,

recebido e despachado pelo meu substituto. Pelas ações também tenho co-responsabilidade, mas não tinha tomado conhecimento desse parecer e, volto a dizer, as operações, os pagamentos que foram realizados dentro do escopo contratual.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. S^a está tomando conhecimento agora nesse instante?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Não, já tinha tomado conhecimento, é que não me lembrava. É tanto papel... Tomei conhecimento na fase de investigação da CPI de Alagoas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Roberto Requião com a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, requeiro que V. Ex^a determine a nossa Assessoria a realização de uma diligência para termos a noção clara e definitiva se o Secretário estava no exercício do seu cargo no dia do despacho, nos dias próximos ao despacho ou não. Quero verificar essa ausência.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Diligência deferida, a Assessoria tomará as providências.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Se existem outros documentos assinados no mesmo período, no mesmo dia, entre os documentos expedidos pelo Secretário da Fazenda.

Sr. Presidente, o Secretário, ao afirmar que pagou a taxa de sucesso com títulos, faz uma confissão clara de desvio de função. Mesmo que pudéssemos considerar precatórios os acordos com os usineiros, eles poderiam servir para qualquer coisa menos para pagar o Banco Divisa. Quero saber se o entendimento do depoente, hoje e naquela ocasião, é exatamente o entendimento a que este Relator chega neste momento.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Exatamente. Foram pagos com títulos o Banco Divisa, outras dívidas de Estado e outros bancos também, foram alguns AROs liquidados com os títulos de Estado, porque estávamos numa operação e, dentro daquilo que foi encaminhado e pedido, tratava-se de uma operação de reembolso e recomposição do caixa do Estado. Portanto, julgávamos e julgamos que poderíamos dispor dos títulos, tanto é que todas essas operações foram aprovadas em nível governamental.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O pedido de Alagoas, Sr. Presidente, teve uma tramitação extremamente rápida no Banco Central. O parecer

está datado de 07 de dezembro, demonstrando que esse pedido tramitou no Banco Central por apenas 23 dias. Foi examinado por 23 dias e o Banco Central mandou para o Senado um parecer inconclusivo, datado de 07 de dezembro. O depoente poderia dar a esta CPI a informação de alguma medida tomada pelo Governo de Alagoas para acelerar a tramitação desse processo no Banco Central?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – No Banco Central não houve qualquer atuação do Governo do Estado nem do Governador, nem do Secretário, nem de ninguém.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Nem do Banco Divisa?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Quanto ao Banco Divisa, a aprovação era função dele – está escrito no contrato -, era proceder ao encaminhamento da documentação, ao acolhimento dos documentos e à aprovação do Banco Central, se viesse a fazer essa pré-aprovação. Na realidade, no Banco Central não tivemos qualquer atuação.

Aliás, Sr. Relator, quero destacar um fato ocorrido na mesma época. No Estado de Alagoas, quando o Governo se instalou, no dia 1º de janeiro de 1995, já recebemos o Estado com praticamente três folhas, duas folhas e meia atrasadas. A situação era muito difícil, como continua até hoje. Tentamos a obtenção de recursos não só no mercado interno como também no mercado externo. Fizemos uma montagem de uma operação financeira de empréstimo externo no valor de US\$160 milhões. Esta operação...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Exª tem a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O depoente teve a oportunidade inicial de expor todas as circunstâncias do processo. Para que o meu trabalho possa se realizar com desenvoltura e consequências lógicas, espero que daqui para frente o depoente se limite a responder às perguntas feitas. Havendo sempre a possibilidade de V. Exª dar a ele a palavra ao fim, ao cabo do interrogatório da participação dos Senadores para que exponha o que achar necessário.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Posso continuar, Sr. Presidente?

Então, fizemos um pedido ao Tesouro Nacional, o que seria o processo natural. Entrou toda a documentação referente à operação. Era uma operação sem o aval da República, securitizada, com

parcela do fundo de participação estadual, uma operação de três anos...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, insisto na minha questão de ordem. Não tenho qualquer interesse em saber de uma operação que não concerne a esse processo.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O que o eminente Senador Roberto Requião deseja saber é quem fez essa atuação de influência junto ao Banco Central.

O depoente já declarou que não foi o Governador, não foi o Secretário, ou seja, nenhum membro do Governo; foi o Banco Divisa.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Na realidade, volto a dizer, não tivemos qualquer atuação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – A Portaria que deu origem a esse processo não foi publicada. O original foi supostamente extraviado. Esse extravio acabou impossibilitando a realização de uma perícia técnica sobre a autenticidade do documento. Vários integrantes do Governo de Alagoas, à época, já declararam que essa Portaria é falsa. O depoente e demais membros do Governo Suruagy foram acusados de falsificar uma portaria para atender ao requisito constitucional da decisão editada sobre os montantes dos precatórios pendentes de pagamento na data da promulgação da Constituição.

Quero saber se o responsável pela apresentação dessa portaria, falsificada ou não, foi o depoente. No caso de não ter sido o depoente, quem foi?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O depoente pode responder.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Não fui eu. Não sei quem foi.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Mas a portaria é falsa?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Não admito a sua falsidade sem que haja uma perícia nessa portaria.

Sr. Presidente, se possível, eu gostaria de me alongar um pouco mais na explicação referente a essa questão da falsificação, porque penso que isso é fundamental.

No dia 11 de novembro de 1996, eu estava em minha residência e recebi a visita do Sr. Governador, do Sr. vice-Governador, do Dr. Cruz de Mello, que é o Presidente das Organizações Arnon de Mello, e de mais dois assessores. Eles conversaram comigo sobre esse problema da portaria. Dizia, naquela oportunidade, o Sr. Cruz de Mello: "Pereira, essa

portaria é falsa, e esta é uma falsificação grosseira, porque o Fernando – ele o trata assim, já que é primo do ex-Presidente – não assina dessa forma. O Fernando assina FCollor." Ele imitou a assinatura do Sr. Fernando Collor num pedaço de jornal que estava em cima da mesa.

A partir daí, essa foi a versão da falsidade da portaria. Dois dias depois, no jornal **Gazeta de Alagoas**, foi publicada uma outra versão. Naquela altura, ele também dizia que já tinha conversado com o ex-Presidente e que este teria confirmado que a portaria não tinha sido assinada por ele. Dois dias depois, no jornal **Gazeta de Alagoas**, foi publicada a versão de que a portaria teria sido escaneada. Essa era uma segunda versão. Na realidade, nunca consegui apurar se ela é falsa ou não, em que pese ter pedido ao Ministério Público de Alagoas e à Assembleia Legislativa que fizessem a perícia técnica, como determina o Código de Processo Penal.

Na realidade, estou aguardando. Enquanto não houver uma comprovação tácita de que essa portaria foi falsificada, não acredito na sua falsidade.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, falando em falsificações, não tenho dúvida de que essa tabela da relação de precatórios pendentes foi falsificada. O Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas nos mandou uma relação de precatórios, e chegamos à conclusão de que Alagoas só poderia emitir títulos em cima de cinco precatórios de valores irrisórios. E nenhum dos cinco precatórios faz parte dessa tabela apresentada ao Banco Central.

Essa falsificação é da responsabilidade do depoente ou do Banco Divisa? Porque essa falsificação é clara e insofismável. Não há a hipótese de ter sido escaneada ou não, porque ela foi aposta à documentação pelo Secretário. Ele ou Banco Divisa é o autor da falsificação? Já apresentei os dois documentos que foram reconhecidos pelo Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Dr. Pereira, V. S^a pode dar uma explicação para o Sr. Relator.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Essa tabela foi acostada ao processo de pedido (?) do Banco Central e foi feita com base no acordo do INDEP da cana (?) própria. Essa tabela foi feita pelo Banco Divisa.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Roberto Requião, V. Ex^a tem a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – A pergunta é como eu gosto, e a resposta também deve ser como eu gosto: objetiva.

O Secretário poderia dizer quanto dos R\$301 milhões de Letras do Governo de Alagoas foi utilizado para o pagamento de precatórios?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a tem conhecimento desse valor?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Não tenho conhecimento. Sei que tem havido pagamento de precatórios no Estado. Mas não tenho conhecimento disso, porque estou fora da Secretaria desde outubro do ano passado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O depoente desconhece o montante, porque está fora da Secretaria desde outubro, Senador Roberto Requião.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Segundo um atestado apresentado pelo Procurador Carnaúba, nenhum centavo foi utilizado para pagamento de precatórios até julho de 1996. O depoente confirma ou infirma essa afirmação?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Até julho de 1996...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Nenhum centavo havia sido utilizado para pagar precatórios.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Não posso dar essa assertiva. Não posso dizer se isso está certo ou errado, porque não me recordo. Mas queria dizer que o Dr. Luiz Carnaúba é um desafeto deste depoente e, portanto, tenho minhas dúvidas quanto às informações vindas de S. S^a.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O Senador Roberto Requião levará em conta esse esclarecimento.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O Sr. depoente poderia explicar com que autoridade desviou recursos da venda de títulos para finalidades alheias àquelas determinadas pela Resolução do Senado e pela Constituição Federal? Devo dizer que essa afirmação é minha, e não do Sr. Procurador Luiz Carnaúba.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – O Decreto do Poder Executivo de nº 36.804/95 mais as autorizações específicas para esses pagamentos, emanadas não só da Procuradoria, mas da Auditoria-Geral do Estado e do próprio Governador do Estado, dão a sustentação a esses pagamentos.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – O depoente poderia informar qual o volume total das letras financeiras que foram negociadas, para quem foram negociadas, qual o valor em reais arrecadados, qual o custo médio dessas operações e qual o deságio?

Quanto a taxa de sucesso, já foi esclarecido que era da ordem de 4,5%.

Repito: qual o custo médio dessas operações em relação ao deságio?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Em relação ao deságio, tivemos um custo médio de 20,84%. Isto abrange operações com vencimento em 1997, 1998, 1999 e no ano 2000. 20,84% foi o custo médio do deságio.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, eu gostaria que o Sr. depoente explicasse de quem partiu a idéia para a utilização dos títulos para pagamento de empreiteiras, quem assumiu o comando das negociações com as empreiteiras, quais as pessoas envolvidas nessas negociações e o que o depoente teria a dizer sobre a afirmação de que as obras pagas foram todas superestimadas.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem a palavra o Sr. José Pereira de Sousa.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – A determinação para o pagamento surgiu de uma reunião do Governo. Eu, inclusive, pessoalmente, não queria essa utilização, pois entendia que poderia haver uma desvalorização já que o Estado estava indo primariamente ao mercado; todavia, foi-me dito e colocado que, já que não conseguíamos vender essas letras, em que pese havermos praticado talvez deságios dos mais elevados pela situação do Estado – e o deságio reflete a credibilidade do credor – então, poderíamos fazer obras.

De outra parte, eu não tive nenhuma participação direta nas negociações com as empreiteiras.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – V. S^a, nessa reunião, opinou favoravelmente ao pagamento?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Não, Excelência.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Quem mais, além de V. S^a, opinou contrariamente?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Que eu me lembre não teve nenhuma opinião contrária.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Quais as pessoas da Administração de Alagoas que participaram dessa reunião?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Estavam presentes o Sr. Governador e o Sr. vice-Governador do Estado...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – ... e V. S^a.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Sim.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Em que circunstâncias V. S^a foi demitido da Secretaria da Fazenda do Estado de Alagoas?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Não fui demitido, Sr. Relator; pedi demissão, como aliás já havia feito uma meia-dúzia de vezes. Assim, repito, pedi demissão da função; não fui demitido.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – V. S^a assumiu algum outro cargo no Governo de Alagoas posteriormente?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Não, Excelência.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Esta CPI, através da opinião de alguns de seus membros, está pensando em determinar o resgate dos títulos por desvio de finalidade, conforme a Resolução nº 69, art. 16, §4º.

Que impacto isso teria no Estado de Alagoas e qual, na sua opinião, a possibilidade de o Estado de Alagoas fazer frente a essa determinação?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – O impacto seria um desastre na economia alagoana.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Qual seria a possibilidade de o Estado fazer face a esse impacto?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Acredito que teria de haver uma substituição de dívida por um alongamento de dívida para vinte ou trinta anos.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Sr. Presidente, por ora, essas são as perguntas do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem a palavra o Senador Esperidião Amin, como primeiro Senador inscrito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, Srs. Senadores, eu queria pedir permissão ao Sr. Presidente para fazer aqui uma breve reflexão em função do impasse a que nos remeteu essa última pergunta do nobre Relator. Queria, inclusive, pedir atenção especial do Relator. Sou um cidadão profundamente impregnado do municipalismo e sou federativo. Acho fascinante a Federação, a autonomia do Estado e o Município na Federação. Mas estou com um estudo que vou aqui tornar público. E queria apenas um minuto para isso.

Com a estabilidade da moeda e da economia, as unidades da Federação não podem mais fazer aventuras econômicas, aventuras financeiras. Isso não vale apenas para Alagoas; vale para todos nós, que somos a Casa da Federação.

Meu estudo diz que se um Estado da Federação chega ao estado de insolvência, nós ouvimos o seguinte: se houver intervenção, a União é que vai

pagar a conta. A União que vá pagar a conta para ver como é bom. Estou fazendo o estudo de uma emenda constitucional. Se o Estado não cumpre as prescrições de despesa máxima com pessoal, etc, e se chega à situação de um déficit mensal de R\$20 milhões, como aqui foi relatado, por força de uma série de direitos estabelecidos, o melhor para a União e para a Federação seria que, em vez de intervenção, o Estado – repito, não apenas o de Alagoas, mas qualquer um – voltasse à condição de território, porque o Estado só chega a essa situação quando há um conluio do Judiciário com o Legislativo, com o Tribunal de Contas e com o Executivo. É impossível o Executivo fazer um estrago como esse. É impossível, Sr. Presidente. É preciso que o Tribunal de Justiça, o Judiciário, participe. É preciso que o Tribunal de Contas participe, por ação ou omissão. E é preciso que o Legislativo participe. E o Senado, também, talvez ajude. Esse foi apenas um comentário que aceitei.

Mas quero concluir dizendo que não pode a Federação ser acuada pela insolvência. Quer dizer, o Estado está insolvente, e o problema agora é da União. Se quiser, ela que designe um interventor, venha aqui e pague as contas; o Judiciário continuará funcionando como antes – não é Justiça Federal -, o Legislativo ficará como estava, o Tribunal de Contas também, e a União paga. Depois sai o interventor, talvez escorraçado.

A Constituição, em uma Federação, precisa ter outro mecanismo. E diante da insolvência consentida, admitida, estimulada por todos os entes do Estado, ele que volte, transitoriamente, à condição de território. Aí o Judiciário deixará de ser Judiciário estadual, o Tribunal de Contas será desnecessário, até porque não funcionou; o Legislativo voltará a funcionar quando existir e inclusive a representação federal. Por isso concordei com o Senador Pedro Simon. Inclusive a representação federal será alterada pela condição de território.

Fico estimulado. Meu estudo está pronto. Ele não é contra a Federação; é um estudo federativo. A Federação é uma entidade que não prescinde da responsabilidade.

Minhas perguntas serão breves porque tive a oportunidade de mencionar esse aspecto. Tenho duas perguntas a fazer. Primeiro, o depoente poderia explicar... Tenho em mãos o inteiro teor do depoimento. Seria até uma maneira de retribuir a gentileza, pois o depoente me distinguiu lendo um trecho do meu voto em separado, vencido aqui no Senado, e eu li quase todo o seu depoimento na Assembléia

Legislativa de Alagoas. O depoimento foi prestado no dia 11 de dezembro, já na condição de ex-Secretário. Algumas coisas não são atuais porque, em 11 de dezembro, a nossa CPI estava dando os seus primeiros passos.

A minha primeira pergunta é: com base em que no seu depoimento, pág. 10, V. S^a afirmou na Assembléia que o Senado Federal tinha conhecimento de que o montante adquirido com a emissão e venda dos títulos financeiros de Alagoas não seria exclusivamente para o pagamento dos precatórios? Quero dizer que a minha pergunta não se confunde com a longa explicação do depoente que foi procurar um argumento em 1996 – o argumento é o processo do Estado de São Paulo, está aqui em minhas mãos – para justificar uma ocorrência de 1995. Então gostaria de saber em que V. S^a se baseou para afirmar à Assembléia Legislativa do seu Estado que o Senado tinha consciência de que o dinheiro não era para pagar precatórios vencidos em outubro de 1988, conforme prescreve o art. 33 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem a palavra o José Pereira de Sousa.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Porque ele foi feito, vamos dizer, com base na reestruturação e recuperação de pagamentos efetuados pelo Estado; portanto seria uma reestruturação de caixa. Esse dinheiro entraria no caixa do Estado e seria, vamos dizer, para outros pagamentos, principalmente folhas de pagamento.

Lembro-me que estive aqui – não me lembro se foi nessa sala...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Isso já em 1995, então?

Vou atalhar, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Não, em 1995.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Toda a argumentação de 1996, que foi expendida aqui com base no meu parecer, no parecer do Senador Gilberto Miranda, aquilo só poderia ser premonição, só poderia ser argumento para 1995 como premonição. Admito que o depoente tenha usado isso, em 1996, em seu depoimento, mas como é que ele sabia que o Senado admitia isso?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Estive aqui no dia da aprovação, não me recordo se foi nessa sala.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Em dezembro de 1995?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Em dezembro de 1995. No dia da aprovação, eu estava presente e verifiquei que havia um esforço dos Srs. Senadores para que o Governador Divaldo Suruagy resolvesse o problema do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Os problemas como um todo, não apenas o pagamento de precatórios.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Os problemas financeiros. Houve inclusive parabéns pela aprovação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – A dedução do depoente, Senador Esperidião Amin, à vista dessa declaração, é da interpretação pessoal que ele fez de que o Senado queria ajudar o Governador Divaldo Suruagy a saldar as dívidas do Executivo.

V. Ex^a continua com a palavra, apesar de ter dito que só ia fazer duas perguntas. Tem que desdobrar agora em outras.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, não posso deixar de fazer um comentário.

O ex-Secretário de Fazenda do Estado de Alagoas é um homem versado em administração, inclusive com participação na administração federal.

O quadro que a Senadora Emilia Fernandes preparou, com o disquete das colocações, com essa média de deságio, com a incapacidade de fazer frente aos compromissos que já existiam – já existiam compromissos que eram impagáveis -, fazer uma operação de crédito dessa, com deságio variando entre 10% e 37%, 25% na média, não posso deixar de fazer aqui um comentário. Se alguém pensou que estava ajudando o Estado de Alagoas com isso, essa operação foi um estupro. Isso é um estupro contra as finanças do Estado de Alagoas, não tem outra expressão, contra uma pessoa inerte, sem capacidade de defesa, porque isso é impagável, isso é impagável, não há como rolar essa dívida.

Com base nisso, minha segunda indagação: a quem, ou a quais pessoas – essa pergunta é apenas uma derivação da que foi feita pelo Senador Roberto Requião – é atribuída a elaboração e a juntada ao processo para emissão de Letras Financeiras de Alagoas, da Portaria 1.928-A, a qual contém a assinatura do ex-Presidente Fernando Collor, como já foi dito? Recentemente, o próprio Governador Divaldo Suruagy contestara, publicamente, a sua veracidade. Aí, refiro-me àquela famosa carta do Governador Divaldo Suruagy ao ex-Presidente Fernando Collor, datada de 22 de novembro de 1996 – se não me falha a memória. Vale ressaltar que, no seu depoimen-

to – no depoimento da testemunha na CPI – V. S^a afirmara que essa portaria surgiu dentro da própria Secretaria da Fazenda de Alagoas, conforme folha 08, do referido depoimento. Se for necessário, eu tenho o depoimento aqui.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Perfeito. Lembro-me do depoimento, Sr. Senador. Até hoje não consegui determinar quem colocou essa portaria. Ela me foi apresentada – não a portaria em si – mas tínhamos uma pilha de documentos e três me foram dados. Um era essa portaria, e o outro, uma portaria do mesmo teor, sem a assinatura do ex-Governador Moacir Andrade, e o outro era a lei autorizativa de emissão de ORTEs. Esta portaria, sem assinatura, eu a peguei e a levei para que o Governador Divaldo Suruagy fizesse uma consulta ao ex-Governador, para que nos pudesse esclarecer se haveria alguma coisa que ele soubesse a respeito dessa época. Se vier a ser determinado que a portaria é falsa, seria preciso apurar quem a falsificou. Agora, não foi o depoente que acostou aos documentos na Secretaria. Essa portaria, essa documentação foi também nesse dia encaminhada ao banco e colocada... vamos dizer... deu entrada no Banco Central...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – No Banco Central?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Não. O Banco Divisa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – O Divisa é que montou, não é?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – O Divisa levou toda a documentação ao Rio de Janeiro e, depois, no dia em que deu entrada no Banco Central, trouxe o processo todo formalizado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Esperidião Amin.

V. S^a deseja dar outros esclarecimentos?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Sim, Sr. Presidente.

V. Ex^a falou sobre a carta do Sr. Governador Divaldo Suruagy. Devo esclarecer que ela – apesar de não a ter lido, pois tive conhecimento pela imprensa... O Governador Divaldo Suruagy nunca admitiu a falsidade da portaria, mas admitiu a sua não validade por não ter sido publicada no Diário Oficial. Isso, pelo menos, é assunto de todas as entrevistas que faz. Ele sempre diz que a não-validade poderia estar assegurada pelo fato de não estar publicada. Mas, não, sobre sua falsidade. Ele não admitiu a falsidade, segundo, inclusive, o próprio depoimento que fez à CPI.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Sr. Presidente, peço a palavra para concluir.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem a palavra, Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – É quase que nos remeter a um outro assunto. Falar de corda em casa de enforcado é muito complicado. Mas isso tem toda a semelhança com o incidente da Operação Uru-guai. Só para nos lembrarmos: o original nunca apareceu. Por razões óbvias: não resistiria ao mais primário exame de idade do documento. Por isso não apareceu.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Isso é um comentário pessoal. Quer fazer a pergunta?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Existe uma matriz dessa portaria? Até porque nós temos um problema semelhante – e V. Ex^a sabe – no meu Estado.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Não, Sr. Senador. Conheci e tive contato já em xerox.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O depoente não tomou conhecimento da matriz. Ele já havia declarado isso.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Considero encerrada a minha participação.

SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Tem a palavra a Senadora Emilia Fernandes, como segunda oradora inscrita.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, Srs. Senadores, como já é do conhecimento de todos os membros desta Comissão, nós, por determinação da Relatoria da Comissão, juntamente com a consultoria do Senado e com o apoio de técnicos do Banco Central – gostaria inclusive de desde já registrar a dedicação e a competência das pessoas que participaram e nos auxiliaram no levantamento desses dados – hoje pela manhã, entregamos ao Presidente desta Comissão um relatório sobre a primeira parte desses trabalhos, a análise do disquete que recebemos do Banco Central, no qual identificamos as instituições detentoras dos títulos públicos estaduais e municipais, em 27 de fevereiro de 1997, tanto em termos de quantidade física, quanto em termos financeiros. Imediatamente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ingressamos já na segunda etapa dos trabalhos, que continua sendo elaborada, logicamente, consistindo no levantamento dos deságios iniciais, quando da venda primária dos títulos, e no rastreamento da ação das instituições envolvidas. Claro que no sentido de apurar quanto cada uma ganhou, valor este que representa, sem dúvida, o prejuízo do Estado e dos Municípios. Ainda na segunda

fase, estamos tentando fazer um cruzamento de dados, o que penso que será fundamental.

A partir desses dados, Sr. Presidente, Sr. Senadores, gostaria de perguntar ao depoente, Sr. José Pereira de Sousa, em primeiro lugar, o seguinte:

O depoente considera que o Banco Divisa, que foi contratado pelo Governo do Estado de Alagoas para ajudá-los, orientá-los na emissão e colocação dos títulos, correspondeu às expectativas, cumpriu com as cláusulas do contrato? No seu entendimento, quanto o Banco Divisa teria recebido pelas operações que intermediou? V. S^a tem essa informação?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Dr. Pereira.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Na realidade, acredito que pelo escopo do contrato, pelo trabalho realizado, ele cumpriu a parte que lhe coube em termos de trabalho; cumpriu plenamente. Se lermos o contrato, ele fala na aprovação do Banco Central e em outras, na assessoria, vamos dizer, a toda a operação. Ele realmente fez isso. Naquela época, tentamos colocar esses títulos junto à Caixa Econômica Federal. Tivemos, inclusive, praticamente fechada uma operação de financiamento – aí não era de venda, era de financiamento – dos títulos com a Caixa Econômica Federal, no valor de 80 milhões, que só não foi realizada no dia 22 de dezembro de 1995 porque o Banco do Estado de Alagoas, que é o custodiante, quem faz a gestão do fundo de liquidez, negou-se a dar uma carta de recompra à Caixa Econômica Federal, como ela pedia. Ao se negar, a Caixa não sentiu segurança na operação, ficou com receio de não ter a liquidez dos títulos quando necessário e desistiu da operação em 22 de dezembro de 1985. Estivemos também com o Banco da Amazônia tentando uma operação similar com valor inferior, valor de 40 milhões. Estivemos com alguns bancos privados de grande porte, dou o Bradesco como exemplo. Eu estive, com o Sr. Governador, junto à Diretoria do Bradesco fazendo a oferta dos títulos. Estivemos, inclusive, na Prefeitura do Rio de Janeiro, que naquela altura estava aplicando dinheiro no mercado, porque tinha sobras para investimentos, e tentamos uma operação de 50 milhões com a qual, por interferência do Sr. Governador do Estado, o Sr. César Maia, Prefeito à época, havia concordado. Houve depois uma discordância e não foi realizada essa operação porque a Secretaria de Finanças queria a garantia de um banco de primeira linha. E uma garantia de um banco de primeira li-

nha... Alagoas estava com seu banco sob intervenção, e nós não teríamos como dar essa garantia. Então, não foi feita essa operação.

Na realidade, o Estado caiu no lugar comum, o que se viu em outros Estados: foram as operações feitas através...

Ainda mais, em janeiro, se não me engano, em janeiro ou final de dezembro, mas talvez janeiro ou fevereiro – a data eu não sei precisar – nessa fase estávamos tentando colocar os títulos, visitei algumas fundações, fiz um **workshop** aqui em Brasília, no Hotel Carlton, onde havia mais de 15 representantes de fundações, com a presença do Governador de Estado, oferecendo a essas fundações, vamos dizer, os títulos do Estado de Alagoas e dizendo o que era o Estado, a sua economia, os programas de Governo, etc., tudo.

Fizemos um trabalho como se estivéssemos fazendo a implantação de debêntures conversíveis em ações ou de ações. Estávamos vendendo, vamos dizer, um produto chamado Alagoas. E, na realidade, só recebemos ofertas de corretoras e de alguns bancos. Nesse momento, eu não sei precisar para a eminente Senadora quais foram os bancos.

Tenho aqui uma relação, que é uma relação conhecida, com todas as operações que foram realizadas pela Secretaria.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, temos a relação também, temos dados, enfim. Eu só gostaria de saber se o depoente se lembrava de uma operação, de uma emissão de títulos que foi feita exatamente com o Banco Divisa no período de 31 de janeiro de 96 a 18 de março de 96, num total de R\$12.425,00. O valor dessa operação foi de mais de R\$9 milhões, com um deságio de 23,86%, deságio este equivalente a R\$13 milhões.

Então, o que, na realidade, me faz concluir é que, só nessas operações, nesse período, o Maxi-Divisa levou os R\$9 milhões do valor da operação mais os R\$13 milhões que ganhou no deságio; portanto, levou do Estado, que é tão pobre e com tantos problemas, R\$23 milhões.

Essa é a consideração inicial que tenho a fazer.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, o rastreamento das operações conduzidas pelo fundo de liquidez do Estado de Alagoas aponta a concessão dos seguintes deságios com relação ao valor de emissão de títulos. Vou ler, para depois fazer o questionamento:

O Banco Interfinance, um deságio de 36,82%, equivalente a R\$23,5 milhões; o Maxi-Divisa, já falei,

um deságio de 23,86%, no valor de R\$13 milhões; a Perfil, nas suas negociações, teve um deságio de 21,31%, equivalente a R\$9,9 milhões.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senadora Emilia Fernandes, desculpe interrompê-la, mas vou pedir ao Senador José Serra que, na qualidade de Relator-adjunto, assuma a relatoria, enquanto se encontra ausente momentaneamente o Senador Roberto Requião.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Nas operações feitas com o Banco Banforte, um deságio de 36,89%, ou seja, um valor em reais de R\$5,4 milhões; Negocial Distribuidora fez as suas operações com deságio de 23,35%, equivalente a R\$1,7 milhões; o Banco BMC, com deságio de 20,13%, o que deu um total de R\$843 mil; o Banco do Estado de Alagoas também teve um deságio de 10,54% – aí até foram bem mais generosos -, o que deu só um valor de R\$706,00; e a Corretora Vaz Guimarães fez as suas negociações com um deságio de 21,86%, o que corresponde a R\$228 mil.

E aqui, Srs. Senadores, é importante chamar a atenção para uma operação. Todas deveriam ter sido feitas assim. Aí, seria muito interessante. Uma operação também foi feita, com o valor acima do valor da emissão, portanto, com ágio. Quem comprou, Senador Esperidião Amin, quem comprou os títulos do Estado de Alagoas foi o Banco de Santa Catarina, com um ágio de 5,47%, quer dizer, Santa Catarina perdeu dinheiro num total equivalente ...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Comprou de quem, Senadora?

A SRA. EMILIA FERNANDES – Do Estado de Alagoas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN – Não tinha intermediário?

A SRA. EMILIA FERNANDES – Vamos chegar lá no momento em que começarmos a fazer o rastreamento. Ainda estamos no momento da emissão dos títulos.

Em conjunto, tais operações resultam num deságio total – calculando a média ponderada dos deságios e considerando a operação com ágio – de 25,53%, ou seja, um montante de prejuízo para o Estado de Alagoas no valor de mais de R\$54 milhões.

Sr. José Pereira de Sousa, como justifica a concessão desse lucro de R\$54 milhões para os operadores do mercado financeiro de um Estado com todas as dificuldades colocadas?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Senadora, exatamente porque o Estado tem as dificuldades

que V. Ex^a acaba de se referir que o deságio é um dos maiores praticados no País, e por uma razão simples: o deságio de 35%, 36% e 37% – que é anunciado e realmente lembro esses valores, esses percentuais –, referem-se a títulos com vencimento no ano 2000. Portanto, temos títulos com 4 anos e 7 meses de sua comercialização.

Então, o deságio ficaria, para que haja um entendimento melhor, teríamos que ter o deságio mensal, esse realmente... O montante depende... Se for um título de 30 anos, o deságio será de 80%

Na realidade, todas as operações foram feitas entre dois parâmetros. O deságio menor que o Estado teve foi de 0.55% e o maior foi de 1.25% ao mês. Ora, se temos vencimentos com 4 anos e 7 meses, portanto, 55 meses de prazo para o vencimento final, isso justifica o tamanho desses deságios.

Realmente, tenho uma informação – que me foi, inclusive, passada ontem – de que o deságio médio das nossas operações ficou em 20,84. Deixarei este documento na mão do Sr. Presidente.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Documento repassado por quem?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Eu pedi à Secretaria da Fazenda de Alagoas que me desse esses números, já que eu não tinha tudo de memória.

Então, recebi essas informações ontem, e são números oriundos de lá, e o deságio médio é esse.

Uma coisa importante a ser frisada: estávamos fazendo operações de crédito e tínhamos, vamos dizer, um custo financeiro em operação de ARO, tínhamos um custo financeiro em operações com bancos oficiais e com bancos privados.

Nas operações com bancos oficiais – e quando falo bancos oficiais, estou me referindo à Caixa Econômica, Banco do Brasil e Banco do Nordeste –, o custo anual dessas operações é de 60,84%. As operações feitas com letras do Tesouro, mesmo considerando todo o deságio e a despesa, situa na faixa de 42 a 49%. Portanto, bastante inferior ao custo de mercado financeiro. Os bancos privados têm um custo de 110%. Então, quando se está administrando um caixa de estado, não é diferente do caixa de uma empresa, vemos uma operação que tem um custo mais barato.

Estou informando que essas operações com bancos oficiais são de 60,84% ao ano e com bancos privados, 110,74% ao ano, custo médio. Operações com as letras, de 42 a 50% ao ano, dependendo de seu vencimento. No ano 2000, elas têm uma rentabilidade maior, efetivamente.

Passo às mãos do Sr. Presidente esses dados, para que sejam analisados por V. Ex^{as}.

A SRA. EMILIA FERNANDES – As ponderações de V. S^a são importantes.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senadora Emilia, estou pedindo a ele que faça a rubrica em cada folha para encaminhar a V. Ex^a.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Muito obrigada.

Nós ainda, dando continuidade a esse trabalho em relação ao Estado de Alagoas, vamos continuar trabalhando com dados. Enfim, faria a minha segunda colocação, Sr. Presidente, que seria a seguinte: dentre as operações realizadas pelo Banco Interfinance chama a atenção uma venda de 45 mil títulos em 21 de dezembro de 1995 a R\$29,7 milhões, portanto, por um preço unitário de R\$659,00, quando o valor da emissão dos títulos em 20.12.95, quer dizer, no dia anterior, era de R\$1.047,00 resultando, portanto, em um deságio de 37,0015%.

Analisando por outra ótica, o deságio pode ser considerado como uma elevação da taxa de juros do título. Dessa forma, essa operação significa a contratação de uma operação com taxa de juros de 36,09% a.a. acima da remuneração normal dos títulos alagoanos, ou seja, a contratação de uma operação de crédito com juros de 36,09% a.a. mais a Selic, taxa básica dos títulos.

Perguntaria: o senhor recomendaria alguma instituição pública contratar uma operação pagando tais juros 36,09% mais Selic?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Nas condições, eu recomendaria.

Eu recomendaria e defenderia por uma razão simples. Não sei se o percentual – estou-me louvando evidente da informação que estou recebendo – está correto. Mas o custo dessa operação que foi uma operação com títulos com vencimento no ano 2000, portanto, com 54 meses, à época do lançamento, de prazo e, por isso, a taxa de deságio subiria.

Ocorre que nesse caso particular, Senadora, tivemos uma questão que foi fundamental e o foi para determinar o nível de deságio das negociações do Estado. No dia 21 de dezembro estávamos em Brasília, eu e o Sr. Governador, e S. Ex^a havia anunciado que no dia 22 ou 23 – não posso precisar exatamente – mas era uma quarta-feira, antevéspera de Natal, tínhamos a garantia como falei agora há pouco de que a Caixa Econômica Federal queria financiar o Estado em R\$80 milhões lastreados com títulos públicos de Alagoas, e esse financiamento seria dado e ir-se-ia arrolando por algum tempo como faz

em outros Estados, com a própria Caixa Econômica Federal, com o Banco do Brasil, etc.

O Governador havia anunciado para uma quinta-feira, antevéspera do Natal, o pagamento de uma folha de pagamento, uma folha entre o Natal e o Ano Novo e outra folha nos primeiros dias de janeiro, uma vez que havia a negociação que permitia fazermos esse anúncio. No dia anterior, uma quarta-feira, estava em Brasília, no aeroporto, e recebo, às 18 horas, um telefonema me confirmando que a operação estava fechado e, portanto, os R\$80 milhões saíam naquele dia, dando prosseguimento, portanto, à meta de pagar a folha no dia seguinte.

Como temos 75 mil funcionários e desses 75 mil funcionários cerca de 55 mil recebem no boca de caixa, foi montada uma operação de emergência pelo Banco do Estado de Alagoas no estádio de futebol, e isso foi até notícia nacional. Ocorre que entre as 18h em que estava no aeroporto com o Sr. Governador e as 20h30min quando cheguei a São Paulo, recebo um telefonema dizendo que a Caixa não tinha fechado a operação e que essa operação não iria sair, porque o Banco do Estado, que estava sob o regime do RAET, sob a intervenção do Banco Central, não teria dado a carta de recompra desses títulos e, portanto, não se poderia fazer a operação.

Ora, isso eram 20 horas e 30 minutos e eu só me lembrava de que, no dia seguinte, às 8 horas, teria 50 mil pessoas num campo de futebol, em filas, esperando para receber o salário.

Então, telefonei para investidor, no caso o Banco Interfinance, "eu fui por telefone", perguntar se eles ainda tinham a operação que me haviam ofertado no leilão de títulos públicos do dia anterior – foi a única oferta que recebi e recusei porque achei um deságio elevado -, se eles ainda teriam esse aplicador para esses recursos. No dia seguinte, pela manhã, eles me dariam a resposta e efetivamente deram, e fizemos a operação, o que nos permitiu pagar essa conta.

Tendo apenas essa alternativa, que não era uma certeza, nesse mesmo dia à noite, por volta das 21 horas, telefonei para o Dr. Alkimar Moura, ainda hoje diretor do Banco Central, responsável por essa área de bancos sob regime especial, e pedi ao Dr. Alkimar Moura que permitisse ao Banco do Estado de Alagoas, no dia seguinte, entrar no redesconto em, pelo menos, R\$15 milhões, que dariam para pagar as 50 mil pessoas, que são os salários menores, no boca de caixa.

O Dr. Alkimar, evidente, não tinha e não tem autonomia para dar uma resposta dessa por telefo-

ne. Expliquei-lhe a situação e ele me disse que no dia seguinte nos diria se poderia nos ajudar ou não.

Mas, no dia seguinte, consegui fazer essa operação. Pagamos a folha de pagamento e no saldo que faltou foram utilizados recursos de outras contas que estavam no Estado. Conseguimos, então, ultrapassar essa dificuldade.

É importante dizer que o Estado não emitiu R\$301 milhões; ele emitiu R\$300 milhões, dos quais foram colocados R\$282 milhões dentro das operações que já são conhecidas por V. Ex^a.

Em que pese o elevado deságio em que foi ofertado pelo Estado ao mercado, é do conhecimento público que o Estado não conseguiu vender todos os títulos. Ele vendeu algo como a metade daquilo que colocou no mercado. Na realidade, essa mercadoria – se podemos chamar de mercadoria financeira – não estava tão atrativa, porque existiam títulos de outros Estados, títulos federais e outras aplicações. O Estado de Alagoas vivia, nessa época, toda uma situação, como vive até hoje, de problemas de caixa, de problemas de greves, de problemas econômicos gravíssimos, e até hoje o Estado está nessa situação. Isso estava saindo no dia-a-dia da imprensa. Em que pese à prática desses deságios, não houve realmente a colocação integral dos títulos e daí a decisão de fazer os pagamentos de dívidas contratuais do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – O Depoente afirmou que o vencimento seria no ano 2.000. Temos informações da Cetip de que os títulos de Alagoas têm vencimento em 97, 98 e 2.000, ou seja, em títulos até com 18 meses de vencimento. O senhor confirma?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Senadora, falei que essa operação é integralmente de vencimento no ano 2.000. V. Ex^a poderá verificar que existe deságio de 6%, de 10%, de 20%, depende do ano do vencimento. Quando falamos no deságio, temos de ver o que determina... Uma informação absolutamente comparativa é o deságio mensal, porque quando temos o deságio nominal, o deságio final, se não informarmos que daqui a 54 meses vai vencer o título, fica uma informação: Puxa! Vendeu com um deságio de 37%, mas daqui a 54 meses vai vencer o título, e o deságio é pelo período integral, de colocação final. Isso não tem carta de recompra, não tem nada. O deságio é pelo período final.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Como o senhor justifica ultranegociação, por exemplo, feita no

dia 3 de abril de 96, quando, nesta data, o Fundo de Liquidez do Estado de Alagoas comprou 3.494 títulos do Banco Industrial e Comercial – BIC -, empresa privada do Ceará, por R\$3 milhões 680 mil 479, e na mesma data vendeu mil títulos para a Vaz Guimarães Braga, uma corretora, por R\$818.170,00, ou seja, comprou 3.494 títulos por R\$1.053 e vendeu por R\$818 mil, promovendo, no mesmo dia, numa mesma operação, um prejuízo de R\$234.830,00 para os cofres do Estado de Alagoas?

Esse prejuízo seria uma...

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Não. Esse prejuízo não existiu. O levantamento feito pelo pessoal do Banco Central está perfeito, pelo menos eu acredito, está com as informações corretas. Existem operações e se não forem checadas, pode ficar a má interpretação.

Se for verificado, o Estado tinha uma dívida, e ainda tem uma parcela dela até hoje se não me engano, com o Banco Industrial e Comercial, que estava vencida em janeiro de 1996, ou 1995/96, janeiro de 1996, e o Estado não tinha caixa para pagar essa dívida. Então, foi feito um acordo com o banco para que recebesse em títulos. O banco não queria receber em títulos porque a remuneração contratual que tinha na operação de ARO era bem melhor do que na operação de títulos, e o banco não trabalha com títulos estaduais, segundo informações deles.

Se não pagássemos aquela dívida, haveria bloqueio das contas do Estado. O que houve, então, foi uma operação que permitiu ultrapassar, acabar com aquele vencimento, não permitindo que houvesse bloqueio das contas para o ressarcimento do banco. Fizemos, então, uma carta de recompra remunerando o banco pela taxa contratual do empréstimo, e essa operação foi feita.

Se conhecemos a operação de financiamento de ARO com o BIC e conhecemos a operação, que é conhecida e está declarada, verificar-se-á que não houve prejuízo para o Estado dentro daqueles termos contratuais. Foi uma operação de pagamento temporário para que não houvesse bloqueio da conta do Estado.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, concedo um aparte ao Senador José Serra.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador José Serra, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. JOSÉ SERRA – Essa observação substituirá a minha intervenção de fato.

Senadora Emilia, seria interessante levar em consideração duas condições que não foram levantadas, pelo menos uma delas não o foi até agora.

Gostaria de saber por que um Estado, ao emitir títulos, prefere fazer vendas finais de títulos a incorporar a incerteza das taxas de juros e, ao mesmo tempo, o custo que o comprador do título pode ter pelo fato de no momento em que precisar do dinheiro ter que vender com deságio. Portanto, ele incorpora isso no deságio que paga quando compra o título. Além do que, um título de longo prazo tem incertezas de taxa de juros, e o deságio tende a ser maior. Nesse sentido, o custo é muito alto.

Não consigo entender por que é que não se fez operação simplesmente compromissada – o caso de Alagoas é típico, como foi Santa Catarina e outros -, que não tem esse custo, já que esse tipo de operação pega a taxa de juros do dia e não leva para o comprador a incerteza de se desvencilhar do papel no momento em que queira.

Quer dizer, isso como gestão financeira, na minha opinião, é equivocado. É um comportamento nocivo para os Estados, para os Municípios, etc. Esse é o ponto. Gostaria de saber do Secretário qual é a lógica disso, porque aqui esteve o Secretário de Santa Catarina e não soube explicar a lógica.

Uma segunda questão, Senadora Emilia, é a questão da operação **day trade**, que quer dizer comércio no mesmo dia. De fato, Alagoas reproduziu aquilo que também foi feito na cidade de São Paulo, que, guardadas as proporções, as diferenças: vender um automóvel ao meio-dia por 10 e recomprá-lo por 12 no final da tarde. Isso aconteceu. E no caso de Alagoas a perda foi maior.

A propósito do que vinha sendo dito, não adianta dizer que não, que na verdade se ganhou fazendo isso ou aquilo. O problema é que se deu uma perda. Mesmo que a mudança de procedimento, como no caso de São Paulo, tenha permitido lucro, o fato é que não era lícito promover dentro disso uma perda, porque não há participação nos lucros nessa matéria.

Então, a operação é semelhante e, a meu ver, também indefensável, o que me preocupa, porque ninguém faz uma operação com títulos no mesmo dia para perder a troco de banana.

Enfim, Senadora Emilia Fernandes, pareceu-me pertinente deixar minha intervenção dentro da sua, para efeitos desses dois esclarecimentos, exatamente para não ter que me estender depois, fazendo outras perguntas.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Acolho o aparte e até pergunto ao Senador José Serra se gostaria de ouvir algumas considerações do depoente.

O SR. JOSÉ SERRA – Claro, eu gostaria de ouvir a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. S^a pode responder.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Senador José Serra, na realidade eu já havia informado que nós tentamos essa política que V. Ex^a propõe, de se vender a termo, com prazos menores; nós tentamos isso. Tentamos por meio da Caixa Econômica, tentamos por meio do Banco da Amazônia, tentamos que o Banco do Brasil fizesse a gestão dos nossos títulos, tentamos todos os meios possíveis. Quando falo tentamos, conversei com o Diretor Caetano, do Banco do Brasil, aqui em Brasília, por uma ou duas vezes, com o Sr. Governador do Estado; estive com o Superintendente da Gerof – Gerência de Operações Financeiras, do Banco do Brasil, no Rio de Janeiro, que inclusive fazia a administração também para São Paulo, tentando dar algum cunho de maior valor aos títulos de Alagoas. Ocorre que nenhum desses agentes interessou-se por nossos títulos. Então, eu cá, o Estado de Alagoas caiu no mercado que existe.

O SR. JOSÉ SERRA – Se o senhor me permite, era uma demonstração de que deveria ter "retirado o time" disso. Não deveria ter ido para uma operação de venda final, porque era óbvio que o deságio seria monstruoso.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Sim, mas também há um detalhe: quanto à questão de juros, evidente que o deságio é fixo e que fica monstruoso, como V. Ex^a disse. Vemos que, a 54 meses do vencimento final, 37% é o deságio total. Esse número assusta a quem vê, mas na realidade representa 1,25% ao mês. Ainda é caro, mas ocorre que a remuneração de juros é variável. Se houver uma mudança na política de juros para baixo, logicamente só fica imutável a parte do deságio. Essa realmente fica imutável, porque se realizou naquele momento; mas naquele momento foi feita uma operação com risco de 54 meses.

Quanto à questão do deságio, temos títulos federais com deságio de 80% no mercado. Qualquer pessoa pode comprar. Temos precatórios federais que estão sendo vendidos a 27%, 28%, 29%.

O SR. JOSÉ SERRA – Isso é diferente.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Temos os TDAs com 55% de deságio, e são títulos emitidos pelo Tesouro Nacional.

O SR. JOSÉ SERRA – Se me permite, não tem rigorosamente nada a ver. Ao contrário, aí, no caso, poderia se argumentar até que seria uma

"vantagem" para o Erário Federal, porque estou comprando terra com TDAs, e estes acabam tendo valor abaixo do mercado, o que num eventual resgate antecipado pode inclusive beneficiar. Não é o caso de dívida mobiliária. Não tem nada a ver. Estou me permitindo corrigir, Sr. Presidente, porque se não pode haver uma idéia equivocada a respeito desse assunto. Mesmo que fosse, não justifica. Não dá para justificar uma operação como essa dando exemplos de eventuais outras coisas desastradas. Algo desastrado não justifica outra ação desastrada.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Dr. Pereira, quer fazer alguma consideração?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senadora Emilia Fernandes, V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a EMILIA FERNANDES – O depoente declarou que se afastou, por solicitação, da Secretaria, em 07/10/96; apesar disso, eu perguntaria se o depoente tem alguma informação a nos dar a respeito dessas considerações que faço a seguir:

O rastreamento do Fundo de Liquidez do Estado de Alagoas concluiu pela existência de um saldo aproximado de 188 mil títulos em 31 de dezembro de 1996. Isso confere, inclusive, com a afirmação V. S^a de que a metade não foi colocada. Porém, a análise desses títulos, em 27 de fevereiro de 1997 – pelos dados com os quais estamos trabalhando – aponta um saldo de apenas 18 mil títulos, que, inclusive, se encontram bloqueados.

Isso quer dizer que, após a instalação desta CPI, nos meses de janeiro e fevereiro deste ano, o Fundo de Liquidez de Alagoas vendeu aproximadamente 180 mil títulos? Houve, então, um apressamento na venda desses títulos no sentido de se antecipar alguma ação de bloqueio por parte da CPI? Quanto teria sido o deságio na venda desses títulos?

Temos razões, inclusive, para crer que o deságio provavelmente foi superior ao acima mencionado, pois, em condições normais, aceitou-se o deságio de até 37%. É lógico que não podemos esperar que em operações apressadas – apenas dois meses –, sem dúvida, ter-se-ia fugido de eventuais operações com deságios maiores, logicamente fugindo de eventuais ações desta CPI.

Pergunto: V. S^a, embora não mais estivesse na secretaria, teve conhecimento disso? Quais os dados que V. S^a entende que são realidade, os 188 ou os 18 que estariam bloqueados, inclusive, de posse do Governo de Alagoas.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Senadora, V. Ex^a falou de operações após a minha saída, mas posso lhe garantir que essa informação está equivocada e deve estar desatualizada. Tenho que fazer isso em defesa do Estado de Alagoas, porque não houve, do meu conhecimento, nenhuma negociação durante esse período. Inclusive, o saldo que existe caucionado junto a bancos privados é de 18 milhões de títulos. Esses 188 não podem ter sido, em hipótese nenhuma, negociados nesse período. Estou lhe respondendo, com absoluta certeza, de que não houve, mesmo na minha ausência do Estado – estou sabendo, porque acompanho isso no dia-a-dia, devido a todos esses problemas que estão se passando -, essas operações não existiram nesse período. Realmente, os 18 milhões continuam até hoje caucionados. Essa é uma informação que posso repassar, já que o Governador do Estado, tão logo foi instalada a CPI, tinha mandado suspender qualquer venda de títulos.

A SRA. EMILIA FERNANDES – O Senador José Serra, apesar das considerações do depoente, no aparte que lhe cedemos, não se sentiu totalmente esclarecido. Insistimos novamente. O Estado de Alagoas preferiu e realizou essas operações. O Senador quer acrescentar, inclusive, especificamente com relação à operação **day trade**. Ele perguntou e não se considerou suficientemente esclarecido.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – A operação **day trade** foi realizada em função de um acordo feito pelo Governo do Estado, na pessoa do seu Secretário à época, que era eu, com o BIC – Banco Industrial e Comercial, porque ficamos inadimplentes com a operação de ARO – Antecipação de Receita Orçamentária. O BIC queria receber essa operação. Se não recebesse, iria bloquear. Então, em janeiro ou fevereiro de 1996 – ela vence em janeiro de 1996, porque todas as operações financeiras de ARO vencem de janeiro de 1996 -, propus que eles recebessem em títulos, primeiro, para que não houvesse, no caso deles, o registro em ICL, o crédito de liquidação. Eles argumentavam que não poderiam deixar de bloquear a conta do Estado para receber o dinheiro; e, segundo, para que também o Estado pudesse recompor o seu caixa com venda de títulos.

Então, fizemos uma carta de recompra em que remuneramos, naquele período de dois ou três meses – aliás, essa liquidação foi feita com atraso pelo que estava pactuado na carta -, pelos percentuais contratuais do empréstimo de ARO, por isso deu um prejuízo com relação ao deságio e, também, em relação à recompra. Mas se estudarmos, se fizermos

uma verificação do débito da antecipação da receita orçamentária e na sua liquidação,, chegaremos à conclusão de que o custo de juros é compatível com aquela do ARO. É operação que foi feita para liquidar ARO.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Concluo, Sr. Presidente, agradeço e nada tenho mais a questionar.

Mais uma vez acrescentamos que o trabalho, inclusive por designação, vai continuar sendo feito e vamos partir para essa outra etapa que acredito ser fundamental: tentar fazer o rastreamento desses títulos a partir das emissões.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Romeu Tuma. (Pausa.)

Desiste.

Senador Vilson Kleinübing, quarto orador inscrito.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, farei umas perguntas rápidas, porque esse assunto está mais do que conhecido por todos os membros da Comissão. Quero deixar claro que a operação de Alagoas, como já foi dito aqui, em vez de salvar o Estado, salva o curto prazo, mas quebra definitivamente a médio prazo, porque com essa taxa, com esse custo fica muito difícil sobreviver no futuro. É complicado quando um Estado tem que fazer dívida para pagar o custeio. É muito complicado. Se o Estado não arrecada o suficiente para pagar o seu custeio tem que adotar outras medidas, não é nem um pouco interessante para o Estado fazer dívidas para pagar o custeio.

Ficou claro que o dispositivo constitucional foi ferido. Quer dizer, quando aprovamos a operação de Alagoas, estávamos aprovando uma mentira. Não era esse o objetivo que estava na proposta que veio ao Senado Federal. O objetivo não era pagar precatórios; o objetivo claro era fazer caixa para o Estado de Alagoas que estava com dificuldades financeiras.

Então, só para minha informação, já que estou preparando todos esses processos, quero ter alguns detalhes do Secretário. A operação autorizada foi de 301 milhões, mas V. S^a falou que, na verdade, foram emitidos 300 milhões.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Trezentos milhões era o valor autorizado pela Assembléia Legislativa.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Trezentos milhões, quanto entrou no fundo de liquidez? Líquido?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA - Quanto entrou na conta única?

O SR. VILSON KLEINÜBING - Sim.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA - Posso informar, líquido 111 milhões.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Cento e onze milhões? E ainda tem títulos?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA - O Estado tem ainda 18 milhões de títulos.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Então, o líquido vai dar 129 milhões.

V. S^a recebe 129 e fica devendo 300?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA - Não, Senador, porque foram pagos cerca de 50 a 60 milhões a bancos, referente a operações de ARO que o Estado tinha feito.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Então, recebeu 180 e vai ficar devendo 300.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA - Também foram pagos cerca de 84 milhões de dívidas contratuais do Estado.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Essa conta já não fecha.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA - As dívidas do Estado são reais.

O SR. VILSON KLEINÜBING - V. S^a emitiu 300 milhões. Quanto custou o Banco Divisa?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA - Foi algo em torno de 14 a 15 milhões.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Quatorze, quinze milhões que nem foram recebidos por ele? V. S^a sabia que o Divisa tinha diversas subempreiteiros nessa obra?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA - Ele tinha subcontratos.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Tinha quatro subcontratos.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA - Não me lembro se foram três ou quatro subcontratos.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Um era o Sr. Marcus Vinícius. Quem é esse Sr. Marcus Vinícius?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA - Não sei.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Quem é esse Marcus Vinícius?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA - Marcus Vinícius foi o economista responsável pela operação em Alagoas. Responsável pelo Banco Divisa.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Foi ele que primeiro lhe procurou?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA - Foi ele que primeiro me procurou.

O SR. VILSON KLEINÜBING - O outro era, segundo o contratante, a Perfil. Nós já identificamos a Perfil. A Perfil era a empresa arrendada pelo Sr. Wagner Baptista Ramos para ganhar dinheiro em cima dos Estados cheios de dificuldades financeiras. E fez um contrato substancial com o Divisa.

O senhor sabe que dos U\$14 milhões, o Divisa ficou com U\$2,9 milhões.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA - Não sei com quanto ele ficou, não me recordo.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Os outros U\$11 milhões ele redistribuiu para o Sr. Marcos Vinícius, para o Divisa e para outras empresas que ele subcontratou. Uma para cuidar do Banco Central, outra para cuidar da aprovação não sei onde, todos subcontratos internos que o Divisa possuía.

Essa corretagem custou U\$14 milhões, essa prestação de serviços. O deságio custou quanto?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA - O deságio custou, em média, vinte...

O SR. VILSON KLEINÜBING - O total, o senhor não calculou?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA - Lamentavelmente, dei esses números...

O SR. VILSON KLEINÜBING - Sessenta e dois milhões.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Dr^a, vê os elementos que foram passados pelo Dr. Pereira?

O SR. VILSON KLEINÜBING - Mais U\$14 milhões, são U\$76 milhões. Então, líquido, o Estado recebeu U\$224?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA - Possivelmente.

O SR. VILSON KLEINÜBING - O total do deságio foi U\$62 milhões?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA - Tenho para mim que foi um pouco menos. Essa informação está com o Sr. Presidente, que repassou para a Sr^a Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) - Senadora Emilia Fernandes, se V. Ex^a puder prestar esse esclarecimento.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Tudo bem, depois pego na Comissão.

Quarta questão. Houve o custo de corretagem. Quem foram os primeiros tomadores dos títulos, o senhor lembra?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA - Não, Senador.

O SR. VILSON KLEINÜBING - Nem os compradores?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Não, porque o Estado não toma conhecimento de quem está comprando. A corretora, normalmente, atua para terceiros. Não sei quem são os primeiros. Não temos essa informação. Tenho a informação de qual foi a instituição que comprou esses títulos, mas isso não quer dizer que seja ele o investidor.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Qual foi a instituição que comprou?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Nós tivemos o Interfinance, a Perfil, Sudameris, Lloyds, Interfinance Divisa, Interfinance Mercado, Corretora Banfor, BIC, Negocial, Banco Interfinance, Banco do Estado do Ceará, Produban, Lloyds, Banco Internacional, Banco Interfinance, Dimensão, Banco Interfinance, Interunion, Negocial, Perfil, Produban, Banco BCN, Banco do Estado do Ceará, Lloyds Bank.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Bastante bancos públicos.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Até que não teve muito. O Banco do Estado do Ceará aparece aqui. Não sei se tem mais algum.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Produban.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – O Produban, nesse caso, não compra títulos, porque está sob intervenção do Banco e estava atuando para algum cliente.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Não aparece na sua relação, mas um dos grandes compradores de títulos em Alagoas é o Banco Vetor. Foi o que comprou na primeira operação. Ele nunca é comprador final, compra na primeira operação.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Mas ele não aparece nos quadros que tenho da Secretaria da Fazenda.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Ele não aparece, mas foi um dos grandes compradores e foi o que mais uma vez administrou o deságio. A IBF, para o senhor saber, é uma das empresas para as quais ele transferiu lucros. É uma empresa fictícia, fria, que não existe perante o fisco. E de um Estado tão carente de recursos só esse laranja ficou com U\$5 milhões de deságio, que foi dado a mais. Infelizmente o Estado de Alagoas deu a mais. Esses U\$5 milhões podiam ter ficado lá, iam fazer um bem danado para o Estado.

Dos U\$60 milhões de deságio, calculo que em torno de U\$20 milhões de deságio desnecessário o Estado de Alagoas acabou dando. Isso virou dólar e encheu os bolsos de alguém. E o senhor poder ter certeza que encheu os bolsos de quem conversou com o senhor na primeira vez. Foi por aí que come-

çou todo o crime. Por que o Sr. Marcos Vinícius lhe procurou? Ele foi indicado por alguém?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Ele foi indicado pelo Sr. Alípio Albuquerque.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Quem é Alípio Albuquerque?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – É uma pessoa que trabalha para o Estado do Rio de Janeiro. Ele é funcionário do Estado do Rio de Janeiro. Naquela altura, ele estava representando o Estado. Ele foi apresentado e conversei com Marcos Vinícius.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Foi feita concorrência para contratar o Divisa?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Não.

O SR. VILSON KLEINÜBING – O Sr. Marcus Vinícius disse que conheceu Manoel Alípio de Albuquerque Júnior. É isso?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – É. Alípio Albuquerque.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Ele foi assessor do Governo Divaldo Suruagy?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Ele era assessor do Governo Divaldo Suruagy. Ele é funcionário do Estado há 12 anos.

O SR. VILSON KLEINÜBING – O Sr. Manoel Alípio de Albuquerque Júnior era assessor do Governo. O Sr. Marcos Vinícius, que era amigo dele, pediu ao Sr. Albuquerque que o apresentasse para V. S^a?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Exatamente.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Era o que tinha a perguntar, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Concedo a palavra ao Senador Casildo Maldaner.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, gostaria apenas de fazer um comentário.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. CASILDO MALDANER – Sr. Presidente, entender uma situação com essa não é fácil. Acredito que o próprio Governador, quando disputou a eleição, encontrou o Governo do Estado numa situação lamentável. Compreendo a posição do ex-Secretário da Fazenda. É uma situação difícil.

Gostaria de saber se, na verdade, há um aproveitamento muito forte dos Estados e dos municípios no mercado financeiro. Numa situação tão difícil, ainda há os que procuram pisar mais em cima. Com um deságio nessas alturas, imagino que a situação

é triste para um povo sofrido. Refiro-me às comunidades municipais e estaduais. Diante de um quadro desse, será que existem no Brasil essas intermediárias, que se aproveitam de uma situação crítica de quem já está penando?

Analiso isso com tristeza. Quero ser muito sincero. Olho para os meus Colegas que vivem esse drama. Há folhas atrasadas. Como eu disse há poucos dias, vários Estados e Municípios estão tentando buscar, nesses processos antigos, nesses alfarábios ensebados, uma saída, um lenitivo para suas angústias. Nós nos condemo numa situação dessas. Não é fácil.

Apenas queria fazer esse comentário nesta noite. Hoje, pela manhã, começamos esta reunião. Amanhã, a reunião começará à tarde e se estenderá até a madrugada.

Condoemo-nos – digo isso num bom sentido -, porque não dá para nos alegrarmos com a tristeza dos outros, com a desgraça de um povo, de uma comunidade.

O SR. VILSON KLEINÜBING – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CASILDO MALDANER – Concedo o aparte a V. Ex^a.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Sr. Presidente, queria fazer este aparte, porque penso que o depoente se esqueceu de dar uma informação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Manoel Alípio de Albuquerque não foi o seu Chefe da Dívida Pública na Secretaria da Fazenda?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Finalmente, foi. Ele não o foi no início das operações, mas sim no ano passado, durante os quatro meses.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Ele é proprietário da empresa Consult-Invest?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Ele fundou essa empresa. Entrei na sociedade dessa empresa em agosto do ano passado, quando eu já estava saindo da Secretaria; eu já tinha feito o pedido. Inclusive, entreguei ao Presidente desta Comissão toda a contabilidade analítica e os extratos bancários dessa empresa.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Da Consult-Invest?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Exatamente.

O SR. VILSON KLEINÜBING – V. S^a chegou a ser sócio dessa empresa?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Sou sócio dessa empresa.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Houve uma denúncia no jornal de que a Consult-Invest funcionava numa dependência do Banco Divisa.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – É verdade. Essa empresa não funcionava numa dependência do Banco Divisa. Essa empresa funcionava num endereço que antes era do Banco Divisa. O imóvel era do Banco Divisa. Existia uma opção de compra do imóvel, que começava a vencer em janeiro. Entregamos o imóvel. Não fizemos a negociação final porque, com todo esse problema da CPI, os clientes começaram a sumir.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Então, deixe-me recapitular. O Sr. Marcus Vinícius o procurou, tendo sido indicado pelo seu sócio, Manoel Alípio de Albuquerque.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Não; ele foi indicado pelo Sr. Manoel Alípio, que não era meu sócio.

Eu, quando estava para sair do Governo de Alagoas – e, como declarei aqui, saí no dia 07 de outubro -, entrei como sócio na Consult-Invest, em agosto de 1996, mais ou menos.

O SR. (Não identificado.) – (Inaudível. Fora do microfone.)

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Exatamente; com a mesma empresa. Agora, essa empresa já existia anteriormente, mas também é uma empresa... Todavia, por ter havido essa denúncia, entreguei toda a contabilidade. Essa empresa nunca teve nenhuma operação com títulos públicos, quer de Alagoas, quer de qualquer outro Estado da Federação, e não tem nenhuma atividade voltada ao mercado de capitais.

O SR. VILSON KLEINÜBING – O que estou querendo caracterizar aqui, Sr. Presidente, é a capacidade de procurar os ramos de entrada dessa estrutura da Perfil. Não propriamente da Perfil, que, como já descobrimos, foi arrendada pelo Sr. Wagner Baptista Ramos. Quer dizer, S. S^a descobriu que o Sr. Marcus Vinícius era amigo do Sr. Alípio Albuquerque, que, por sua vez, era amigo do Secretário da Fazenda, com quem teve um primeiro contato. Partiram, então, para um processo de emissão de títulos, igual a todos os outros, e o Divisa, que tem sua sede onde está a Consult-Invest, foi contratado sem concorrência pública.

Assim, só poderia dar no que deu, ou seja, deságio elevado, custos elevados e, em vez de resolver o problema de Alagoas, piorou ainda mais a si-

tuação, porque, agora, a conta de 300 milhões tem que ser paga. E tem que ser paga essa conta, porque esse dinheiro não é dado.

Aliás, há alguns Governadores fazendo isso, o que não é privilégio de Alagoas, não; em Santa Catarina, faz-se isso todo dia.

Aí, perguntam: como é que o Senador Vilson Kleinübing é contrário a que venha dinheiro para Santa Catarina? Não sou contra; o que quero são os 120 milhões que fizeram desaparecer dessa conta. A meu ver, em Alagoas, deve haver uns 50 ou 60 milhões, já comprovados por esta CPI, que desapareceram em função de deságios desnecessários ou contratos desnecessários.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O registro está feito, Senador Vilson Kleinübing.

Continua V. Ex^a com a palavra, Senador Casildo Maldaner, para concluir as suas observações.

O SR. CASILDO MALDANER – Para concluir, Sr. Presidente, devo mais uma vez dizer que, na verdade, quando esse submundo se aproveita de uma situação não das melhores – e imagino o que acontece nesses momentos, quando se busca o desenvolvimento, quando se quer buscar uma saída, e há nesse submundo financeiro caminhos escusos que só vêm a prejudicar um conjunto de ações. Então, é claro que se há de analisar, com muito critério, sem prejulgamentos, se o deságio no mercado, na verdade, é de 20%, 25% ou 30%; se não é de um ano, se são quatro ou cinco anos. Há que se analisar isso em todos os títulos, nos seus pormenores, para não se prejudicar por antecipação.

Todavia, não há a menor dúvida de que há os aproveitamentos. Então, não vamos prejudicar Santa Catarina, se foi tanto ou quanto de deságio; vamos analisar para ver o tempo que levaram; vamos analisar os outros Estados. Agora, não há a menor dúvida de que há os que se aproveitam no meio do caminho. Parece-nos que isso, de antemão, já está caracterizado, muitas vezes sem a vontade dos governantes, que querem buscar uma saída para os seus problemas, e que, quanto pior, encontram-se em situações como essas que não alegram ninguém.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Casildo Maldaner, vamos às perguntas.

O SR. CASILDO MALDANER – Assim, temos que, concluindo, Sr. Presidente, lamentar essas ponderações que venho a fazer a esta hora da noite.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY – Sr. Presidente, Senador Bernardo Cabral, Sr. José Pereira de Sou-

sa, em primeiro lugar, eu gostaria de pedir o auxílio do Senador Vilson Kleinübing pela seguinte razão: quando o Sr. Wagner Baptista Ramos esteve aqui, S. S^a declarou que recebeu, pelas inúmeras assessorias que fez, inclusive para Alagoas, Pernambuco e outras, apenas 150 mil, relativos a um contrato que havia feito com a Perfil.

Ontem, S. S^a resolveu dar algumas entrevistas, bem como o fez no final de semana para a revista **Veja**. Em uma das entrevistas que S. S^a deu hoje para o Jornal **O Estado de S. Paulo**, S. S^a já informa fatos novos, ou seja, que, pela assessoria dada ao Governo de Alagoas, teria recebido 150 mil depositados no exterior. Para Pernambuco e Santa Catarina, R\$1 milhão, nos Estados Unidos, mais R\$150 mil pela operação de Pernambuco, depositados no Brasil. Aos poucos vamos sabendo mais coisas. Primeiro era uma vez R\$150 mil pelo global, agora já sabemos que R\$150 mil no exterior, R\$1 milhão no exterior e mais R\$150 mil no Brasil.

O Senador Vilson Kleinübing há poucos minutos deu uma outra informação. Gostaria que V. S^a esclarecesse, por exemplo, o Governo de Alagoas teria, de alguma forma, providenciado o pagamento no exterior para Wagner Baptista Ramos? Seja de R\$150 mil, que ele aqui declara ou pelo que o Senador Vilson Kleinübing... Pediria até, antes que V. S^a respondesse, que pudéssemos ouvir o esclarecimento do Senador Vilson Kleinübing sobre a dedução que teve, no caso de Alagoas. Claro, pois não pedirei que esclareça dos outros casos.

O SR. VILSON KLEINÜBING – Estado de Alagoas. O contrato com a Divisa foi de R\$14.113.000,00. Quem assinou o contrato foi a Divisa. A Divisa ficou com o correspondente a 2.879 LFTs do Estado de Alagoas. Isso, na época, dava R\$2.643.000,00. Então veja, os outros R\$11 milhões e quebrados, o Banco Divisa subcontratou. Não sei se era do conhecimento do Estado de Alagoas, me parece que não era, ou era mas não sabia de detalhes. O primeiro subcontrato que fez foi com o tal de Marcos Vinícius, que, na escola do Wagner, recebeu R\$60 mil. Veja que o Wagner veio aqui, apresentou uma receita de R\$150 mil, pagou seus impostos com R\$60 mil. É um contrato correto, feito entre o Banco Divisa e...

O SR. EDUARDO SUPLICY – A Perfil?

O SR. VILSON KLEINÜBING – Não. O Marcos Vinícius pessoa física. Marcos Vinícius Boaventura Guimarães, R\$60 mil. Depois, ele contrata uma empresa chamada Mercado Distribuidora de Títulos e Valores, paga para essa Mercado o equivalente a

3.203 Letras do Tesouro de Alagoas, subloca mais ainda e faz um contrato com a Perfil, que é uma empresa – aí a dedução – arrendada pelo Sr. Wagner Baptista Ramos, que recebe 4.520 Letras Financeiras, a maior parte, o dobro do que recebeu o Divisa. E esse dinheiro, como já vimos quando a Perfil aqui se apresentou, virou dólar. E agora estamos vendo que (?) está indo parar, no exterior. Vão acabar aparecendo mais contas, Senador. V. Ex^a não se preocupe porque nos próximos três ou quatro dias aparecerão mais umas três contas no exterior, que estiveram, durante um certo período, recheadas. Mas essa é a subdivisão do contrato.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Portanto, se puder apenas concluir na sua estimativa por Alagoas, o Sr. Wagner Baptista Ramos teria recebido em torno de...

O SR. VILSON KLEINÜBING – Em torno de R\$6 milhões a R\$7 milhões.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Seis a sete milhões de reais correspondentes a quatro mil Letras de Alagoas. Sr. José Pereira de Sousa, em algum momento, pôde V. S^a perceber como era feito esse pagamento? Pôde ou tem conhecimento da forma de pagamento? Por acaso o Governo do Estado de Alagoas, de alguma maneira, providenciou o pagamento direto no exterior, seja para Wagner Baptista Ramos seja para alguma das pessoas mencionadas pelo Senador Vilson Kleinübing, como o Sr. Vinícius Guimarães, ou para alguma das pessoas apontadas pela Maxi-Divisa, Perfil ou Mercado?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Senador, só tenho conhecimento dos pagamentos que foram efetuados pelos contratos. Além disso não tenho conhecimento. Sei que a Perfil recebeu porque tinha um subcontrato. Mas aquele montante, para nós, ficou absolutamente naquilo. Pagamos com letras, não pagamos nem em dinheiro.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O Estado de Alagoas não pagou um centavo em recursos, vamos dizer, em moeda corrente; pagou tudo em letras.

O SR. EDUARDO SUPPLY – E esses pagamentos foram todos registrados devidamente?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Sim, sim, foram registrados.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Quantas vezes, efetivamente, o Sr. Wagner Baptista Ramos entrou em contato com V. S^a, como principal responsável pelas finanças de Alagoas, e ou com pessoas do

Governo, seja o Governador, o Vice-Governador, as pessoas que tomavam decisões a respeito?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Comigo ele entrou umas três ou quatro vezes.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Em Maceió, quantas vezes?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Em Maceió, ele esteve duas vezes.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Esteve duas vezes?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Esteve duas vezes, uma participando dessa reunião, que foi a última reunião antes da assinatura do contrato, e uma outra ele esteve lá, mas não participou de nenhuma reunião, esteve lá passando um fim de semana e me foi apresentado; foi quando o conheci.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Em qual das duas vezes ele fez uma palestra?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Foi na segunda vez, foi em novembro de 1995. Depois estive com ele também em São Paulo, na própria Prefeitura, aí já para montar a contabilidade do fundo de liquidez; o pessoal de Alagoas, inclusive, fez estágio na Prefeitura de São Paulo. Estive três ou quatro vezes com ele, só.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Na Prefeitura de São Paulo, com quais pessoas V. S^a conversou, além de conversar com o Sr. Wagner Batista Ramos?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Conversei com ele, conversei com o assessor dele, que é o Pedro Neiva, lá na Prefeitura somente, e conversei com a contadora da Prefeitura. A contadora é uma pessoa responsável pela contabilidade, e foi uma conversa rápida, porque estávamos implantando a contabilidade de controle desses títulos; depois, funcionários do Estado de Alagoas, da Secretaria da Fazenda, foram a São Paulo, ao Rio de Janeiro, e também tiveram passagem pela Bahia, para fazer a montagem dos controles desses títulos.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Senador Supply, V. Ex^a me concede um aparte?

O SR. EDUARDO SUPPLY – Senador Requião, por favor.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Uma curiosidade minha que talvez V. Ex^a pudesse me esclarecer, Senador, no momento em que lhe cabe a vez de conduzir o interrogatório.

O Banco Divisa recebeu as comissões de sucesso e todas aquelas cláusulas avençadas, mas

quem treinou o pessoal de Alagoas foi a Prefeitura de São Paulo?

O SR. EDUARDO SUPPLY – Então, como é que fica? A dúvida do Senador Requião é mais do que pertinente. Quer dizer...

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Houve algum pagamento paralelo para a Prefeitura de São Paulo, ou a Prefeitura de São Paulo submetia ao Banco Divisa? Não estou entendendo nada disso.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Se puder responder: como é que foi esse treinamento de pessoas de Alagoas na Prefeitura de São Paulo?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Dois funcionários da Fazenda estiveram em São Paulo, como estiveram no Rio de Janeiro e como estiveram na Bahia, vendo os controles de como se fazia a contabilidade, já que era uma operação pioneira para nós.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Quantos dias ficaram?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Dois dias, no máximo.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Dois dias. Fizeram curso com o Sr. Wagner Batista Ramos, o Sr. Pedro Neiva?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Não sei, mas acho que o curso foi feito. Inclusive, depois teve até uma funcionária da Prefeitura que foi a Alagoas também para..., mas aí em termos particulares.

O SR. EDUARDO SUPPLY – E essa visita que V. S^a fez à Secretaria Municipal de Finanças foi no Edifício Andraus, perto da São João, onde fica a Secretaria Municipal de Finanças, ali perto da Avenida São João?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Acho que é esse edifício. É um prédio de esquina, não é?

O SR. EDUARDO SUPPLY – É um prédio de esquina.

V. S^a teve oportunidade de se encontrar com o Secretário Municipal de Finanças, hoje Prefeito, Celso Pitta?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Ele não estava, na oportunidade.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Ele não estava.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Eduardo Supply, a Senadora Emilia Fernandes pede um aparte.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Senadora Emilia Fernandes.

A SRA. EMILIA FERNANDES – É também só uma dúvida. Ele poderia precisar o nome da funcio-

nária da Prefeitura de São Paulo que foi a Alagoas depois, também tratando do mesmo assunto?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Não lembro, realmente não lembro.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O depoente não lembra o nome.

Senador Supply.

O SR. EDUARDO SUPPLY – V. S^a, no início da sua exposição, descreveu o seu currículo. Pergunto a V. S^a quantas vezes esteve em São Paulo para tratar exatamente deste assunto do lançamento de títulos de Alagoas.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Para tratar desse assunto, não estive em São Paulo vez nenhuma; só para fazer essas implantações é que estive lá, porque isso foi tratado em Alagoas e uma vez no Rio de Janeiro, no Banco Divisa.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Em São Paulo, apenas uma vez.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Apenas uma vez.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Numa dessas vezes, estive no Hotel Sheraton Mofarrej, onde houve um café da manhã para, justamente, tratar da colocação de títulos no mercado secundário de Alagoas.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Café no Sheraton Mofarrej já tive alguns. Mas não me lembro de tratar de operação secundária?...

O SR. EDUARDO SUPPLY – Sobre as reuniões relativas ao lançamento de títulos em São Paulo, V. S^a teria tido a assistência do Sr. Roberto Márcio de Carvalho?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Não, Senhor.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Em nenhum momento?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Devo dizer que conheço um Roberto Márcio. Creio ser, inclusive, um rapaz de Alagoas. Conheço um Roberto Márcio que mora em São Paulo e é de Alagoas. Mas jamais fui tratar de qualquer assunto de títulos com ele. Não tem nada a ver com títulos. Creio que ele nem trabalha no mercado financeiro.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Ele tem um escritório de...

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Não sei onde é seu escritório. Sei que tem um rapaz de Alagoas, um alagoano, chamado Roberto Márcio, que mora em São Paulo. Esclareço para que fique claro que conheço um Roberto Márcio, de Alagoas, que mora em São Paulo. Se é o mesmo a quem V. Ex^a

se refere, realmente – com Roberto Márcio – eu nunca tratei de assunto de títulos públicos de São Paulo.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Ele tem um escritório na Av. Faria Lima, 1084.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Nunca estive no escritório de Roberto Márcio.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Eduardo Supply...

O SR. EDUARDO SUPPLY – O Sr. Wagner Baptista Ramos participou diretamente da montagem do processo encaminhado ao Banco Central, incluindo os cálculos necessários para se chegar ao montante solicitado?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Senador, não sei. Quem recolheu os documentos foi o Marcos Vinícius, em Alagoas. Levou, inclusive, o acordo que lastreou essa operação. E apresentaram-nos o processo absolutamente pronto para ser assinado. Não sei quem fez os cálculos, não sei quem fez a operação em si. A responsabilidade é contratual do Banco Divisa. Eu não acompanhei essa parte do processo.

O SR. ROBERTO FREIRE – Só uma preocupação. O Secretário da Fazenda de um Estado assina um negócio desses sem saber quem fez os cálculos... Isso é normal?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pode responder, Sr. José Pereira de Sousa.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Eu fiz um contrato, o Governo do Estado fez um contrato com o Banco Divisa, que é uma empresa autorizada pelo Banco Central para o mercado financeiro e se propunha a fazer esse tipo de trabalho. Então...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – O eminente Senador quer ser esclarecido, e a pergunta é pertinente.

O SR. ROBERTO FREIRE – Sim. Para saber se Alagoas, talvez, funciona dessa forma.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Eduardo Supply, V. Ex^a encerrou?

O SR. EDUARDO SUPPLY – Farei uma reflexão e pedirei o mesmo do ex-secretário José Pereira de Sousa.

Sr. Presidente, por quatro anos fui Colega do Senador Divaldo Suruagy que, depois, se tornou governador do Estado de Alagoas. Até me lembro muito bem de ser o governador Divaldo Suruagy um dos principais críticos do ex-Presidente Fernando Collor de Mello. Sua Excelência foi, desde os primeiros dias de governo, uma das pessoas que mais apontou problemas, sendo um adversário muito rigoroso. Mas S. Ex^a estabeleceu relação de respeito e amiza-

de com todos os Senadores que aqui estavam presentes. Lembro-me também das duas vezes, pelo menos, que o Governador Divaldo Suruagy veio a esta Casa, onde realizou um esforço de procurar cada um dos Senadores, inclusive a mim próprio, todos a quem tinha uma relação de amizade, de respeito e de confiança. Sua Excelência transmitiu a necessidade de todos olharmos, com muita atenção, para a emergência da situação de Alagoas. V. S^a nos disse que o estava acompanhando. Ele, inclusive, esteve, lembro-me visualmente – penso que os membros da CAE, se lembram -, na sala quando apreciamos o pedido de Alagoas. Lembrei-me desses fatos agora, quero registrar, por causa do cuidado que cada um de nós, o conjunto dos Senadores, precisa ter. Imaginem se vier um dia o Governador Bernardo Cabral, o Governador Roberto Requião, até aqui à Comissão de Assuntos Econômicos, em uma próxima legislatura, falar com cada um de nós com quem conviveu e pedir para que prestemos atenção em seus casos. Por mais que um Governador diga isso vamos ter que prestar muita atenção, em que pese as relações que..... Fico impressionado pelo fato de pessoas ganharem 1, 2, 14 milhões ou algo assim com uma facilidade extraordinária, quando sabemos que justamente no Estado de Alagoas há pessoas que têm enorme dificuldade de sobrevivência, têm necessidade de um rendimento que lhes possa dar uma vida condigna.

Eu gostaria de concluir com essas palavras. Quem sabe se V. S^a fizer uma reflexão a respeito, porque o mundo dá muitas voltas. Percebo agora que o Governador Divaldo Suruagy está em uma situação extremamente difícil por alguma falta de cuidado, já que o respeito, a gentileza de todos S. Ex^a aqui solicitou, mas faltou um maior cuidado no exame da matéria que estava sendo submetida e por nós todos foi votada. Precisamos de muito maior cuidado daqui para a frente.

Se V. S^a tiver algo a comentar faça-o, por favor. Faltou um esclarecimento e também peço que o faça na sua reflexão final: se puder, revele-nos qual foi a razão pela qual pediu por seis vezes, o que finalmente foi dado, o seu afastamento. Se puder, revele-nos primeiro se transmitiu a razão ao Governador do Estado de Alagoas e diga-nos aqui qual foi a razão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Eduardo Supply, esta é uma pergunta que envolve uma questão de foro íntimo. O senhor deseja dar a resposta a essa questão de foro íntimo ou quer aguardar?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Posso dar a resposta.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Pode transformá-la em público? Ele vai transformar a resposta em público sobre a decisão que tomou em caráter particular.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Na realidade, quando fui convidado a assumir a Secretaria de Governo de Alagoas, eu tinha, vamos dizer, dois motivos para ir para lá. Um motivo seriíssimo, um problema de família no Rio de Janeiro, um problema de segurança. Já havia morado 4 anos em Alagoas e 6 na Bahia, exercendo outras atividades profissionais e desejava retornar ao Nordeste por uma questão de segurança familiar, e coincidiu com a eleição do Sr. Governador. Ao ser convidado, julguei que poderia trazer uma contribuição com a experiência que tinha nessa área, só que, Senador, lamentavelmente, administrar hoje um Estado carente de recursos, em que pese na administração que tive na Secretaria da Fazenda ter duplicado praticamente a arrecadação de ICM, que chegou acerca de 80% em termos reais, em 21 meses – este não é um dado do Secretário, está no Tesouro Nacional, foi levantamento feito por eles –, mas a folha de pagamento subiu 80% a maior que a arrecadação de ICM. O ICMS representa cerca de 50% da arrecadação total do Estado. Então, não havia como, pois as pressões eram muito fortes, e comecei a sentir que, por não ser de Alagoas, tinha pressões muito mais fortes em cima de mim do que se fosse uma pessoa do próprio Estado, uma pessoa ligada à área pública do Estado. E pedi por várias vezes ao Sr. Governador para sair, e ele disse: "Olha, vamos ultrapassar este obstáculo e, depois, vamos conversar". E, algumas vezes, conversamos nesse sentido. Mas, realmente, eu não tinha como continuar à frente de uma Pasta quando eu era uma pessoa, a não ser por um círculo menor, que me conhecia bem em toda a área política, essa coisa toda, mas, para a população como um todo, eu era um ilustre desconhecido. Tinha sido Diretor da Salgema há quatro anos, mas era um ilustre desconhecido. Então, isso dificultou um pouco.

E também tem uma coisa: durante essa minha estada lá, tinha, vamos dizer, um trabalho...se a arrecadação subiu cerca de 80% em termos reais, é porque tive um trabalho implacável na fiscalização, e é do conhecimento público nacional que isso culminou, inclusive, ou isso ou qual foi o motivo não está...está esclarecido, mas não sei. Houve inclusive o assassinato do meu homem responsável pela fiscalização, do segundo, do assessor mais importante

que eu tinha na Fazenda. Isso, dez dias depois que eu saí da Fazenda. Então, todas essas pressões me fizeram, por algumas vezes, colocar, até que um dia, coloquei em termos definitivos, e saí porque quis sair. Saí, vamos dizer, de modo próprio, e contra a vontade, naquele momento, do Sr. Governador.

O SR. EDUARDO SUPPLY – O senhor, por acaso, teve algum problema de segurança, relacionado ao tema da CPI? Por acaso, a sua vinda aqui hoje foi de, alguma maneira, objeto de pressão com respeito à segurança, seja para V. S^a ou para pessoas de sua família, com respeito àquilo que V. S^a hoje está dizendo perante a CPI?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Em absoluto, em absoluto, não houve nada.

O SR. EDUARDO SUPPLY – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Como não está presente o Senador José Serra, passo a palavra ao eminente Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO – Sr. Presidente, antes de mais nada, desejo cumprimentar V. Ex^a pelo espírito de tolerância de V. Ex^a e do Relator, porque quero, mais uma vez, renovar aqui. Estamos às 22 horas, e hoje acho que vamos sair mais cedo. O Relator, como um democrata, tem permitido os relatórios paralelos nesta Comissão.

Confesso a V. Ex^a que estou, desde 1967, na atividade parlamentar e, pela primeira vez, assisto em Comissão Parlamentar de Inquérito – quero fazer o registro – a relatórios paralelos, julgamentos antecipados. O relatório é do Relator, Senador Roberto Requião, mas aqui se pede a um membro da Comissão que emita um parecer. Aí, ele prontamente emite o parecer: deságio tanto, foi um prejuízo no Estado de tanto. Não sei, Sr. Presidente. A tolerância de V. Ex^a e do Relator, porque relatório em Comissão Parlamentar de Inquérito é no final. Aqui não, aqui se faz relatório parcial. Acho que é o diabo dessa câmera, Sr. Presidente, da **TV Senado**, que acaba gerando coisas dessa natureza, de se terem relatórios paralelos quando a Comissão é de investigação e, portanto, devem-se ouvir do depoente, extraírem-se informações para juízo do Relator e, posteriormente, para o juízo de cada membro. Mas aqui, não. Aqui, a cada depoimento, assistimos a um relatório paralelo. O relatório de um **expert**, que faz logo o julgamento antecipado de cada setor, de cada Estado, de cada Município, de cada corretora, os cálculos todos, os prejuízos, os deságios.

Sr. Presidente, quero fazer esse registro, porque creio que isso poderá prejudicar a Comissão na

reta final, com o volume de depoimentos e de documentos que são trazidos à Comissão. Mas há o diabo dessa câmara aí, e, com toda essa assistência privilegiada, acabamos por termos vários Relatores, que não esperam o final da Comissão para estabelecer os seus juízos de valor, inclusive alguns paroquiais, já estabelecendo o prejuízo que cada Estado teve.

Então, eu gostaria de fazer esse registro aqui. Até já sou solidário com o projeto de lei que vai ser apresentado, transformando alguns Estados em territórios. Estou preocupado com São Paulo, que é o maior devedor deste País, se vai ser transformado em território. É minha única preocupação. Quando pega Alagoas, Estados menores, mas São Paulo, maior devedor da União e do País, fico preocupado com o projeto de lei previamente apresentado nesta Comissão.

Sr. Presidente, da mesma forma como ocorreu com o Secretário de Pernambuco que aqui depôs, um Deputado Federal que exerce o cargo de Secretário da Fazenda de Pernambuco, tinha o Governo de Alagoas consciência, ao solicitar ao Banco Central do Brasil e ao Senado da República, que estava solicitando a emissão de títulos para sanear dívidas do Estado e não especificamente para o pagamento de precatórios? Porque o Secretário de Pernambuco veio e logo confessou que foi com esse objetivo. Então, quero saber se o Governo do Estado de Alagoas tinha essa consciência, se era esse o intuito.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – O intuito era exatamente esse.

O SR. JADER BARBALHO – O intuito do Estado de Alagoas não era pagar precatórios?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Era recompor o caixa através de reembolso de dívidas anteriores à Constituição de 1988.

O SR. JADER BARBALHO – Agora, quero ouvir de V. S^a, que aqui se referiu a mercado – aqui estamos interessados em conhecer um pouco do mercado brasileiro -, se considera que o que foi feito a nível de Alagoas, comparado a outras operações que o mercado faz e realiza diariamente, que para o Estado de Alagoas esse foi o caminho adequado, considerando o que ocorre no mercado diariamente?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Considero um caminho adequado porque, na realidade, ainda é o custo de dinheiro mais barato a que os Estados têm acesso.

Teria outro recurso: o empréstimo externo; mas é impossível obter aprovação do Banco Central para empréstimo externo.

Comecei a fazer uma explicação sobre um pedido que fizemos desse empréstimo externo e houve mudanças de legislação – resoluções, circulares – dentro do Banco Central para impedir que o Estado pegasse esse dinheiro.

O SR. JADER BARBALHO – Qual era o custo desse dinheiro?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – O custo desse dinheiro era de 11% ao ano.

O SR. JADER BARBALHO – E o Banco Central...

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Tivemos aprovação após um ano de processo junto ao Tesouro Nacional e ao Banco Central, depois de termos tido do Banco Central contatos com diretores de bancos no exterior que estavam sendo parceiros do Estado nessa operação, contatos no sentido de que desistissem da operação, como vieram a desistir. Tivemos mudança de resolução do Banco Central, exigindo que qualquer operação com Estado ou Município deveria ter um banco com **rating**, classificação do tamanho do banco, de 3B, coisa que não existia, só surgiu por causa de Alagoas. Então, tudo isso foi feito. Ficamos um ano. E pedimos um empréstimo sem aval do Governo Federal.

Quando veio a autorização, o Estado já estava absolutamente sem condições econômicas e técnicas, não tinha mais nada para fazer a operação, com pedido de intervenção etc.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Jader Barbalho.

O SR. JADER BARBALHO – Apesar de o Senador José Serra considerar, de certa forma, não cabível, estou interessado em que esta Comissão possa chegar ao final fazendo uma análise do mercado. Eu gostaria que V. S^a discorresse sobre a comparação de títulos públicos, seja do Governo Federal ou de outros Estados, quanto à questão de debêntures, inclusive esta que V. S^a ofereceu do Rio Grande do Sul, de 5,5%. Que V. S^a falasse sobre isso. O que sabe a respeito da questão do mercado, de taxas, sejam de títulos do Governo Federal ou títulos de Governo Estadual, enfim, títulos públicos?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Na verdade, essa operação de emissão de títulos é classificada como uma **underwriting**, como chamam no jargão financeiro, uma emissão primária de títulos que tanto se aplica nos casos títulos públicos, podem ser debêntures ou ações, e as taxas de contratação. A Comissão de Valores Mobiliários, no caso de empresas privadas e empresas de economia mista abertas, tem isso aos montes em termos de quan-

to custou cada operação. Agora mesmo, não tenho certeza se a Petrobrás ou alguma empresa estatal brasileira está pagando aos Estados Unidos da América 3% de comissão de uma operação **underwriting**. Essa comissão tem essa finalidade, vamos dizer, uma operação de lançamento de títulos.

Com relação a deságios, o que temos de fazer é verificar, quer dizer, fazer uma comparação entre a potencialidade de cada credor. Outro dia explicava à minha filha o que era deságio, pois, de tanto escutar falar em deságio, ela queria saber o que é. Eu explicava: se você tem R\$100,00 para aplicar em títulos, sejam quais forem, de um Estado ou de um país, se puder escolher os R\$100,00 e se quiser segurança, vai comprar títulos americanos, ou **eurobonds** ou **treasure bonds**. Mas se pode aplicar no Brasil e tem somente uma taxa única, que é determinada diariamente pelo Banco Central, vai aplicar em títulos do Tesouro Nacional, que dão menor rentabilidade, mas dão maior segurança. Se você quiser aumentar a sua rentabilidade e diminuir a segurança, entre o Governo Federal e São Paulo, você certamente terá mais recursos ou terá mais rentabilidade com São Paulo do que com o Governo Federal. E fui descendo até chegar a Alagoas, que realmente é o Estado que tem menos segurança em termos econômicos. Por isso, tinha um deságio tão pesado e agora temos todos esses problemas para explicar esse deságio.

Na realidade, deságio representa o sentimento do investidor em relação à segurança. Se ele tem pouca segurança, pede mais rentabilidade. Se tem muita segurança, ele se contenta com menos rentabilidade. São duas coisas que não combinam: segurança e rentabilidade.

O SR. JADER BARBALHO – V. S^a considerou adequado, tendo o Banco Divisa feito esse contrato com o Estado de Alagoas, montar uma sociedade para trabalhar no mesmo prédio do Banco Divisa? V. S^a não considerou que isso seria, no mínimo, inadequado?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Senador, a sociedade não foi montada por mim. Ela foi criada em fevereiro do ano passado, e eu entrei em agosto. Ela já existia nesse local.

Desde que não houve benefício porque todas as despesas foram pagas pela Consult-Invest, tudo foi efetivamente pago. Existia uma opção de compra do imóvel, e nós, por razão financeira, não o compramos. Em janeiro havia essa opção de compra, e fizemos um acordo com os advogados do banco e

devolvemos o imóvel a ele. As benfeitorias que realizamos ficaram por conta do período de três ou seis meses que a empresa esteve lá. Não houve prejuízo para o banco, nem para ninguém. Na realidade, quando entrei na empresa, já havia esse negócio.

O SR. JADER BARBALHO – A última, Sr. Presidente.

V. S^a considera acertada essa tomada de recursos para retirar o Estado de Alagoas de dificuldades? V. S^a empregaria novamente esses recursos? Depois de tudo isso, faria o mesmo tipo de aplicação que o Governo do Estado de Alagoas fez com esses recursos que foi buscar no mercado?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Evidentemente não.

O SR. JADER BARBALHO – Por quê?

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Porque hoje vejo que realmente talvez fosse melhor ter os títulos em carteira, já que não se vendia... Apesar de se ter um deságio alto, os títulos não foram vendidos porque não quisemos, mas porque o mercado não tinha capacidade de absorção desses títulos com esse deságio. Talvez fosse melhor ter deixado chegar ao final as ações que estavam correndo na Justiça com relação ao recebimento dessas dívidas pagas. Digo essas dívidas, com relação às dívidas em virtude de ações na Justiça e de empresas que estavam realizando obras no Estado.

Com relação ao pagamento dos bancos, defendendo-o por uma razão simples: o custo financeiro das AROs era mais caro que o das letras. Portanto, era uma questão de custo-oportunidade.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Seria sobre a inquirição do depoente, ou sobre outra matéria?

A SRA. EMILIA FERNANDES – Seria sobre um assunto...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Se for sobre outra matéria, vamos liberar o depoente, pois ainda quero comunicar a V. Ex^a um requerimento.

Quero agradecer a presença do depoente, assim como do seu patrono, antigo Conselheiro Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e nosso colega parlamentar – o Dr. José Luís Batocchio foi Deputado Federal por muitos anos. Se for necessário que contribua com mais alguma informação com esta CPI, espero que o faça tão logo seja possível.

V. S^a está dispensado. Nossos cumprimentos ao Dr. José Luís Batocchio.

Peço aos colegas Senadores que permaneçam por mais alguns minutos.

O SR. JOSÉ PEREIRA DE SOUSA – Muito obrigado, Sr. Presidente. Estarei sempre à disposição da CPI para o que for necessário.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Muito obrigado.

A Senadora Emilia Fernandes tem a palavra.

A SRA. EMILIA FERNANDES – Sr. Presidente, Srs. Senadores, minhas considerações são em relação ao que foi levantado aqui pelo Senador Jader Barbalho.

V. Ex^a, Senador, teria falado num relatório paralelo ou num relatório parcial, o que transpareceu uma idéia de alguma precipitação de integrantes desta Comissão. Gostaria de fazer algumas considerações, porque é importante que as coisas fiquem bem claras. Casualmente, Sr. Senador, hoje, entreguei à Comissão um relato, um relatório, enfim, um resultado de um trabalho que me foi determinado pela Comissão.

Sr. Presidente, em relação a esse trabalho, se o fiz, foi por determinação desta Comissão. Passei às mãos da Comissão dados minuciosamente trabalhados com assessores da Comissão e pessoal do Banco Central, para que o Sr. Relator tivesse informações mais detalhadas e confiáveis que lhe poderão ser úteis quando proferir seu parecer.

Por outro lado, quero deixar bem claro que a divulgação dos dados aqui constantes foi feita em detalhes gerais, até pela insistência da Imprensa que nos procura e precisa da notícia. Não fornecemos cópia do relatório a ninguém da Imprensa antes de trazê-lo à Mesa. Aliás, ainda não o fornecemos à Imprensa. Entendemos que a avaliação da situação dos estados e municípios e das pessoas envolvidas é atividade e atribuição somente do Relator, com a aprovação desta Comissão.

Saliento, mais uma vez, que consideramos importante esse estudo minucioso que está sendo feito, e que deve ser feito paralelamente, tanto em relação à questão da quebra de sigilos quanto essa documentação que nos chega a todo momento. Por exemplo, hoje nos foi entregue esse documento pelo próprio Secretário de Alagoas, com dados diferentes dos do levantamento que apresentamos. Faremos, urgentemente, um cruzamento desses dados para ver onde, porventura, estão os equívocos e as considerações, como contribuição ao Relator.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de solicitar a V. Ex^a e ao Relator, considerando a aprovação desta Comissão, que implementassem os trabalhos sobre a questão da quebra dos sigilos em geral – bancário, telefônico e fiscal -, bem como nos permitissem a continuidade desse trabalho minucioso dos estados e município, na certeza de contribuirmos com o Sr. Relator e com os andamentos em geral desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senadora Emilia Fernandes, com a imparcialidade que tem norteado esta Presidência, devo destacar dois pontos.

Em primeiro lugar, o que o Senador Jader Barbalho demonstrou é que estávamos...e ele considerou que ainda era cedo com quase cinco horas de depoimento à noite, se considerarmos as cinco horas de depoimento na parte da manhã, teríamos, no mínimo, que terminar esta reunião às 3 horas. A análise que o Senador Jader Barbalho fez, em nenhum instante, toca no trabalho que V. Ex^a realizou. Esse é um ponto.

Em segundo lugar, eu mesmo dou o meu testemunho, quando V. Ex^a, pela manhã, mostrou esse trabalho, que merece os encômios de todos os seus Colegas pela diligência, deixava claro que não tinha revelado à imprensa nenhum tópico que pudesse parecer sigiloso, que fazia primeiro chegar às mãos da Presidência. Eu lhe pedi, então, que o fizesse nesta reunião.

Por isso, V. Ex^a está a salvo desse relatório, se bem interpreto o pensamento do eminente Senador Jader Barbalho, como de qualquer outro Colega. Mas há outros que não estão a salvo.

O SR. JADER BARBALHO – Sr. Presidente, me permite...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – V. Ex^a tem a palavra.

O SR. JADER BARBALHO – Em primeiro lugar, creio que o fornecimento de dados para imprensa é até um trabalho interessante da Comissão. O que estou reclamando, Sr. Presidente, mais uma vez, é que se esta CPI fosse na Câmara dos Deputados, com mais de 500 Parlamentares...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Não teria nunca fim.

O SR. JADER BARBALHO – ...e se alguns Parlamentares resolvessem, ou a maioria, fazer relatórios paralelos... Não é sobre a ilustre Senadora do Rio Grande do Sul, que, aliás,...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Que cumpriu uma missão dada pela relatoria.

O SR. JADER BARBALHO – ...cumpriu uma missão,... que fiz reparos. Tenho feito reparos aqui ao que ouço. Por exemplo, o governador de tal Estado, ou o governo, deu um prejuízo de "X", o seu Estado tomou um prejuízo de "Y".

Não é possível, Sr. Presidente, isso ocorrer. Não é possível que haja relatórios paralelos, apartes dados a interpelantes, nunca assisti a isso. Ou se obedece uma lista de inscrição ou não. Mas aqui se dão apartes a interpelantes. Esta é a preocupação que tenho.

Portanto, Senadora, quero dizer que não foi em relação a V. Ex^a, foi um pessoal próximo ao Estado de V. Ex^a, mas ainda não era o Rio Grande do Sul.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador...

O SR. JADER BARBALHO – Esta é a questão paroquial que não consegue entender que esta CPI é do Acre ao Rio Grande do Sul; não é entre o Paraná e o Rio Grande do Sul. É a isso que me refiro e fico muito preocupado, ou seja, com o tempo desses relatórios paralelos. Que façam lá fora para a imprensa, que forneçam os dados, mas não aqui, na Comissão, para nos fazer ir até a madrugada com esses relatórios paralelos, como já se fez aqui, não só Senadores, mas funcionários do Banco Central, da Procuradoria da República, da imprensa.

Creio, Sr. Presidente, em que pese a toda sua tolerância, que V. Ex^a deveria chamar...O Senador tem a obrigação e o direito de indagar, mas fazer comentários, como já ouvi, indagar de depoentes qual a opinião pessoal dele sobre tal episódio, não é este o objetivo de uma comissão de investigação. O seu objetivo é investigar, extrair informações. Lamentavelmente, no entanto, alguns não se estão contendo. Há o risco até de se perguntar, qualquer dia desses, qual o tipo de sangue do depoente. E antes de chegarmos a isso é que faço este apelo, qual seja, apesar da tolerância de V. Ex^a, que chame a atenção.

Sendo assim, Senadora Emilia, meus cumprimentos. Ouvi atentamente os seus cálculos, o seu trabalho. Isso, portanto, não é com V. Ex^a, mas com outros que ainda não entenderam o objetivo desta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Senador Jader Barbalho, antes de fazer a terceira conclusão, devo lembrar que, no primeiro dia de instalação dos trabalhos, o Senador Gilberto Miranda alertava para a possibilidade de que cada Senador tivesse o tempo limitado. Chegamos todos à conclusão que poderia ser um cerceamento da palavra ao Senador, ficando, então, liberada.

Devo dizer, no entanto, que a paciência do Senador Roberto Requião e a minha são decorrentes do nosso aprendizado de que sem paciência ninguém merece o reino do céu. E essa paciência só pode ser do Presidente e do Relator. No entanto, V. Ex^a tem, sem dúvida nenhuma, a mais absoluta razão. E a partir de hoje, quando esses relatórios paralelos começarem a atrapalhar o nosso Relator, o Presidência fará o alerta, porque tem razão V. Ex^a de que no começo algumas pessoas estão aqui e depois desaparecem, quando já é tarde demais, porque interromperam os Senadores que estão inscritos.

Senador Roberto Requião, tem V. Ex^a a palavra.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Na condição de católicos cristãos, este nosso sofrimento nos leva a ter um crédito no paraíso. Mas em nome da eficiência, da rapidez e da racionalidade da Comissão, devemos abrir mão desses créditos e evitar que a participação seja discursiva. Até eu, como Relator, tenho que me penitenciar. Posso apresentar relatórios parciais, mas não preciso fazê-lo a cada momento. Limitação do tempo dos Srs. Senadores é incabível, mas a eliminação de comentários críticos em cima do interrogatório deve ser estabelecida da forma mais rápida possível.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – E a Presidência também vai pedir ao eminente Relator que, quando estiver fazendo sua inquirição, não permita mais que façam apartes à sua palavra, porque interrompem o seu raciocínio e atrapalham os bons serviços do Relator, que, depois de ter feito suas anotações durante tanto tempo, acaba tendo prejudicada a sua indagação.

A partir da amanhã, tão logo haja pedido de aparte ao Senador Roberto Requião, a Presidência será a primeira a fazer o alerta para que se resguar-dem ao tempo da sua inscrição. Penso que essa será a melhor forma, Senador Roberto Requião, de não interromperem o trabalho de V. Ex^a.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Exatamente. E que sugestões existentes sejam encaminhadas por escrito, porque podem auxiliar o interrogatório.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Quero apenas dizer aos eminentes Senadores que te-

mos aqui quatro requerimentos da maior importância. Temos sete Senadores, portanto há **quorum**.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Romeu Tuma, e em seguida ao Senador Gilberto Miranda.

O SR. ROMEU TUMA – Só para colaborar com o Sr. Relator e com essa Presidência, há uma intimação para aqui comparecerem pessoas que já foram ouvidas em São Paulo nas diligências determinadas pela Presidência, a requerimento da Relatoria, como por exemplo o Gerente do Banco Mercantil do Brasil.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Não, o requerimento não é meu. O requerimento da acareação foi do Senador Esperidião Amin.

O SR. ROMEU TUMA – Não é da acareação.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – É tomada de depoimentos?

O SR. ROMEU TUMA – Tomada de depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – São repetitivos esses depoimentos?

O SR. ROMEU TUMA – Eles são intimados, e o Senador Carlos Wilson poderia propor que se aguardasse a leitura dos depoimentos pelo Relator; se ficar alguma dúvida, pede-se nova diligência.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Sem dúvida alguma.

O SR. ROMEU TUMA – E há alguns nomes que talvez o Relator poderia já autorizar que fossem ouvidos em seus Estados, alguns nomes que V. Ex^a julgue que tenham pouca importância.

O SR. RELATOR (Roberto Requião) – Perfeitamente, Senador Romeu Tuma. Penso que devemos utilizar essas diligências com a Polícia Federal de forma mais constante, porque ela elimina o grande debate, vai ao cerne do problema e simplifica o nosso trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Srs. Senadores, há requerimentos do Senador José Serra, da Senadora Emilia Fernandes e do Senador Eduardo Suplicy, para os quais eu pediria atenção.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Gilberto Miranda.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Seriam dois os pontos: dadas as observações do Senador Jader Barbalho, eu pediria que amanhã, no início da sessão, tendo em vista que temos muitos depoentes, V.

Ex.^a fizesse as ponderações sobre as novas regras do jogo, porque ficaria muito mais fácil.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Sem dúvida.

O SR. GILBERTO MIRANDA – Em segundo lugar, tendo em vista que seis dos Srs. Senadores não estão presentes, eu pediria a V. Ex.^a que colocasse em votação os requerimentos na reunião de amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Sim, a Presidência iria fazer essa consulta. Em primeiro lugar, tomo a observação feita pelo eminente Senador Jader Barbalho, com a proposta ao Plenário, que foi aprovada pelos presentes. É uma decisão do Plenário. De modo que essa decisão terá que ser respeitada amanhã. Como esses requerimentos envolvem assuntos de documentos sigilosos, de reuniões abertas e secretas, é realmente conveniente que sejam deixadas as votações para amanhã.

Penso que o Senador José Serra, a Senadora Emilia Fernandes e o Senador Eduardo Suplicy estão de acordo.

O SR. JADER BARBALHO – Quantos depoimentos serão amanhã, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Bernardo Cabral) – Vou atender ao eminente Senador Jader Barbalho: quarta-feira, às 17 horas, Fábio Pazzanese Filho, José Luiz da Cunha Priolli, Fábio Barreto Nahoum, Ronaldo Ganon, Wagner Baptista Ramos. Será a acareação e a reinquirição. De modo que não chega a ser um depoimento de cada um.

Recebi um ofício da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Rio de Janeiro, e vou encarregar o eminente Senador Romeu Tuma para entrar em contato com a Telebrás, porque o Presidente da Ordem reclama ou encaminha a reclamação de dois advogados que estão tendo as suas comunicações telefônicas prejudicadas por atuação da CPI. Como não é do conhecimento de nenhum nome da CPI, encargo o Senador Romeu Tuma de entrar em contato com o Presidente da Ordem dos Advogados, Seção do Rio de Janeiro, e com o Presidente da Telebrás.

A Presidência agradece a presença dos Srs. Senadores, dos Deputados Federais, dos eminentes Subprocuradores-Gerais da República e da imprensa, que aqui ficaram até agora.

Está encerrada a reunião de hoje e fica marcada outra para às 17 horas de amanhã.

(Levanta-se a reunião às 22h27min.)

ATOS DO DIRETOR-GERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 666 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com o disposto no Ato da Comissão Diretora nº 9, de 1996,

RESOLVE:

Art. 1º - São designados os servidores Horivelto Avelar de Oliveira (matrícula nº 2307) e Ricardo Wagner Ottoni de Carvalho (matrícula nº 3327) gestores, titular e substituto, respectivamente, do Contrato nº 75/95 celebrado entre o Senado Federal e a EMBRATEL - Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A.

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de março de 1997.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

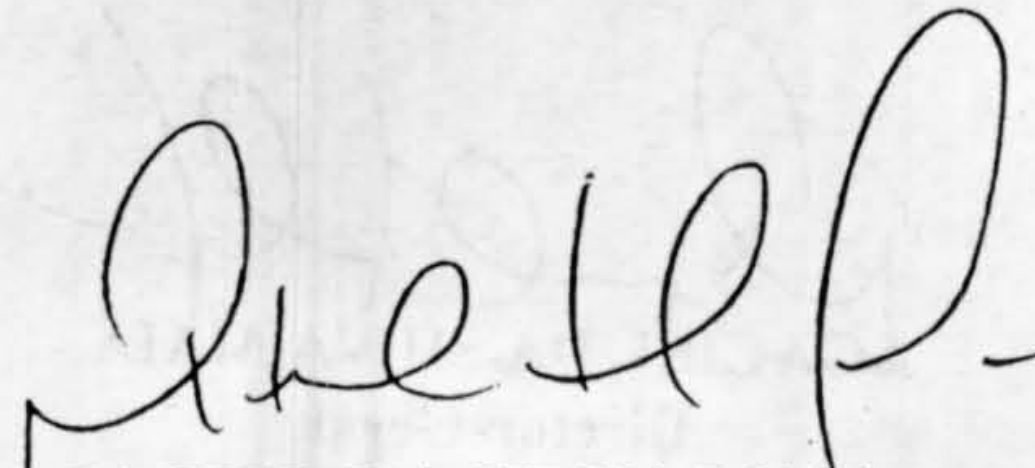
ATO DO DIRETOR-GERAL Nº. 667, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 1956/97-3,

RESOLVE designar a servidora LEILA SILVA, matrícula 3666, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de

Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Pesquisa, Símbolo FC-05, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 26 de março de 1997.



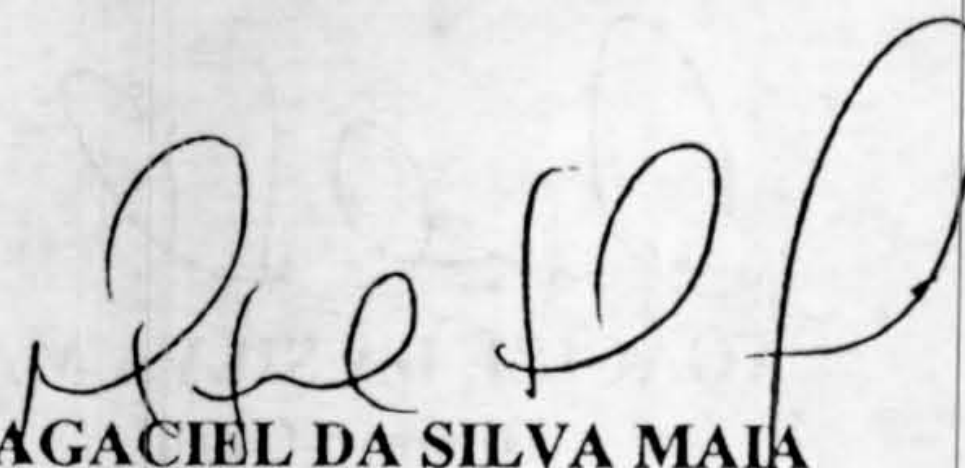
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 668 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº. 009, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 4860/97-7,

RESOLVE dispensar o servidor RICARDO MACEDO, matrícula 1690, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-5, da Coordenação Técnica de Eletrônica, com efeitos financeiros a partir de 24 de março de 1997.

Senado Federal, 26 de março de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

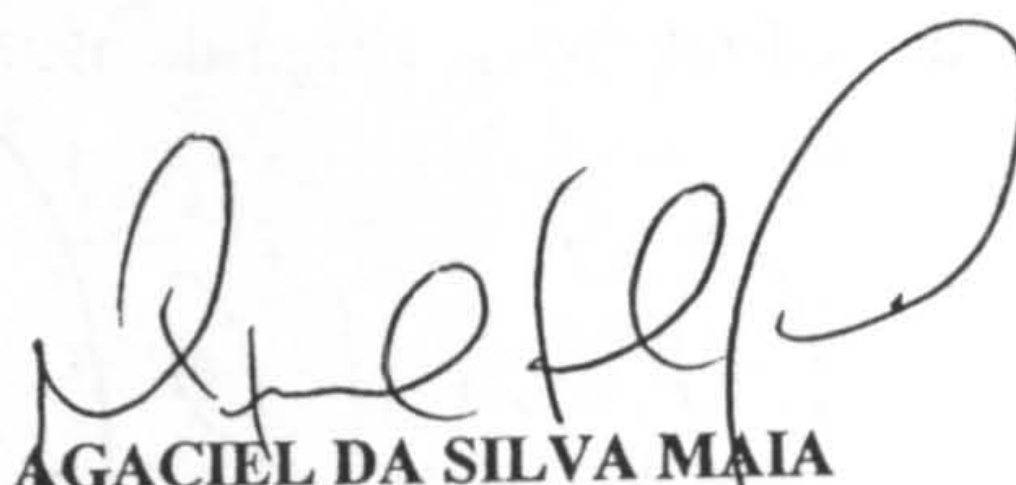
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 669 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº. 009, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 4860/97-7,

RESOLVE designar o servidor RICARDO MACEDO, matrícula 1690, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, para a Função

Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, do Serviço de Telecomunicações da Diretoria-Geral, com efeitos financeiros a partir de 24 de março de 1997.

Senado Federal, 26 de março de 1997.



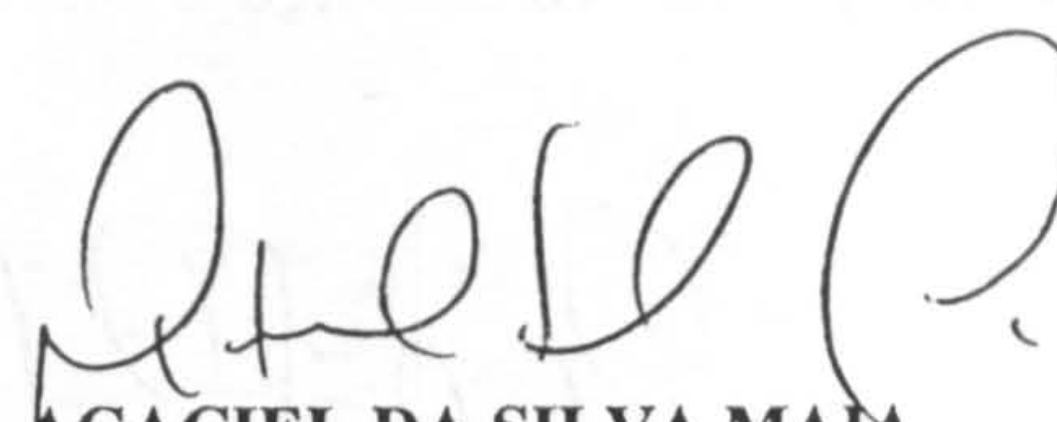
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 670, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 4274/97-0,

RESOLVE dispensar o servidor CLEBER JOSÉ RIBEIRO, matrícula 1297, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, da Secretaria de Serviços, com efeitos financeiros a partir de 24 de fevereiro de 1997, e lotá-lo na Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio a partir da mesma data.

Senado Federal, 26 de março de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

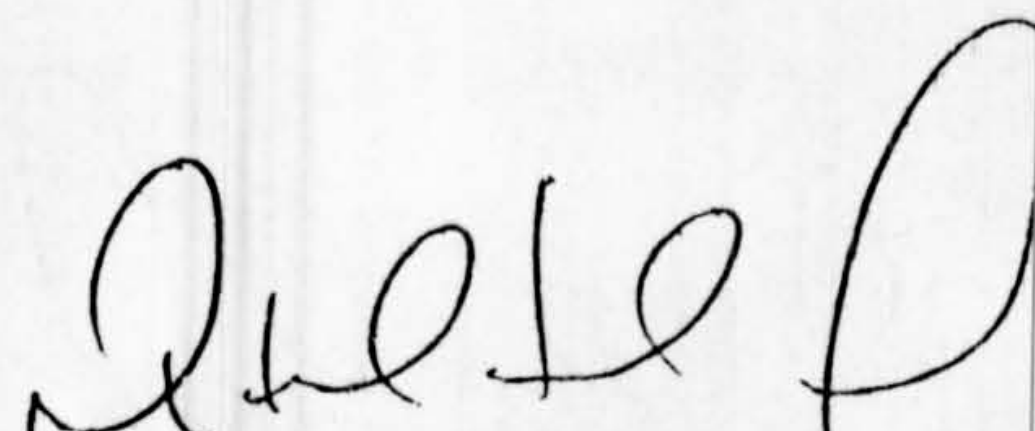
ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 671, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 4274/97-0,

RESOLVE designar o servidor CLEBER JOSÉ RIBEIRO, matrícula 1297, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, para

exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio, com efeitos financeiros a partir de 24 de fevereiro de 1997.

Senado Federal, 26 de março de 1997.



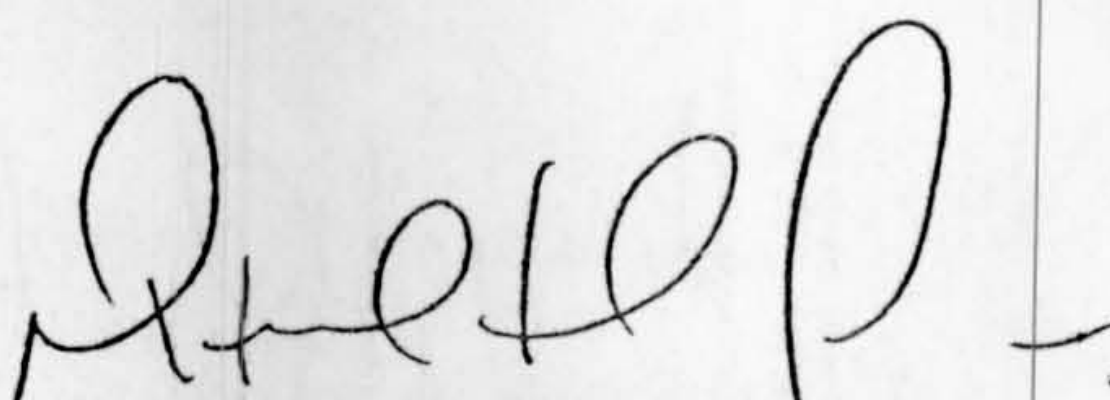
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 672 DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 2052/97-0,

RESOLVE dispensar o servidor **SERGIO LUIZ GOMES DA SILVA**, matrícula 1434, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Auxiliar de Controle de Produção, Símbolo FC-03, do Serviço de Programação Visual da Subsecretaria Industrial, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997, e lotá-lo na Secretaria de Comunicação Social a partir da mesma data.

Senado Federal, 26 de março de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 673, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 2052/97-0,

RESOLVE designar o servidor **SÉRGIO LUIZ GOMES DA SILVA**, matrícula 1434, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica

Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Produção Jornalística e Arte, Símbolo FC-07, da Coordenação Jornal do Senado da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 26 de março de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 674, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 3834/97-2,

RESOLVE dispensar a servidora ANNA MARIA DE LUCENA RODRIGUES, matrícula 1967, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Técnico de Treinamento, Símbolo FC-06, do Instituto Legislativo Brasileiro, com efeitos financeiros a partir de 01 de março de 1997, e lotá-la na Subsecretaria de Edições Técnicas a partir da mesma data.

Senado Federal, 26 de março de 1997.



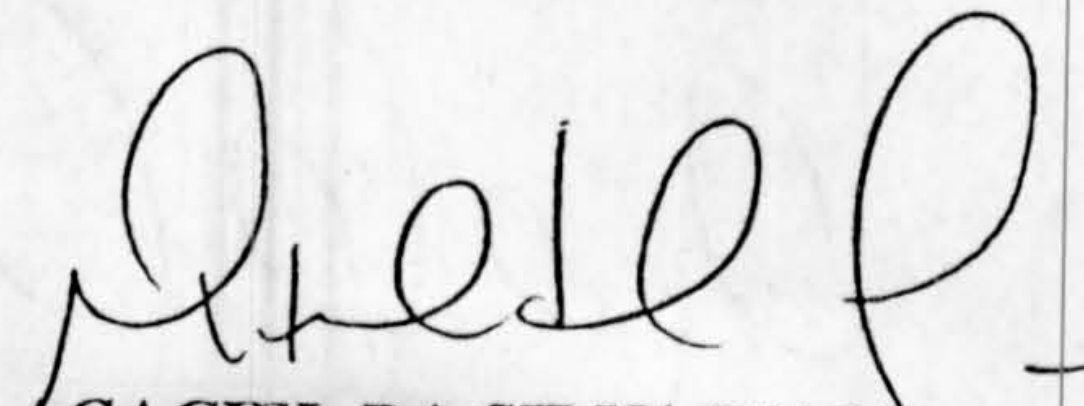
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 675, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 3834/97-2,

RESOLVE designar a servidora ANNA MARIA DE LUCENA RODRIGUES, matrícula 1967, ocupante do cargo efetivo de Analista de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Edições Técnicas, com efeitos financeiros a partir de 01 de março de 1997.

Senado Federal, 26 de março de 1997.



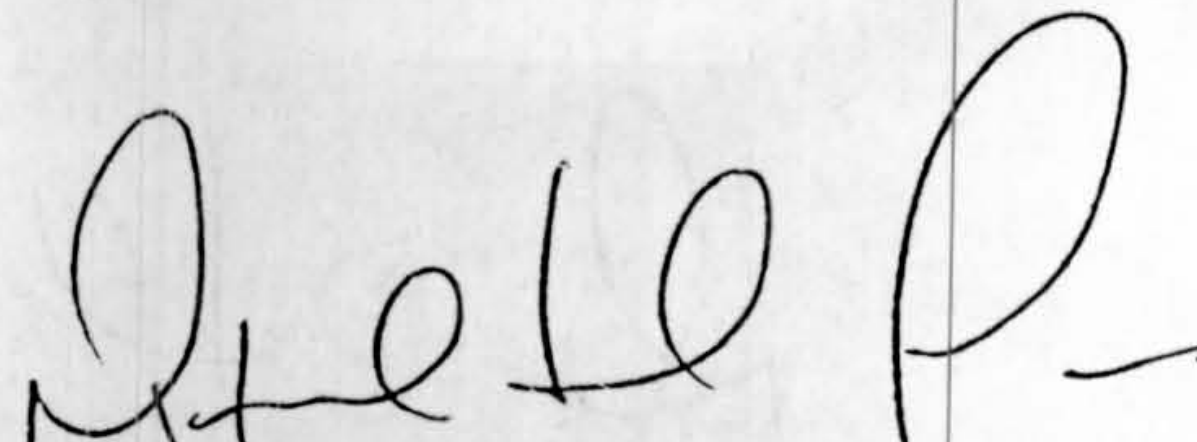
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.676 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997,

RESOLVE designar a servidora do PRODASEN, ALCIONE TOME, matrícula 0277, ocupante do cargo efetivo de Analista de Informática Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Técnico de Treinamento, Símbolo FC-06, do Instituto Legislativo Brasileiro, com efeitos financeiros a partir de 01 de março de 1997.

Senado Federal, 26 de março de 1997.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.677 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 2067/97-8,

RESOLVE dispensar o servidor JOÃO MARQUES ALVES, matrícula 1749, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 26 março de 1997.



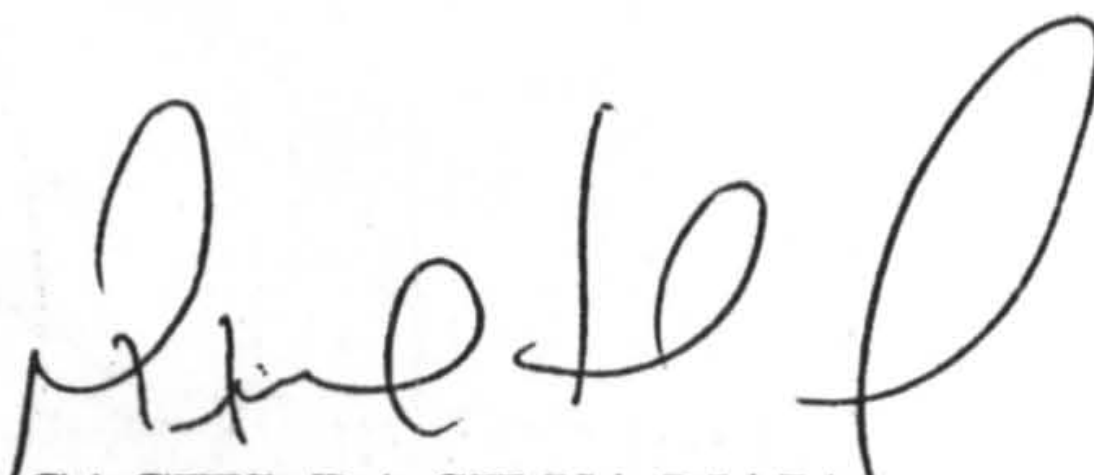
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 678, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 2067/97-8,

RESOLVE designar o servidor JOÃO MARQUES ALVES, matrícula 1749, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Locução, Símbolo FC-07, da Coordenação Rádio Senado da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 26 de março de 1997.



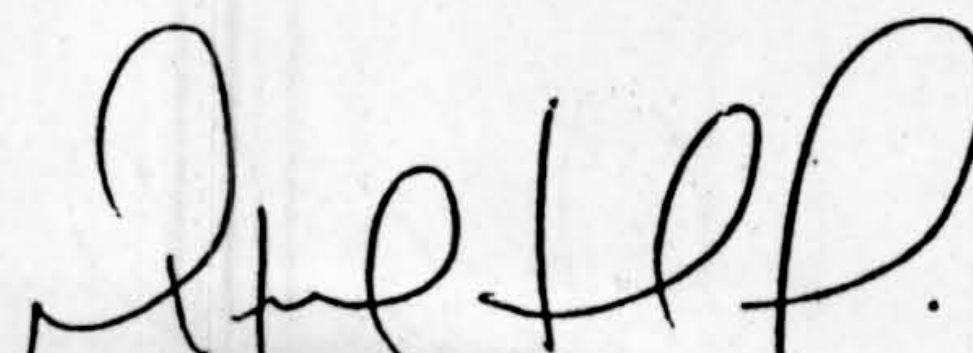
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 679, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo n.º 3887/97-9,

RESOLVE dispensar o servidor RONALDO VITÓRIA VARGUES, matrícula 2308, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Taquigrafia, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997, mantendo-o lotado no mesmo Órgão.

Senado Federal, 26 de março de 1997.



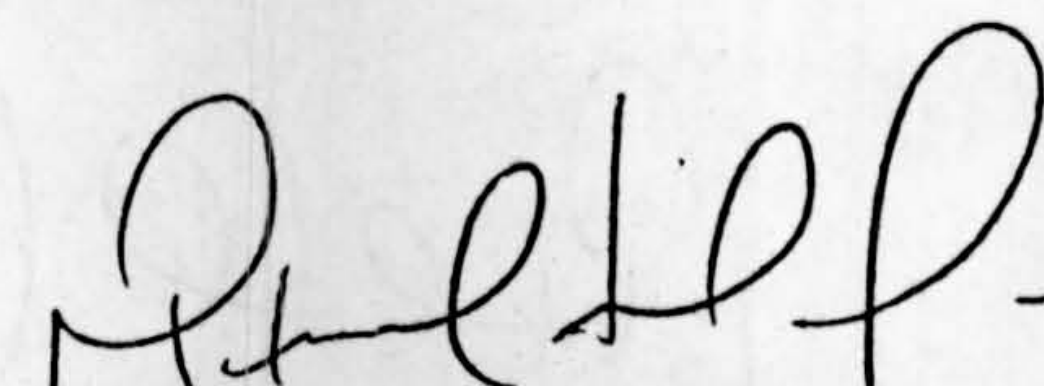
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 680 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 3897/97-4,

RESOLVE designar a servidora YVONE CARNEIRO DUARTE, matrícula 1471, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Taquigrafia, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 26 de março de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 681 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 3887/97-9,

RESOLVE designar o servidor RONALDO VITÓRIA VARGUES, matrícula 2308, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Áudio, Símbolo FC-07, da Subsecretaria de Taquigrafia, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 26 de março de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 682, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 4012/97-6,

RESOLVE designar o servidor CARLOS GUILHERME FONSECA, matrícula 1454, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Expediente, Símbolo FC-07, da Subsecretaria de Expediente, com efeitos financeiros a partir de 11 de março de 1997.

Senado Federal, 26 de março de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 683, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 1957/97-0,

RESOLVE designar o servidor CESAR AUGUSTO NICOLAU MORHY, matrícula 1808, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Pesquisa, Símbolo FC-05, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 26 de março de 1997.



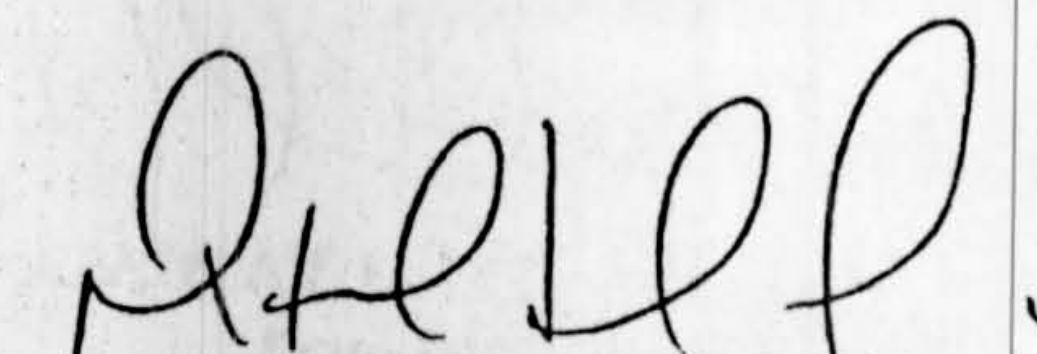
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 684, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 3106/97-7,

RESOLVE dispensar a servidora CLARA MARTINS PEREIRA DELGADO, matrícula 5023, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Datilografia, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 26 de março de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 685, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 3189/97-0,

RESOLVE designar a servidora MARIA DO SOCORRO ARAÚJO DE AGUIAR BASTOS, matrícula 2790, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 26 de março de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 686 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 3106/97-7,

RESOLVE designar a servidora CLARA MARTINS PEREIRA DELGADO, matrícula 5023, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Datilografia, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico de Pessoal, Símbolo FC-06, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 26 de março de 1997.



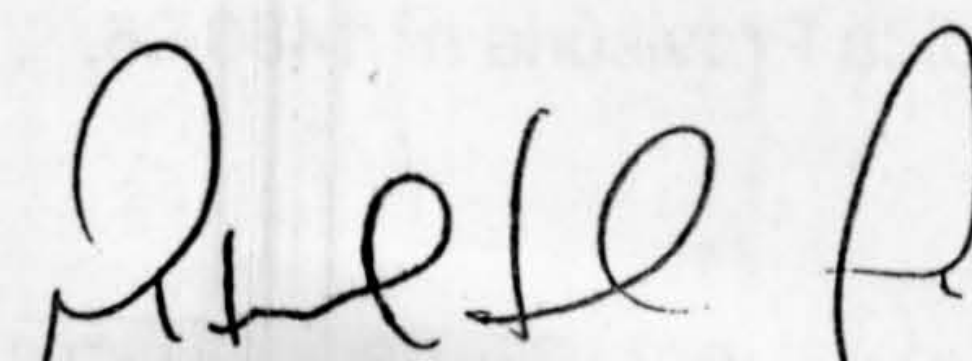
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 687 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 3833/97-6,

RESOLVE designar a servidora SILVANA MOURA DE OLIVEIRA, matrícula 2490, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço de Publicações, Símbolo FC-07, da Subsecretaria de Edições Técnicas, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 26 de março de 1997.



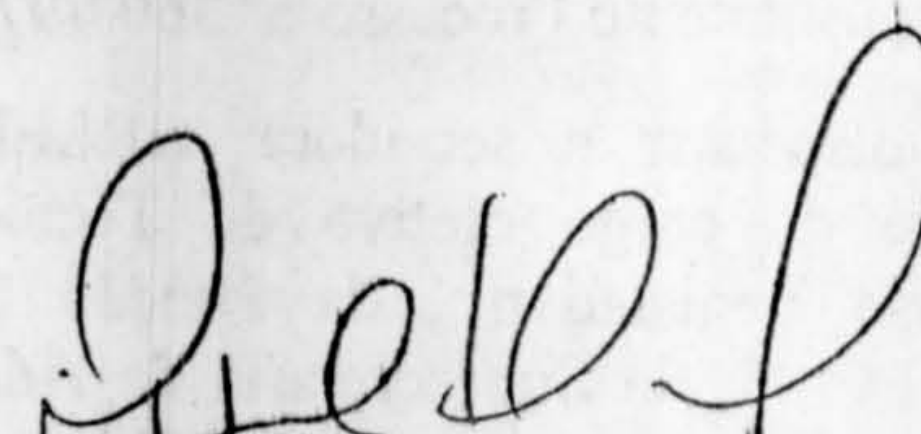
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.688 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 3293/97-1,

RESOLVE dispensar o servidor FERNANDO PASSOS DE MENDONÇA, matrícula 3865, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete da Quarta Secretaria, com efeitos financeiros a partir de 28 de fevereiro de 1997, e lotá-lo no Gabinete do Senador Ernandes Amorim a partir da mesma data.

Senado Federal, 26 de março de 1997.



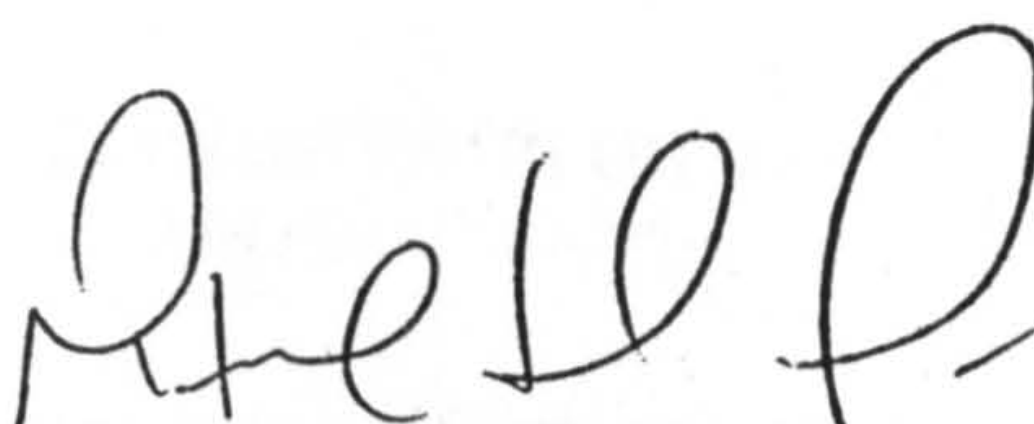
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 689 /97

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação de competência que lhe foi outorgada pelo Ato da

Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0668/96-6, resolve **ALTERAR** o Ato desta Diretoria-Geral nº 848, de 1996, publicado no DSF, de 6-7-96, para considerar o servidor **MÁRIO HUMBERTO MARQUES SARLI**, matrícula 0166, aposentado nos termos do artigo 40, inciso-III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil, combinado com o artigo 186, inciso III, alínea "c", da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com as vantagens do Ato do Diretor-Geral nº 148/94 e das Resoluções-SF nºs. 59/91, 51/93 e Resolução-SF 74/94, transformada na forma determinada pela Medida Provisória nº 1480/96.

Senado Federal, em 26 de março de 1997.




AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 690, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 3603/97-0,

RESOLVE dispensar a servidora **IRLENE MARTINS PINHEIRO**, matrícula 4004, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, com efeitos financeiros a partir de 05 de março de 1997, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 26 de março de 1997.



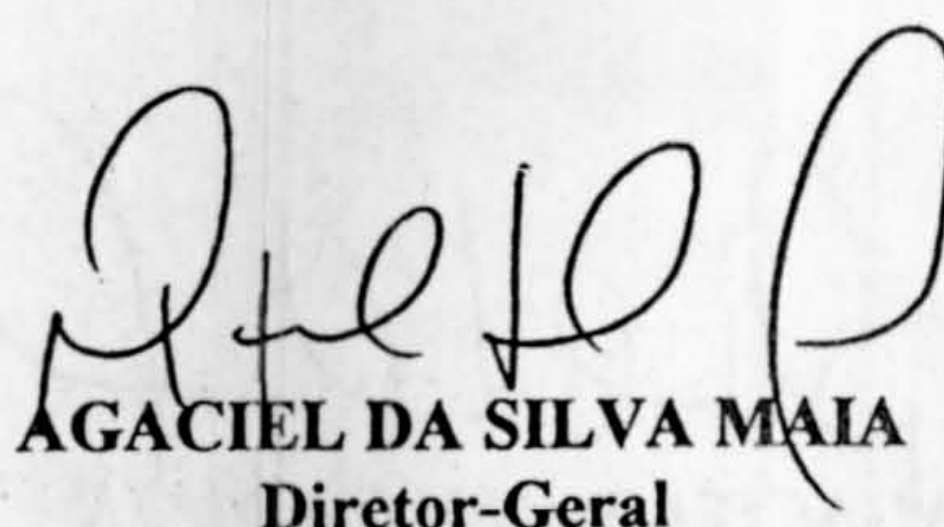
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.691 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 3602/97-4,

RESOLVE dispensar a servidora **EVELIN DA SILVA ORTEGA**, matrícula 4022, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, com efeitos financeiros a partir de 05 de março de 1997, mantendo-a lotada no mesmo Órgão.

Senado Federal, 26 de março de 1997.



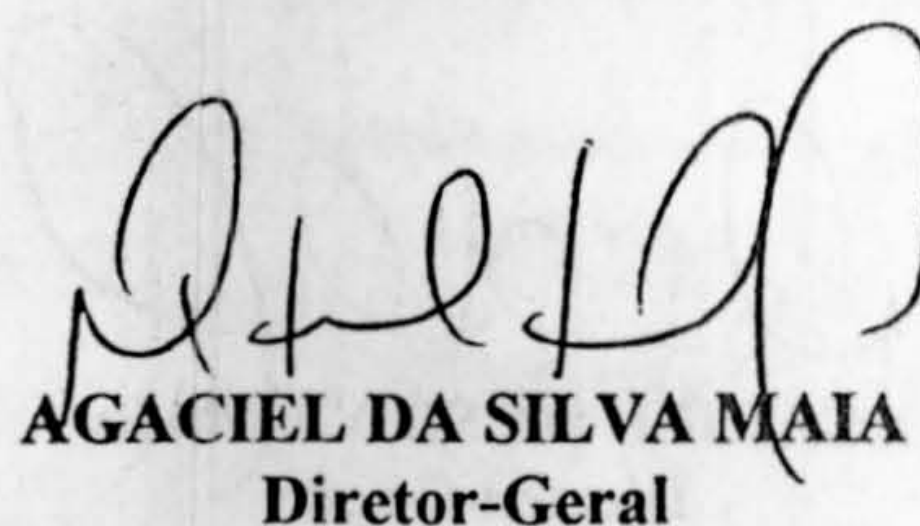
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.692 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 3602/97-4,

RESOLVE designar a servidora **EVELIN DA SILVA ORTEGA**, matrícula 4022, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, da Subsecretaria de Administração de Pessoal, com efeitos financeiros a partir de 05 de março de 1997.

Senado Federal, 26 de março de 1997.



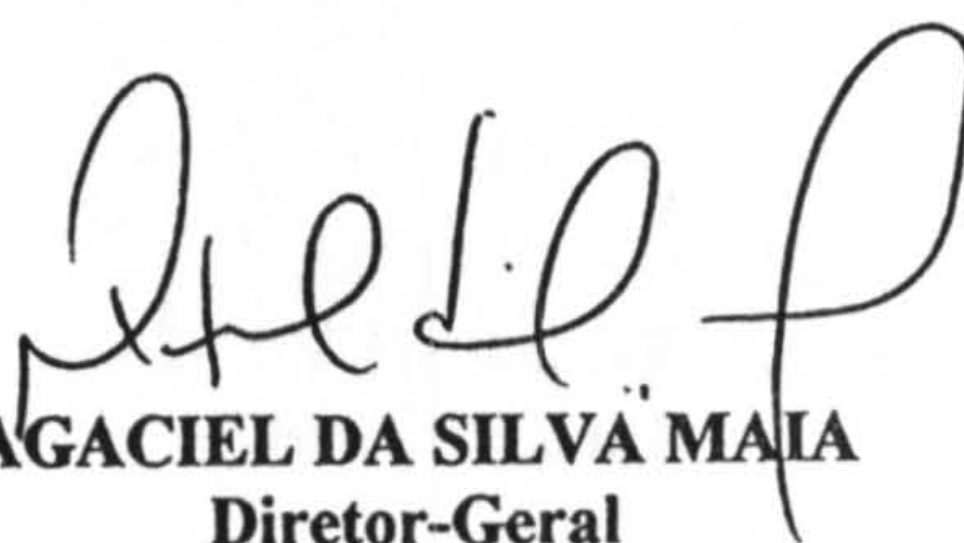
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº.693 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 3604/97-7,

RESOLVE designar a servidora LÍDIA MARIETA B. CARREIRA EVANGELISTA, matrícula 3381, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, do Serviço de Apoio Técnico da Subsecretaria de Administração de Pessoal, com efeitos financeiros a partir de 05 de março de 1997.

Senado Federal, 26 de março de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 694 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº. 009, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 2261/97-9,

RESOLVE dispensar o servidor JOSÉ DELANEY XAVIER VIEIRA, matrícula 3239, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, do Serviço de Telecomunicações da Diretoria-Geral, com efeitos financeiros a partir de 13 de fevereiro de 1997.

Senado Federal, 26 de março de 1997.



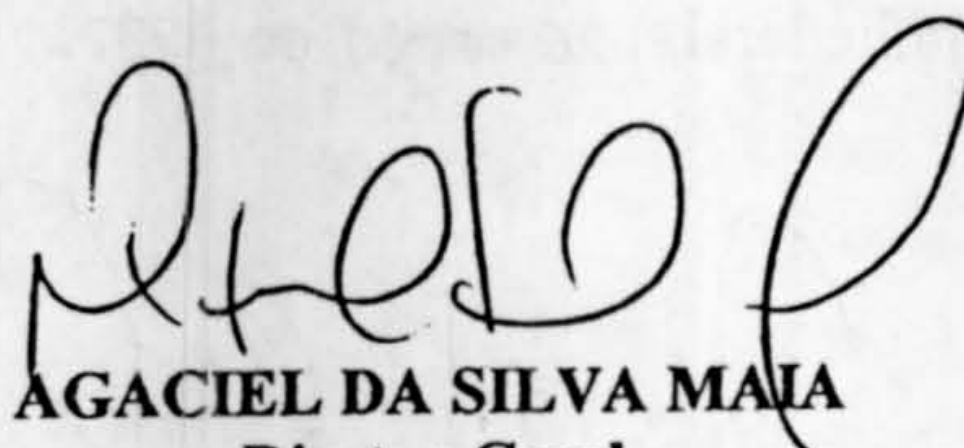
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 695 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução nº. 009, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 2261/97-9,

RESOLVE designar o servidor JOSÉ DELANEY XAVIER VIEIRA, matrícula 3239, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-5, da Coordenação Técnica de Eletrônica, com efeitos financeiros a partir de 13 de fevereiro de 1997.

Senado Federal, 26 de março de 1997.



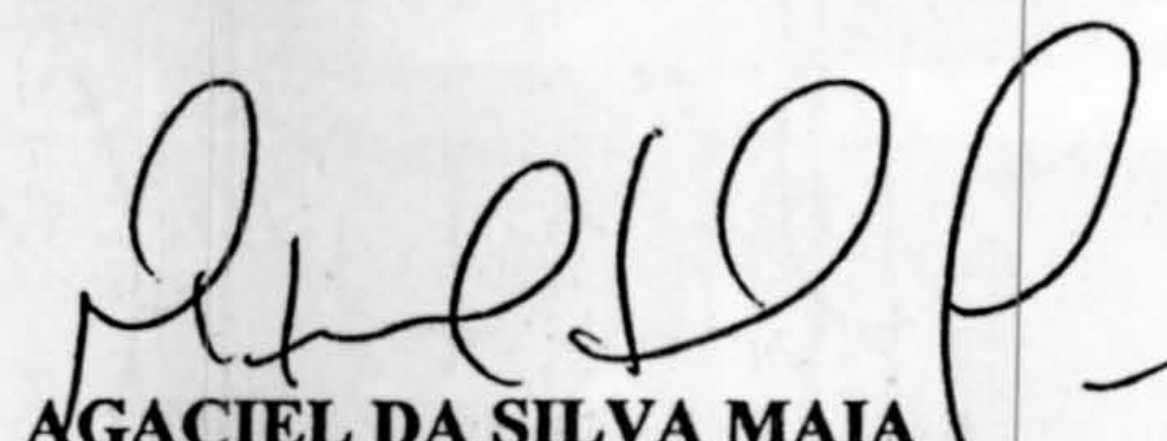
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 696 , DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 1959/97-2,

RESOLVE designar o servidor ELINUEL SANTOS PORTO, matrícula 3383, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Pesquisa, Símbolo FC-05, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 26 de março de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 697, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 1954/97-0,

RESOLVE designar a servidora CIBELE HAMMES, matrícula 2539, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, da Secretaria de Comunicação Social, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 26 março de 1997.



AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 698, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 2053/97-7,

RESOLVE designar a servidora SOLANGE SOTELO PINHEIRO CALMON, matrícula 3365, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo - Área 2 - Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Chefe do Serviço Central de Vídeo, Símbolo FC-07, da Coordenação TV Senado, com efeitos financeiros a partir de 30 de janeiro de 1997.

Senado Federal, 26 de março de 1997.



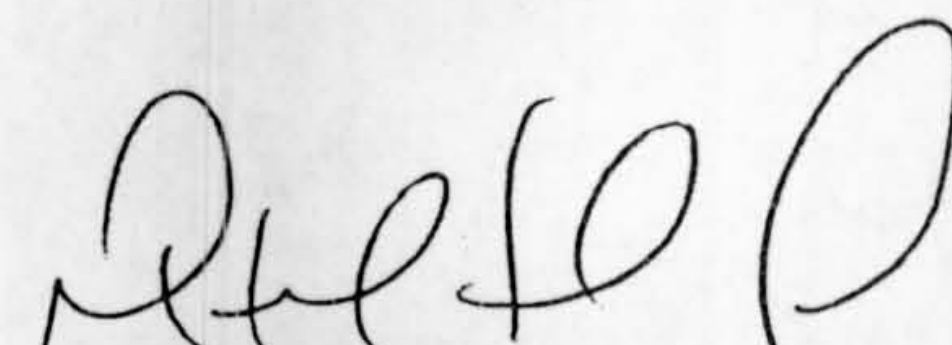
AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº. 699, DE 1997

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 09, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 2946/97-1,

RESOLVE designar o servidor **LUIS CARLOS NOGUEIRA**, matrícula 1486, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Assistente Técnico, Símbolo FC-06, da Secretaria-Geral da Mesa, com efeitos financeiros a partir de 25 de fevereiro de 1997.

Senado Federal, 26 de março de 1997.


AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS
(Criado pela Lei n.º 4.284/63)

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS CONGRESSISTAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

Pelo presente edital ficam convocados os senhores segurados desta entidade, parlamentares e funcionários, para a 35ª Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 03 (três) de abril de 1997, às 10:00 horas (dez horas), na Sala nº 03 da Ala Alexandre Costa do Senado Federal, a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos constantes da Ordem do Dia: 1) Conhecimento do Relatório do Presidente sobre o exercício de 1996; 2) Eleição dos membros do Conselho Deliberativo (efetivos e suplentes) para o biênio 1997/1999. O encerramento da Assembléia dar-se-á às 17:00 (dezesete horas) do mesmo dia.

Brasília, 21 de março de 1997.


DEPUTADO HERÁCLITO FORTES
PRESIDENTE

MESA**Presidente**

Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA

1º Vice-Presidente

Geraldo Melo – PSDB – RN

2º Vice-Presidente

Júnia Marise – Bloco – MG

1º Secretário

Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB

2º Secretário

Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário

Flaviano Melo – PMDB – AC

4º Secretário

Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário

1º – Emília Fernandes – PTB – RS

2º – Lúdio Coelho – PSDB – MS

3º – Joel de Hollanda – PFL – PE

4º – Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR**Corregedor**

(Eleito em 16-3-95)

Romeu Tuma – PFL – SP

Corregedores – Substitutos

(Eleitos em 16-3-95)

1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS

2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE

3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Designação: 16 e 23-11-95)

Nabor Júnior – PMDB – AC

Waldeck Ornelas – PFL – BA

Emília Fernandes – PTB – RS

José Ignácio Ferreira – PSDB – ES

Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO**Líder**

Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes

José Roberto Arruda – PSDB – DF

Vilson Kleinübing – PFL – SC

Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PFL**Líder**

Hugo Napoleão

Vice-Líderes

Edison Lobão

Francelino Pereira

Gilberto Miranda

Romero Jucá

Romeu Tuma

LIDERANÇA DO PMDB**Líder**

Jáder Barbalho

Vice-Líderes

Nabor Júnior

Gerson Camata

Carlos Bezerra

Ney Suassuna

Gilvam Borges

Fernando Bezerra

LIDERANÇA DO PSDB**Líder**

Sérgio Machado

Vice-Líderes

Osmar Dias

Jefferson Peres

José Ignácio Ferreira

Continho Jorge

**LIDERANÇA DO
BLOCO DE OPOSIÇÃO****Líder**

José Eduardo Dutra

Vice-Líderes

Sebastião Rocha

Antônio Carlos Valadares

Roberto Freire

LIDERANÇA DO PPB**Líder**

Epitácio Cafeteira

Vice-Líderes

Leomar Quintanilha

Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB**Líder**

Valmir Campelo

Vice-Líder

Regina Assumpção

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner – PMDB – SC

Vice-Presidente: José Alves – PFL – SE

(Eleitos em 28-2-96)

Titulares

Suplentes

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

PFL

1. Elcio Alves
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (Vago)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

PPB (Ex-PPR + Ex-PP)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Lucídio Portella

PTB

1. Emília Fernandes

1. Arlindo Porto

PP

1. Osmar Dias

1. Antônio Carlos Valadares

PT

1. Marina Silva

1. Lauro Campos

PDT

1. Darcy Ribeiro

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

**SECRETARIA -GERAL DA MESA
SUBSECRETARIA DE COMISSÕES**

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ

Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

**SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE
INQUÉRITO**

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO

Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4251)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ

Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO

Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: _____ (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SERRA

VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
ODACIR SOARES	RO-3218/20	6-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	8 JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-JADER BARBALHO	PA-3041/43
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
VAGO		7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PSDB			
SERGIO MACHADO	CE-2281/85	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
COUTINHO JORGE	PA-1026/1226	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF- 2011/12
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/92
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE- 2201/02	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77
PTB			
JOSÉ EDUARDO VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
FAX: 311-4344

Atualizada em: 14/03/97

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR ADEMIR ANDRADE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA

(29 TITULARES E 29 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
ODACIR SOARES	RO-1031/1129	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO		8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VAGO		9-VAGO	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2-HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40
JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078	3-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/70
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06
PTE			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

Atualizada em: 14/03/97

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET

(23 TITULARES E 23 SUPLENTEs)

TITULARES**SUPLENTEs****PFL**

GUILHERME PALMEIRA	AL-3234/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-FREITAS NETO	PI-2131/37
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-ODACIR SOARES	RO-3218/20

PMDB

IRIS REZENDE	GO-2031/37	1-JADER BARBALHO	PA-3051/53
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52

PSDB

JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-SERGIO MACHADO	CE-2284/87
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24	2-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	3-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	4-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87

PPB

ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348
------------------	------------	------------------	--------------

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

Atualizada em: 14/03/97

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
 PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
 VICE-PRESIDENTE: (VAGO)
 (27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
		PFL	
JÚLIO CAMPOS	MT-4064/65	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/46
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
VAGO		6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
VAGO		7-WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
VAGO		8-VAGO	
		PMDB	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	5-RENAN CALHEIROS	AL-2261/2267
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-IRIS REZENDE	GO-2031/32
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
		PSDB	
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-JOSÉ SERRA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	3-VAGO	
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
		PPB	
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
		PTB	
EMILIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO BORGES
 LINHARES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

Atualizada em: 20/03/97

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA

VICE-PRESIDENTE: CARLOS WILSON

(17 TITULARES E 09 SUPLENTE)

TITULARES		SUPLENTE	
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
EDISON LOBÃO	MA-2311/12	3-VAGO	
JOÃO ROCHA	TO-4070/71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
PMDB			
ONOFRE QUINAN	GO-3148/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA	RR-3067/4078
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
VAGO			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-COUTINHO JORGE	PA-1026/1226
JOSÉ SERRA	SP-2351/52		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3213/15	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/57
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348		

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

Atualizada em: 14/03/97

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR FREITAS NETO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTE)

TITULARES**SUPLENTE****PFL**

FREITAS NETO	PI-2131/2137	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/2047	4- WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
VAGO		7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104

PMDB

NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
RENAN CALHEIROS	AL-2261/2270	2-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-VAGO	
IRIS REZENDE	GO-2031/37	5-JOSÉ SARNEY	AP-2351/52
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	6-HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41

PSDB

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
JOSÉ SERRA	SP-2351/52	4-VAGO *1	MS-2381/2387

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

JOSÉ EDUARDO DUTRA PT	SE-2391/2397	1-ANTONIO C. VALADARES - PSB	SE-2201/07
VAGO *1		2-EDUARDO SUPPLY PT	SP-3212/15
VAGO *1		3-LAURO CAMPOS PT	DF-2341/47

PPB

LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA-1411/4073

PTB

REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2327	1-EMILIA FERNANDES	RS-2331/37
------------------	--------------	--------------------	------------

OBS: *1 - FALTA INDICAÇÃO DA LIDERANÇA CONFORME NOVA PROPORCIONALIDADE DA ATUAL SESSÃO LEGISLATIVA.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

Atualizada em: 14/03/97

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTE)

TITULARES**SUPLENTE****PFL**

GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	6-VAGO	

PMDB

JOSÉ SARNEY	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
PEDRO SIMON	RS-3230/31	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JADER BARBALHO	PA-3051/53	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37

PSDB

ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27

BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)

BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPPLY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/62	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82

PPB

LEOMAR QUINTANILHA	TO-2171/72	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
--------------------	------------	-------------	--------------

PTB

EMILIA FERNANDES	RS-2331/34	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321
------------------	------------	--------------------	--------------

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

Atualizada em: 14/03/97

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)
 (Designação em 25-04-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN
Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES			DEPUTADOS		
Titulares		Suplentes	Titulares		Suplentes
José Fogaça	PMDB	Marluce Pinto (1)	Bloco Parlamentar PFL/PTB		
Casildo Maldaner		Roberto Requião	Luciano Pizzatto		Antônio Ueno
	PFL		Paulo Bornhausen		José Carlos Vieira
Vilson Kleinübing		Joel de Hollanda		PMDB	
Romero Jucá		Júlio Campos	Paulo Ritzel		Elias Abrahão
	PSDB		Valdir Colatto		Rivaldo Macari
Lúdio Coelho		Geraldo Melo		PSDB	
	PPB		Franco Montoro		Yeda Crusius
Esperidião Amin				PPB	
	PTB		Fetter Júnior(3,4)		João Pizzolatti
Emília Fernandes				PP	
	PP		Dilceu Sperafico		Augustinho Freitas
Osmar Dias(2)				PT	
	PT		Miguel Rossetto		Luiz Mainardi
		Benedita da Silva			
		Eduardo Suplicy			
		Lauro Campos			

1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95
2 Filiado ao PSDB, em 22-6-95.
3 Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95.
4 Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1-2-96

SEÇÃO 1 DO DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO JÁ ESTÁ NA INTERNET



**A Imprensa Nacional disponibiliza
a Informação Oficial**

**Parte das matérias da
Seção 1 do Diário Oficial da
União já pode ser consultada
no *site* da Imprensa Nacional.**

**Nesta fase de implantação,
a consulta é livre. Em breve,
colocaremos à disposição
os Jornais Oficiais em
forma de assinatura.**

E mais...

- Museu da Imprensa
- Biblioteca Machado de Assis
- Recuperação de obras raras
- Obras comercializadas



NAVEGUE COM A GENTE!

<http://www.in.gov.br>

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA
nº 127 · julho/setembro – 1995

Leia neste número:

Direitos e garantias fundamentais – Josaphat Marinho

A introdução da Lex Mercatoria no Brasil e a criação de uma nova dogmática – **Arnoldo Wald**

Justiça Militar: por que sim e por que não? Competência – Álvaro Lazzarini

A Constituição e a educação brasileira – Edivaldo M. Boaventura

A função judicante do Poder Legislativo no Brasil – Paulo Lopo Saraiva

Direito à moradia – Sérgio Sérulo da Cunha

Dos efeitos da falência decretada no estrangeiro – Edilson Pereira Nobre Júnior

Apropriação indébita em matéria tributária – Carlos Alberto da Costa Dias

A incidência da Cofins sobre o faturamento de empresas de incorporação de venda de imóveis – Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

A união estável e a Lei nº 8.971, de 29 de dezembro de 1994 – Otto Eduardo Vizeu Gil

Defesa de direitos coletivos e defesa coletiva de direitos – Teori Albino Zavascki

Revisão do decênio da Reforma Penal (1985-1995). Considerações sobre a “Execução Provisória da Sentença Penal” – Maurício Kuehne

A contribuição da Justiça Eleitoral para o aperfeiçoamento da democracia – José Augusto Delgado

Uma leitura jurídica da prostituição infantil – Josiane Rose Petry Veronese

Contratação direta: dispensa de licitação com base no art. 24, inc. VIII, da Lei nº 8.666/93 – Jorge Ulisses J. Fernandes

Empresa agrária e estabelecimento agrário – Fábio Maria de-Mattia

Neoliberalismo e desadministrativização – Gladston Mamede

Prestação de contas – instrumento de transparência da Administração – Flávio Sátiro Fernandes

Regimes de concorrência e políticas de concorrência na América Latina: o caso do Mercosul – José Matias Pereira

A evolução jurisprudencial dos sistemas regionais internacionais de proteção aos direitos humanos – Jete Jane Fiorati

Contribuições sociais: a certidão positiva de débito com efeito de negativa em face do § 3º do art. 195 da Constituição Federal – Fabiana de Menezes Soares

Invalidação “ex officio” dos atos administrativos pelo juiz – José Américo A. Costa

A discricionariedade administrativa e o controle judicial de seus limites – Amandino Teixeira Nunes Júnior

O contrato com cláusula de risco para exploração de petróleo no Brasil – Thadeu Andrade da Cunha

A Corte Internacional de Justiça e o caso Estados Unidos - Nicarágua – Fredys Orlando Sorto

Lei sobre o Tribunal Constitucional Federal Alemão. (Lei do Tribunal Constitucional Federal) – Luís Afonso Heck

IX Congresso Latino-Americano de Direito Romano (Jalapa-México). Romanismo e indigenismo dos juristas latino-americanos – Sílvio Meira

A Responsabilidade do Estado-Juiz – Rogério Marinho Leite Chaves

Da correção monetária dos débitos judiciais trabalhistas – José Pitas

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

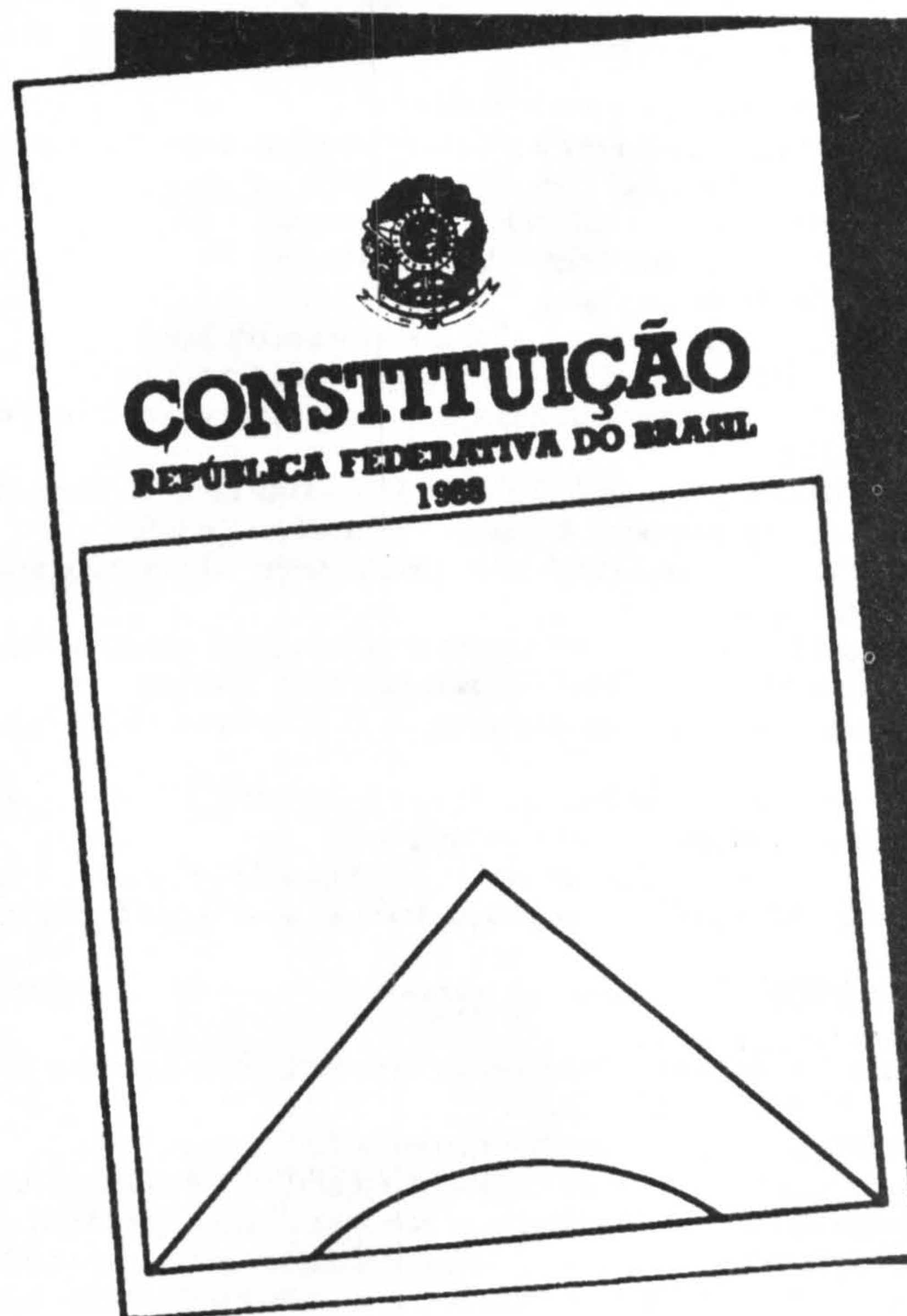
Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS
do SENADO FEDERAL**



**CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUÍDAS, INCLUSIVE, TODAS AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.**

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal

Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

**Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)**

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Assinatura c/porte	R\$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R\$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.

**SENADO
FEDERAL**



**SECRETARIA
ESPECIAL
DE EDITORAÇÃO
E PUBLICAÇÕES**

EDIÇÃO DE HOJE: 168 PÁGINAS